

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

BIANCA BORTOLON GONÇALVES

#EstuproNãoÉCulpaDaVítima

As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro

**VITÓRIA – ES
2018**

BIANCA BORTOLON GONÇALVES

#EstuproNãoÉCulpaDaVítima

As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro

Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Luiz Malini de Lima

**VITÓRIA – ES
2018**

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes para ser confeccionada pelo autor

B739# Bortolon, Bianca, 1993-
#EstuproNãoÉCulpaDaVítima : As narrativas construídas no
Twitter sobre o estupro coletivo cometido no Rio de Janeiro /
Bianca Bortolon. - 2018.
184 f. : il.

Orientador: Fabio Luiz Malini.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Análise de dados. 2. Feminismo. 3. Cibercultura. 4.
Movimentos sociais. I. Malini, Fabio Luiz. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

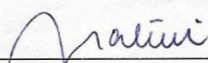
No dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, no Labic do PÓS-COM da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciou-se o exame público do trabalho de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO da candidata **Bianca Bortolon Gonçalves** intitulado "#EstuproNãoÉCulpaDaVítima: as narrativas construídas no Twitter sobre o estupro cometido no Rio de Janeiro". A banca examinadora, sob a presidência do Prof. Dr. Fabio Malini (Orientador – PÓS-COM/UFES), foi composta pelos seguintes membros: Profª. Drª. Daniela Zanetti (Examinadora Interno – PÓS-COM/UFES) e Profª. Drª. Micheline Mattedi Tomazi (Membro Externo – PPGEL-UFES). A banca, após o exame do trabalho da candidata, considerou-a:

APROVADA (X)


REPROVADA ()

Observações:

<p><i>A banca examinadora destaca a relevância do trabalho e o rigorismo dos estudos sobre gênero e análise de redes sociais. E indica para publicação artigo derivado desse trabalho.</i></p>


Prof. Dr. Fabio Malini


Profª. Drª. Daniela Zanetti


Profª. Drª. Micheline Mattedi Tomazi

Dedico a meus pais por sempre me incentivarem a questionar o mundo e a vê-lo a partir dos meus próprios olhos, mas também pelo os dos outros.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos apoiada em minha mesa. Ela, que é embutida a um antigo armário que nunca me agradou, guarda diversos pequenos detalhes: um calendário de 2016, remédios para as mais diversas situações, fones de ouvido, um par de brincos, alguns livros que já li e outros que provavelmente nunca lerei. Muitas dessas coisas estão aqui sem o menor motivo e por obra do puro acaso. Talvez estivessem espalhadas pelo quarto, talvez a prateleira ou as gavetas já estivessem cheias.

Não digo o mesmo, no entanto, da foto em que observo ao escrever este agradecimento, na qual meus pais, então jovens com seus trinta e pouco anos, erguem uma pequena criança sorridente enrolada em um roupão branco que tenta, aparentemente com algum sucesso, arrancar os óculos do pai. Ao contrário de todas as coisas que temporariamente habitam minha mesa, ela não está nem nunca esteve aqui por acaso. E aqui, enquanto eu estiver, ela também ficará.

Eu, que ironicamente apresento aqui um trabalho com 180 páginas repletas de palavras, perco-as quando o assunto é tentar começar a agradecer tudo o que vocês fizeram por mim. A tentativa é vaga e pequena quando comparada ao que sinto dentro do peito, mas espero que seja minimamente demonstrativa.

Obrigada por sempre estarem ao meu lado nos momentos felizes.

Obrigada por sempre estarem ao meu lado nos momentos tristes.

Obrigada por estarem ao meu lado até mesmo quando minha mala estava cheia de calcinhas e preparada para me acompanhar na grande aventura que era fugir de casa e morar sozinha, aos 6 anos, no tão distante bairro vizinho que é Itaparica.

E obrigada, acima de tudo, por serem mais do que autoridade, mais do que as regras, mais do que a tradição manda: obrigada por serem meus grandes companheiros. De conversas, de lágrimas, de sorrisos e de, principalmente, muito amor. Eu jamais chegaria até aqui – ou a qualquer lugar – sem vocês.

Agradeço também a toda minha família, que sempre esteve junto a mim: tia Nádia e tio Joel, meus segundos pais; tia Rose, a pessoa mais doce que conheço; tio Luiz e tia Patrícia, que sempre me surpreendem com os gestos de preocupação e gentileza; Lorenzo, meu quase irmão.

Meu irmão Dezinho, por todas as longas conversas na madrugada em que começávamos falando sobre a angústia do ser, chegávamos a uma discussão sobre ideologias políticas e terminávamos vendo vídeos de piada no YouTube.

Meu namorado André, pelos abraços mais reconfortantes do mundo e por ter me mostrado como a vida pode ser mais leve e o amor mais tranquilo.

Cirlene, pelas conversas que envergonham qualquer vizinho há quase 20 anos e deixam qualquer dia mais feliz.

Simba, que partiu deixando meu coração (e rosto) para sempre marcados.

Todos os meus amigos que compreendem meu estranho jeito de ser e que, independentemente do tempo ou da distância, sempre terão um significado especial para mim: Rayanne, Karen, Danny, Cristian, Luana e Lorena.

Luisa, por ter escrito comigo o artigo que deu início a esta pesquisa; e Ana Paula, por compartilhar tanto conhecimento. Ambas, e também Thaisa, por serem ótimas amigas.

O Labic e todos os amigos que nele trabalham (ou coordenam), por todos estes anos na ‘firma’ mais incrível de todas.

O time de desenvolvedores, pela ferramenta, e em especial Nelson – e o cito também por ter me feito assistir Dark.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio financeiro concedido ao desenvolvimento desta pesquisa.

E, finalmente, meu orientador, Fabio Malini, por todos os conselhos, todas as dicas de leitura, por estar comigo nessa jornada desde o terceiro período da faculdade e por compreender tanto meu processo de trabalho quanto, principalmente, minhas angústias.

Muito obrigada.

*We play the role that they assigned us / She
does nothing to conceal it / He touches her
'cause he wants to feel it / We blame her for
being there / But we're all here / We're all /
Guilty*

*Trecho da música "Suggestion", de 1988, da
banda de punk rock Fugazi.*

RESUMO

No dia 25 de maio de 2016 foi divulgado no Twitter o vídeo de um estupro coletivo a uma adolescente, ocorrido em comunidade no Rio de Janeiro. O fato levantou, entre os usuários da rede social, um debate sobre a persistência do estupro na sociedade brasileiro e culminou em campanhas online contra a cultura do estupro, conceito central ao movimento feminista, norteadas pelas hashtags #EstuproNuncaMais e #EstuproNãoÉCulpaDaVítima. Este trabalho busca analisar as narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo sofrido pela adolescente no Twitter. Utilizando a metodologia de análise perspectivista de redes proposta por Malini (2016), os objetivos principais foram compreender os modos como os usuários da rede social se posicionaram em relação ao caso e identificar quais as temáticas mais recorrentes, como também reconhecer o papel da teoria feminista na construção de tais discursos. Além disso, é introduzida a questão do ciberespaço como território de ação social a partir dos conceitos de territorialidade, autocomunicação de massa e do recente histórico de manifestações online. Após a análise, concluiu-se que as campanhas online tiveram forte influência do pensamento feminista mas não do movimento em si, tendo o mundo dos fandoms como principal fator para a elevação da campanha ao status de viralização. Observou-se também a utilização da ferramenta de menções como modo de denúncia e, além disso, o alto número de usuários aliado a uma baixa quantidade de comunidades de perfis e ao aumento percentual explosivo do uso de hashtags como possíveis dados para a formulação de um índice de viralidade de campanhas em rede.

ABSTRACT

On May 25, 2016, the video of a collective rape to an adolescent, held in a community in Rio de Janeiro, was published on Twitter. The fact rose among the users of the social network a debate about the persistence of rape in Brazilian society and culminated in online campaigns against rape culture, a central concept to the feminist movement, guided by the hashtags #EstuproNuncaMais and #EstuproNãoÉCulpaDaVítima. This study aims to analyze the narratives built on Twitter about the collective rape suffered by the teenager on Twitter. Using the perspectivist network analysis methodology proposed by Malini (2016), the main objectives were to understand the ways in which social network users have positioned themselves in relation to the case and to identify the most recurrent themes, as well as to recognize the role of feminist theory in the construction of such narratives. In addition, the matter of cyberspace is introduced as a territory for social activity based on the concepts of territoriality, mass self-communication and the recent history of online demonstrations. After the analysis, it was concluded that the online campaign had a strong influence of the feminist thought but not of the movement itself, having the world of fandoms as a main factor for the campaign's elevation to a viral status. It was also observed the use of the mentions tool as a way of reporting and, in addition, the high number of users allied to a low number of profile communities and the explosive percentage increase of the use of hashtags as possible data for formulating a virality index of networked campaigns.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo representativo da Teoria da Objetificação de Fredrickson e Roberts (1996) (LOUREIRO, 2014)	80
Figura 2: Exemplos do fuck me look em capas da revista Rolling Stones.....	82
Figura 3: Ilustração da estrutura comunicacional do Twitter em camadas de acordo com Bruns e Moe (2014, p. 20).	99
Figura 4: Exemplo de uso da interface do script labic-ford. Na imagem, utiliza-se a ferramenta para o objetivo descrito acima.	104
Figura 5: Exemplo de grafo antes e após a aplicação do filtro modularidade aplicado à coloração dos nós. As cores evidenciam as diferentes comunidades de nós dentro de um dataset.....	107
Figura 6: Exemplificação de como exportar tabelas no Gephi.....	107
Figura 7: Exemplificação da filtragem dos dados por uma nova tabela de usuários.....	108
Figura 8: Tweet do usuário @juninhopierre. A jovem está deitada de bruços e o rosto do agressor está ao lado de seu órgão genital sangrando.....	114
Figura 9: Grafo ilustrando a rede geral de retweets (RTs).....	119
Figura 10: Grafo ilustrando a rede geral de menções (MTs).....	120
Figura 11: Playlist montada pelo serviço de <i>streaming</i> Spotify no dia 25. Em ordem decrescente as músicas formam uma mensagem de repúdio ao estupro coletivo e de apoio às mulheres vítimas de abuso sexual.....	122
Figura 12: Ilustração do cartunista Vitor Teixeira sobre o caso de estupro coletivo e utilizada em um tweet do coletivo Jornalistas Livres, que obteve 431 retweets.....	123
Figura 13: Grafo da Perspectiva 3 (11,13%) da rede de RTs.....	125
Figura 14: Grafo da perspectiva 1 (20,2%) da rede de MTs.....	126
Figura 15: Grafo da perspectiva 2 (7,04%) da rede de MTs.....	127
Figura 16: Perspectiva 2 do grafo de RTs e Perspectiva 3 do grafo de MTs, que compõem o momento de mudança de narrativa.....	138
Figura 17: Grafo da perspectiva 2 (11,18%) da rede de RTs.....	140
Figura 18: tweet de @cynaramenezes que anexava um tweet do humorista e apresentador do programa The Noite no SBT, Danilo Gentili. O humorista possui 16,1 milhões de seguidores no Twitter.....	148
Figura 19: Grafo da perspectiva 3 (3,95%) da rede de MTs.	149
Figura 20: Gentili responde comentários ao vídeo postado em sua página oficial.....	151

Figura 21: Tweet de Gentili sobre a denúncia de estupro ocorrida no programa Big Brother Brasil 12.....	152
Figura 22: Grafo da perspectiva 1 (13,56%) da rede de RTs.....	163
Figura 23: Um dos textos compartilhados em forma de imagem pelo usuário @vittifig que demonstra o conceito da subcategoria ‘experiência compartilhada’	168
Figura 24: Badges fornecidos pelo site Twittbon. Ao total foram 759,030 adesões entre usuários do Twitter e Facebook (último acesso: 12/12/2017).....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: descrição das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher segundo a Lei Maria da Penha.....	62
Tabela 2: mitos de estupro e seus níveis de concordância em Burt (1980).....	71
Tabela 3: frases utilizadas na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança pública (2016) para determinar a percepção quanto à violência sexual no Brasil.	72
Tabela 4: Categorias e subcategorias presentes nos tweets de maior presença na rede.....	123
Tabela 5: Relação entre usuário/número de tweets/menções feitas a ele na Perspectiva 1 da rede de MTs e na Perspectiva 2 da rede de MTs.	128
Tabela 6: Os quinze tweets com maior número de retweets na Perspectiva 1 e Perspectiva 2 da rede de menções e da Perspectiva 3 RTs, respectivamente.....	129
Tabela 7: Frequências e dados de tweets por data nas Perspectivas 3 RT, Perspectiva 1 MT e Perspectiva 2 MT, que formam o momento de denúncia.....	132
Tabela 8: Comparação entre os números de replies, menções e tweets totais das três Perspectivas de retweets nos dias 25, 26 e 27.....	133
Tabela 9: Relação entre número de tweets publicados (originais e RTs) e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 3 RTs.....	135
Tabela 10: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes nas Perspectivas 1 MTs, Perspectiva 2 MTs e Perspectiva 3 RTs, que compõem o momento de denúncia.....	136
Tabela 11: Frequências e dados de tweets por data na Perspectiva 2 RTs.....	142
Tabela 12: Os quinze tweets de maior frequência na Perspectiva 2 RTs.....	143
Tabela 13: Os dez usuários com maior número de retweets recebidos e os dez usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 2 RTs.....	144
Tabela 14: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes na Perspectiva 2 RTs....	148
Tabela 15: Relação entre usuário/número de tweets/menções feitas a ele na Perspectiva 3 MTs.....	152
Tabela 16: Relação entre os 10 usuários com maior número de menções feitas e os números de usuários mencionados na Perspectiva 3 MTs.....	153
Tabela 17: Os quinze tweets de maior frequência na Perspectiva 3 MTs.....	154
Tabela 18: Frequência de tweets e hashtags por data na Perspectiva 3 MTs.....	157

Tabela 19: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes nos tweets mais retweetados na Perspectiva 3 MTs.....	160
Tabela 20: Frequência de tweets e hashtags por data na Perspectiva 1 RTs.....	166
Tabela 21: Relação entre hashtags e seu aumento percentual nas três perspectivas de RTs.....	162
Tabela 22: Os quinze tweets de maior frequência na Perspectiva 1 RTs.	162
Tabela 23: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes na Perspectiva 1 RTs....	167
Tabela 24: Relação entre número de tweets publicados e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de RTs recebidos na Perspectiva 1 RTs.	170
Tabela 25: Relação entre número de tweets publicados (originais e RTs) e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 1 RTs.....	170
Tabela 26: categorias e subcategorias presentes nos 15 tweets com maior número de RTs de cada uma das seis comunidades de perfis analisadas.	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de buscas pelo termo “feminismo” entre mai/2014 e mai/2018 por semana. O número 100 representa o ápice das buscas enquanto o 0 refere-se a dados insuficientes sobre o tema.....	57
Gráfico 2: Estados com maior número de buscas pelo termo “feminismo” entre mai/2014 e mai/2018.	58
Gráfico 3: Linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 2 RTs.	143
Gráfico 4: Gráfico ilustrando a linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 3 MTs.....	158
Gráfico 5: Linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 1 RTs.	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: tweet do usuário @guxrrv.....	131
Quadro 2: conversa entre os usuários @guxrrv, @rodresgo e @_abreugigi.....	131
Quadro 3: tweets com teor denunciativo presentes na Perspectiva 3 RTs.....	134
Quadro 4: tweet com menção manual feito por Danilo Gentili.....	150
Quadro 5: algumas das frases (sic) que geraram conflitos entre Bolsonaro e militantes de movimentos sociais.....	153
Quadro 6: tweets mencionando o antigo perfil de Jair Bolsonaro.....	155
Quadro 7: tweets contendo críticas ao movimento feminista.....	156
Quadro 8: tweets opinativos quanto à cultura do estupro.....	158
Quadro 9: tweets de usuários repercutindo especificamente o caso de estupro coletivo.....	159
Quadro 10: tweets que alertam mulheres para ‘comportamentos de riscos’.....	160
Quadro 11: tweets de usuários ilustrando o apoio ao armamento.....	162
Quadro 12: tweet do usuário @nadiardgs que resume o comportamento da Perspectiva 3 MTs.....	162

SUMÁRIO

Introdução	19
1... CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O FEMINISMO OCIDENTAL	22
1.1.O pensamento pré-feminista ocidental.....	22
1.2 Cronologia do movimento feminista: feminismo em ondas.....	29
1.2.1 Primeira Onda e o paradigma do voto	29
1.2.1.1 O contexto brasileiro: antecedentes e a influência do movimento estrangeiro.....	38
1.2.2 Segunda Onda e o paradigma da autonomia	42
1.2.2.1 O contexto brasileiro: feminismo estatal e identidade em foco.....	46
1.2.3 Terceira onda e o paradigma da escolha	50
1.2.3.1 O contexto brasileiro: terceira onda, feminismo e redes sociais.....	52
2.... A CULTURA DO ESTUPRO: MITOS, OBJETIFICAÇÃO E EFEITOS	59
2.1.Breve história penal do crime de estupro no Brasil.....	59
2.2.Considerações sobre a cultura do estupro.....	64
2.2.1....Os mitos de estupro	70
2.2.2....Demais mecanismos e efeitos da cultura do estupro em mulheres	75
2.3.A objetificação feminina como elemento crucial da cultura do estupro.....	76
2.3.1....Como funciona a objetificação?	79
2.3.2....O papel da mídia na objetificação feminina	80
2.3.3....A objetificação e os riscos para a saúde mental feminina	83
3.... AS REDES SOCIAIS E O ESTUPRO COLETIVO OCORRIDO NO RIO DE JANEIRO	87
3.1.Conceitos da análise perspectivista.....	88
3.1.1....Associações, atores e cartografia	88
3.1.2....O perspectivismo ameríndio	92
3.2.O Twitter como campo de estudos.....	95
3.3.Operação metodológica.....	102
3.3.1....Coleta de dados	102
3.3.2....Processamento	103
3.3.3....Visualizações	104

3.4.#EstuproNãoÉCulpaDaVítima: as narrativas construídas sobre o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro.....	108
3.4.1....O caso.....	108
3.4.2....Os envolvidos e resultados das investigações.....	113
3.4.3....A repercussão no Twitter.....	116
3.4.3.1.As narrativas construídas sobre o estupro coletivo no Twitter.....	118
3.4.3.1.1....A denúncia.....	124
3.4.3.1.2....A mudança de narrativa.....	137
3.4.3.1.2.1.Diferentes perspectivas sobre a cultura do estupro.....	140
3.4.3.1.2.2.A viralização das campanhas #estupronãoéculpadavítima e #estupronuncamais.....	163
4.... Considerações finais.....	174
5.... Referencial bibliográfico.....	179

INTRODUÇÃO

“Amassaram a mina, entendeu ou não entendeu?”. O tom de deboche marcava a fala inicial do vídeo compartilhado via Twitter pelo usuário @michelbrasil7 no dia 27 de março de 2016. Na gravação, jovens expõem, em meio a risos, uma menina de 16 anos desacordada e, em zoom, seu órgão genital sangrando. “Olha como está sangrando, olha como o trem passou”, vangloriava-se um dos agressores. Além dele, trabalhava-se a hipótese do envolvimento de outros trinta e dois homens no estupro coletivo, ocorrido na Comunidade do Barão no Rio de Janeiro. Ainda que o país registre a média de um caso de estupro a cada 13 minutos, de acordo com pesquisa realizada em 2015 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, este em específico obteve destaque por conta não somente de suas proporções, mas também devido a uma divulgação às claras e ironizada, banalizando tamanha violência sofrida pela adolescente.

Após a publicação do material, usuários da rede social mostraram-se indignados e deram início a uma série de denúncias às instituições policiais e à mídia, visando a cobrança de ações cabíveis. Além disso, também houve a mobilização em rastrear novas informações sobre os agressores mostrados em cena e a organização de escrachos, como a divulgação do número de celular de Michel Brasil, jovem que publicou o vídeo. Em questão de horas, o Twitter removeu o vídeo do ar e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contabilizou cerca de 800 denúncias relacionadas ao caso. No período de 4 dias foram registrados cerca de 808 mil tweets.

O Twitter, como um espaço plural de mobilizações e discussões, tornou-se palco tanto para a divulgação do vídeo quanto para a expoente ascensão de manifestações e campanhas que utilizaram as hashtags como ferramenta de enfrentamento e conscientização. Foi notável a formação de uma ampla rede de indignação e denúncias, estando nela também quaisquer informações e atualizações sobre os agressores, o estado de saúde física e mental da vítima ou o andamento do caso. Hashtags como #estupronãoéculpadavítima e #estupronuncamais alcançaram os Trendings Topics e instigaram um debate acerca das temáticas que circundam o estupro e a violência contra a mulher.

Constituiu-se, dessa forma, uma rede de repulsa ao crime e apoio à vítima, mas também de discussão em relação às causas, a persistência e o peso do estupro na vida das mulheres. Sobre esta questão, um tema teve maior força e foi amplamente levantado: a cultura do estupro, tendo inspirado a criação e utilização de *badges* nas fotos de perfil de aproximadamente 760 mil usuários do Twitter e Facebook com os dizeres “Eu luto contra a cultura do estupro”.

Conceito criado nos anos 70 dentro do movimento feminista, a ideia de uma ‘cultura estupro’ nasceu em contraposição ao imaginário do que Susan Griffin (1971, p. 27) denominou de “cânones da apologética para o estupro”: e estupradores são necessariamente homens doentes ou, contraditoriamente, se não fosse o controle social todos os homens estuprariam, pois este seria um comportamento inerente à identidade masculina. Além deles, o conceito também se estabelece em contraste à ideia da vítima como ‘provocadora’ do estupro, que transforma o peso da violência sexual em uma consequência inevitável do comportamento feminino desviante da norma heterossexual.

Um conjunto multifacetado de crenças, ações e representações que constroem terreno tanto para o ato do estupro quanto para culpabilização da vítima. Esta noção de cultura do estupro entende o ato como, principalmente, produto de uma sociedade centrada no poder masculino e ferramenta de manutenção tanto por meio da violência em si como pela ameaça da mesma. O estupro é então entendido então não como resultado de um impulso sexual impossível de ser controlado, mas uma ferramenta de poder dos agressores sobre suas vítimas.

Neste sentido, este trabalho busca analisar as narrativas construídas sobre o estupro coletivo sofrido pela adolescente no Twitter. Observando o grande volume de dados gerado pela discussão, os objetivos principais são tanto compreender os modos como os usuários da rede social se posicionaram em relação ao caso e identificar quais foram as temáticas mais recorrentes, como reconhecer o papel da teoria feminista na construção de tais discursos.

Para tal, utilizaremos a metodologia de análise perspectivista de redes proposta por Malini (2016). A abordagem teórico-metodológica se debruça sobre a cultura dos laços sociais digitais, entendendo-os como relações formadas entre os atores gerando rastros sociais que, quando agregados, manifestam pontos de vista coletivos que formam uma globalidade ao serem sobrepostos. O perspectivismo possui três fontes teóricas que delineiam o método: concepções de Bruno Latour sobre a teoria ator-rede; o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro; e conceitos matemáticos presentes na teoria dos grafos, em particular o de modularidade.

O processo metodológico para a composição do conjunto de dados de tweets usado neste trabalho foi feito em três etapas, descritas no Capítulo 3. Primeiramente, realizou-se a coleta dos dados por meio do *wrapper script* Ford, ferramenta computacional desenvolvida no Laboratório de Imagem e Cibercultura (Labic/Ufes). Em seguida, utilizou-se o mesmo *script* para executar o processamento dos dados, ou seja, obter informações analíticas do *dataset*.

Por fim, elaborou-se a disposição visual dos dados em grafos por meio do *software* de visualização Gephi.

A coleta dos tweets foi realizada dia 27 de maio de 2016, três dias após a divulgação do vídeo pelo usuário @michelbrasil7. O *script* Ford permite a coleta em até 7 dias passados, mas como o tema viralizou no dia 25 de maio, optou-se pela coleta de 4 dias anteriores – de 23 de maio, data antecedente à exposição do vídeo, até o dia 27 de maio, momento da coleta.

Além disso, é introduzida a questão do ciberespaço como território de ação social a partir dos conceitos de territorialidade, autocomunicação de massa e do recente histórico de manifestações online. Neste trabalho, uma atenção especial é dada à rede social Twitter, palco principal do caso estudado, da qual exploramos as funcionalidades e os modos como vem sendo utilizado para os propósitos da ação coletiva.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 traz um breve histórico do movimento feminista ocidental, de modo a introduzir o contexto do qual emerge o conceito de cultura do estupro e situar as bases do pensamento feminista. O Capítulo 2 aborda especificamente o estupro, passando pela história do ato à luz do Direito Penal brasileiro e chegando à cultura do estupro e às duas facetas que lhe dão corpo: os mitos de estupro, partindo do estudo pioneiro de Burt (1980) que relaciona a aceitação destes com a violência interpessoal, e a teoria da objetificação de Fredrickson e Roberts (1997), que entende a experiência em ser tratada como um *corpo* anterior à experiência *desujeito*, elemento chave para a opressão baseada em gênero. O Capítulo 3, enfim, refere-se à análise perspectivista do *dataset* composto por cerca de 808 mil tweets e 226 mil usuários em dois momentos narrativos distintos, porém complementares: denúncia e, em seguida, discussão sobre os mitos e a cultura do estupro. Em conclusão, apresentamos as considerações finais e perspectivas de trabalhos futuros.

1. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O FEMINISMO OCIDENTAL

1.1 O pensamento pré-feminista ocidental

Ainda que de origem incerta¹, a opressão das mulheres é um tópico de interesse crescente entre pesquisadores. No entanto, também o é a insubordinação feminina: a consciência feminista, como chamam Garrachón e Ten (2008), tem existido paralelamente ao papel feminino de subordinação no sistema patriarcal desde seu triunfo. Todas as mulheres que, em algum momento da história, reivindicaram por melhores condições de vida, seja de modo individual ou coletivo, têm sido de alguma maneira feministas.

Conforme apresenta Scott (1992), entender o gênero como uma categoria de análise histórica significa repensar as maneiras pelas quais as distinções entre feminino e masculino, alocando-as a lugares pré-determinados e específicos, se legitimam. Uma análise de gênero requer uma atenção aos processos que fabricam tais significações, deslocando o olhar do poder unificado para as relações desiguais para os discursos produzidos nos campos de forças sociais. Assim, a categoria 'gênero' é percebida como unidade própria das relações sociais, constituída primordialmente por diferenças entre os sexos que significam as relações de poder.

Os estudos feministas de gênero propõem a desnaturalização da percepção. As diferenças percebidas entre feminino e masculino, salvo aquelas estritamente biológicas², são produtos de construções sociais que atuam desde o momento do nascimento e perduram todo o período de vida. Essas construções são reproduzidas por meio de representações que se constituem como um conjunto de signos que permeiam a realidade social. As representações sociais são um instrumento por meio do qual se determinam os locais e papéis de cada gênero em uma sociedade, além das visões que se constroem sobre tais especificações:

¹ Existem diversas interpretações, desenvolvidas por diferentes correntes políticas, quanto ao início da submissão das mulheres: Engels, em 'A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada' (1884), entende que tanto a divisão de classes quanto a subordinação das mulheres foram produtos históricos desenvolvidos após o advento da propriedade privada; o feminismo socialista, como posto por Beechey (1977), avança a perspectiva de Engels e vê as relações de poder entre homens e mulheres como resultado histórico não somente da propriedade privada, mas como derivada das mudanças nos modos de produção; Smuts (1995), em um posicionamento misto entre feminismo e evolucionismo, argumenta que o patriarcado tem ligações com a teoria evolucionista e a motivação biológica masculina de dominação. Ver: Sultana, 2011.0

² Não se pretende, neste trabalho, adentrar ao debate de múltiplos gêneros. Considera-se a diferenciação binária de gênero entre macho e fêmea, sendo estes entendidos como, respectivamente, os designados 'homem' ou 'mulher' ao nascer. Os conceitos de 'homem' e 'mulher' são, neste trabalho, entendidos enquanto uma construção social baseada em características biológicas identificadas no momento do nascimento.

Isto é, enquanto categoria teórica, as representações possibilitam pensar o social, a partir do pressuposto de que as imagens ou as ideias construídas sobre os sujeitos e suas práticas não constituem a leitura exata da dinâmica de determinadas realidades concretas e nem são o seu oposto, mas decorrem do consenso acerca dos significados e consentimentos que organizam e identificam a vida coletiva. (BUENO, 2001, p.120)

Nas sociedades gregas e romanas, por exemplo, o exercício da cidadania plena era um privilégio de homens. Suas representações sociais eram manifestadas por visões masculinas, estando o mundo da pólis, da escrita, da filosofia, das normas jurídicas, enfim, todo o mundo público e ainda a chefia da família povoado por homens enquanto às mulheres era reservada a esfera doméstica.

Isso não significa a ausência feminina das atividades relacionadas à cidade. A arte da tecelagem e trabalhos relacionados à agricultura são alguns exemplos de como as mulheres participavam da vida urbana. Eternizada como a primeira mulher reconhecidamente lésbica, Safo de Lesbos desafiava os paradigmas ao não somente publicar poesias, mas também fazê-las como uma ode ao amor entre mulheres, ato proibido na sociedade grega.

Durante a Idade Média na Europa, milhares de mulheres foram levadas às fogueiras da Inquisição na chamada caça às bruxas³ por conta, entre outros motivos, da utilização de saberes medicinais não oficiais e desafios à condição de existência ligada à esfera doméstica. A partir do Renascimento intensificou-se o debate sobre a questão da mulher, tendo como questionamento central a natureza dos sexos. Importante antecedente para o movimento feminista, a escritora italiana naturalizada francesa Christine de Pizán (1364 – 1430) dedicou sua obra literária a dar visibilidade aos problemas sofridos por mulheres, como a privação do acesso à educação e ao conhecimento. Em 1405 escreveu o livro “A Cidade das Damas”, no qual formula a utopia de uma cidade onde mulheres exerciam o papel de autoridade e, em consequência, erradicavam a guerra e o caos provocados pelo homem (GARRACHÓN, TEN, 2008).

³ A relação entre a prática de caça às bruxas e misoginia é palco de debate entre estudiosos do tema. Dos cerca de nove milhões de europeus mortos em julgamentos de bruxas, entre 80 e 90% destes eram mulheres. Frente a esse número, começaram os questionamentos por feministas sobre até que ponto a caça às bruxas não seria, na verdade, uma caça às mulheres. O debate entre círculos ativistas e estudiosos de gênero chamou a atenção de profissionais de outros campos, como historiadores e psicanalistas. A discussão ramifica-se em duas perspectivas: da caça às bruxas como *sex-related* [relacionada ao gênero], no qual um ato é visto predominantemente em associação a um determinado gênero; e *sex-specific* [específica a um gênero], quando um ato é específico a um determinado gênero. Os primeiros argumentam, com base na história de uma sociedade religiosa e permeada por conceitos binários, que a bruxaria era mais relacionada às mulheres devido ao entendimento da natureza feminina enquanto maliciosa e diabólica, suposição esta relacionada ao mito do pecado original no qual Eva aproximara-se do mal. Já os segundos, respaldados por evidências como registros de tribunais, entendem a condenação à bruxaria como forma de repressão estratégica às mulheres que desafiavam o controle masculino ao desvencilharem-se da esfera doméstica. Ver: Natrella, 2014.

Ao longo da história ocidental, não somente mulheres batalharam e expuseram sua insatisfação com a dominação masculina. Em 1673, François Poullain de La Barre (1647 – 1725), escritor e filósofo francês, escreveu o polêmico “Da igualdade dos sexos”, no qual defende a igualdade natural entre homens e mulheres, afirmando centralmente, entre outras teses, que a mente não possui sexo, o que justificaria a igualdade de oportunidades de conhecimento (GARRACHÓN; TEN, 2008).

No entanto, entende-se “feminista” na mesma perspectiva de Garrachón e Ten (2008), ou seja, o pensamento que busque não somente analisar ou modificar a situação de opressão das mulheres, mas questiona quanto aos porquês desta opressão e inferioridade frente à autoridade masculina. Neste sentido, os nomes europeus e brasileiros já citados são importantes antecedentes ao movimento feminista, mas não se configuram como parte dele:

El feminismo cobra entidad como teoría y movimiento: una teoría crítica que cuestionará el discurso dominante sobre la condición femenina y que reunirá a las mujeres en torno a un movimiento en el que canalizarán sus reivindicaciones de forma organizada y activa y que se plantearán colectivamente, por primera vez, en el espacio público. (GARRACHÓN; TEN, 2008, p. 46)

O nascimento do feminismo ocidental moderno acontece ao final do século XVIII, no contexto do Iluminismo. É neste período histórico, na luta contra os ideais absolutistas feudais, em que se iniciam os grandes questionamentos em relação às formas de Estado, aos conceitos de liberdade, igualdade, indivíduo e religião, e a consolidação do modelo de Estado-nação, tendo como base ideológica o contrato social.

O contrato social é talvez a mais famosa e influente história política dos tempos modernos. Tendo como principais expoentes os filósofos Thomas Hobbes (1588 – 1679), Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) e John Locke (1632 – 1704), as teorias do contrato social postulam que as relações sociais livres tomam uma forma contratual, tendo como finalidade a manutenção da ordem social. As teorias do contrato surgem para explicar o fenômeno contemporâneo do nascimento dos Estados modernos e, como explica Habermas (1984), da origem dos conceitos de sociedade civil e espaço público como os entendemos hoje.

São duas as interpretações comuns do contrato original, segundo Pateman (1988): a primeira entende que os homens, anteriormente à origem da sociedade civil, possuem um “estado de natureza”, livres de quaisquer ordens sociais estruturadas – buscando organização, os homens no estado natural livre trocaram suas inseguranças pela liberdade civil e equitativa conservada pelo Estado; a segunda vê a liberdade como uma conquista dos filhos que, ao renegar a sujeição a seus pais, substituem o regime paterno pelo governo civil, já que o regime paterno

seria incompatível com a sociedade civil moderna - nascida juntamente às profundas mudanças geradas pela transição econômica do pré-capitalismo ao mercantilismo. A nova ordem civil pareceria, portanto, pós-patriarcal.

Em ambas as leituras, o ponto central gira em torno da liberdade dos indivíduos. Na sociedade civil moderna gerada pelo contrato, os adultos usufruiriam todos da mesma condição (livre) civil, exercendo-a também a partir da produção de contratos cotidianos que espelhem as premissas do contrato original, tendo como exemplos principais os contratos matrimonial e de trabalho. O contrato social, portanto, é o meio teórico pelo qual os indivíduos possibilitaram o nascimento dos Estados-nação e a liberdade civil na modernidade.

O contrato social foi um dos grandes ideários iluministas que influenciaram a Revolução Francesa no final do século XVIII, que

Não teve apenas por objetivo mudar um governo antigo, mas abolir uma forma antiga da sociedade (...), arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os usos e, de alguma maneira, esvaziar o espírito humano de todas as ideias sobre as quais se tinham fundado até então o respeito e a obediência (TOCQUEVILLE apud TRINDADE, 2002, p. 102)

É perfeitamente possível imaginar que, neste contexto de mudanças de costumes e uma ode às liberdades individuais, a condição de submissão feminina estivesse em tempo de mudanças. No entanto, não foi o caso. Isso porque, para a cientista política e feminista Carole Pateman (1988), as interpretações contratualistas não mencionam outros elementos presentes na formulação do pacto original. Segundo ela, a dominação masculina e o direito dos homens ao acesso sexual também estão em jogo na formulação do pacto original em sua outra metade, obscurecida pela narrativa política: o contrato sexual. A história do contrato sexual, ao tratar da concepção do direito político, revela os modos pelos quais uma forma moderna de patriarcado se constituiu, legitimando o direito político como instância do sexual ao estabelecer o acesso sistemático de homens aos corpos femininos. Ao contrário daqueles que pregam a contraposição do patriarcado ao contrato, Pateman (1988) o vê como o meio pelo qual é constituído o patriarcado fraternal moderno.

O patriarcado original não é unidimensional, composto apenas pelo direito paterno como afirmam os teóricos clássicos. O poder do homem enquanto marido sobre sua esposa é antecedente àquele do homem enquanto pai. A intenção dos teóricos contratualistas não era atacar o direito patriarcal original, e sim a dimensão do direito paterno que coloca indivíduos homens como naturalmente superiores (portanto, desiguais e detentores de maior liberdade) a outros indivíduos homens.

Neste ponto, é preciso voltar a reflexão ao estado natural, no qual todos os homens nasceriam livres, sendo iguais entre si. A liberdade e a igualdade são, portanto, naturais a todos os indivíduos. A legitimidade de um governo do homem por outro, dos direitos políticos, só é possível por meio de um acordo entre indivíduos. A posição da mulher na perspectiva da liberdade civil moderna, como resultado dos termos políticos de um contrato original, não pode ser compreendida sem a outra metade descrita pelo contrato sexual. Segundo Pateman, “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1988, p.16).

Luce Irigaray (2002), analisando a mulher como sujeito Outro, afirma que a filosofia ocidental historicamente se constituiu em torno de um Sujeito Único, este essencialmente baseado na figura masculina. Ainda que desde o final do século XIX o pensamento filosófico se volte para a questão do Outro, admitindo diferentes identidades, o molde substancial, o modelo representativo ideal do Sujeito humano ainda era aquele do homem ocidental adulto. Os Outros são o que são: *outros*, meras cópias inferiores, falhas naquilo em que a apresentação do eu fugisse do molde uno.

O contrato social é formulado tendo por base a liberdade como estado natural de todos os homens e a igualdade entre todos os indivíduos. Desse modo, a legitimidade do governo de um indivíduo sobre um outro igual e livre, e a existência de direitos políticos se fundam por meio de um acordo entre indivíduos. O indivíduo, no entanto, resume-se ao Sujeito Uno masculino indicado por Irigaray (2002). Não cabe às mulheres a liberdade ou igualdade naturais pois estas não são indivíduos, e sim *o outro*, a cópia. Os teóricos clássicos, com exceção de Hobbes, percebem as mulheres como naturalmente desprovidas de atributos e capacidades dos indivíduos. Todos, inclusive Hobbes, entendem que as mulheres, na sociedade civil, devem participar do contrato matrimonial, porém, não como uma das partes e sim como o objeto final do casamento. Isto implica naquilo que Pateman entende como a diferença política entre homens e mulheres:

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1988, p. 21)

As mulheres, portanto, são excluídas das histórias sobre o contrato devido a uma suposta falta de racionalidade em seu estado natural, que as impede de serem reconhecidas como indivíduos. A exclusão feminina da categoria de indivíduo possui implicações sociais e legais

que perduraram durante a Revolução Francesa e demais revoluções liberais – e o fazem ainda hoje, apesar dos avanços, pois se encontram na gênese estrutural do direito político moderno.

Ainda assim, as mulheres participaram ativamente das movimentações envolvendo a Revolução Francesa, já que os ideais iluministas de racionalidade, cidadania e igualdade iam ao encontro dos objetivos de emancipação feminina. Destacam-se dois nomes: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft.

Em 1789, sob influência da doutrina do direito natural, a Assembléia Nacional Constituinte da França aprovou a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão. Nela são proclamados os ideais liberais e iluministas da Revolução e os direitos entendidos como fundamentais a todas as pessoas. A Declaração e especificamente o artigo primeiro (“Os homens nascem e são livres e iguais em direitos”) foram bases para a construção do que viria a ser a Declaração Universal dos Direitos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 e também da Constituição Brasileira de 1988⁴.

É nítido, porém, que a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos excluía as mulheres de seu texto e dos consequentes direitos políticos na França Revolucionária. Neste contexto, Olympe de Gouges, escritora, revolucionária e antiescravagista, escreveu em 1791 a “Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs”, em resposta à exclusão das mulheres no texto aprovado em 1789. O texto era basicamente uma transcrição do original para o feminino, incluindo as mulheres como detentoras de direitos políticos e rechaçando a manutenção da desigualdade realizada pelos revolucionários. Em 1793, Olympe de Gouges é levada à guilhotina (GARRACHÓN; TEN, 2008).

Em 1792, um ano após a publicação da publicação da “Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs” de Gouges, Mary Wollstonecraft publicava seu livro ‘A Vindicação dos Direitos da Mulher’, considerado o marco inicial do feminismo ocidental moderno (MIGUEL, 2014). Wollstonecraft já havia publicado ‘Uma vindicação dos direitos dos homens’ em 1790, panfletário da Revolução e opositorista à obra antirrevolucionária “Considerações sobre a revolução na França” de Edmund Burke, também de 1790. O ideal emancipatório dos revolucionários franceses fez com que Wollstonecraft sistematizasse suas reflexões sobre os entraves e a necessidade da emancipação feminina em sua próxima obra, “A Vindicação dos Direitos da Mulher”, defendendo que as mulheres fossem tratadas como seres racionais,

⁴ Ver: ROQUE, 2012. Disponível em:
http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=29702_Sebastiao_Roque&ver=1158

tivessem igualdade no acesso à educação e que o direito divino masculino no matrimônio fosse contestado (GARRACHÓN; TEN, 2008).

A obra de Wollstonecraft é considerada o marco inicial do pensamento feminista ocidental moderno, pois foi a primeira que não somente expôs a situação de desigualdade entre homens e mulheres ou fez apelos por mudanças, mas também elaborou um entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres, sistematizando “suas reflexões sobre a necessidade de e os obstáculos para a emancipação das mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 7). Wollstonecraft aponta como causa principal da opressão das mulheres a existência de um direito próprio dos homens e dos maridos, um direito divino que, bem como o direito divino dos reis absolutistas, deveria ser contestado em uma era de ideais iluministas. O pensamento feminista ocidental moderno nasce, portanto, como um filho bastardo da Revolução Francesa, fruto de uma ideologia liberal. A partir deste momento, outras correntes teórico-políticas também passam a sistematizar as raízes da opressão das mulheres com base em suas ideologias, originando as diferentes vertentes do movimento feminista: socialista, anarquista, *queer*, etc.

Segundo Miguel (2014), é ao colocar o problema da opressão da mulher em termos de direitos que Wollstonecraft realiza uma guinada em direção à construção de uma teoria política feminista. Essa é uma característica bastante particular do feminismo: é um movimento que produz sua própria teoria e reflexão crítica, que são indissociáveis de suas ações e propósitos. Pode-se conhecer o feminismo de duas maneiras: tanto pela história de ação do movimento quanto por sua produção teórica, sendo importante reconhecer o impacto de diferentes obras e vertentes teóricas na organização de suas ações e de um imaginário simbólico feminista.

Uma das principais razões para isso é o perfil de militantes que impulsionaram o feminismo desde suas bases. Ainda que seja um movimento diversificado e que abarque causas e tipos sociais distintos, foram as mulheres brancas de classe média, educadas, principalmente em áreas das Humanidades, que estimularam a propagação do feminismo (PINTO, 2010). As iniciativas feministas mais exitosas em nível público-governamental, como o voto feminino em diversas partes do mundo ou a inclusão de direitos da mulher na Constituição Brasileira de 1988, foram encabeçadas principalmente pelo perfil da mulher educada de classe média.

Vale reforçar que isso não significa uma menor importância de iniciativas próprias ou participação de mulheres negras, periféricas ou proletárias, e sim uma maior consonância entre as demandas de mulheres de classe média e as transformações econômicas, sociais e políticas resultantes da Revolução Industrial, ascensão da burguesia e início do capitalismo.

Feministas como Sojourner Truth (1797 – 1883) - empregada doméstica e mulher escravizada antes de ingressar em causas políticas - ou Flora Tristan (1803 – 1844) - feminista socialista cuja obra vincula as opressões de classe e gênero - tiveram importância crucial para o desenvolvimento da ação e pensamento feminista.

1.2 Cronologia do movimento feminista: o feminismo em ondas

A popularização do termo “em ondas” para se referir aos momentos distintos do movimento consolidou-se após a publicação de “The Second Feminist Wave”, artigo de Martha Weinman Lear para o New York Times Magazine em 10 de março de 1968. Nesse período, o feminismo no hemisfério norte se designava como uma Segunda Onda, tendo caracterizado suas antepassadas como uma Primeira Onda que se estendia até as primeiras grandes manifestações coletivas de mulheres por volta de 1840.

Analisando movimentos sociais em geral, Cobbe (1884, p. xiii - xiv) utilizou a metáfora das ondas ao explicar que alguns deles “lembram as marés do Oceano, na qual cada onda obedece a um ímpeto uniforme e carrega as águas progressivamente ao longo da costa”. Os movimentos de mulheres emergentes na época seriam o melhor exemplo de um movimento em ondas: “Como a maré entrante (...), [o movimento de mulheres] tem se desenrolado em ondas distintas (...) e fez sua parte em levar adiante todo o resto”.

O propósito de entender o feminismo como um movimento que se dá em ondas é enfatizar que, apesar da continuidade de seus propósitos centrais, as abordagens empregadas pelos atores variam de acordo com os diferentes contextos histórico-sociais nos quais atuam, bem como as ondas de uma maré, que nunca se vão totalmente, e quando reaparecem em maior expressão o fazem sempre de modos distintos. É, em suma, uma maneira de reconhecer que o ativismo, ao longo de tempo, possui diferentes erupções ideológicas. Segundo Rosen (2000), ativista nos anos 60:

Cada geração de mulheres ativistas deixa uma agenda inacabada para a próxima geração. As sufragistas da Primeira Onda lutaram pela cidadania das mulheres e criaram organizações internacionais dedicadas ao desarmamento universal, mas não desafiaram diversos costumes e crenças (...). As feministas da Segunda Onda questionaram praticamente tudo, transformaram muito da cultura americana, expandiram ideias de democracia (...) e catapultaram as questões da mulher para um nível global. (ROSEN, 2000, p. 344)

Hewitt (2010), no entanto, alerta para os perigos de uma classificação do feminismo em ondas. Segundo a autora, as feministas de cada período se entendiam como implementadoras de uma melhora em relação aos ideais de suas precursoras. As feministas da Segunda Onda, como

Rosen, entendiam-se como mais esclarecidas, globais e progressistas no que concernia questões de classe, raça e sexualidade, identificando a Primeira Onda como um movimento predominantemente branco e de classe média, com objetivos que não contemplavam a cidadania feminina como um todo.

Por sua vez, as feministas da Terceira Onda dos anos 90 têm a mesma visão em relação à Segunda Onda. Fundadoras da Third Wave Fund⁵, Labaton e Martin (2004) reconhecem a importância dos movimentos em busca de justiça social dos anos 60 e do feminismo de suas precursoras, afirmando que a Terceira Onda possui raízes no trabalho já realizado pelo movimento. No entanto, seguem o mesmo argumento de Rosen quando esta trata da Primeira Onda: consideram que o movimento dos anos 60 “colocou algumas questões no centro do que é entendido como ativismo feminista, negligenciando o grande escopo de experiências que permeiam a vida das mulheres” (LABATON; MARTIN, 2004 xxv).

Ainda que não exista uma intencionalidade em rebaixar suas precursoras, ao entender que cada onda excede a anterior em conquistas e abrangência cidadã, as críticas baseadas no modelo de ondas muitas vezes criam uma interpretação de evolução lógica entre um momento e outro, seja pela superação de determinadas questões consideradas finalizadas pelo movimento anterior, ou pela noção de que este falhou por completo em tratar certos temas, em especial aqueles envolvendo raça e sexualidade. Para Hewitt (2010), isso configura uma simplificação do movimento, fazendo com que diversas dimensões do ativismo se percam nas narrativas dominantes. O conceito de ondas que surgem e retrocedem não consegue capturar a multiplicidade de acontecimentos e demandas que se sobrepõem na cronologia do movimento feminista e de mulheres, criando uma linearidade não somente silenciadora, mas também que pode implicar a superação de questões ainda cruciais para o feminismo.

Exemplo disso é a dita Primeira Onda, no início do século XX, cujos objetivos envolviam, em um sentido amplo, a participação de mulheres na vida política, expressa em maior grau pela luta quanto ao sufrágio feminino. Atualmente, no entanto, as mulheres ainda não possuem representação política proporcional ao número de votos no Brasil. No total da disputa política ocorrida em 2014, somente 11% dos cargos ficaram nas mãos de candidatas. São 51 deputadas das 513 cadeiras e 13 senadoras para 81 vagas, equivalente a 9,94% e 16%

⁵ Fundação Terceira Onda, em tradução livre. De acordo com a descrição oferecida em site oficial, “é uma fundação ativista liderada por e para mulheres de cor [não-brancas], pessoas intersexo, queer e trans até os 35 anos de idade (...). Nós damos suporte para o desenvolvimento de lideranças e crescimento de grupos de base voltados para justiça de gênero, do início ao fim, por meio de patrocínio, treinamento e *networking*”. Disponível em: <http://www.thirdwavefund.org/>.

respectivamente⁶. O direito ao voto foi garantido no Brasil em 1932, mas a questão da representação política, em vigência desde a Primeira Onda, definitivamente ainda não foi superada. É graças aos esforços de movimentos seguintes, que insistem em uma atuação sobre demandas contínuas, que mudanças simbólicas e legislativas ocorrem de maneira concreta. A força e pressão constantes dos movimentos feministas no Brasil impulsionaram, entre outras medidas, a criação da Lei nº 9.100/1995, fixando que um mínimo de 20% das vagas oferecidas por partidos e coligações devam ser preenchidas por mulheres, sendo esta porcentagem aumentada para um mínimo de 30% em eleições posteriores⁷.

O tratamento do movimento em ondas também propicia a ilusão de uniformidade de demandas e participações, favorecendo a narrativa dominante do feminismo como exclusivamente branco e de classe média. Por mais que tenha sido – e ainda o é – um movimento com maior alcance entre a classe média branca, o feminismo possui diversas iniciativas realizadas por e para mulheres fora deste padrão, em especial no Brasil e na América Latina. Em exemplo, tomar o sufrágismo como a caracterização única do feminismo da Primeira Onda, um movimento de fato voltado para mulheres em melhor condição social, é silenciar as outras questões que também definiram a agenda feminista e dos movimentos de mulheres entre o final do século XIX e início do século XX, as quais foram promovidas por ativistas de diferentes etnias e classes sociais.

O feminismo é, antes de tudo, um movimento que considera a existência de uma opressão baseada em gênero, anterior a classe social, etnia ou sexualidade. Os recortes são sempre necessários ao estudo e desenvolvimento de novas teorias, demandas e narrativas, mas a base do pensamento feminista revolve no conceito de que mulheres, como mulheres, sofrem discriminações similares.

No entanto, mesmo que explicitadas as válidas críticas produzidas nos últimos anos por autoras como Hewitt, neste trabalho será adotada a perspectiva do movimento em ondas com fins de produzir uma linha do tempo que facilite a visualização dos diferentes picos de ação do feminismo e condicione um entendimento básico do fortalecimento e passagem histórica das demandas do movimento. É uma tentativa em trazer uma visão abrangente, com intenção de entender os picos do movimento por meio de novas demandas não como uma superação daquelas já postuladas ou implicando uma movimentação rasa de períodos não incluídos pela

⁶ Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>.

⁷ Tribunal Regional Estadual do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>.

perspectiva das ondas, mas sim como um *boom* estratégico recorrente de transformações histórico-contextuais que propiciam a urgência de movimentos sociais diversos, entre eles o feminismo.

A cronologia foca no decorrer do feminismo ocidental sob uma perspectiva predominantemente liberal. Ainda que outras correntes como a marxista, anarquista ou a radical tenham importância equivalente para o desenvolvimento da ação e pensamento feminista, o enfoque liberal, mesmo aquele reformista, é predominante em boa parte do mundo ocidental, visto que os Estados e direito político modernos foram fundados nas bases do liberalismo.

Toma-se neste trabalho a classificação utilizada por Pinto (2010), referência na historiografia dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, em consonância com aquela utilizada por grandes nomes da área no âmbito internacional, como Cott (1987). Além disso, é a divisão mais aceita pelo próprio movimento feminista atual, como evidenciado pelo surgimento dos manifestos e fundações autointitulados de expressões da Segunda ou Terceira Onda.

1.2.1 Primeira Onda e o paradigma do voto

O termo “feminismo” *per se* surge quase um século após a publicação da obra de Wollstonecraft. Fraisse (1991) afirma que a palavra foi utilizada pela primeira vez na tese médica ‘Sobre o feminismo e o infantilismo na tuberculose’, publicada em 1871 por Ferdinand-Valère Faneau de la Cour, para afirmar que homens tuberculosos teriam traços “infantis” e “feministas”, significando aquilo que seria próprio da feminilidade. A utilização com cunho político foi feita no ano seguinte, em 1872, por Alexandre Dumas Filho. No panfleto intitulado “O homem-mulher”, Dumas Filho emprega o termo “feminista” para desqualificar os homens que apoiavam a causa feminina, afirmando que estes sofrem um processo de feminilização semelhante aos tuberculosos.

A Europa e América do Norte do século XIX viveram a consolidação do modelo sociopolítico liberal e da Revolução Industrial, período conturbado para a história humana e especialmente para mulheres, que sofreram de maneira mais direta as consequências das mudanças sociais e econômicas. Enquanto mulheres proletárias e seus filhos foram incorporadas massivamente ao trabalho industrial em condições insalubres, tidas como mão de obra mais barata e submissa em relação aos homens adultos, as mulheres burguesas estavam cada vez mais enclausuradas ao âmbito privado e à condição de objeto, trunfo do marido.

A separação entre esfera pública e privada foi assumida pelo Estado liberal, e às mulheres foi mais uma vez negado o acesso ao mundo público por meio da ausência de representação ou direitos políticos, bem como reforçado o estatuto de posse do pai ou marido na esfera privada (GARRACHÓN; TEN, 2008). Frente às graves condições trabalhistas e objetificadoras, mulheres começam a se organizar em torno de reivindicações próprias. Surgem dessa insatisfação dois movimentos distintos, mas complementares: as sufragistas e a primeira grande onda do feminismo moderno ocidental.

Existe um consenso que muitas vezes reduz o feminismo do século XIX ao início do século XX à atuação das sufragistas. Cott (1987), no entanto, aponta que há um erro lógico nesta divisão. Os movimentos, mesmo que se alimentem um do outro, possuem fins que se distinguem: as sufragistas tinham como objetivo a instituição do voto feminino, sendo uma causa pontual. O movimento feminista, por sua vez, caracteriza-se pelo entendimento do voto feminino não como finalidade, mas sim uma das possíveis e necessárias ferramentas para seu verdadeiro objetivo: uma completa revolução quanto ao papel da mulher na sociedade, levando à emancipação política e social das mulheres. Muitas mulheres feministas eram também sufragistas e vice-versa.

Segundo Garrachón e Ten (2008), o feminismo da Primeira Onda também foi caracterizado pela articulação inicial dos feminismos anarquista e socialista; fim da escravidão em diferentes países; luta contra as condições brutais de trabalho de mulheres e homens; fim da prostituição e a visão objetificadora da mulher. A luta sufragista, no entanto, foi o seu principal expoente, principalmente por conta de seu caráter menos simbólico e mais pontual. Além de uma motivação que unia mulheres de diferentes classes sociais e opiniões políticas, era uma estratégia para conseguir não somente o direito ao voto, mas acesso ao Parlamento a fim de promover mudanças nas instituições e leis.

O movimento sufragista surge nos Estados Unidos como consequência da participação de mulheres em movimentos abolicionistas, com início por volta de 1830, e que cooperaram de maneira ativa. Para Gomes (1999), ainda limitada por homens, tal colaboração organizada serviu como degrau para a subida à esfera pública. Prova disso são os eventos ocorridos em 1840 durante o Congresso Mundial Antiescravista realizado em Londres. A delegação estadunidense era composta por quatro representantes mulheres, comprovando a importância da participação feminina na luta pela abolição da escravatura. O Congresso, no entanto, recusou-se a reconhecê-las como delegadas, pois este não era “o seu lugar”. Duas delas,

Lucrecia Mott e Elisabeth Candy Stanton, retornam aos Estados Unidos decididas a fortalecer a luta pelos direitos das mulheres (GARRACHÓN; TEN, 2008).

Em 1848, na então pacata cidade de Seneca Falls, no estado de Nova Iorque, Mott e Stanton convocaram uma convenção conhecida como a Convenção de Seneca Falls. O evento, que reuniu 68 mulheres e 32 homens, foi palco para o discurso de Stanton o qual proclamava a urgência da inclusão de mulheres na política e do direito ao voto feminino. Ele resultou na Declaração de Sentimentos⁸, documento que estabelecia 18 injustiças sofridas por mulheres e uma série de resoluções possíveis para tais desigualdades, sendo considerada a primeira obra do movimento feminista⁹.

Foi em Seneca Falls que homens e mulheres se reuniram pela primeira vez na história ocidental com o único propósito de discutir os problemas enfrentados por mulheres e articular demandas e ações coletivas pela equidade de gênero. Como observa McMillen (2008), antes da Convenção, as leis, tradições, doutrinas religiosas e políticas dos Estados Unidos sustentavam o status da mulher como subordinada ao homem. Ainda que o período sociopolítico dos ideais igualitários iluministas inspirasse diversas outras reformas – como educacional, no sistema prisional, abolição da escravidão –, nenhuma destas era tão radical quanto a dos direitos das mulheres, pelo simples fato de que estes eram inexistentes antes de 1848. A Convenção é considerada, então, o marco inicial do movimento sufragista e um dos mais importantes momentos da história do movimento feminista ocidental moderno.

Como citado, o movimento sufragista nasce intrinsecamente ligado ao movimento abolicionista, pois este possibilitou a oportunidade da atuação de mulheres no espaço público. Para avançar, entretanto, era preciso criar uma organização independente, fora do movimento abolicionista, própria das mulheres. O que já era uma tarefa complexa tornou-se ainda mais difícil por conta da irrupção da Guerra de Secessão em 1861, quando diversas mulheres que haviam iniciado os trabalhos em prol de suas causas voltam a se dedicar unicamente à causa abolicionista, liderada pelo Partido Republicano de Abraham Lincoln, em razão do contexto sociopolítico (MCMILLEN, 2008).

⁸ Tradução oficial. No original, “Declaration of Rights and Sentiments”. A Declaração foi disponibilizada online pela Parque Nacional Women’s Rights Friends e pode ser acessada em: http://www.womensrightsfriends.org/pdfs/1848_declaration_of_sentiments.pdf

⁹ A obra de Wollstonecraft é considerada o marco inicial do pensamento feminista, enquanto a Declaração de Sentimentos a primeira do movimento feminista. Essa distinção ocorre devido a obra de Wollstonecraft ter sido escrita como representação individual da autora, enquanto a Declaração de Sentimentos foi organizada e produzida coletivamente.

Ao fim da Guerra, a história ocorrida durante a Revolução Francesa se repete: as mulheres confiaram que o Partido Republicano, após o seu apoio massivo, defenderia a causa do direito ao voto feminino. Em 1866, porém, o Partido apresenta a 14ª Emenda à Constituição, que cedia o direito ao voto aos homens escravizados, negando explicitamente o voto às mulheres. O movimento abolicionista, temendo represálias, se cala diante às medidas republicanas.

A partir deste momento, as sufragistas se reúnem mais fortalecidas e, em 1869, Susan B. Anthony e Elisabeth Cady formam a Associação Nacional Pró-Sufrágio da Mulher, sendo a primeira iniciativa sufragista independente de partidos políticos, iniciando uma campanha estado por estado que culminou em 1918 na inclusão do voto feminino à Constituição.

O movimento sufragista teve forte expressão também na Inglaterra, onde as *suffragettes*, como ficaram conhecidas, utilizaram diferentes estratégias em relação ao movimento estadunidense. Em 1851, três anos após a Convenção de Seneca Falls, um grupo de mulheres inglesas se reuniu em Sheffield, no condado de South Yorkshire, endossadas pela filósofa Harriet Taylor. Em condição de igualdade incomum à época, Taylor era casada com o filósofo e economista utilitarista John Stuart Mill, com quem provavelmente dividiu a autoria da obra ‘A sujeição da mulher’, de 1869 (GARRACHÓN; TEN, 2008)

O ensaio de Stuart Mill teve grande repercussão, publicado em diversos países como Estados Unidos, Austrália, França, Dinamarca e Nova Zelândia, sendo uma das inspirações para diversos movimentos sufragistas e feministas ao redor do mundo. A linha argumentativa de Mill posicionava o sufragismo sob uma perspectiva liberal meritocrática: tendo as mulheres os mesmos dons e talentos que os homens, a democracia deveria ser imparcial, entendendo a origem das diferenças entre homens e mulheres como resultado dos contextos social e cultural, aproximando-se, portanto, do pensamento de Wollstonecraft¹⁰.

No entanto, todas as petições apresentadas por Stuart Mill à Câmara dos Comunes foram rejeitadas. As *suffragettes* continuaram a luta por meios legais durante quase quarenta anos, sem sucesso. Foi em 1903, após mais de 2.000 petições rejeitadas, que o movimento muda de estratégia e adentra a luta direta, performando atos de desobediência civil pelos quais são conhecidas até hoje, como greves de fome, incêndio às propriedades, cortes de fios de

¹⁰ Mesmo Stuart Mill, entretanto, em reflexão sobre o casamento, defende que o trabalho possa ser prejudicial à mulher devido aos prejuízos que isso traria para a esfera privada – o acúmulo de funções fora do lar acometeria o trabalho doméstico, educação dos filhos e afins. Assim, apesar de um marco para a história do movimento feminista, a obra de Stuart Mill não é considerada revolucionária.

telégrafos e interrupções durante os discursos parlamentares. Após cinquenta anos de luta, em maio de 1917 foi aprovada a Lei do Sufrágio Feminino (GARRACHÓN; TEN, 2008).

O movimento sufragista se espalhou e teve representantes em toda a Europa Ocidental. O feminismo, enquanto movimento também de conscientização, tinha como intenção a transformação das noções de feminilidade e submissão que foram induzidas às mulheres, sendo o movimento sufragista um grande veículo desta visão. O movimento feminista, composto por sufragistas e vice-versa, utilizou então a grande rede de comunicação e ativismo criada pelas *suffragettes* para se articular como um movimento social de relevância política, revigorando as outras demandas femininas para além do sufrágio (COTT, 1987).

Paralelamente, os movimentos de mulheres operárias e feministas de ordem socialista e anarquista avançavam em suas ações e demandas¹¹. O termo ‘feminismo’ comporta pensamentos heterogêneos, alguns até opostos. Em comum a todos os posicionamentos feministas, independentemente da corrente política em que se apoiam, são os fundamentos na base de que mulheres, enquanto coletividade, sofrem injustiças sistemáticas exclusivamente por conta do seu gênero. Toda feminista, portanto, tem consciência e reavalia a posição da mulher na sociedade (WHELEHAN, 1995).

O ponto de diferenciação essencial entre os diferentes feminismos gira em torno do termo “opressão”. Enquanto o movimento feminista liberal entende as raízes da opressão como o reflexo de uma visão absolutista do homem como detentor de um “direito divino”, um direito inato e natural sobre as mulheres - ou seja, em um terreno simbólico - a corrente socialista centra a análise da opressão no terreno econômico, entendendo que todas as relações de dominação e subordinação, dentre elas a da mulher, teriam suas raízes no sistema econômico de exploração.

Conseqüentemente, as duas correntes possuem soluções opostas para o problema da opressão: o feminismo liberal entende que o caminho da emancipação feminina é pela inclusão e adequação das mulheres aos ideais iluministas e ao capitalismo crescente; o feminismo

¹¹ Nota-se que, no entanto, que a historiografia do movimento feminista alinhado às correntes socialista e anarquistas é pouco citada, quando não excluída, da maioria dos textos que abordam a cronologia histórica do feminismo. Não há uma justificativa clara, mas, segundo Miguel (2014), os feminismos socialistas e anarquistas ficaram à margem da movimentação feminista ocidental por conta da radicalidade de suas propostas. Além disso, Granel (2006) afirma que os movimentos de mulheres socialistas e anarquistas, ainda que claramente feministas em seus propósitos, rechaçavam a nomenclatura “feminista” por associarem-na aos movimentos liberais ocorridas no século XVIII e XIX. Hoje, esses movimentos são considerados não como ações de mulheres à parte do feminismo, e sim diferentes correntes do movimento feminista.

socialista, pelo contrário, acredita que a emancipação ocorreria somente por meio de uma revolução que transformasse as relações econômicas liberais.

Segundo Granel (2006), o feminismo anarquista se aproxima do feminismo socialista uma vez que admite a necessidade de uma reestruturação econômica como passo imprescindível para a mudança nas relações de dominação e submissão. As anarquistas, no entanto, entendiam que isto não seria o suficiente para a emancipação feminina e humana. Seria indispensável um processo, fundamentado na negação da autoridade e afirmação da liberdade, que alterasse toda a maneira como as pessoas se relacionam, de modo a destruir todas as relações de poder, sejam elas a nível macro ou micro.

Alguns eventos e personagens marcaram a história dos feminismos de ordem socialista e anarquista. Em 1900, foi fundada em Nova Iorque a International Ladies' Garment Workers (ILGWU), um dos primeiros sindicatos cujos membros eram majoritariamente mulheres. A ILGWU teve dois picos de adesão causados por diferentes momentos. O primeiro, em 1909, ficou conhecido como 'A Revolta dos 20.000', quando um grupo de aproximadamente 20% das mulheres trabalhadoras da Fábrica Triangle Shirtwaist realizou uma passeata em frente ao local demandando melhores condições de trabalho. Impulsionadas por ela, outras mulheres tentaram deixar a fábrica, mas foram trancadas pela firma. Nos dias seguintes, o sindicato convocou a greve e aproximadamente 20.000 trabalhadores de indústria têxtil se juntaram ao movimento.

A segunda envolveu a mesma Triangle Shirtwaist, porém, em 1911. Em 25 de março a fábrica foi palco do histórico incêndio que vitimou 123 mulheres, muitas delas imigrantes e filiadas ao sindicato. Até 11 de setembro de 2001, esse era considerado o maior incêndio da história dos Estados Unidos. Ainda que não tenha sido o fator central para a proposta de instituição do Dia Internacional da Mulher, o incêndio de Triangle Shirtwaist foi um dos principais motivadores para a criação da data.

Em 1917, a Revolução Russa instituiu diversos ganhos para a classe feminina. De acordo com Miguel (2014), os bolcheviques, sob a liderança de Vladimir Lenin e Leon Trotsky, tomaram medidas imediatas para a melhoria das condições femininas. Diferentemente dos revolucionários franceses ou estadunidenses que, sob a luz dos ideais iluministas, excluíram as mulheres das reformas em prol da igualdade, o Partido Comunista realizou reformas matrimoniais, que incluíam o direito ao divórcio e a abolição do conceito 'ilegitimidade', legalizou a prática do aborto; instituiu a educação compulsória para crianças de ambos os

sexos até os 16 anos e eliminou as leis anti-homossexualidade remanescentes do regime czarista – ainda que algumas repúblicas soviéticas nos anos 20 considerassem a homossexualidade como crime. Muitas destas medidas, no entanto, sofreram o impacto da regressão instituída pelo período stalinista.

O grande destaque entre as feministas socialistas é Alexandra Kollontai que, após a Revolução Russa, tornou-se uma importante figura da administração soviética e a primeira mulher embaixadora da Europa. Miguel (2014) afirma que Kollontai foi uma das principais responsáveis pelos rápidos avanços em prol das mulheres instituídos na União Soviética e defendia causas bastante radicais em relação ao feminismo liberal, como o entendimento da família e casamento como estruturas de opressão e da responsabilidade pelas crianças como coletiva.

1.2.1.1 O contexto brasileiro: antecedentes e a influência do movimento estrangeiro

No Brasil, um quarteto se destaca enquanto antecedente do movimento feminista. Francisca Senhorinha, Nísia Floresta, Josephina Alvares de Azevedo e Leolinda Daltro são quatro nomes brasileiros recorrentes ao pensarmos em mulheres não-conformistas (CARVALHO, 2012).

A imprensa feminina na Europa – entendida como a imprensa produzida para e/ou por mulheres – surge em 27 de fevereiro de 1693 com a publicação do periódico londrino *The Ladies' Mercury*. Criado por John Dunton como *spin-off* do já existente *The Athenian Mercury*, o *Ladies' Mercury* é considerado o primeiro exemplar da imprensa feminina, já que foi pensado e publicado especificamente para as mulheres leitoras do *The Athenian Mercury*.

Nos anos seguintes, a imprensa feminina se propagou pela Europa e Estados Unidos, e exemplares como o *Le Journal des Dames*, periódico francês de 1759, causaram polêmica ao propagar reivindicações pró-mulheres. Mme de Beaumer, uma das diretoras, foi pioneira na utilização dos termos “autora” e “diretora”, existentes até então somente no gênero masculino (GELBART apud SOUTO, 2013).

Em 1808, a Família Real chega ao Brasil e traz com ela algumas transformações, duas delas especialmente significativas para o avanço do pensamento feminista: o início da imprensa brasileira (até então, toda a atividade de imprensa era proibida no país) e a criação das primeiras escolas para meninas. No Brasil, portanto, o fenômeno da imprensa feminina teve início somente alguns anos após a abertura da Gazeta do Rio de Janeiro, primeira publicação

em território brasileiro, inaugurada em 10 de setembro de 1808. Estima-se que o primeiro periódico destinado às mulheres tenha sido o carioca Espelho Diamantino, em 1827 (BUIIONI apud SOUTO, 2013). A imprensa escrita exclusivamente por mulheres, no entanto, teve início no Recife em 1850, com os jornais A Esmeralda e O Jasmim.

Neste mesmo período, surge no Brasil uma realidade já comum à Europa. É possível encontrar no ano seguinte à transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro os registros que confirmam o surgimento dos primeiros colégios privados exclusivos para meninas, que concediam educação para as filhas da elite local (MARQUES, 2004). No entanto, tais colégios não tinham por objetivo o conhecimento acadêmico, e sim, a educação do lar, ‘conveniente’ às moças.

Foi em Minas Gerais, no dia 7 de setembro de 1873, que entrou em circulação O Sexo Feminino, definido em seu cabeçalho como um “semanário dedicado aos interesses da mulher” (SOUTO, 2013, p. 11). A fundadora do semanário, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, era educadora e aproveitou seu conhecimento na área para tratar e defender, principalmente, da difusão da educação emancipatória da mulher (CARVALHO, 2012). O semanário também publicava artigos nos quais se posicionava favorável à abolição da escravatura e da pena de morte no país. No entanto, ainda que Francisca Senhorinha possuísse simpatia clara aos ideais positivistas e por poucas vezes autorizasse a publicação de temas relacionados ao movimento republicano, O Sexo Feminino preferiu, até sua última edição, evitar temas explicitamente políticos.

Josephina Alvares de Azevedo, por sua vez, não hesitou a tratar de temas políticos, em especial o voto feminino. Nome de peso na história das mulheres brasileiras, Josephina possui uma biografia obscura. Souto (2013) conclui que Josephina nasceu em Recife, mas as evidências são conflitantes. No Rio de Janeiro, colocou em circulação o jornal A Família – que tinha como exemplo as lutas de mulheres durante e após a Revolução Francesa –, tendo escrito o primeiro editorial do mesmo. Nele, Josephina afirma ter percebido o poder da imprensa “para romper um sono secular: a escravidão da mulher” (SOUTO, 2013, p. 82)¹². O ideal do jornal era, bem como O Sexo Feminino, a emancipação racional da mulher por meio de uma educação voltada para a construção de conhecimentos, não somente próprios do lar, mas também com almejo em ver mulheres tendo o direito de administrar o país.

¹² Souto dissecou o editorial de Josephina para A Família, o qual possui declarações favoráveis à igualdade entre os sexos em todos os setores da sociedade, em especial estatal, o que influenciaria sua luta pelo voto feminino. Ver: Souto, 2013.

Nísia Floresta, nascida no Rio Grande do Norte em 1810, foi uma das primeiras mulheres a de fato publicar textos em jornais. Educadora e escritora, Nísia foi diretora de um colégio feminino e autora de diversos livros em defesa das mulheres, das pessoas escravizadas e dos índios brasileiros. Sua obra de maior destaque foi também seu primeiro livro: a tradução de ‘Vindications of the Rights of Woman’, de Mary Wollstonecraft. Nísia Floresta, porém, não fez uma somente uma tradução, mas também se utilizou do texto de Wollstonecraft para incorporar suas considerações em relação à sociedade brasileira.

Em 15 de novembro de 1889 ocorreu no Brasil a Proclamação da República por meio de um golpe articulado entre fazendeiros cafeicultores e a elite militar. A liderança do movimento, que derrubou o governo monárquico brasileiro, coube a Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, dando início a República da Espada – fase que perdurou até 1894 na qual o comando político do país esteve nas mãos de militares.

O governo de Deodoro da Fonseca durou até 1891 e foi estabelecido como um Governo Provisório. Ainda que provisório, a gestão tomou medidas marcantes para o andamento da história brasileira. Foi neste período em que ocorreu a separação oficial entre Estado e Igreja; a criação da bandeira republicana brasileira; e, mais importante, a promulgação da Constituição de 1891. Entre as medidas estabelecidas pela nova Constituição, uma delas era a eleição direta para o chefe da nação. O voto, no entanto, continuou sendo privilégio de poucos – dentre os quais estavam excluídas as mulheres

A cidadania feminina plena continuava como um assunto pendente. Além do voto, os direitos à educação igualitária e ao acesso ao trabalho¹³ ainda eram privados às mulheres brasileiras. A falta de acesso aos direitos políticos era uma discrepância em relação ao crescimento do país registrado no mesmo período. O crescimento da indústria, da urbanização, dos cinemas, da imprensa e do desenvolvimento da educação de ambos os sexos estabeleceram mudanças progressivas de costume e a urgência por certas demandas sociais, sobretudo àquelas relacionadas as mulheres.

Em dezembro de 1910, um grupo de 27 mulheres se reuniu no Rio de Janeiro e, lideradas por Leolinda Daltro, assinaram a ata de fundação do Partido Feminino Republicano, tendo como objetivo integrar e representar a mulher na sociedade política, promovendo causas relacionadas ao progresso do país e à cidadania feminina. Segundo Carvalho (2012), a atuação

¹³ Entende-se “acesso ao trabalho” como o acesso de mulheres ao trabalho em condições dignas e o direito às mesmas posições ocupadas por homens, visto que mulheres pobres e negras já integravam o mercado de trabalho.

do Partido Feminino Republicano teve duração importante, porém curta e sem atingir um nível de organização nacional.

Neste contexto, a Primeira Onda do movimento feminista é ilustrada por Bertha Lutz, bióloga formada em Sorbonne. Bertha era filha de Adolfo Lutz, um importante cientista brasileiro que tinha influência junto à elite brasileira por conta de seus laços familiares. Ao estudar em Paris, Lutz teve contato com os crescentes movimentos feministas e sufragistas na Europa e Estados Unidos e, inspirada por eles, retorna ao Brasil em 1918 com o intuito de impulsionar os direitos das mulheres no país. Em 1919, fundou no Rio de Janeiro a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Em 1920, Lutz participou da League of Women Voters¹⁴, de onde voltou como a vice-presidente da Sociedade Pan-Americana.

A ideia da criação de ligas se espalhou pelo Brasil e, em 1922 - ano que reservou diversas outras iniciativas progressistas como a Semana de Arte Moderna de 22 e a criação do Partido Comunista Brasileiro - Bertha Lutz aproveitou de sua legitimidade junto à elite política e organizou o I Congresso Internacional Feminista, também no Rio de Janeiro. A adesão das Ligas Estaduais foi alta e, neste evento, foi fundada a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que tinha como objetivo a defesa dos direitos das mulheres e do voto feminino. Esse é considerado o marco inicial do movimento feminista brasileiro por ter sido a primeira vez em que mulheres de diferentes partes do Brasil se articularam coletivamente em prol de um objetivo comum.

Companheira de Bertha Lutz na fundação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, Maria Lacerda de Moura foi uma educadora, anarquista e líder comunitária mineira, atuando pelo fim do analfabetismo. Em 1918 escreveu a obra 'Em torno da educação', na qual indicava a educação como instrumento emancipador das mulheres. Apesar de ter fundado a Liga, Lacerda logo a deixou sob as bases de que a perspectiva adotada por Lutz beneficiaria somente um seleto grupo de mulheres. Como militante anarquista e por vezes admiradora de medidas adotadas pelo Regime Soviético, ela entendia que o feminismo deveria ser enxergado à luz das lutas de classe e contra as diferentes formas de autoridade.

Bertha Lutz, portanto, foi a face de um feminismo brasileiro mais voltado às elites, em um discurso reformista, enquanto Maria Lacerda de Moura defendia os anseios das classes operárias em um discurso revolucionário. Além dela, movimentos sindicais e de mulheres

¹⁴ Liga das Mulheres Eleitoras, em tradução livre. Organização civil fundada em 1920, após a conquista do voto feminino nos Estados Unidos, para impulsionar a participação de mulheres na esfera pública.

atuaram sob perspectivas anarquistas e socialistas na primeira fase do feminismo, sendo importante a atuação do grupo de operárias de ideologia anarquista “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. O movimento incorporou dois eixos de luta principais: a opressão sexista empregada por patrões e a demanda por melhores salários e condições de trabalho (PINTO, 2010).

Além delas, Carvalho (2012) destaca a figura de Elvira Komel, advogada mineira. Ávida opositora à oligarquia dominante da época, trabalhou na retaguarda do Movimento Revolucionário de 1930 criando o Batalhão Feminino João Pessoa, formado por 8000 mulheres. O movimento foi vitorioso e resultou na derrubada da República Velha, dando lugar à presidência para o líder revolucionário Getúlio Vargas.

O Código Eleitoral de 1932 instituiu a conquista do voto feminino, ainda que parcialmente. O sufrágio foi permitido somente às mulheres casadas com autorização do marido ou solteiras com renda própria. O sufrágio sem nenhuma restrição específica, por sua vez, foi instituído na Constituição de 1946 (RIBEIRO apud CARVALHO, 2012).

1.2.2 Segunda Onda e o paradigma da autonomia

A coerência do movimento feminista durante a Primeira Onda era contestável pois, segundo Cott (1987), suas questões centrais eram pouco desenvolvidas teórica e empiricamente, além de absolutamente contrastantes entre correntes. As tensões iniciais se baseavam, de um lado, das similaridades entre homens e mulheres como humanos e, portanto, também em direitos; do outro, nas características únicas das mulheres que trariam benefícios à esfera pública. Com o passar do tempo, cada uma das perspectivas foi se consolidando e influenciando diferentes correntes do feminismo, que se firmou enquanto movimento multifacetado.

A efervescência da Primeira Onda passou por um considerável abrandamento por três motivos principais: (a) a sensação de vitória em relação às conquistas alcançadas no campo legal, já que entre 1930 e 1935 muitos dos países que tiveram atuação dos movimentos sufragistas e feministas de ordem liberal já haviam legalizado o sufrágio feminino; (b) por conta da reestruturação de metas concretas e desenvolvimento de estudos e teorias próprias de mulheres; e (c) como consequência da crescente ascensão de movimentos nazifascistas a nível mundial, bem como a existência de uma angústia entre as populações quanto a emergência de uma possível guerra. Além disso, a União Soviética vivia sob a liderança de Josef Stalin, o que representou diversos retrocessos e repreensões para os movimentos de ordem socialista.

Eisenstein (2009) entende a Segunda Onda do movimento feminista ocidental no hemisfério norte como dividida em dois momentos: o feminismo trabalhista, entre 1940 e 1960, e o feminismo após os anos 60, que marca a ascensão de um feminismo *mainstream* e a farta popularização do movimento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a força de trabalho masculina de diversos países da Europa e nos Estados Unidos sofreu um forte baque. Os governos, necessitando preencher as vagas deixadas por milhões de soldados mortos ou invalidados, produziram uma forte propaganda a fim de encorajar mulheres a ocuparem tais postos – sendo a mais famosa delas a americana ‘Rosie The Riveter’¹⁵. Entre 1940 e 1945 nos Estados Unidos, a força de trabalho feminina cresceu mais de 50% e, em 1945, as mulheres formavam 36% da força de trabalho civil. Das novas trabalhadoras, três quartos do total eram mulheres casadas (COBBLE, 2004).

Após o final da guerra, a entrada de mulheres – em especial de mulheres casadas – em empregos tradicionalmente reservados não foi vista com bons olhos, tendo sido incentivada a volta das mulheres à esfera doméstica em seguida ao retorno dos soldados. No entanto, o mundo ocidental passava por uma intensa reestruturação econômica por conta das consequências da guerra – uns em estado de reconstrução, como a Alemanha, e outros em crescimento acelerado, como os Estados Unidos, o que significou a contínua entrada de mulheres no mercado de trabalho.

Em 1947, a estimativa é que cerca de metade das mulheres solteiras nos Estados Unidos faziam parte do mercado de trabalho, enquanto mulheres casadas representavam um quinto e mulheres viúvas um terço. Até 1965, o número de mulheres que constituíam a força de trabalho subiu em aproximadamente 10 milhões, sendo a maioria delas casadas e viúvas. Entre 1960 e 1990 este número subiu para 32 milhões, com destaque para a grande incorporação de mulheres de classe média e em posições de destaque (COBBLE, 2004).

Com o estímulo da crescente participação de mulheres no movimento trabalhista e sindical, Cobble (2004) afirma surgir uma nova consciência feminista. Ainda que algumas mulheres já fossem formalmente integradas ao mercado de trabalho desde o século XVIII, a maioria delas possuía histórias de vida similares. Agora, havia a inclusão de mulheres com perfis e trajetórias diferentes. A incorporação massiva de mulheres ao mercado do trabalho e ao movimento

¹⁵ Pôster ícone do movimento feminista que exibe uma mulher em posição corporal representativa de força e os dizeres “We Can Do It!”.

sindical, portanto, fez emergir ligações entre mulheres de diferentes condições sociais antes consideradas inimagináveis, tendo como consequência a abertura de constantes diálogos e a consciência de que todas elas, ainda que de diferentes formas, sofriam injustiças que eram próprias a todas as mulheres.

Irrompe, então, uma movimentação feminista propriamente trabalhista, cujas demandas eram traduzidas por benefícios como acesso à aposentadoria, equidade salarial, creche e licença-maternidade. Para esse novo feminismo, os objetivos deveriam balancear as necessidades das mais diferentes mulheres: mães, casadas, solteiras, pobres, viúvas... Cobble (2004) resume ao dizer que o novo fazer político feminista era enraizado na realidade da vida das mulheres. Era preciso entender as necessidades particulares das mulheres ao invés de buscar conformidade com o mundo dos homens.

Os anos 60 marcam o declínio do feminismo trabalhista e a emergência do feminismo *mainstream* de Segunda Onda. De 1960 em diante a força de trabalho feminina experimentou novas mudanças com a crescente entrada de mulheres de classe média, contabilizando mais da metade das novas incorporações, e em empregos considerados de alto padrão (EISENSTEIN, 2009).

A economia dos anos 60, portanto, passa a atrair cada vez mais mulheres casadas de classe média para o mercado de trabalho. Essa mudança não ocorreu por uma necessidade de subsistência destas mulheres ou específica de mão-de-obra, mas sim, por uma causa que significou o movimento feminista que se desenvolveu a partir desta época: a autonomia. Duas obras marcaram esse novo período: o *bestseller* ‘A Mística Feminina’ (1963), de Betty Friedan, e ‘O Segundo Sexo’ (1949), de Simone de Beauvoir.

Graduada e de classe média, Friedan foi uma ativista do movimento sindical feminista durante os anos 40. Em 1963 (FRIEDAN, p. 27), sua obra introduz o conceito de “o problema sem nome”: se as mulheres de classe média, casadas, bem-educadas, com filhos e vivendo em boas casas no subúrbio americano alcançaram o ápice da experiência feminina, o que faz com que se sintam constantemente frustradas com o caminho de suas vidas? A resposta seria a carência de sentido do Eu resultante da falta de autonomia pessoal, que poderia ser preenchida por meio de significações como o trabalho, a inserção e participação ativa no espaço público.

Também com foco na autonomia feminina, em 1949 a filósofa Simone de Beauvoir publica o clássico “O Segundo Sexo”. Dividido em duas partes, o livro inicia com uma reflexão de Beauvoir sobre a questão da mulher e por que, mesmo após as movimentações feministas e

suas conquistas, ela não parece resolvida. É então que suscita a questão central da obra: “Em verdade, haverá mulher? (...) Mas, antes de mais nada: que é uma mulher?” (BEAUVOIR, 1949, p. 7).

Beauvoir, bem como Irigaray (2002)¹⁶, busca entender a questão da mulher como O Outro do Sujeito homem, da mulher como definição não em si mesma, mas em relação ao homem e sem nenhuma relação de reciprocidade, ou seja, nunca com o Homem estando como O Outro:

Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem "nós". Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em "outros" os burgueses, os brancos. As mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem "nós". Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. Os proletários fizeram a revolução na Rússia, os negros no Haiti, os indochineses bateram-se na Indo-China: a ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam. Isso porque não têm os meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo. Não têm passado, não têm história, nem religião própria (...) (BEAUVOIR, 1949, p. 13)

É buscando entender como ocorre esse processo de submissão próprio do sexo feminino que Beauvoir chega à, provavelmente, conclusão mais famosa da história do pensamento feminista: ninguém nasce mulher, torna-se; e torna-se por meio de construções da civilização que elabora o Ser Mulher enquanto um produto existente entre o macho uno e a fêmea, o macho castrado, inferior. Beauvoir, portanto, faz a separação entre natureza e cultura, entendendo “mulher” como a expressão socialmente construída do sexo feminino.

Dessa maneira, Beauvoir indica a profunda relação existente entre aquilo que são como mulheres, pessoal, o contexto social e político que nos ronda, redefinindo as fronteiras entre o público e privado. Os requisitos para a libertação feminina dessa expressão, artificialmente construída para a submissão, seriam a independência econômica, a luta coletiva e, fundamentalmente, a educação para a autonomia.

O modo como a questão da autonomia foi levantada por Beauvoir e, principalmente, por Friedan¹⁷ se dirige às mulheres brancas de classe média, não possuindo muita ressonância

¹⁶ Ainda que ambas identifiquem de maneira similar a questão da mulher como o Outro, Irigaray e Beauvoir, contemporâneas, possuem visões opostas em relação à questão. Irigaray discorda de Beauvoir quando esta define o sexo feminino como secundário, argumentando que os sexos não deveriam ser entendidos de maneira hierárquica, e sim como um duo, sem primeiro ou segundo. A proposição de Irigaray é que a mulher seja considerada uma outra irredutível, um sujeito “dois” em sua real diferença e compreendida como Sujeito a partir desta. Enquanto a visão de Beauvoir pode ser considerada um postulado da igualdade dos sexos, a de Irigaray seria uma pela exaltação das diferenças.

¹⁷ O livro de Friedan se desenvolve a partir da perspectiva da “suburban housewife”, o retrato da dona de casa residente em bairros da classe média americana, figura representativa de um grupo social específico. A questão da representatividade em Beauvoir é mais complexa: a obra da filósofa entende que o Ser Mulher é a construção

entre mulheres negras, imigrantes e de classe trabalhadora. Entretanto, a questão geral da autonomia feminina e a noção de que “o pessoal é político” foram o marco teórico essencial de todas as correntes do feminismo desenvolvidas nos anos 60. Temas como liberdade sexual e sexualidade; direitos reprodutivos; violência contra mulheres – em especial o estupro marital –; igualdade salarial e de oportunidades formaram as principais demandas do movimento feminista *mainstream*.

Pode-se dividir as correntes do feminismo *mainstream* no hemisfério norte em duas orientações principais: os ativistas pela emancipação radical feminina e os ativistas liberais (FREEMAN apud EISENSTEIN, 2009). Os primeiros eram aqueles de correntes revolucionárias ou reformistas à esquerda, como o feminismo marxista e os feminismos lésbico e negro, enquanto os segundos eram aqueles que entendiam a inclusão plena da mulher no sistema capitalista, como a resposta ideal para as demandas do movimento feminista.

1.2.2.1 O contexto brasileiro: feminismo estatal e identidade em foco

Como situa Pinto (2010), a década de 1960 foi particularmente importante para a história do mundo ocidental, que experimentava o avanço de uma intensa efervescência político-cultural. Enquanto nos Estados Unidos surge o movimento *hippie* e a proposta de uma nova forma de vida, baseada em seu lema “paz e amor” como resposta ao crescente conflito no Vietnã, na Europa os movimentos estudantis e operários se uniram em prol de uma mudança da velha ordem, culminando na histórica greve geral de Maio de 68. A música vivia a revolução do rock’n’roll e do Festival de Woodstock; a pílula contraceptiva acabava de ter sido lançada; o movimento feminista colocava em pauta a questão da autonomia feminina e as relações de dominação e submissão entre homens e mulheres; e o movimento dos direitos civis americanos era liderado por Martin Luther King.

O Brasil e a América Latina, entretanto, viviam um período histórico marcado por tensões políticas e sociais. Em 1964, o Brasil sofre um golpe militar com a justificativa oficial de “evitar a ameaça comunista”, aprovando em 1968 o Ato Institucional n. 5 (AI-5), que

de um retrato de submissão em relação ao Ser Homem. A fêmea humana, em sua natureza, está em igualdade de capacidades ao macho humano, sendo a restrição de seus potenciais a consequência de diversos processos de dominação. Essa noção de igualdade, porém, foi base para o feminismo *mainstream* de ordem liberal, em especial nos Estados Unidos, buscar a abolição das demandas envolvendo proteções trabalhistas específicas às mulheres, centrais para o feminismo trabalhista composto primordialmente por mulheres da classe operária, com o argumento de que estas eram medidas arcaicas que reforçavam a diferença entre homens e mulheres. Os resultados desta tensão são vistos até hoje: nos Estados Unidos, onde o movimento de ordem liberal atuou com maior força, a licença-maternidade é composta por 12 semanas de licença não paga e é uma questão ainda latente nos tempos atuais.

legitimava poderes extraordinários ao Presidente da República – sendo o principal deles a possibilidade de suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão.

Além disso, a reorganização da economia brasileira gerou uma maior concentração de renda, aprofundando os níveis de desemprego e subemprego, gerando cortes dos gastos governamentais em áreas sociais - medida que teve impacto principalmente entre mulheres e crianças. É por conta das dificuldades econômicas que os feminismos brasileiro e latino-americano desenvolvem características únicas em relação aos movimentos do hemisfério norte: a ação coletiva de mulheres se organizou, primariamente, entre mulheres pobres da zona urbana e ao nível das associações de bairro e comunidades eclesiais de base (SAFA, 1990).

Enquanto parte do feminismo europeu e quase a totalidade do feminismo americano buscavam participação política por meio de ações que visassem a igualdade em relação aos homens, as mulheres brasileiras e latinas buscavam reafirmar suas identidades enquanto mulheres, esposas e mães. Neste sentido, a especificidade mais marcante do feminismo latino-americano, e particularmente do feminismo brasileiro, é a íntima relação de suas demandas com o Estado, em oposição ao mundo do trabalho ou da transformação simbólica-cultural. Isso não quer dizer, entretanto, que tais esferas tenham tido pouca influência no feminismo de Segunda Onda brasileiro, e sim que estas não foram a arena principal de atuação do movimento.

O crescimento do nível educacional de mulheres e da participação feminina no mercado de trabalho contribuiu para o alargamento do movimento feminista brasileiro, que lutava contra a exclusão feminina da esfera pública, principalmente à nível de organização político-partidária, já que muitas das mulheres de classe média eram também militantes no movimento de redemocratização ou em partidos de orientação socialista durante os anos 70. Entretanto, muitos de seus companheiros – amorosos e/ou de luta – entediam o feminismo como um “desvio” que atrapalharia as lutas centrais dos movimentos, sendo muitas de suas demandas silenciadas a nível partidário e, conseqüentemente, gerando uma frustração de mulheres feministas em relação aos partidos políticos.

Segundo Safa (1990), as feministas de classe média também dedicaram muito de seus esforços se envolvendo em projetos que visavam melhorias também nas condições de vida de mulheres periféricas, como a construção de creches; acesso aos serviços de saúde feminina; e criação de pequenos centros de acolhimento às mulheres vítimas de violência sexual ou

doméstica. Tais programas estimularam o diálogo e receptividade entre mulheres de diferentes classes sociais e consciência de gênero pela necessidade de redefinição de papéis tradicionais.

Junto a isso, as mulheres brasileiras e latinas significaram a questão da desigualdade no mundo do trabalho diferentemente das feministas do hemisfério norte. Safa (1990) aponta que, por conta da identificação primária enquanto mães e esposas, as mulheres brasileiras e latinas não viam o trabalho como a principal solução do “problema sem nome”. apontado por Friedan, mas o entendiam como uma fonte de independência financeira. A vida e laços políticos, seja por meio das associações de vizinhança, das comunidades eclesiais ou da participação em movimentos sociais diversos, respondiam de maneira muito mais completa os anseios por autonomia das mulheres do hemisfério sul, visto que por meio dela era possível garantir benefícios diretos à vida das mulheres enquanto mulheres, mães e esposas.

Entretanto, as mulheres possuíam desconfianças em relação aos canais reconhecidos de ação coletiva, como partidos políticos e uniões sindicais, por conta de estes serem dominados por representantes masculinos que invisibilizavam pautas femininas. Como resultado dessa frustração, as mulheres passaram a se organizar em grupos que, por meio do lobby¹⁸, apresentavam suas demandas diretamente ao Estado (SAFA, 1990).

Sob uma economia de austeridade e um duro regime militar, o feminismo se renovou à base da expansão das conexões de mulheres à nível de vizinhança e do diálogo entre feministas de diferentes classes sociais. A partir do final dos anos 70, muitos dos grupos que surgiram neste novo momento passaram a atuar como lobistas dos interesses femininos, em especial pela criminalização da violência contra as mulheres, e recebendo a atenção de instituições não-governamentais estrangeiras em prol dos direitos da mulher e da Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1975 já havia estabelecido, durante conferência na Cidade do México, aquele como o “O Ano Internacional da Mulher” e a década seguinte como a “Década da Mulher” (MIRANDA, 2009).

Até então, o regime militar brasileiro continuava a repreender quaisquer manifestações públicas de cunho feminista. Por conta de sua iniciativa, dois grupos informais, de caráter privado, buscaram patrocínio da ONU a fim de organizar um evento comemorativo em homenagem ao Ano Internacional. Os grupos conseguiram e, sob o título de “O papel e o

¹⁸ Entendido aqui como grupos de interesses cidadãos que buscam a aquisição de direitos via Estado por meio de argumentação racional.

comportamento da mulher na realidade brasileira”, realizaram a conferência no Rio de Janeiro, na qual foi criada o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. A partir desse momento, o movimento passou a ser cada vez mais legitimado no jogo político, sendo, como afirma Santos (2010), os contextos da participação de organizações internacionais e abrandamento da ditadura foram fundamentais para o avanço do tipo de feminismo estatal desenvolvido no Brasil.

Ao pensar no termo “feminismo estatal”, a concepção de Estado converge com aquela utilizada por Santos (2010), que

Concebe o Estado como um conjunto de *instituições diferenciadas* que, dependendo do contexto político, podem expandir ou restringir o reconhecimento dos direitos das mulheres. Numa perspectiva pós-estruturalista, o Estado (e os próprios movimentos feministas e de mulheres) é também concebido como um *campo de lutas discursivas e de poder* em que são legitimados e reconstruídos – não apenas representados ou articulados – interesses, direitos, identidades, categorias e relações sociais (SANTOS, 2010, p. 154)

Sendo o Estado um campo de lutas discursivas e de poder, o poder de interpretação dos sujeitos é fundamental para o estabelecimento de uma agenda. O Estado absorve e traduz demandas, a depender de como elas são articuladas e do contexto em que ocorrem, sendo preciso ao movimento feminista interpretar quais os momentos e maneiras propícios para uma absorção/tradução ampla das demandas, e batalhar para que estas sejam atendidas de maneira mais plena possível.

A grande influência do movimento feminista brasileiro a nível estatal é expressa pela Constituição de 1988. A violência doméstica, conjugal e sexual era o centro dos discursos e mobilizações feministas no Brasil (SANTOS, 2010), muito mais do que em outros países do hemisfério norte. A violência era (como ainda é) entendida como a maior expressão da injustiça de gênero, por ser uma questão próxima a todas as mulheres, independente de etnia, classe social ou ideologia política. Durante o confuso processo de redemocratização do país, as mulheres assistiram uma oportunidade política em termos de absorção/tradução Estatal, criando em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, composto por membros da sociedade civil e representantes do Estado. O Conselho foi responsável pela inclusão de boa parte das reivindicações feministas na Assembléia Nacional Constituinte de 1987, que terminaram sendo absorvidas em 80%. Muito por conta desse esforço, a Constituição Brasileira de 1988 é uma das mais progressistas no mundo no que diz respeito à igualdade de gênero, garantia de direitos e defesa das mulheres.

O feminismo de Segunda Onda no Brasil, portanto, teve características particulares em relação aos feminismos desenvolvidos no hemisfério norte, sendo a mais importante delas – a forte participação dos movimentos na arena do Estado – desenvolvida nos anos seguintes. No entanto, ainda que em roupagem um pouco diferente, a questão central das feministas brasileiras permaneceu a mesma de suas companheiras no hemisfério norte: a autonomia feminina.

1.2.3 Terceira Onda e o paradigma da escolha

Heywood e Drake (1997), analisando a Terceira Onda do movimento feminista em coletânea que mistura academia e suas experiências pessoais, a definem como

um movimento que contém elementos das críticas feitas pela Segunda Onda à cultura da beleza, abuso sexual e estruturas de poder ao mesmo tempo em que também reconhecem e fazem uso dos prazeres, perigos e poder definidor dessas estruturas (HEYWOOD; DRAKE, 1997, p. 3)

A década de 80 foi marcada pela hegemonização do neoliberalismo no mundo ocidental. Sob o comando de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, as duas grandes potências, Estados Unidos e Inglaterra, passavam uma reestruturação econômica, social e cultural. A nova geração de feministas - entre meados dos anos 80 e início dos anos 90, muitas delas filhas daquelas da Segunda Onda - nasceu em um mundo já permeado pelo pensamento neoliberal que prega, em suma, a primazia do indivíduo. Em entrevista à revista *Women's Own* de 1987, Thatcher professou a famosa frase que para muitos resume a ideologia neoliberal: “Isso [a sociedade] não existe! Existem apenas indivíduos e famílias”.¹⁹

Junto a isso, Sidler (1997) traz alguns dados sobre os Estados Unidos em pleno regime neoliberal, que correspondem ao resto do mundo ocidental. Ao final dos anos 80 foi registrada uma diminuição considerável da classe média estadunidense. A economia, cada vez mais global e permeada por novas tecnologias, passa a requerer profissionais mais especializados, sendo a educação um dos critérios de maior importância para definir ‘especialização’, mesmo em um contexto em que cerca de 75% dos da população não possuía um diploma universitário. O trabalho, antes considerado a válvula de escape da mulher de classe média, era agora uma necessidade inegável considerando o aumento no custo de vida e, em alguns lugares, a necessidade em bancar a educação dos filhos²⁰. O modelo heterossexual tradicional,

¹⁹ Tradução livre. A entrevista original foi transcrita pela Margaret Thatcher Foundation e pode ser acessada em: <http://www.margaretthatcher.org/document/106689>

²⁰ Nos Estados Unidos, as universidades são, em geral, instituições privadas e possuem altas taxas de ingresso e permanência. Mesmo as universidades comunitárias realizam cobranças.

em que o marido provém o orçamento enquanto a mulher cuida da casa, torna-se um artigo de luxo.

A necessidade latente de trabalho em uma economia cada vez especializada, aliada a uma cultura meritocrática de primazia do indivíduo e suas capacidades, formaram um cenário geracional altamente competitivo – especialmente para meninas. Contudo, a competição entre mulheres não era estimulada somente no âmbito profissional. Douglas (1995) afirma que a noção de sororidade, de que existe algo que une as mulheres independente de classe, etnia, geração ou território, é o mais poderoso dos conceitos feministas, e por isso também o mais ameaçador ao *status quo*. Eis então, novamente, a importância das representações e o papel da mídia em perpetuá-las.

O final dos anos 80 e anos 90 foram bombardeados por, além de uma insistente onda antifeminista, produções culturais que estimulavam a competição entre mulheres, principalmente àquelas mais novas, criando uma hierarquia feminina – cujo topo pertence a um tipo bem específico e irreal de mulher. Indústrias bilionárias foram construídas em cima de uma busca pelo padrão inalcançável do topo da hierarquia, expressão de uma competitividade própria entre mulheres. A noção de competitividade é intimamente ligada ao Eu e impulsiona o crescimento do individualismo, em especial para mulheres.

O feminismo de Terceira Onda, em constante (re)criação, tem como proposta redefinir o que é ser feminista em um mundo em que a individualidade tende a se sobrepor cada vez ao mais coletivo. Talvez o termo para descrevê-lo seja “híbrido”. Como disseram Heywood e Drake (1997), o feminismo de Terceira Onda dá seguimento às diversas críticas e demandas feitas pelo feminismo dos anos 60 - como a luta contra a cultura do estupro e as críticas às estruturas de poder que perpetuam a submissão da mulher - e avança em questões relativas à interseccionalidade de identidades, classes, etnias e regiões - como ao reconhecer as múltiplas formas de identidade, o combate ao racismo e a constante inserção da mulher não-branca às temáticas feministas, respeitando suas identidades e culturas. Ao mesmo tempo, é o feminismo moldado pelo paradigma da escolha²¹, em que a máxima é representada pela

²¹ As três ondas podem também ser definidas em relação aos paradigmas de ativismo. O grande paradigma da Primeira onda foi sufrágio feminino; da segunda, a autonomia; da terceira, a escolha. Diversos críticos à Terceira Onda apontam que não se pode viver sob um paradigma da escolha sem que a autonomia feminina tenha sido plenamente conquistada, pois não há escolha racional enquanto não existir autonomia. Ver: Snyder-Hall, 2010; Dines, 2011. Por outro lado, feministas da Terceira Onda criticam a eficácia das táticas utilizadas por feministas da Segunda Onda, e as consideram conservadoras em relação às liberdades individuais e, especialmente, sexuais. Ver: Baumgardner e Richards, 2000.

felicidade individual, mesmo que esta se alinhe às tais estruturas de poder, em contraste à máxima do “pessoal é político” que marcou a Segunda Onda.

Em paralelo a essas questões, desenvolvia-se a popularização do grande marco histórico da década de 90: a Internet. Já nos anos 80, com o avanço das tecnologias, Haraway (1985) argumentava que os limites, cada vez menos reconhecíveis entre pessoa e máquina, trariam a obsolescência das categorias ‘homem’ e ‘mulher’, fazendo nascer o modelo do ciborgue - fusão do animal e máquina. As relações entre seres humanos e tecnologia seriam cada vez mais íntimas, de modo a não ser possível determinar o limite de cada, sendo necessário que mulheres se tornassem cada vez mais tecnologicamente proficientes e politicamente atentas, já que o uso pelo uso não configuraria a revolução feminista possível pelo ciborgue. Por meio do pensamento de Haraway foram fundadas as bases do ciberfeminismo, vertente interessada em teorizar e explorar o ciberespaço, a Internet e as novas tecnologias como forma de ressignificar as identidades, afinidades e ocupações das mulheres.

1.2.3.1 O contexto brasileiro: terceira onda, feminismo e redes.

Ainda que muito se diga sobre a atual Terceira Onda do movimento feminista no hemisfério norte, Sardenberg (2014) entende, apesar da incorporação de novos discursos, estratégias e formas de organização; a Segunda Onda não chegou ao fim no Brasil, visto que as demandas essenciais do movimento - relacionadas à questão da autonomia e contra a violência de gênero - ainda não foram plenamente resolvidas. Inicialmente, a Terceira Onda se mostra mais como uma consolidação do feminismo estatal nascido na década de 80, juntamente à incorporação de questões latentes da nova geração na mídia e cotidiano. No entanto, foi possível observar a partir de junho de 2013 - quando milhares de brasileiros foram às ruas e às redes em um movimento geral de protesto iniciado após organizações do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de ônibus - o surgimento constante de campanhas feministas online e a criação de coletivos e iniciativas feministas com forte influência das redes sociais.

A grande e persistente questão do movimento feminista brasileiro, desde a Segunda Onda, é a violência contra as mulheres. Avanços como a Delegacia da Mulher, criadas em 1985 pelo governador de São Paulo André Franco Montoro, são algumas das conquistas do feminismo nesse âmbito, mas a absorção/tradução pelo Estado das demandas referentes a tal instituição não chegou perto da plenitude. Foi a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva que as demandas feministas passaram a ser absorvidas e traduzidas pelo Estado de maneira quase integral. Em janeiro de 2003, logo após sua posse, Lula criou a Secretaria Especial de

Políticas para Mulheres (SPM), com status de Ministério, antiga reivindicação do movimento feminista. Este foi um avanço notável para a causa feminista, já que, como explica Bohn (2010), uma agência estatal de políticas públicas próprias para mulheres é capaz de criar conexões no interior da burocracia pública, facilitando a introdução da perspectiva de gênero nas arenas decisórias do Estado.

Analisando a atuação da SPM durante o governo Lula, Bohn (2010) conclui que o status ministerial, a localização da agência no interior do Gabinete da Presidência e a contínua injeção de apoio governamental - juntamente à estreita relação da SPM com a sociedade civil organizada e o movimento feminista - criaram condições para uma ação eficaz da agência, que possibilitou novas alianças no âmbito governamental, entre o governo e ONGs feministas. Uma das principais vitórias foi a criação de uma lei sobre combate e prevenção à violência doméstica, pauta ignorada em governos anteriores. A Lei Maria da Penha foi aprovada em 2006 e traduziu quase integralmente as demandas do movimento feminista em relação ao tema, ainda que sua aplicação seja até hoje motivo de polêmica entre alguns agentes da lei.

No entanto, em 2016 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi extinta. Além disso, outras iniciativas que restringiam os direitos das mulheres foram levadas à câmara dos deputados, como a PL 5069, que criava novas regras de atendimento às vítimas de violência sexual e, na prática, dificultava o acesso ao aborto legal garantido desde 1940.

Atribuída a Simone de Beauvoir, uma frase célebre diz que “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (LOPES; GERMINIANI, 2016, p. 1). Por este motivo, as mulheres devem se manter vigilantes durante toda a vida, já que seus direitos não são permanentes. Em uma sociedade contemporânea, cuja base é o controle da informação, as intervenções na arena estatal precisam mais do que nunca estarem aliadas àquelas nas relações sociais e simbólicas, especialmente para os movimentos identitários como o feminismo, cujas representações são de suma importância para seu avanço. Ao buscar uma mudança de ordem simbólica, daquilo que é anterior à estrutura de verdade vigente, é possível promover transformações que vão às raízes. Para Viveiros de Castro (2002), “o simbólico não é o semiverdadeiro, mas o pré-verdadeiro, isto é, o importante ou relevante: ele diz respeito não ao que ‘é o caso’, mas ao que importa no que é o caso, ao que interessa para a vida no que é o caso” (CASTRO, 2002, p. 137).

Entendendo a mídia como tecido conjuntivo da sociedade (SHIRKY, 2011), o alcance desta e, conseqüentemente, da produção simbólica dela advinda, é indispensável ao movimento

feminista, de modo a formular estratégias para a mobilização, influência da opinião pública e transformações na ordem simbólica. Nesse contexto, os movimentos sociais em geral passaram a buscar um maior desenvolvimento e alcance de seus discursos por meio de formas próprias de comunicação. Investigando as novas dinâmicas dos movimentos sociais na era da Internet, Castells (2013) analisou movimentações ocorridas em diversas partes do mundo entre 2010 e 2013 e destacou como um dos padrões recorrentes entre elas a utilização do ciberespaço para organização, comunicação e a própria atuação do movimento.

Elemento fundamental para a compreensão dos novos modos de organização social, o termo ciberespaço nasceu junto ao clássico literário *Neuromancer* (1984), de William Gibson. Nele, o autor cunhou a expressão para designar o conjunto de redes de computadores como um espaço não físico por onde transitam informações e interações entre atores. Lévy (1999) utilizou a noção de ciberespaço construída por Gibson para caracterizar a transformação da geografia móvel da informação em algo sensível, um novo espaço de comunicação entre pessoas e, portanto, ação humana, proporcionado pela interconexão mundial de computadores:

É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999. p. 17)

Para Raffestin (1993), o espaço é dado, natural e anterior ao território. Este, por sua vez, é formado a partir do espaço como resultado de uma ação produzida por um ator sintagmático. Nessa perspectiva, o território é um espaço no qual se projeta um trabalho, ou seja, o resultado de relações humanas e, conseqüentemente, de poder. Portanto, o território se caracteriza, pelo processo de apropriação e construção social a partir do espaço dado.

O ciberespaço é, então, passível de territorialização humana. Ou seja, de uma ligação com o espaço que não é feita de modo determinista, mas sim, a partir de um conjunto de relações dinâmicas e construção de vivências – especialmente as comunicacionais. Contudo, é importante ter em mente que o ciberespaço e as interações que ali ocorrem não estão descolados de outros espaços e territórios humanos, sendo cada vez mais partes fundamentais da experiência social. Autores como Clay Shirky (2011) vão além e entendem a noção de um ‘ciberespaço’ como tendenciada ao desaparecimento, visto que ele se agrega de modo progressivo à realidade material, tornando-se parte constituinte desta. Segundo Shirky, as redes digitais não são, como costumava-se conceituar, uma alternativa à vida “real”, mas um

componente desta, e “tornam-se cada vez mais instrumentos coordenadores de eventos no mundo” (SHIRKY, 2011, p. 37).

Portanto, como afirma Leal (2015), os processos comunicativos no ciberespaço devem ser entendidos dentro de seus respectivos contextos sociais sem desconsiderar as novas possibilidades trazidas pela apropriação humana de um novo território:

Deve-se olhar a tecnologia a partir da perspectiva de observar as continuidades e descontinuidades dos modos de subjetivação e práticas sociais entre os antigos ambientes de sociabilidade e os novos espaços virtuais. Portanto, não se trata somente de avaliar os efeitos da comunicação política no ambiente virtual, mas, em uma abordagem cultural, entender as novas práticas de interação como condições para e sinais de uma mudança estrutural de como conduzimos nossa política, de como a opinião pública se forma (LEAL, 2015, p. 6)

Importante sociólogo político do século XX, Charles Tilly apontava seus estudos para as formas/padrões de ação de ações coletivas ou movimentos sociais, as quais denominou como repertórios de ação coletiva ou, mais tarde, como repertórios de confronto político (TILLY, 1976; 1993; 1995 apud ALONSO). Em resumo, tais repertórios ou formas de agir coletivamente estão associados a um processo histórico cumulativo e adequados às necessidades, oportunidades e ameaças de uma determinada organização coletiva. Ao longo da história, repertórios podem ser criados, adaptados ou mesmo extintos, dependendo da estimulação de fatores conjecturais.

Nesse contexto, a territorialização do ciberespaço pode ser avaliada como um elemento crucial para o surgimento de novos repertórios de ação coletiva na contemporaneidade, podendo estar casada às ações de rua ou feita exclusivamente online. No âmbito da comunicação, Castells (2013) destaca a autocomunicação de massa como um dos produtos do processo de ocupação do ciberespaço e sua influência na dinâmica das ações coletivas contemporâneas. Pois é ao compartilhar dores e esperanças no ciberespaço que os indivíduos sentem a segurança necessária para conectar-se entre si e formar redes, deixando de lado opiniões pessoais ou filiações organizacionais para reivindicar o direito de fazer história – a própria (CASTELLS, 2013).

O cenário de uma reunião de processos de autocomunicação possibilita uma vivência coletiva, tanto da indignação quanto da esperança, formando teias de apoio de modo que cada indivíduo, representado por um nó e interconectado a outros, possa se engajar em um movimento social. Segundo Leal (2015),

Cada compartilhamento de uma vivência pessoal de assédio pode ser pensado como uma atitude micropolítica, que sai do plano individual para unir-se a uma vontade coletiva de transformação de uma cultura que oprime as mulheres e trata seus corpos como objeto e como propriedade pública. (LEAL, 2015, p. 9)

O processo de territorialização do ciberespaço e a consequente produção de comunicação, vivência fundamental da territorialidade humana que nele possui uma nova dinâmica ao permitir modos de autocomunicação de massa, possibilitam a participação de novos atores nas produções de discursos, sendo estes não “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Compreendendo a força do ciberespaço como território de transformação social, o movimento feminista foi um dos que mais apropriou de sua lógica. Em especial, o ano de 2015 marcou a história das ações coletivas no país devido ao grande número de manifestações de cunho feminista organizadas no período. Chamada por veículos midiáticos como a Primavera das Mulheres, em alusão à Primavera Árabe²², a utilização do ciberespaço para organização de atos de rua, e também para campanhas exclusivamente realizadas nele, foi marcante na história do país.

Reis (2017) contabilizou, entre o ano 2015 e o primeiro semestre de 2016, 25 hashtags brasileiras aglutinadoras de conteúdo feminista, seja em forma de pressão junto ao poder público; gerar visibilidade às pautas do movimento; criação de campanhas de conscientização; sistematizar dados de referentes a políticas públicas; ou promoção de encontros ou partilhas de experiências. Este último objetivo é o grande motivador de hashtags altamente populares como #primeiroassédio e #meuamigosecreto, que buscavam incentivar mulheres a compartilhar relatos de abuso físico, sexual ou psicológicos sofridos ao longo da vida, e juntas aglutinaram cerca de 148 mil tweets (PERDIGÃO, 2016; TWITTER, 2015).

Assim, ao mesmo tempo em que as redes sociais apresentam ameaças às mulheres ao propagar a objetificação sexual e incentivar a auto-objetificação (ver: Cap. 2, seção 2.2.1.2), elas também aparecem como ferramentas possíveis de resistência feminista e de potencial transformador cultural. Segundo pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo (2010), entre 2001 e 2010 ocorreu um aumento na porcentagem de mulheres brasileiras que se consideram feministas – de 21% para 31%, sendo a maioria delas (40%) jovens entre 15 e 17 anos. Mais recentemente uma pesquisa encomendada pela marca Gillette Venus à Wakefield

²² Nome dado à onda revolucionária de protestos contra diversos governos do mundo árabe em 2011.

Research (2015) mostrou que, entre as nove nacionalidades estudadas, as mulheres brasileiras são as que mais se consideram feministas – um total de 65% das entrevistadas.

De acordo com dados do Google Trends (Gráficos 1 e 2), as buscas pelo termo ‘feminismo’ se mantêm estáveis, e baixas, entre 2004 e 2014. No entanto, elas voltam a crescer a partir do início de maio de 2014, período em que a campanha “Não mereço ser estuprada” ganha atenção das redes sociais e da mídia.

A partir daí outras datas relacionadas a marcos de atuação feminista na rede emergem: início de março de 2015, no Dia Internacional das Mulheres, quando o gráfico atinge seu primeiro maior pico; outubro de 2015, o primeiro grande pico de buscas e data da Marcha Mulheres Contra Cunha, quando mulheres de todo o país saíram as ruas - após coordenação na Internet-para protestar contra o PL 5069, que criava novas regras de atendimento às vítimas de violência sexual e, na prática, dificultava o acesso ao aborto legal; início de março de 2016, novamente com as mobilizações para o Dia Internacional da Mulher; final de maio e início de junho de 2016, o período de maior acesso no fragmento temporal escolhido, quando ocorre o estupro coletivo no Rio de Janeiro; e início de março de 2017 e 2018 com os protestos online internacionais da #8M.

Gráfico 1: Frequência de buscas pelo termo “feminismo” entre mai/2014 e mai/2018 por semana. O número 100 representa o ápice das buscas enquanto o 0 refere-se a dados insuficientes sobre o tema.

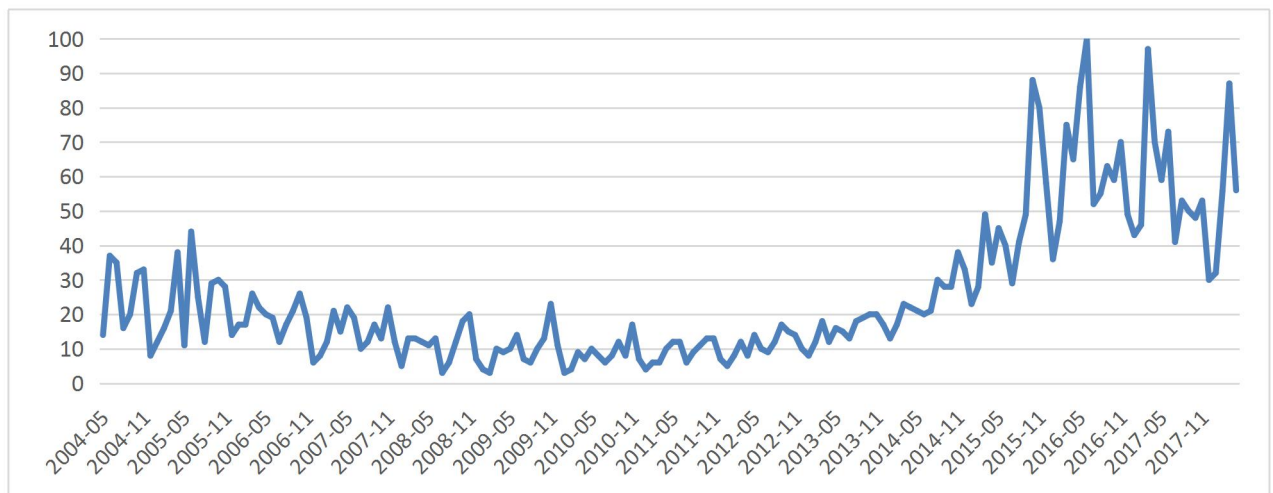
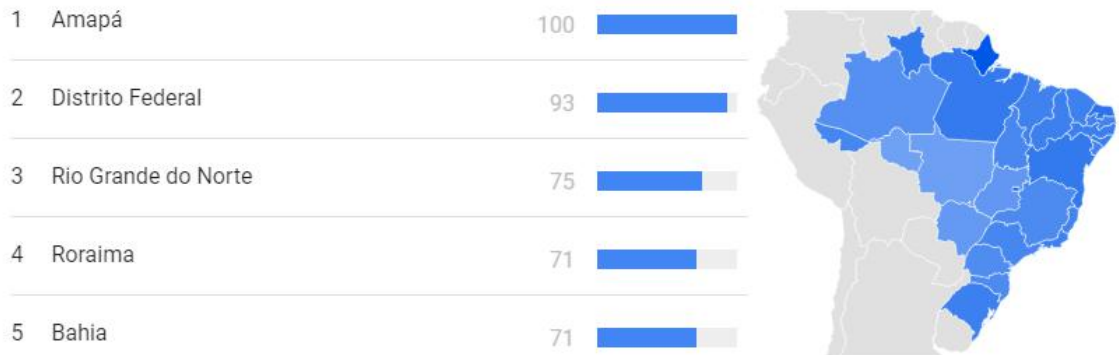


Gráfico 2: Estados com maior número de buscas pelo termo “feminismo” entre mai/2014 e mai/2018. Quanto mais próximo do número 100, maior o interesse da área.



Reis (2017) também aponta a criação de grupos ou perfis de suporte e solidariedade feminina nas redes sociais. No Facebook, grupos como ‘Indique uma Mina’ (96 mil integrantes) buscam criar uma rede de indicações de empregos somente para mulheres. Além dele, despontam também páginas como ‘Vamos Juntas?’ (473 mil likes), iniciativa para evitar que mulheres voltem sozinhas para casa, e ‘Chega de Fiu Fiu’ (70 mil likes), campanha pelo fim do assédio verbal nas ruas. No Instagram, perfis como o da jornalista Miriam Bottan (536 mil seguidores), Nátaly Neri (270 mil seguidores), Patrícia Avelino (44 mil seguidores) e Juliana Romano (224 mil seguidores) disseminam mensagens de amor próprio e aceitação corporal para mulheres.

Portanto, para compreender o feminismo de Terceira Onda, em especial no Brasil, é fundamental estabelecer, primeiramente, as dinâmicas de territorialidade na Internet e nas redes sociais, visto que a territorialização do ciberespaço e a subsequente criação de comunidades virtuais favorecem a multiplicação de redes de suporte e autocomunicação feminista. Essas são bases para o momento atual e influência tanto para a organização como para as formas de confronto utilizadas por movimentos atuantes na rua, sendo estes, por sua vez, também influenciadores das formas de organização dos movimentos atuantes exclusivamente na rede.

2. A CULTURA DO ESTUPRO: MITOS, OBJETIFICAÇÃO E EFEITOS

2.1. Breve história penal do crime de estupro no Brasil

Como coloca Sardenberg (2014), a violência sexual contra as mulheres é uma questão persistente para o movimento feminista no Brasil. Em setembro de 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou um relatório sobre a percepção quanto à violência sexual no Brasil. Nele, o estupro é claramente definido como um ato não somente de violência, mas de controle sobre o corpo da vítima e que esta é caracterizada, na esmagadora maioria das vezes, pela figura feminina (FBSP, 2016). Em 2015, as mulheres foram 89% das vítimas dos 45.460 casos de estupro registrados em todo o país, o que significa uma mulher estuprada a cada 13 minutos – vale destacar que a maioria das vítimas não denuncia o crime.

A repressão às práticas sexuais forçadas, em especial quando a vítima é a mulher, existe desde a Antiguidade. Os delineamentos, a compreensão e a criminalização da prática foram sendo concretizados ao longo dos séculos, mas as controvérsias sempre estiveram presentes em sua história (MANFRÃO, 2009). No Brasil, a violência sexual foi inicialmente prevista, formalmente, no Livro V das Ordenações Filipinas, diploma penal promulgado em 1603, no Título XVIII. Quem cometesse ou ajudasse o crime, definido como “do que dorme per força com qualquer mulher, ou trava della, ou a leva per sua vontade”²³ seria punido com a morte. Atitudes posteriores, como o perdão da vítima ou o casamento, não cancelavam a pena.

Em 1830, sobreveio o Código Criminal do Império, no qual o crime de estupro era previsto no capítulo II, secção I²⁴. Nele, variavam as penas a depender da condição da vítima. O artigo 219, por exemplo, especificava que ao “deflorar mulher virgem, menor de dezessete anos” caberia um dote à vítima e o exílio do culpado por um a três anos da cidade em que residir a vítima – caso ocorresse o casamento após o crime, as penas seriam canceladas. Prevista no artigo 222, a “cópula carnal por meio de violência ou ameaças com qualquer mulher honesta” possuía como pena o dote à vítima e a prisão por três a doze anos, enquanto para as vítimas prostitutas o mesmo crime resultava entre um mês a dois anos.

Entretanto, não há no Código Criminal do Império uma definição do que seria um estupro. O ato só foi descrito no Código Penal de 1890, artigo 269:

²³ O Livro V das Ordenações Filipinas está disponível no link: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>

²⁴ O Código Criminal do Império está disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades physicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcóticos. (BRASIL, 1890)²⁵

Contudo, mesmo após a definição mais abrangente do crime de estupro, o Código Penal ainda diferenciava as penas em razão da condição da vítima. Enquanto para “mulheres virgens ou não, mas honestas” a pena variava entre um a seis anos, para “mulher pública ou prostituta” o mesmo crime previa de seis meses a dois anos de pena. Ressalta-se também que o estupro, nesta visão, possui somente uma configuração – o homem como sujeito ativo e a mulher como passivo.

Em 1940 foi promulgado o novo Código Penal Brasileiro, ainda vigente. Nele persistiam os papéis de sujeito ativo e passivo no crime de estupro, tipificados no artigo 213, capítulo I, Título VI como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”²⁶. A pena era de reclusão variando entre 6 a 10 anos de prisão. Em 1990 o artigo 1º da Lei no. 8.072/1990 inclui o estupro e o estupro de vulnerável, consumado ou tentado, na Lei de Crimes Hediondos. O Código Penal de 1940 original também faz a diferenciação entre estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude. Segundo Santos (2013, p. 1), o Código possuía pontos polêmicos, destacando-se: a controvérsia entre o delito de estupro e o de atentado violento ao pudor; aquilo que chamou de “problemática do marido como sujeito ativo”; a manutenção dos sujeitos ativo/passivo; e o reducionismo da expressão “conjunção carnal”.

As controvérsias entre estupro (art. 213) e atentado violento ao pudor, definido pelo então artigo 214 como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso da conjunção carnal”, se baseavam nos constantes conflitos entre aspectos muito subjetivos para a diferenciação dos crimes e que, na prática não valiam, ainda mais após a Lei no. 8.072/1990 que prescreveu a mesma pena de reclusão para ambos os delitos (SANTOS, 2013, p.1).

Por sua vez, a problemática do marido como sujeito ativo residia especialmente no uso do termo “constranger” (coagir, obrigar, forçar). Conforme explica Maia (2007), existiam duas correntes sobre o tema: a de doutrinadores antigos, representados principalmente pelas figuras

²⁵ O Código Penal de 1890 está disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

²⁶ A redação do Título VI do Código Penal de 1940 anterior à Lei no 12.015/2009 está disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#parteespecialtitulovi

de Nelson Hungria e Magalhães de Noronha, que afirmavam não ser possível o estupro marital, pois exigir a conjunção carnal seria um direito do marido previsto no contrato de casamento e presente dentre as obrigações matrimoniais, não cabendo portanto o termo “constrangimento”. A segunda corrente, representada pelos juristas Julio Fabbrini Mirabete e Damásio de Jesus, defendia a existência do estupro marital com base no argumento de que não havia autorização na lei quanto ao emprego de violência ou grave ameaça em uma relação matrimonial.

Estas questões, entre outras, foram esclarecidas e detalhadas a partir das reformas realizadas pelas seguintes leis: lei no. 10.224/2001²⁷ - introduzindo ao Código Penal brasileiro o crime de assédio sexual; lei no. 11.106/2005²⁸ - com alteração de diversos trechos do Código a fim de promover a igualdade de gênero, como retirar os termos “mulher honesta” e a diferenciação entre estas e prostitutas; lei no. 12.015/2009²⁹ - e redefinição do delito de estupro, e lei no. 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha³⁰.

Na nova redação do Código Penal, alterada pela lei no 12.015/2009, o crime de estupro foi fundido ao de atentado violento ao pudor (antigo artigo 214) e ao de atentado ao pudor mediante fraude (antigo artigo 216), resultando na definição atual do artigo 213 que determina o estupro como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009).

Desta maneira, extinguiram-se as controvérsias presentes na expressão “conjunção carnal”, pois agora o constrangimento a outros atos libidinosos, que não necessariamente a conjunção carnal, também configuram crime de estupro. Além disso, o termo “mulher” foi substituído por “alguém”, eliminando a rigidez dos sujeitos ativo e passivo.

Por sua vez, a Lei Maria da Penha, chamada por Bueno (2011, p. 129) de “a mais recente e vitoriosa manifestação do poder de influência do movimento feminista brasileiro na promulgação de leis”, resultou de um trabalho de ONGs feministas que se organizaram formalmente em 2002 para a criação de um projeto de lei, voltado especificamente para o combate à violência doméstica.

²⁷ O texto da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10224.htm

²⁸ O texto da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm

²⁹ O texto da lei está presente no Título VI: Dos Crimes contra a Dignidade Sexual, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm

³⁰ O texto da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

É a partir dela que, além de muitas outras questões, elimina-se a controvérsia do estupro marital, a partir da configuração de violência doméstica como delito e sua definição como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Além disso, a Lei Maria da Penha também explicita a descrição de violência sexual e outros tipos de violências contra a mulher, conforme Tabela 1.

Tabela 1: descrição das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher segundo a Lei Maria da Penha.

Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	Definição de acordo com o art. 7, Capítulo II “Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher” da lei no. 11.340/2006
Física	Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal
Psicológica	Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação

Sexual	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos
Patrimonial	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades
Moral	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria

Segundo Bueno (2011), o movimento feminista brasileiro se dedicou com vigor à defesa das mudanças no Direito Penal, sendo esta uma de suas principais bandeiras a partir dos anos 80 - em especial no que diz respeito à questão sexual e à violência doméstica (ver: Cap 1). A modificação da caracterização do delito de estupro e a Lei Maria da Penha foram, portanto, um dos maiores legados do ativismo feminista no Brasil.

Algumas questões ainda são controversas dentre movimentos progressistas e o próprio movimento feminista. Para Bueno (2011, p. 89), se por um lado a associação entre o movimento feminista e o Direito Penal é positiva por representar “a mudança de perspectiva e postura do Estado acerca das relações privadas envolvendo a mulher”, conferindo também uma maior visibilidade às questões enfrentadas pela mulher e expostas pelo movimento

feminista, por outro é evidenciada a inconveniência do Direito Penal para a resolução da desigualdade de gênero. O problema da desigualdade e da violência contra a mulher persiste muito mais pela falta de poder e recursos do que pela falta da criminalização de condutas.

Além disso, o sistema penal brasileiro possui um histórico racista – e ainda o é, sendo homens negros a maioria da população carcerária no Brasil. Mulheres e homens negros compõem 51% da população brasileira, mas formam 67% da população carcerária (TORRES, 2016). Esses dados são reflexo de um sistema que, parafraseando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, é “injusto, seletivo e desigual entre o segmento social mais abastado e aquele dos cidadãos desprovidos de privilégios”³¹.

A mesma questão foi destacada por feministas em outros países, como nos Estados Unidos. Segundo Rutherford (2011), feministas negras salientam que as experiências de estupro e acusação de estupro de mulheres e homens negros eram fundamentalmente diferentes que as de mulheres e homens brancos, já que estão intimamente ligadas à história racista do país³². Além disso, há a preocupação de que as leis anti estupro fariam homens negros ainda mais vulneráveis às falsas acusações, ou mesmo falsas condenações. LaFree (apud RUTHERFORD, 2011) afirma que, mesmo em um sistema moldado para descreditar a vítima, a única exceção é o homem negro acusado de estuprar uma mulher branca.

Pode-se dizer, portanto, que a via penal constitui um importante meio para o debate do estupro dentro do movimento feminista, mas certamente não o único e também não o ideal. Assim, se a maior criminalização da conduta não resultou diretamente na eliminação ou mesmo na drástica diminuição do ato, é preciso pensar em outras maneiras de lidar com a questão.

2.2 Considerações sobre a cultura de estupro

Segundo Rutherford (2011), a violência sexual (bem como a iminência ou ameaça da mesma) esteve presente durante boa parte da história das mulheres, mas ainda nos anos 70 imperava em diversos países a noção de que o estupro ou a violência doméstica eram eventos raros,

³¹ Frase proferida pelo ministro durante a abertura do Fórum Nacional de Juizes Federais Criminais (Fonacrim), em 09 de outubro de 2017, com o objetivo de debater medidas para o trabalho da justiça criminal no país. Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-10/fachin-afirma-que-sistema-penal-brasileiro-e-seletivo-e-desigual>.

³² Também no Brasil, autoras destacam a herança da escravidão na visão social construída da mulher negra. Isildinha B. Nogueira (apud SOUZA, 2017) aponta para a forte ‘coisificação’ do corpo da mulher negra como serviço e alimento para a perversidade sexual de seus senhores, de modo que ainda hoje isto se reflete nos locais reservados à mulher negra na cultura brasileira: a mulata ultrassexualizada ou a doméstica complacente (p. 14).

exceções. Assim, havia uma realidade inegável de mulheres sofrendo abusos e, simultaneamente, estes se mantinham fora da pauta da realidade pública – a história do estupro é, neste sentido, uma história privada (RUTHERFORD, 2011).

Se hoje a violência contra a mulher – psicológica, física e sexual – é central ao debate do movimento feminista, em especial o latino-americano³³, Rutherford (2011) afirma que isso ocorre graças aos esforços de feministas nos anos 60 e 70, durante a segunda onda do movimento. Ainda que houvesse tentativas entre as ativistas do séc. XIX e início do séc. XX, as campanhas reivindicando os direitos sexuais femininos e que conscientizavam quanto a violência contra a mulher foram espremidas pelos parâmetros do movimento pela pureza social³⁴. Nos anos 60 e 70, por sua vez, o contexto cultural e a chamada revolução sexual³⁵ foram cruciais para o fortalecimento do debate (RUTHERFORD, 2011, p. 343).

Em 1971 nos Estados Unidos, o grupo feminista New York Radical Feminists (NYRF) realizou o primeiro evento público no país, cujo objetivo era reunir mulheres contando suas experiências de estupro. Quem sugeriu o evento foi a jornalista e ativista Susan Brownmiller, sob o argumento de que o público precisava ouvir das vozes das vítimas as suas experiências, para assim compreender a magnitude do estupro na sociedade ocidental (Bevacqua apud RUTHERFORD, 2011). No mesmo ano, a filósofa Susan Griffin publicou um artigo chamado *Rape: The All-American Crime* (trad. livre: Estupro: um crime americano).

Griffin (1971, p. 27) tem como questão central em seu artigo uma pergunta simples: por que homens estupram? O que constitui o perfil de um estuprador? A filósofa então volta-se para o que chamou de “cânones na apologética do estupro”: estupradores são doentes, fora de si,

³³ Uma pesquisa feita pelo Labic para a revista *Gênero e Número* mostrou que, durante o movimento #8M em 2017, o tema era mais muito mais recorrente em países latino-americanos com Argentina e Brasil, enquanto no hemisfério norte as temáticas mais presentes giravam em torno da igualdade de salários e oportunidades no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.generonumero.media/nas-redes-e-nas-ruas-8m-reforca-agenda-comum-do-feminismo-na-america-latina/>

³⁴ Paralelo às sufragistas na Inglaterra e nos Estados Unidos, o movimento pregava, em última instância, “que o sexo e a sexualidade são desejos bastante problemáticos que, caso não sejam controlados, irão derramar na sociedade e causarão danos incalculáveis” (HUNT, 1990, p. 25), tendo suas raízes fundadas na moral cristã. Entretanto, existia entre os puristas sociais a ideia de que as mulheres deveriam resistir à objetificação feminina feita por homens – caracterizada pela figura da prostituição – e, por conta desta crença, muitas sufragistas uniram forças ao movimento. Para Pleck (apud RUTHERFORD, 2011), devido ao movimento pela pureza social e à gradual diminuição da retórica das “mulheres diabólicas”, além de um aumento da participação de mulheres na esfera pública e a conquista do sufrágio feminino, a “indignação emocional” (p. 343) necessária para iniciar uma campanha pública de força similar às sufragistas havia desaparecido.

³⁵ Iniciada com a comercialização da pílula anticoncepcional (Allyn, 2000), a revolução sexual é uma das facetas das mudanças culturais ocorridas nos anos 60, em meio ao movimento hippie e a máxima do “paz, amor e rock ‘n’ roll”. Foi o início da quebra em massa de tabus sexuais, da luta e teoria organizada LGBT e da maior normalização da sedução e do ato sexual na cultura popular.

monstros marginais; ou que, não fosse pelo controle social, todos os homens estuprariam, já que o estupro é um comportamento natural e impulsivo. Para isso, ela parte de dados presentes no estudo *Patterns in Forcible Rape* (trad. livre: Padrões em Estupros Forçados), do criminólogo Menachem Amir (1965 apud GRIFFIN, 1971)³⁶. Reiss (1974) afirma que o estudo de Amir foi o primeiro a trazer tamanhas informações sobre homens condenados por estupro e suas vítimas, sendo até então o mais influente estudo sobre o tema.

Nele, Amir analisa 646 casos de estupro ocorridos na Filadélfia e conclui que homens que estupram, quando comparados aos homens do grupo controle, não apresentam quaisquer psicopatias ou distúrbios específicos. O desejo e personalidade sexual dos agressores são os mesmos de um homem do grupo controle, tendo apenas uma maior tendência em expressar violência e raiva (GRIFFIN, 1971)³⁷. Da mesma forma, a maior parte dos estupros é planejada, e não um comportamento impulsivo, sendo 58% das vezes em estupros individuais e chegando a 90% nos casos de estupro coletivo estudados (GRIFFIN, 1971).

Cruz e Batitucci (2007, p. 108) alertam, porém, que Amir afirma serem 19% dos estupros provocados pela própria vítima. Os estupros provocados pela vítima seriam, segundo ele, aqueles em que a vítima: 1. Consentiu com as relações, mas mudou de ideia em algum momento antes do ato; 2. Não negou de forma convincente o bastante; 3. Utiliza linguagens ou gestos que possam ser interpretados como um convite ao sexo). Além disso, Amir citou diversos fatores que ‘colaboram’ para o estupro: o consumo de álcool e drogas, em especial por parte da vítima, o uso de roupas provocantes, linguagem promíscua, má-reputação, ou “estar no local errado, na hora errada”.

³⁶ Não foi possível encontrar o livro em nenhuma das bases de dados utilizadas (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo e Google Scholar, que pesquisa entre inúmeros sites que hospedam artigos e livros científicos). A compra da publicação original está avaliada em \$1.600 pelo site da Amazon. Desta maneira, a alternativa encontrada para checar as informações foram resenhas do livro disponíveis online, como Reiss (1974) e Cruz e Batitucci (2007).

³⁷ Outros estudos, porém, apontam informações conflitantes. Abel, Barlow & Blanchard (1977) mediram as ereções de estupradores condenados e homens selecionados como não estupradores mediante descrições em áudio de cenas de estupro e cenas de sexo consensual. Os pesquisadores observaram que somente os estupradores possuíram ereções durante as cenas de estupro, e mesmo isso variava conforme o tipo de estupro cometido: a ocorrência foi maior entre aqueles com maior frequência de estupros, os que praticavam violência física em suas vítimas após ou antes do ato e aqueles que estupravam crianças. Costa e Mello (2012) avaliaram o perfil de 100 presidiários homens no estado de São Paulo cumprindo pena por estupro e concluíram que os agressores aparentam ter indicadores de personalidade antissocial, mas que os que matam suas vítimas após o ato diferem no histórico comportamental daqueles que não o fazem. As pesquisadoras, entretanto, admitem a necessidade de estudos futuros para melhor confirmação dos dados. Isso, porém, não invalida a hipótese de Griffin (1971), sendo consenso entre boa parte dos pesquisadores a influência cultural e familiar para o desenvolvimento do perfil cognitivo de um estuprador. Ver: Kanin (1985), Drieschnera e Langeb (1999), Yuksel (2015), Moraes (2016).

Assim, um dos mais influentes estudos sobre o estupro trazia duas informações chave: a de que estupradores não são intrinsecamente homens doentes que agem por um impulso sexual incontrolável e diferente daquele do resto da sociedade; que em certos casos a vítima possui culpa direta por seu próprio estupro; e que as mulheres possuem culpa indireta em seus próprios estupros ao se comportarem de uma ou outra maneira determinada. Partindo destas informações, a resposta simples para a pergunta de Griffin sobre o porquê homens estuprarem seria: homens estupram mulheres por culpa das mulheres, já que estas os provocam para tal.

Griffin (1971), porém, influi outra resposta: homens estupram porque são ensinados por todo um sistema cultural a estuprarem e porque este é um ato de demonstração de poder dentro da sociedade patriarcal. Assim, as mulheres não serão livres do estupro ou do medo de serem estupradas até que o comportamento masculino mude, comportamento este nascido e criado em uma cultura patriarcal.

Por mais complexa que seja a tarefa em precisar o que exatamente seja “cultura”, partimos, a exemplo de Sousa (2017), da referência de Chauí (apud SOUSA, p. 10) que entende a cultura como “em sentido amplo (...) o campo simbólico e material das atividades humanas”. Dizer que uma certa prática social é uma cultura confere a ela um conjunto de fatores que fazem com que tal comportamento seja caracterizado como algo corriqueiro, uma atividade humana. Isso não significa dizer que todos os homens são estupradores nem que a sociedade como um todo é responsável pela prática do estupro, mas sim que uma cultura machista é a fonte em que bebe este tipo de violência.

Griffin (1971) explica que outras sociedades, como os Arapesh, não possuem concepções da natureza masculina que façam com que a prática do estupro seja compreensível. A nossa cultura, no entanto, entende a sexualidade masculina como mais urgente que a das mulheres e que é da natureza humana viver o que é esperado de nós – daqui a ideia do estuprador impulsivo. Além disso, a mesma cultura que espera agressividade dos homens aguarda passividade das mulheres. Para Griffin, essa combinação forma um imaginário que, no fundo da “misteriosa” alma feminina, as mulheres vítimas desejam o estupro ou o comportamento sexualmente violento. Tal imaginário corrobora a apologética de que a maioria dos estupros são direta ou indiretamente provocados pela vítima, como colocou Amir em sua pesquisa.

Nossa cultura mistura a sexualidade masculina à violência³⁸, sendo o estupro um resultado inevitável dela. Isso se complica ainda mais ao pensarmos no papel da sexualidade feminina. Como coloca Griffin (1971, p. 29), existe a noção de que as mulheres querem dizer “sim” quando dizem “não”, e que é papel do homem insistir em transformar essa negativa em um aceite³⁹. Mais ainda, uma mulher considerada ‘decente’ precisa começar dizendo não e ser conquistada pelo homem, e não simplesmente dizer sim – como colocou o bilionário Warren Buffet durante entrevista ao canal CNBC em 2017: “Se uma moça diz não, ela quer dizer talvez. Se ela diz talvez, ela quer dizer sim. E se ela disser sim, ela não é nenhuma moça”⁴⁰.

Ainda assim, a mesma cultura heterossexual, que relaciona masculinidade simultaneamente ao sexo e à agressividade, espera que o homem seja também um protetor da mulher. A conclusão simples seria a divisão entre homens que protegem mulheres e homens que as violam⁴¹. Kanin (1970 apud GRIFFIN, 1971), porém, demonstrou no estudo *Sex Aggression by College Men* (trad. livre: Agressão Sexual por Homens Universitários) que os homens entrevistados que acreditam em padrões duplos de moralidade baseados em gênero (em especial o valor moral da virgindade feminina) são aqueles com maior tendência a cometer alguma forma de violência sexual.

Os homens que protegem as mulheres seriam aqueles ‘civilizados’ (negando sua tal natureza), e a civilização masculina atual seria um grande benefício para as mulheres. Estas, entretanto, não recebem tal proteção ou os benefícios da civilização gratuitamente – é preciso seguir várias regras comportamentais, como a castidade, o gosto e respeito pela monogamia, estar sempre junto a alguém (em especial à noite), determinadas maneiras de se portar, falar, vestir,

³⁸ “Você sabe o que dizemos para coisas como romance e preliminares? A gente diz foda-se! Esse não é mais um site para pirocas meia bomba tentando impressionar vadias ousadas. Nós pegamos lindas putas novinhas e fazemos com elas o que todo homem realmente gostaria de fazer. Nós fazemos elas engasgarem até a maquiagem começar a escorrer para então ficarem com todos os buracos doloridos – vaginal, anal, dupla penetração, qualquer coisa brutal envolvendo um pau e um orifício. E aí damos a ela aquele banho pegajoso”. Tradução livre da descrição presente no site *Gag me, Then fuck me* (trad. livre: Engasgue-me e então foda-me). Um único vídeo disponibilizado com o mesmo nome no site Pornhub possui mais de 400 mil visualizações. Entre os vídeos recomendados estão nomes como “Pequena escrava da foda”, “Garota leva uma gargantada brutal e cu amassado com força”, “Ela é fodida pelo rosto” e “Pobre loirinha leva tapas e é brutalmente fodida”, este último com mais de um 1,2 milhões de visualizações. A socióloga Gail Dines (2015) afirma que a pornografia é hoje a maior fonte de educação sexual para jovens. Em maio de 2013, os principais sites pornográficos recebiam mais visitas mensais que Netflix, Amazon e Twitter juntos. Citando pesquisa realizada por Bridges (apud DINES, 2015), Dines mostra que 90% das cenas pornográficas heterossexuais analisadas continham pelo menos um ato de agressividade contra a mulher.

³⁹ Existem diversas referências na cultura popular atual a esse estereótipo. Ver: Biel – Química, How I Met Your Mother s03ep13, Robin Thicke – Blurred Lines, Jamie Foxx – Blame it on the Alcohol.

⁴⁰ Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/entry/warren-buffet-women-comments-business_us_58b59f6be4b0a8a9b78664dc

⁴¹ Pesquisas mais recentes detalham maneiras em como diferenciar tais pensamentos, atualmente divididos entre ‘machismo benevolente’ e ‘machismo hostil’. Ver: Glick e Fiske (1996)

se divertir ou dançar, etc. A proteção masculina serve para impedir que a castidade seja involuntariamente quebrada, não valendo, portanto, para aquelas ‘desviantes’ – é o comportamento da mulher desobediente que precisa ser controlado, não o do homem (GRIFFIN, 1971, p. 30)⁴².

Junto aos primeiros eventos organizados por feministas dando voz às vítimas de estupro, as noções contidas no artigo de Griffin iniciaram uma mudança nos debates sobre o tema dentro do movimento. A partir dele, a teoria feminista começou a se organizar em torno do conceito de uma cultura que tem o estupro (e principalmente a constante ameaça de) como prática intrínseca para o controle das mulheres⁴³ e que, para entender e acabar com o estupro, era preciso não reprimir as mulheres, mas sim, compreender e transformar a cultura e seus papéis de gênero – o homem dominador, violento e insaciável por um lado e a mulher objeto, submissa, casta e com sua sexualidade restrita aos desejos masculinos.

Em 1975, quatro anos após a publicação de Griffin, Brownmiller – que organizou o evento em que mulheres falavam publicamente suas experiências de estupro – publicou a obra *Against Our Will: men, women and rape* (trad. livre: Contra nossa Vontade: homens, mulheres e estupro). O livro marcou os estudos feministas ao solidificar a definição de estupro como um meio de manutenção do poder masculino e trazendo uma vasta pesquisa histórica junto às vozes das vítimas de estupro.

A partir da publicação de Brownmiller, a violência sexual foi reconhecida como uma realidade pública e a ideia de estupro como um resultado cultural emergiu como um tópico de debate nas comunidades ativistas e científicas (RUTHERFORD, 2011). Concretiza-se a partir daí o conceito de uma cultura do estupro, um conjunto multifacetado de crenças, ações e

⁴² Em 1971, Griffin afirmou que “a reputação sexual da vítima de estupro é considerada um elemento crucial dos fatos sob os quais a corte decidirá pela inocência ou culpa” (p. 31). A prática jurídica ainda hoje tem esse conceito como respaldo. Segundo Vargas (2000), a testemunha da vítima tem caráter de prova reconhecido, mas os operadores do direito utilizam também “instruções informadas pelo modo como esses crimes são normalmente cometidos e suas características típicas (...). São essas instruções que permitem caracterizar, reconhecer e classificar o perfil dos envolvidos” (p. 185). Manfrão (2009) afirma que esses valores são transformados em estereótipos e preconceitos discriminatórios, portanto o Direito acaba por construir um saber anterior ao crime sobre os indivíduos, determinante para a forma como a justiça será aplicada (p. 30).

⁴³ E também dos homens, já que nessa mesma cultura em que a masculinidade é medida por padrões que relacionam homens à sexo e violência, quem se recusa a segui-la é socialmente excluído. Blanchard (apud GRIFFIN, 1971) cita em seu estudo a entrevista com um dos agressores em um estupro coletivo: “Eu estava assustado quando começou a acontecer (...). Eu queria sair, mas eu não queria dizer aos outros caras que eu estava, você sabe, que eu estava assustado” (p. 30). O documentário premiado *The Mask You Live In* (2015, trad. livre: A máscara em que você vive), dirigido por Jennifer Siebel Newsom, convida diversos especialistas em sexualidade, neurociência, psicologia, sociologia e pedagogia para discutir os efeitos tóxicos dos papéis de gênero masculinos nas vidas de homens nos Estados Unidos.

representações que constroem terreno tanto para o ato do estupro quanto para culpabilização da vítima.

Os estupradores, portanto, não são uma minoria que surge meio ao absoluto nada. Eles são, também, produzidos por nossa cultura. O modo como homens são desde pequenos socializados a pensar, a objetificar e a comprar os corpos femininos possui conexão com a maneira como eles irão se relacionar com meninas e mulheres (KATZ, 2015). Heldman (2015) chama esse fenômeno de “a grande armadilha” – criar meninos para se tornarem homens, cujas identidades enquanto ‘masculinos’ são baseadas na rejeição a tudo que é tido como feminino, para depois não compreendermos o porquê de muitos homens e boa parte da mídia não tratem as mulheres como seres humanos completos, e sim, como partes de um corpo, corpo este com o dever de ser moldado de acordo a visão masculina. Não obstante, no Brasil 88,5% das vítimas de estupro são mulheres enquanto, em média⁴⁴, 95,3% dos agressores são homens (IPEA, 2014).

2.2.2. Os mitos de estupro

As ideias estereotipadas sobre o estupro e suas vítimas são categorizadas na literatura como *mitos de estupro*, “crenças descritivas ou prescritivas sobre o estupro (como por exemplo causas, contexto, consequências, perpetradores, vítimas e sua interação) que servem para negar, trivializar ou justificar a violência sexual exercida por homens contra as mulheres” (BOHNER, 1998, p. 14). Para as mulheres, tais mitos podem servir para a autoproteção – acreditar que apenas as mulheres “desviantes” são estupradas é uma maneira de aliviar o peso do constante sentimento de vulnerabilidade de todas as mulheres (Lonsway; Fitzgerald, 1994). Porém, para os homens Burt (1978 apud VIKI et al., 2003, p. 282) propôs que os mitos de estupro servem como neutralizadores ou liberadores psicológicos de comportamentos sexualmente agressivos.

Em uma das pesquisas mais relevantes sobre a relação entre percepção acerca ao estupro e apoio ao ato, Burt (1980) entrevistou 598 homens e mulheres adultos de diferentes variáveis (idade, personalidade, experiência, nível educacional...) a fim de identificar o nível de concordância destes para alguns mitos populares em uma escala de (1) *discordo muito* a (2) *concordo muito*. A Tabela 2 demonstra alguns itens e suas correspondentes estatísticas, variando a partir de *concordo moderadamente* a *concordo muito*:

⁴⁴ Cálculo realizado com base na porcentagem de agressores sem variar a condição de idade das vítimas (crianças, adolescentes ou adultas).

Tabela 2: mitos de estupro e seus níveis de concordância em Burt (1980)

Ser tratada de maneira bruta é estimulante sexualmente para as mulheres ⁴⁵	37,4%
Muitas vezes a mulher finge que não quer fazer sexo para não parecer oferecida, mas na realidade ela está torcendo para que o homem a force	23,5%
Às vezes a única maneira que um homem consegue fazer uma mulher frígida sentir tesão é pelo uso da força	9,6%
Quando uma mulher sai sem sutiã ou usando saias e blusas curtas, ela está pedindo por problemas	52,4%
Uma mulher metida e que pensa ser boa demais para conversar com caras na rua merece levar uma lição	16%

Fonte: Burt (1980)

Através de entrevistas, Burt (1980) descobriu que quanto mais os adultos indicassem aceitação de papéis de gênero e violência interpessoal, maior a aceitação de mitos de estupro. Tais dados remetem a Griffin (1971), quando esta diz que a cultura heterossexual relaciona o papel social da masculinidade simultaneamente ao sexo e à agressividade. A maior aceitação dessa norma cultural é, conseqüentemente, um maior consentimento aos mitos de estupro e às justificativas criadas para a realização do ato.

Mais recentemente, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) buscou angariar dados sobre a percepção quanto à violência sexual no Brasil e para isso utilizou o nível de concordância dos entrevistados a alguns mitos de estupro:

Tabela 3: frases utilizadas na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança pública (2016) para determinar a percepção quanto à violência sexual no Brasil

Frase	Homens	Mulheres
Mulheres que se dão ao respeito não são estupradas	42%	32%

⁴⁵ A expressão “roughed up”, utilizada na frase original, não possui tradução direta para o português. É uma gíria que significa “foi submetido a violência física”, algo como espancado, esmurrado ou estragado por meio de alguma interferência física.

A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada	30%	30%
Temos que ensinar os meninos a não estuprar	91%	92%

Os dados da pesquisa presentes na Tabela 3 apresentam resultados interessantes. Ao mesmo tempo em que as porcentagens de aceitação aos mitos que culpabilizam a mulher, a população admite a culpa do homem ao concordar, majoritariamente, que meninos precisam ser ensinados a não estuprar. Infere-se a partir de uma lógica de educação para os meninos e, caso ela não funcione, a parte da culpa do estupro também é atribuída à mulher. O termo ‘educar’, entretanto, indica a mudança de dois dos mais comuns mitos do estupro – o de que o estuprador é um doente ou age por impulsivo, justamente aqueles que incentivaram a pesquisa de Griffin (1971). De qualquer maneira, ainda é possível verificar uma alta licença para os mitos de estupro que culpabilizem em algum grau a mulher.

Quem também colabora para esta narrativa são, sem surpresas, estupradores condenados. Scully e Marolla (1984) analisaram as justificativas dadas por 114 homens aprisionados por estupro, todos eles tendo como vítimas mulheres adultas, ainda que alguns tivessem vitimados adolescentes e 11% fossem também condenados por homicídio. Do total, apenas 26% deles possuíam algum histórico de problemas emocionais e menos de 5% pontuaram o suficiente em uma escala de psicopatia, corroborando mais uma vez para a tese de que o estupro não é fruto exclusivo de uma isolada mente perturbada ou doentia.

Divididos em dois grupos, 47% dos estupradores eram confessos (ou se tornaram confessos durante o aprisionamento) e 32% eram negadores, ou seja, não acreditavam terem cometido estupro. Entre os que negavam o ato, apenas 16% acreditavam ter sido injustiçados e completamente livres de culpa. O restante dos estupradores, portanto, apresentou a vítima como parcialmente culpada pelo ato do estupro. Mesmo entre os estupradores confessos haviam aqueles que acreditavam em algum nível na culpa da vítima. Como argumento, utilizaram como principais alegações: 1) as mulheres os seduziram; 2) as mulheres querem dizer “sim” ao dizer “não”; 3) a maioria das mulheres eventualmente relaxa e gosta⁴⁶; 4) boas

⁴⁶ Holmstrom e Burgess (1978 apud SCULLY e MAROLLA, 2014) entrevistaram 93 mulheres vítimas de estupro e nenhuma delas diz ter gostado em um momento sequer do ato. Além disso, concluíram que o estupro modifica o funcionamento sexual para a maioria das vítimas e transforma outros âmbitos de suas vidas, sendo muitas vezes necessário mudar de residência, escola ou emprego (Burgess and Holmstrom, 1974; Kilpatrick et al., 1979; Ruch et al., 1980; Shore, 1979 apud SCULLY e MAROLLA, 2014).

garotas não são estupradas; 5) foi somente um pequeno erro, não estupro; e 6) uso de drogas ou álcool por parte da vítima.

Scully e Marolla (1986, p. 352) também investigaram a comparação entre as visões e atitudes de estupradores em relação às mulheres com a de homens condenadas por outros crimes e encontraram uma similaridade no pensamento – o suporte aos mitos relativos ao estupro. Assim, a existência de tais mitos é tida como uma função sociocultural a fim de prover justificativas para o eventual ‘desvio de conduta moral’ (MORAES, 2016) que é o estupro.

Em casos de estupro cometido por conhecidos da vítima, Viki et al. (2003) sustentam que tanto machistas hostis quanto benevolentes⁴⁷ tendem a culpar a vítima. Além disso, o mesmo estudo aponta que os efeitos do machismo benevolente ou hostil são mediados pela percepção do comportamento da vítima. Diversos trabalhos corroboram os achados de Viki et al., como Krahé (1991), Cassidy e Hurrell (1995) que, em suas pesquisas, constataram que a percepção sobre o comportamento ou status social das vítimas de estupro têm um valor significativo para a construção de sua inocência ou culpa. Vianna, Bomfim e Chicone (2006) adicionam que o estupro cometido por familiares costuma causar um maior sentimento de culpa na vítima devido às dúvidas implantadas pela suspeita da família.

Também o âmbito legal é palco para pesquisas em relação à culpabilidade da vítima nos casos de estupro. Pesquisas conduzidas nos Estados Unidos (Vali; Rizzo, 1991; Corcoran e Thomas, 1991; Marx e Gross, 1995; Scronce e Corcoran, 1995), no Reino Unido (Johnson, 1995) e no Brasil (Pimentel et al., 1998; Coulouris, 2004; Ardaillon e Debert, 1987) demonstraram que fatores extralegais, como consumo de álcool ou drogas, vestimentas e histórico sexual da vítima, influenciam na atribuição da culpa às mulheres por juízes ou advogados, sendo fatores decisivos para o julgamento em casos de estupro.

⁴⁷ Glick e Fiske (1996) formularam a teoria da ambivalência em relação às mulheres e um método para classifica-lo, o *Ambivalent Sexism Inventory* (ASI). Deparando-se com o conceito comum do machismo como um braço da misoginia, os autores argumentam que essa visão não se atenta a um aspecto crucial para a compreensão do machismo: “os sentimentos subjetivamente positivos em relação às mulheres que muitas vezes andam lado a lado com a antipatia sexista” (p. 491), dimensão esta já prescrita como determinante na cultura do estupro segundo Griffin (1971). Assim, Glick e Fiske entendem o machismo como uma construção multidimensional, englobando o que chamaram de *machismo hostil* e *machismo benevolente*. O machismo hostil funciona de maneira mais simples, ao por exemplo dizer que “mulher no volante é um perigo constante” ou que “quem gosta de homem é ‘viado’, mulher gosta é de dinheiro”. São antipatias voltadas para um determinado grupo (mulheres) baseadas em generalizações prejudiciais ao grupo. O machismo benevolente, por sua vez, funciona de maneira diferente, com maior sutileza. São atitudes e crenças voltadas às mulheres que, da mesma maneira, as categoriza de maneira estereotipada, porém em categorias tidas subjetivamente como positivas, muitas vezes evocando comportamentos tidos como ‘pró-sociais’ (GLICK e FISKE, 1996).

Importante componente da cultura do entretenimento, a comédia é outro campo em que está presente a premissa de culpabilidade da vítima. Psicólogo e pesquisador da área, Thomas E. Ford possui uma extensa pesquisa⁴⁸ sobre o humor e seu impacto social, em especial o chamado humor depreciativo – categoria em que insere o humor machista. Para ele, o humor como meio de comunicação modifica a maneira como se interpreta uma mensagem, dando a ela uma certa leveza. É esta leveza, por sua vez, que convida o receptor (e muitas vezes o próprio emissor) a tratar um determinado sentimento ou discurso como uma brincadeira. O humor machista – ou o desmerecimento das mulheres por meio do humor – seria então uma maneira de propagar a discriminação sexual sob o leve véu da brincadeira sem maldade, excluindo, portanto, os desafios encontrados por um discurso abertamente ofensivo às mulheres como aquele não-humoroso (FORD et al, 2008).

Kehily e Nayak (apud BEMILLER e SCHNEIDER, 2010) analisaram o poder do humor sexista em alunos do ensino médio no Reino Unido e se depararam com o papel de piadas sexistas em um sistema de hierarquias heterossexuais entre os garotos. Eles as utilizavam, muitas vezes com insultos ligados à ideia de feminilidade, para ofender uns aos outros e, assim, solidificar os laços entre alguns e a exclusão de outros. Thomas e Esses (apud BEMILLER e SCHNEIDER, 2010) descobriram que homens classificados como ‘alto’ em machismo hostil eram mais propensos a contar piadas machistas, enquanto Greenwood e Isbell (apud BEMILLER; SCHNEIDER, 2010) demonstraram a ligação entre as piadas de “loira burra” e o machismo hostil.

Evidências também correlacionam o humor machista com a discriminação e propensão ao assédio sexual. Pryor (apud BEMILLER; SCHNEIDER, 2010) apurou que piadas machistas são a forma mais comum de assédio sexual no ambiente de trabalho e Ford et al. (2000, p.1) constatou que a exposição ao humor machista cria “uma norma social percebida de tolerância ao machismo em relação à exposição à comunicação não-humorosa ou de humor neutro” em homens com alta classificação em machismo hostil.

Além disso, pesquisas sustentam a conexão entre a apreciação do humor machista às atitudes de apoio ao estupro. Entrevistando 399 estudantes universitários, Ryan e Kanjorsky (apud BEMILLER e SCHNEIDER, 2010) descobriram que a apreciação do humor machista está associada ao apoio ao estupro e, entre os entrevistados homens, há uma maior probabilidade de participação em uma situação de “sexo forçado”.

⁴⁸ A obra do autor está disponível online: https://www.researchgate.net/profile/Thomas_Ford6.

2.2.2. Demais mecanismos e efeitos da cultura de estupro em mulheres

Vítimas e não-vítimas de estupro de três diferentes etnias (latinas, caucasianas e negras) entendem os homens como mais punitivos às mulheres em um cenário de estupro. Entretanto, mulheres latinas, tanto vítimas como não-vítimas, são aquelas com maior tendência em culpar a vítima, seja esta latina, negra ou caucasiana. Estas mesmas mulheres, quando vítimas de estupro, mostram maior estresse psicológico e comportamento obsessivo/compulsivo do que as vítimas de outras etnias (LEFLEY et al., 1993).

Isso significa que mulheres de cultura latina são as que mais culpam as vítimas de estupro e, simultaneamente, são as que carregam os maiores traumas psicológicos após um episódio de violência sexual. Estudos (Fischer; Williams apud LEFLEY et al. 1993) demonstram que latinos, homens e mulheres, apresentam um maior número de atitudes tradicionais em relação às mulheres e são mais suscetíveis a crer em mitos de estupro, bem como possuem uma crença cultural coesa e pouco dependente da geografia – ou seja, a cultura latina é similar em diversos locais do mundo (Landerman apud LEFLEY, 1993; Williams e Holmes, 1981). Tais descobertas, mais uma vez, estão em consonância à literatura já apresentada (Griffin, 1971; Burton, 1978; Burton, 1980; Scully; Marolla, 2014).

Lefley et al. (1993) postulam que atitudes em relação ao estupro são atribuídas às formas culturais que governam os comportamentos de homens e mulheres. Em grupos latinos, a contraditória coexistência do machismo e do marianismo⁴⁹ cria uma atmosfera de naturalidade para o desejo de homens em seduzir mulheres, mas ameaçador o pensamento de mulheres castas sendo violadas contra sua vontade (Stevens apud LEFLEY, 1993) ou mulheres agindo em não conformidade ao seu papel de castidade.

Desta forma, o estudo de Lefley et al. sugere que mulheres latinas são especialmente traumatizadas pelo estupro devido a uma tendência em se enxergar como culpadas e manchadas por ele. Gidycz e Koss (1991) vão ao encontro desta descoberta com um estudo que sugere que vítimas, independente da etnia, que internalizam visões conservadoras sobre o ato sexual e as circunstâncias em que ele deve ocorrer, são mais propensas a alguma forma de trauma psicológico decorrente do estupro do que mulheres com visões mais liberais ou menos restritivas.

⁴⁹Derivado do culto católico à Virgem Maria, o marianismo é a crença na superioridade espiritual feminina, entendendo-as como divinamente superiores, puras e espiritualmente mais fortes.

Barros et al. (2013) avaliaram que mulheres que sofreram estupros desenvolveram consequências psicológicas que persistem por anos após o ocorrido. Entre elas, incluem-se a diminuição da frequência sexual; perda ou diminuição do desejo sexual; risco de doenças sexualmente transmissíveis; trauma emocional; insônia; e a dificuldade em retomar a vida profissional e afetiva. Também a autoestima das vítimas sofre fortes impactos (Vianna; Bomfim; Chicone, 2006).

Mesmo mulheres que não sofreram um estupro passam por traumas relacionados a ele. Pesquisas indicaram que mulheres são mais propensas a serem perseguidas (Tjaden; Thonnes, 1998); têm mais medo de serem estupradas do que serem vítimas de homicídio ou qualquer outro tipo de crime (Warr, 1985) e por isso evitam sair à noite sozinhas (Mirrlees-Black; Allen, 1998). Quase a totalidade das mulheres brasileiras (85%) afirmam ter medo da violência sexual, com números chegando a 90% na região nordeste do país (FBSP, 2016). Até mesmo ler notícias sobre estupro afeta negativamente a autoestima feminina (Schwarz; Brand, 1983; Bohner et al., 1993).

2.3 A objetificação feminina como elemento crucial da cultura do estupro

Buscando compreender a construção da figura da mulher na sociedade ocidental, Frederickson e Roberts (1997) formularam a teoria da objetificação, que nasce com o intuito de agregar diversas pesquisas que vinham reconhecendo as consequências negativas da objetificação sexual nas vidas de mulheres e meninas, e é uma das mais populares teorias no campo dos estudos psicológicos sobre a mulher (LOUREIRO, 2014, p. 20).

A objetificação sexual é uma entre as possíveis formas de opressão baseada em gênero, mas, para Fredrickson e Roberts (1997, p. 174), ela é o elemento que influencia e também permite as outras formas, desde a discriminação no trabalho, passando pela trivialização das conquistas, dores e vozes femininas, até a violência sexual. De acordo com a definição das autoras, ela é “a experiência em ser tratada como *um corpo* (ou uma coleção de partes do corpo) valorizado predominantemente por seus usos para (ou consumo por) os outros”. Também Bartky (1990) entende o contexto da objetificação sexual como aquele quando as partes do corpo são separadas do sujeito e reduzidos a instrumentos capazes de representar uma pessoa.

Os corpos femininos são colocados em um contexto sociocultural, de modo a trazer luz às experiências vividas e riscos à saúde (física e mental) a que se expõem as mulheres que se deparam com a objetificação sexual. Admitindo que o corpo transmite significados sociais, o

corpo feminino representado e submetido à constante objetificação sexual carrega em si as marcas do contexto sociocultural em que está inserido. Segundo as autoras, “o corpo é a base para a distinção entre os sexos” (FREDRICKSON; ROBERTS, 1997, p. 174). A princípio, esse ponto de partida pode parecer determinista e esse é um dos motivos pelos quais o corpo foi por muito tempo ignorado em pesquisas não biológicas sobre as diferenças de gênero, que normalmente têm como foco a abordagem sociocultural – aquela em que as diferenças entre gênero pouco ou nada tem a ver com o corpo, e sim, com a maneira como meninos e meninas são socializados e os diferentes status e posições de poder ocupados por homens e mulheres.

Tudo isso é assumido como real: a diferença na socialização entre meninos e meninas é crucial para compreender os papéis de gênero e os locais e imaginários reservados à mulher em nossa cultura. Não cabe aqui dizer que a mulher (ou o homem) se reduz a sua forma biológica. Pelo contrário: é dizer que muitas vezes se perde de vista o fato de que o corpo é construído por mais do que a biologia. O corpo existe dentro de um contexto social e cultural e é também construído por meio de práticas e discursos socioculturais.

Assim, a objetificação sexual é a experiência em reduzir as mulheres a seus corpos – corpos estes que existem em função do prazer de outras pessoas. A teoria feminista a entende como uma das práticas de controle e disciplina do corpo feminino, pois a naturalização desta prática cria uma atmosfera de pressão às mulheres para adotar determinados comportamentos que aumentem seu apelo heterossexual, provocando assim uma expectativa e aceitação, entre ambos os sexos, de que as mulheres se conduzam, se entendam e sejam tratadas como objetos sexuais para os homens (Smolak & Murnen, 2011 apud LOUREIRO, 2014).

Da mesma maneira atua o estupro, pois o estado de constante medo da violência faz com que as mulheres se reduzam aos padrões estabelecidos como os de “uma mulher honesta”, aquela que, de acordo com os mitos de estupro, tem maior chances de evitá-lo. A objetificação sexual, portanto, é um componente crucial para a compreensão da cultura do estupro. Em uma sociedade que cria, por meio de diversos mecanismos socioculturais, uma imagem da mulher como um objeto exclusivo para o prazer masculino, não é surpresa a existência do estupro. Se, como coloca Felipe (2015, p. 3), a violência resulta no desaparecimento do sujeito autônomo e livre, a objetificação é a maior aliada para a cultura do estupro no sentido em que favorece para o ‘embaçamento’ da condição de sujeito autônomo da mulher anteriormente à violência realizada.

Loureiro (2014) cita os quatro componentes sugeridos pela Associação Americana de Psicologia (APA) para caracterizar a objetificação sexual:

a) o único determinante do valor de uma pessoa está em seu apelo ou comportamento sexual, excluindo-se outras características; b) o apelo sexual é baseado apenas na atratividade sexual, normalmente definida de maneira restrita; c) pessoas são objetificadas sexualmente, ou seja, tratadas como objetos a serem consumidos e não como sujeitos capazes de tomar decisões e agir de maneira independente; e d) a sexualidade é imposta de maneira inapropriada sobre uma pessoa (critério comumente aplicável em relação a crianças e adolescentes). A presença de um único componente é suficiente para ser considerado como indicativo de objetificação sexual (APA, 2007 apud LOUREIRO, 2014, p. 16)

2.3.1. Como funciona a objetificação?

A fim de entender como funciona a objetificação sexual, Frederickson e Roberts (1997) propõem que o ambiente cultural faz que com que meninas e mulheres introjetem tal comportamento e passem a tratar a si mesmas como objetos, constantemente observados e julgados por sua aparência ou modo de se portar, internalizando uma perspectiva externa sobre o próprio corpo e mensurando-o de acordo com termo de atratividade para outros⁵⁰ ao invés de valor e função para si (LOUREIRO, 2014).

É algo quase intuitivo e aparenta como natural por ser um processo iniciado muitas vezes antes ou mesmo no ato do nascimento: na criança nascida do sexo feminino, por exemplo, é comum a prática de furar as orelhas para o uso de brincos, acessórios de beleza. A auto-objetificação, como é chamada, se manifesta por meio de práticas de autovigilância, ou seja, o constante monitoramento da aparência corporal⁵¹, mas não de maneira narcisista, e sim, como uma estratégia para controlar a maneira como serão vistas por outras pessoas em um contexto de objetificação sexual (LOUREIRO, 2014).

Além disso, a aparência externa, vista como bela, pode ser considerada uma ferramenta de poder para as mulheres (Unger, 1979 apud Fredrickson e Roberts). Fazendo um apurado de pesquisas relacionadas a esta afirmação, Fredrickson e Roberts (1979) demonstram que a obesidade afeta a mobilidade de mulheres, mas não de homens; mulheres obesas têm menor chance de serem aceitas em faculdades em comparação às mulheres magras; mulheres tidas

⁵⁰ “Será que estou bonita? Essa roupa me valoriza? Batom vermelho cai bem para essa ocasião? Como devo me vestir para aquela reunião? Melhor não me depilar para evitar transar no primeiro encontro! Está muito quente, mas não posso sair de regata sem antes depilar as axilas! Qual pose me valoriza mais? Meus peitos são muito pequenos e isso me incomoda, preciso colocar silicone. Não me sinto bem ao olhar meus peitos caídos, preciso operar. Não posso sair de casa assim, sem maquiagem e desarrumada. Minha voz é muito masculina. Preciso dar um jeito nesse cabelo, nessa barriga, nessas coxas, nesse corpo”

⁵¹ Pode também ocorrer a vigilância dos modos de se colocar perante o mundo. Ver: Flynn (2012).

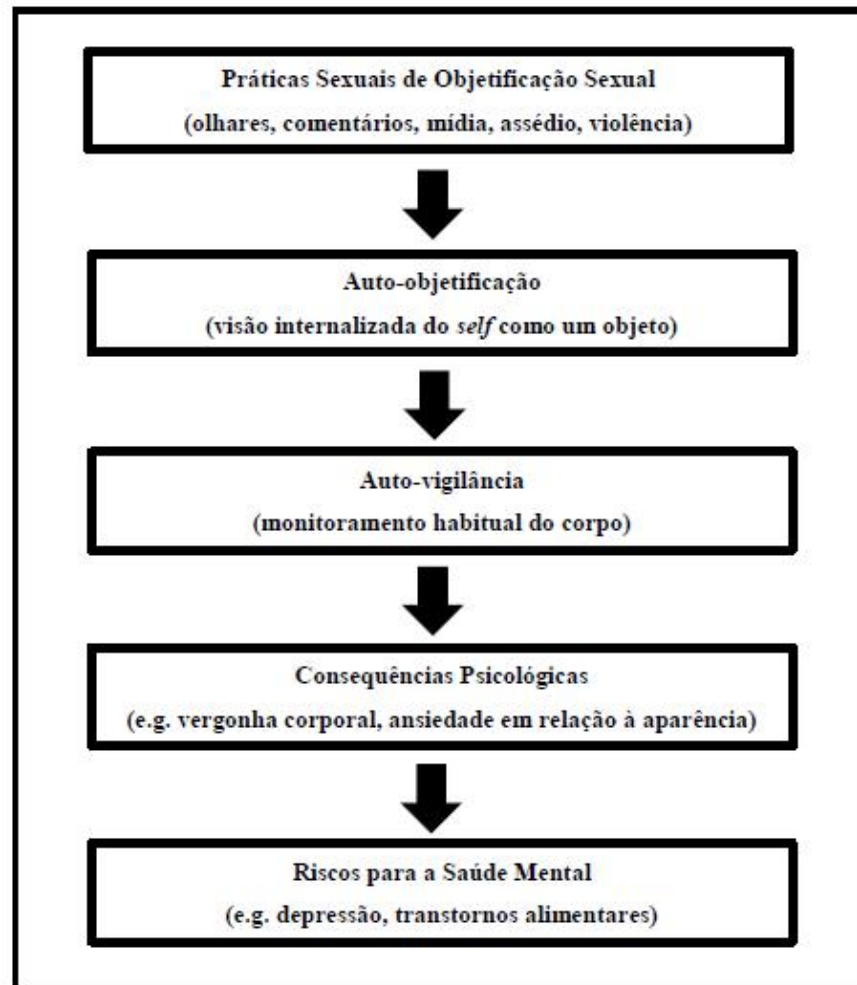
como pouco atraentes são descritas por seus colegas de trabalho de maneira mais negativa quando comparado às mulheres consideradas atraentes; e a adequação próxima ao padrão de beleza é mais correlacionada à maior popularidade e oportunidades de relacionamento para mulheres do que para homens.

Os próprios dados econômicos refletem essa realidade: segundo estudo realizado pelo SPC Brasil em 2016, em um cenário de crise econômico o brasileiro opta por cortar atividade de lazer ao invés de gastos com a beleza: 39% deixaram de economizar para comprar produtos ou serviços relacionados à beleza; 11% já deixaram de cumprir compromissos financeiros para priorizar a beleza; 44% também costumam comprar produtos de beleza para se sentirem melhor; e principalmente mulheres, 70%, compram apenas com o objetivo de se sentirem bonitas. Do total de compras, todos os produtos relacionados à cosmética (maquiagem, produtos para cabelo, cuidado com as unhas ou pele e tratamentos estéticos não-cirúrgicos) são consideravelmente mais consumidos por mulheres (SPC, 2016).

Além disso, dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica (ISAPS) mostram que em 2015 foram realizados 1,2 milhões de cirurgias plásticas e 1,1 milhão de procedimentos estéticos somente no Brasil (o país ocupa o segundo lugar no ranking mundial, atrás apenas dos Estados Unidos), com as mulheres representando 85,6% dos pacientes. Os procedimentos mais realizados são a lipoaspiração (remoção de gordura), implante mamário de silicone, mastopexia (levantamento dos seios), abdominoplastia (afinamento da cintura e definição do abdome) e procedimentos na face, como o lifting ('levantamento' da pele) e ritidoplastia (remoção de rugas). Entre procedimentos estéticos, a campeã é a aplicação de toxina botulínica (botox), com um aumento das aplicações nos lábios após a popularização do procedimento no Instagram⁵². No mundo inteiro em um ano, mulheres realizaram 18 milhões de cirurgias plásticas.

⁵² Em 2015, a *digital influencer* Kylie Jenner, com então 17 anos, fez aplicação de botox nos lábios e estes se tornaram uma sensação nas redes sociais e influenciaram movimentações virais como o 'kylie jenner challenge'. Jenner (hoje com 105 milhões de seguidores no Instagram) é tida como um ícone de beleza, especialmente entre adolescentes, e lançou sua própria marca de maquiagem com foco em batons e itens para os lábios. A marca registrou \$ 420 milhões em vendas nos primeiros 18 meses de funcionamento.

Figura 1: Modelo representativo da Teoria da Objetificação de Fredrickson e Roberts (1996)



Fonte: Loureiro (2014)

2.3.2. O papel da mídia na objetificação feminina

Assumindo a perspectiva de que a objetificação é interiorizada por meninas e mulheres, resta entender quais os mecanismos que criam e possibilitam tal atmosfera. Para Andrade (2001 apud LOUREIRO, 2014, p. 17), “a mídia, a publicidade, a indústria (comestológica, da moda, do fitness...) tornaram o corpo um artefato do mercado econômico/social/cultural”. O corpo é constantemente construído, desconstruído e reconstruído por meio desses discursos, que posicionam os indivíduos na sociedade de acordo com a assimilação ou não dos moldes prescritos (ANDRADE, 2001 apud LOUREIRO, 2014).

Em um relatório analisando o que chamaram de “fenômeno de sexualização de garotas”, a Associação Americana de Psicologia (APA) listou como evidências para a objetificação: 1. Mídia (televisão, vídeos musicais, letras de músicas, filmes, desenhos animados, revistas,

mídia especializada em esportes, jogos de videogame ou computador, internet, publicidade); 2. Produtos (bonecas, roupas, maquiagem); 3. Contribuições interpessoais (pais, escola, família, amigos e, de forma mais particular, tráfico sexual, abuso sexual e prostituição); e 3. Contribuições intrapsíquicas (acreditar que terão vantagens sociais, como a popularidade, ao comprarem a ideia de sexualidade e ter medo da rejeição social ao não fazerem isso) (APA, 2007, p. 4-18).

Segundo a APA (2007), todo material midiático simultaneamente produz e é produzido pela cultura. Esse material, por sua vez, é permeado por representações objetificadoras de meninas e mulheres em todos os meios, das revistas à internet, passando pelos videogames, programas televisivos, propagandas, filmes e músicas (Eaton, 1997; Grauerholz e King, 1997; Thompson e Zerbinos, 1997; Duffy e Gotcher, 1996; Lamb e Brown, 2006; Levin, 2005; Andsager e Roe, 1999; Andsager e Roe, 2003; Martino et al, 2006)

Por exemplo, na televisão, Grauerholz e King (1997) analisaram 81 episódios de séries televisivas no horário nobre americano. Deles, 84% possuíam pelo menos um incidente de assédio sexual, em uma média de 3.4 casos por programa. Thompson e Zerbinos (1997) observaram que em desenhos animados as personagens femininas são retratadas majoritariamente como interessadas em meninos, preocupadas com a aparência e os fazeres domésticos.

Eggermont et al. (2013) analisaram 9,369 cenas de vídeos e programas musicais e concluíram que 39,3% delas possuíam cenas sexualizadas, sendo predominantemente constituídas de corpos femininos adequados a um padrão de beleza ocidental. Aubrey et al. (2011) examinaram os efeitos de vídeos musicais contendo objetificação de mulheres entre homens universitários e concluíram que os participantes expostos a obtiveram maior aceitação de violência interpessoal e crenças sexuais adversas.

Em revistas voltadas para o público feminino (e conseqüentemente páginas de revistas na internet), a APA (2007) verificou que meninas e mulheres são constantemente expostas a guias de como se comportar em relação ao sexo masculino, de modo a garantir a atenção e o desejo sexual deste. Dines (2015) chama atenção para a presença de imagens sexualizadas de mulheres em fotografias veiculadas em revistas de moda e sites como o Instagram e destacou o que chamou de “*fuck me look*”. Segundo ela, todo produto midiático possui um receptor em vista durante sua elaboração. Assim, muitas imagens de mulheres na mídia possuem o *fuck me look*, olhar feminino direcionado ao desejo sexual masculino.

Figura 2: exemplos do *fuck me look* em capas da revista Rolling Stones.



Em relação às redes sociais, a bibliografia ainda não é extensa. Entretanto, diferentemente de outras mídias, nela impera a auto-representação. Lee (2016) argumenta que a autoconfiança e apresentação em sites como o Facebook andam de mãos dadas. A busca por autoestima possui uma grande influência em como as pessoas se apresentam aos outros e é, nas redes sociais, essa apresentação é uma escolha – quem decide quando, como ou o que postar é o próprio usuário. Para a mulher, no entanto, muitas vezes isso representa uma ultra-sexualização do corpo, e por quê?

Segundo Dines, faz parte da natureza adolescente querer ser notado ou incluído e Gill (apud McGuire, 2016, p. 12) afirma que especialmente mulheres têm medo da invisibilidade. Em redes sociais, receber curtidas é a maneira de validação da postagem e, conseqüentemente, do eu. Assim, receber curtidas nas redes sociais é o equivalente a ser visível, ser *alguém* – e a maneira mais simples de chamar a atenção é se auto-objetificar por meio de imagens sexualizadas. A ampla difusão de *selfies* e *apps* como o FaceTune, por sua vez, são a grande face da auto-objetificação, já que a própria mulher se fotografa e se edita de modo a adequar-se aos padrões de beleza (SCHMITZ; TRAMONTINA, 2016).

McGuire (2016, p. 39) analisou a relação entre o Instagram e gênero, com foco em *sorority girls*⁵³, e concluiu que as mulheres participantes de *sororities* publicam imagens de si de modo a reproduzir um padrão de beleza branco, rico e hétero e alimentar uma rivalidade feminina baseada em aparência. Em reportagem realizada pelo jornal *The Guardian*, jovens mulheres afirmam que o Instagram é uma grande causa de insegurança devido a constante

⁵³ Populares em universidades dos Estados Unidos, *fraternities* e *sororities* (fraternidades e sororidades, em tradução literal) são organizações sociais presentes dentro da universidade. As fraternidades são as organizações formadas apenas por homens e as sororidades apenas por mulheres. As organizações costumam possuir casas próprias onde os membros da mesma possam habitar ou realizar festas e encontros sociais.

exposição de imagens idealizadas de colegas e celebridades, gerando comparação e frustração com a própria imagem⁵⁴.

As imagens objetificadas produzidas pela mídia também são carregadas de estereótipos étnicos: mulheres negras são também comumente retratadas como animais (Cowan, 1995 apud Fredrickson; Roberts, 1996) e mulheres asiáticas como subservientes (Root, 1995 apud Fredrickson; Roberts, 1996). Enquanto homens tendem a ser representados com ênfase no rosto, mulheres são com ênfase ao corpo, tendo muitas vezes sua cabeça eliminada ou partes do corpo recortadas de modo a dar foco em um determinado local. Esse fenômeno é ainda mais comum na reprodução de imagens de mulheres negras (Zuckerman; Kieffer, 1994 apud Fredrickson; Roberts, 1996).

Assim, retomando a conclusão da APA (2007), diversas pesquisas confirmam que os materiais midiáticos estão permeados de situações em que representam as mulheres como objetos sexuais. Estes são alguns dos mecanismos culturais que facilitam e promovem a objetificação feminina proposta por Fredrickson e Roberts (1991).

2.3.3. A objetificação e os riscos para a saúde mental feminina

Estudos vêm demonstrando como a insatisfação corporal, internalização de ideais de beleza e percepções distorcidas da própria imagem estão relacionados ao consumo por meninas e mulheres de propagandas (Harper; Tiggemann, 2008), internet (Lira et al., 2017), programas de televisão (Aubrey, 2007), revistas de moda (Aubrey, 2007), vídeos e letras musicais (Borzekowski et al., 2000).

O Instituto Patrícia Galvão (2013) concluiu que 58% das mulheres brasileiras acreditam que a mulher é mostrada como um objeto sexual e 84% concordam que o corpo da mulher é usado para promoção das vendas de produtos. Além disso, 60% dos entrevistados consideram que as mulheres ficam frustradas ao não atingir o padrão de beleza das propagandas (tido como a mulher branca [80%], loira [73%], cabelos lisos [83%], olhos claros [75%], magra [87%] e jovem [78%]) e 65% concordam que o padrão de beleza das propagandas é distante da realidade brasileira. Demais dados suportam a tese de que as mulheres querem alcançar o padrão de beleza mostrado nas propagandas, ao mesmo tempo em que gostariam de ver mais mulheres próximas à realidade geral brasileira representadas (IPA, 2013).

⁵⁴ Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2015/nov/04/instagram-young-women-self-esteem-essena-oneill>

Lira et al. (2017) encontraram um índice de 80% de insatisfação corporal entre mulheres, independente da classe social, e afirmam que a descoberta está de acordo com a literatura psiquiátrica, que prediz que a norma entre o sexo feminino é a insatisfação corporal. Chamada de “descontentamento normativo”, esse fenômeno já foi identificado até mesmo em crianças entre 7 e 10 anos (Costa et al., 2016, p. 168) e é solidificado durante a adolescência. Fortes (2015) constatou que a insatisfação corporal e a internalização de ideais de beleza contribuem em comportamentos de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares em adolescentes do sexo feminino.

Além de distúrbios alimentares e ataques à autoestima, Fredrickson e Roberts (1997) chamaram atenção também para o “olhar objetificador” (*objectifying gaze*⁵⁵, no inglês), aquele que incide sobre o corpo de outra pessoa como uma inspeção minuciosa. Elas fazem a divisão entre o “olhar sexualizante” (*sexualized gazing*), presente por exemplo em situações de flerte, e o olhar objetificador, que reduz a mulher a um objeto sexual. Entretanto, frisam que em situações de olhar sexualizante está presente a possibilidade de objetificação sexual.

Kozee et al. (2007) associaram-no à vigilância do corpo e internalização de ideias de beleza. Calogero (2004) observou que a antecipação de situações em que o “olhar objetificador” pudesse se fazer presente causou nas mulheres um aumento da ansiedade e vigilância em relação à própria aparência⁵⁶. Saguy et al. (2010) compararam a atuação frente às câmeras e descobriram que, quando as lentes focam em seus corpos (em comparação ao foco no rosto ou utilização apenas da voz), as mulheres falam menos.

Percebendo a falta de pesquisas em situações interpessoais do olhar objetificador, Gervais et al. (2011) estruturaram um estudo que pudesse trazer algumas evidências, além de estudar a diferença na percepção do olhar objetificador para homens e mulheres. Os participantes do estudo foram divididos entre grupo controle e grupo objetificado. Os integrantes deste foram colocados individualmente em uma sala com um entrevistador do sexo oposto que, durante o

⁵⁵ Não existe um termo correlato em português para a palavra “gaze”. As definições mais próximas seriam a de um “olhar fixo” ou “olhar contemplatório”. O mais próximo seria a gíria “secar”, ex. “estou secando aquela mina”.

⁵⁶ No Brasil, a expressão “corredor polonês” refere-se comumente a uma situação em que, como forma de castigo ou represália, um indivíduo precise atravessar um corredor de colegas enquanto estes lhe agridem com empurrões, chutes, tapas etc. Muitas mulheres, no entanto, utilizam o mesmo termo equivalente para designar a desconfortável situação em que, para continuar o caminho, é preciso atravessar entre dois ou mais homens. O corredor polonês é originalmente o nome dado a uma estreita faixa de terra transferida da Alemanha para a Polônia por meio do Tratado de Versalhes em 1919, que garantia o acesso do país ao mar Báltico. A região foi palco de continuados atritos e um dos modos comuns de agressão aos inimigos era o uso de pessoas armadas em fileiras paralelas.

questionário, os olharia de modo objetificador⁵⁷. Para se certificarem de que o olhar objetificador era um indicador de objetificação sexual, o entrevistador entregava aos participantes um *feedback* escrito em que frisava a atração física pelo entrevistado.

Após a entrevista, os participantes de ambos os grupos foram submetidos a um teste de matemática. O resultado da pesquisa aponta que mulheres do grupo objetificador tiveram o pior desempenho entre todos os participantes, enquanto mulheres do grupo controle e homens do grupo objetificador e do grupo controle obtiveram resultados similares.

Por mais que a variação entre os resultados não seja preocupantemente alta, Gervais et al. (2011) frisam que isso não significa que o efeito disto na vida real seja desprezível. Segundo pesquisa divulgada pela ActionAid em 2016, 86% das mulheres brasileiras acima de 16 anos já sofreram alguma forma de assédio em público, sendo a mesma porcentagem de mulheres tailandesas e um pouco mais que indianas (79%) e inglesas (75%). Dados dos Estados Unidos apontam que mulheres universitárias sofrem formas sutis de objetificação, em média entre uma e duas vezes por semana (Swim et al., 2001). Se apenas uma experiência de olhar objetificador resultou em uma piora no desempenho matemático de um número de mulheres, Gervais et al. (2011) têm a hipótese de que os efeitos acumulam com o passar do tempo, resultando em um reforço do ideal de que a aparência feminina é valorizada em detrimento de outras qualidades.

Fredrickson e Roberts (1997) também chamam atenção para a internalização das emoções de vergonha e ansiedade. Stapley e Haviland (1989) concluíram que mulheres tendem a sentir a sensação de vergonha em maior número quando comparadas aos homens. Em relação à ansiedade, Dion, Dion e Keelan (1990) concluíram que mulheres experimentam maior ansiedade em relação à aparência que homens e que isso se manifesta principalmente pela constante observação e ajuste da própria imagem. Para Fredrickson e Roberts (1997), uma causa para ambos os dados é a impossibilidade em atingir o padrão de beleza (moldado para ser inalcançável) e a comparação contínua a ele, gerando assim um sentimento de fracasso e não-pertencimento.

Os riscos, claramente, não estão restritos somente à internalização feminina de práticas de objetificação. Wright e Tokunaga (2016) descobriram que quanto mais os homens universitários heterossexuais são expostos à pornografia, revistas masculinas e *reality shows*

⁵⁷ Os entrevistadores foram treinados para “olhar da cabeça para a cintura e da cintura para a cabeça em um movimento de varredura (...). Antes e depois de perguntar a primeira, terceira e última questão, o entrevistador encarava brevemente o peito dos participantes”. (p. 9)

(especificamente *Jersey Shore*⁵⁸), mais eles acreditam que mulheres existem como objetos de consumo sexual masculino. Além disso, quanto mais frequente a exposição a esse tipo de mídia, maior as atitudes em favor da violência contra as mulheres. A mediação entre a exposição aos produtos midiáticos objetificantes e as atitudes em apoio à violência contra a mulher é realizada, portanto, pela noção da mulher como um objeto sexual.

As mulheres não são iguais entre si e, portanto, não constituem um grupo unificado. Diferentes experiências, etnias, sexualidades, idades, classes sociais, contextos culturais e familiares, atributos físicos, sexuais e de personalidade... tudo isso formam variadas vivências do que é ser e existir. Entretanto, crescer junto a um corpo reprodutivo feminino na sociedade ocidental cria uma experiência social compartilhada – a objetificação sexual – e esta, bem como o crescer junto ao constante medo do estupro, cria consigo um conjunto de experiências igualmente compartilhadas, que resultam em consequências psicológicas próprias deste viver e um conjunto de possíveis riscos para a saúde mental.

A cultura de estupro e todos os seus mecanismos, em especial os mitos de estupro e a objetificação sexual da mulher, ajudaram a fixar um terreno para o ato do estupro através de uma sutil desumanização dos sujeitos e corpos femininos, estipulação de ideais pouco maleáveis do papel da mulher na sociedade e uma frequente culpabilização das vítimas. Entretanto, ao mesmo tempo em que as redes sociais propagam a objetificação feminina e incentivam a auto-objetificação, elas também são ferramentas de resistência. Com a ajuda do movimento feminista e de uma progressiva mudança cultural, que resulta no aumento da inclusão de mulheres na política, nos sistemas educacionais, nas estruturas do Estado e no mercado de trabalho, a esperança de que hoje vivemos em um período de mudanças e caminhamos para tempos mais gentis com a saúde mental e física da mulher está cada vez mais forte.

⁵⁸ *Jersey Shore* (trad. livre: Costa de Jersey) é um reality show produzido pela MTV norte-americana em que oito jovens são colocados para viver em uma casa em New Jersey durante o verão.

3. #EstuproNãoÉCulpaDaVítima: as redes sociais e o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro

Este capítulo apresenta a metodologia de análise perspectivista de redes proposta por Malini (2016) e desenvolve, a partir desta, um estudo de caso visando explorar as diferentes narrativas construídas no Twitter sobre o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em 22/05/2016.

A análise perspectivista da rede é uma abordagem teórico-metodológica que entende a cultura dos laços sociais digitais como uma ação articulada de perfis em rede. As ações online (postagens, curtidas, compartilhamentos, favoritas, comentários, inscrições, repostagens ou afins) são relações entre os atores formando rastros sociais que, em conjunto, demonstram pontos de vista coletivos e, quando sobrepostos, formam uma globalidade. Dessa forma, a rede pode ser analisada tanto a partir da topologia dos perfis, expressando a posição da parte no todo, como a partir da temporalidade dos laços, sendo a parte do tempo como parte no todo (MALINI, 2016).

O perspectivismo de rede possui três fontes teóricas que, articuladas, dão corpo ao método: as concepções de Bruno Latour sobre a teoria-ator rede, em especial os conceitos de atores, associação e cartografia; o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro; e conceitos matemáticos referentes à teoria dos grafos, utilizados para a construção de visualização das perspectivas em redes.

A sessão 3.1 aborda as duas primeiras fases da metodologia, explorando os conceitos citados de Latour e Viveiros de Castro, que formam a base conceitual do método de análise perspectivista empregado neste trabalho. A sessão 3.2 posiciona o Twitter como rede social alvo e examina sua estrutura de comunicação. A sessão 3.3 demonstra a operação metodológica computacional e o conceito de modularidade, importante para a análise perspectivista. Por fim, a sessão 3.4 apresenta o estudo de caso desta pesquisa, aplicando a metodologia proposta por Malini (2016) para analisar o comportamento dos usuários no Twitter em relação ao caso de estupro coletivo.

3.1 Conceitos da análise perspectivista

3.1.1 Associações, atores e cartografia

Dolwick (2008), ao examinar diferentes ramos da sociologia, apontou de maneira ampla três diferentes sentidos de “social” presentes no campo: o social como estruturas ou fatos sociais; o social como agregações humanas ou “humanos entre si”; e o social como associação.

O sentido de social como estruturas ou fatos sociais remete, de maneira abreviada, ao conceito de forças em escala macro que existem independentemente das interações em escala micro e também influenciam e/ou determinam as ações ocorridas em escala micro (as ações dos sujeitos indivíduos humanos). O social é o que resta após filtrados outros conceitos como “indivíduos”, “natural” e “material” e, neste cenário, as “coisas”, naturais ou não, são passivas e, muitas vezes, irrelevantes. É, a grosso modo, a relação humano-estrutura.

O social como agregações humanas, por sua vez, invariavelmente cria uma divisão entre o lado social, composto por humanos tidos como sujeitos, e o lado natural-material, no qual estariam as “coisas”, estando ou restrito à sua representação para os sujeitos humanos ou ignorados. O social seria, portanto, as relações humano-humano, não excluindo as relações humano-estruturas pois estas são produtos de relações humano-humano.

Em um terceiro sentido, o social significa associação, deixando então o conceito aberto para tudo aquilo que possa se associar e ser associado, participar, criar e ser criado por meio de diferentes ligações. Os atores, neste sentido, não são primários ou fixos, mas sim, constantes efeitos de relações.

Nesta visão está encaixada a teoria ator-rede, explicitada pelo sociólogo francês Bruno Latour. A definição de social na TAR é mais extensa quando comparada àquelas que possuem foco nas relações que envolvem apenas humanos, pois inclui como social tudo aquilo que pode ser associado, de alguma maneira, um ao outro. A ênfase está em compreender e mostrar tais associações – como elas vão se criando, se desfazendo e se recriando:

(...) as questões tendem a se centrar em como os atores se tornam interconectados, ou em como eles se desmoronam e tornam-se desconectados (e então, claro, reconectam-se a outros atores, lembrando que nenhum ator é uma ilha). Isso significa que, em contraste a outras teorias sociais, esta envolve um sem número de elementos potencialmente ativos (DOLWICK, 2008, p. 16)

A TAR, portanto, foge de concepções dualistas como social/natural ou objeto/sujeito e postula uma concepção híbrida de “sociedades-naturezas”, um conceito heterogêneo em que humanos e não-humanos, sejam eles animais, ecossistemas, tecnologias, materiais ou afins, estão intrinsecamente ligados entre si (NIMMO, 2011).

Por conta da forte carga simbólica presente no termo “ator” como sinônimo de “ser humano”, pesquisadores da TAR, inspirados pela semiótica de Greimas, adotaram o termo “actante” como substituto ao clássico “ator”. Greimas o utiliza para designar quaisquer seres – sejam eles humanos, animais ou coisas – que por quaisquer motivos ou consequências participam de um determinado processo. Para Akrich, Callon e Latour (2006, p. 242), “a noção de actante designa toda entidade dotada da capacidade de agir, quer dizer, produzir diferenças em uma dada situação, e que exerce esta capacidade”.

Segundo Medeiros (2016), o actante da TAR detém semelhança com a “pessoa fractal” de Roy Wagner (1991). Em uma breve síntese do conceito matemático, ‘fractal’ remete a uma figura geométrica não-euclidiana. Ou seja, aquela não presumida pelo modelo clássico de Euclides de Alexandria, que sugere a existência de figuras identificadas por números inteiros e dimensões percebidas por seres humanos (comprimento, altura e largura), possuindo, portanto, dimensões topológicas entre 1 e 3 (1 e 2, 2 e 3, 0 e 1, etc). Fractais são então, de acordo com a Fractal Foundation⁵⁹, imagens de sistemas dinâmicos. Wagner (1991, p. 4) se apropria do conceito de fractal em contraposição ao de singularidade ou pluralidade: “Uma pessoa fractal nunca é uma unidade em relação a um agregado, ou um agregado em relação a uma unidade, mas sempre uma entidade cujas relações estão integralmente implicadas”.

O conceito de pessoa fractal, bem como o de actante, são caros à sociologia de associações, visto que a questão de interesse desta são justamente as associações, as “relações integralmente implicadas”, sendo elas quem (re)criam e sustentam o social. Assim, os pesquisadores da TAR têm como objetivo identificar e compreender as mediações presentes na associação entre os actantes (LEMOS, 2013), sejam quão diversos eles forem – indivíduos, instituições, coletivos, bots, etc.

Latour (2005) aponta o sociólogo francês Gabriel Tarde como um “precursor alternativo para uma teoria alternativa”. Para Tarde, o social não se tratava de um domínio específico da

⁵⁹ Disponível em: <http://fractalfoundation.org/resources/what-are-fractals/>

realidade, mas um princípio de conexões, não havendo assim razão para separar as associações feitas com outros organismos biológicos do ‘social’:

Mas isso significa que cada coisa é uma sociedade e que todas as coisas são sociedades. E é bem notável que a ciência, por uma sequência lógica de seus movimentos anteriores, tende a estranhamente generalizar a noção de sociedade. Ela fala de sociedades celulares, por que não sociedades atômicas? Sem mencionar sociedades de estrelas, sistemas solares. Todas as ciências parecem fadadas a se tornarem ramos da sociologia (Tarde apud LATOUR, 2005, p. 14)

Latour et al (2012) argumentam que a sociologia clássica, quando enfrentada pela questão do comportamento coletivo, propõe dois níveis de análise: o micro, que foca nos indivíduos; e o macro, com foco nos agregados. Essa distinção em níveis faz com que, segundo os autores, boa parte das questões levantadas pela teoria social esteja em busca do ‘caminho correto’, como que presa em um grande “dilema Tostines”⁶⁰ com diferentes variáveis que levam à mesma busca pelo ‘caminho correto’.

Tarde e sua noção do social como um princípio de conexões surge como uma alternativa possível ao método “átomo-interação-estrutura” (LATOUR et al., 2012 p. 9). Peça chave para a compreensão de sua sociologia é o conceito de mônada, em referência a Leibniz, filósofo e cientista alemão do século XVII. Em sua filosofia, Leibniz desenvolveu o conceito de mônadas como as sendo as “substâncias simples” ou “substância únicas”.

E como uma e a mesma cidade vista de diferentes lados parece completamente diferente, e é, por assim dizer, multiplicada perspectivamente, acontece de forma semelhante que, através da infinita multidão de substâncias simples existem como se fossem tantos universos, que no entanto são apenas as perspectivas de um único de acordo com os diferentes pontos de vista de cada mônada (LEIBNIZ apud STEINBERG, 2012, p. 185)⁶¹

Neste sentido, a filosofia de Leibniz foi cunhada de perspectivista, pois considera que cada mônada é capaz de se agregar, sendo que cada uma possui sua própria perspectiva do mundo. Mas se cada mônada é influenciada por sua própria perspectiva, o que garantiria um mundo comum a todas as mônadas? Para Leibniz, Deus era a entidade que assegurava a coexistência das múltiplas mônadas em um mesmo mundo, coexistência essa cunhada por ele como “compossibilidade”. Na compossibilidade é crucial a noção de que existe uma relação muito próxima entre a mônada e o mundo no qual ela convive. Um dos exemplos mais utilizados por Leibniz para explicar sua filosofia, segundo Steinberg (2012), era o de Adão, visto que

⁶⁰ Na década de 1980, o comercial da marca de biscoitos Tostines lançou um comercial em animação no qual um discípulo busca seu mestre e o pergunta se a marca vendia mais porque era fresquinha ou se era fresquinha por vender mais. O mestre, sem resposta, eletrifica seu discípulo.

⁶¹ Tradução livre.

para entender a questão do pecado original⁶² era preciso equiparar Adão ao mundo no qual ele havia pecado.

Tarde (1895 apud LATOUR et al., 2012) generaliza a noção de mônadas de Leibniz e, retirando a noção de Deus (LATOUR, 2005), entende as mônadas “não como a parte de um todo, mas um ponto de vista em relação às outras entidades tomadas separadamente e não como uma totalidade” (LATOUR et al., 2012, p. 9).

Considera-se, então, não que o macro engloba o micro, mas que o micro é composto por uma difusão de inúmeras identidades (mônadas) que emprestam uma fachada de si para a constituição de um “todo” que é, essencialmente, provisório. Do mesmo modo, o macro pode a qualquer momento voltar ao micro do qual surgiu (Latour, 2005).

Latour et al. (2012) reconhecem que a definição de Tarde possa soar como uma metodologia exótica, mas sua reivindicação é a de que, ao utilizar a navegação entre perfis digitais e ao considerar que é ao aprender mais sobre as associações de um actante que se entende mais sobre quem o actante é, tal método se torna completamente operacional.

O argumento, portanto, vai ao encontro da Teoria Ator-Rede na medida em que o ator é definido por sua rede bem como, de maneira inteiramente reversa, a rede é definida por seus atores, pois as associações são aquilo que as caracterizam e não o que acontece após sua definição (Dewey apud LATOUR et al., 2012).

Portanto, a rede não é um nível à parte adicionado ao indivíduo – ou vice-versa – mas o mesmo nível de maneira estendida. Na TAR, a rede é o que se forma das mediações entre os actantes (MEDEIROS, 2016). Fazer o caminho entre rede e actante não é realizar uma mudança de níveis, mas sim, parar momentaneamente em um determinado ponto (actante) antes de seguir para os próximos pontos (também actantes) que o definem (Latour et al., 2012), formando conexões planas que permitem a circulação por meio dos *datasets*, que funcionam como cartografia das ligações entre os actantes. Para Lazzarato (apud MALINI, 2016), as malhas de rede na internet evidenciam o social como resultado de fluxos que conjuntam e disjuntam.

⁶² O livro bíblico de Gênesis conta a história de Adão e Eva. Nela, conta-se que ambos foram os primeiros seres humanos criados por Deus e colocados no Jardim do Éden para povoarem a Terra por meio de seus descendentes. Entretanto, após comerem o fruto proibido da Árvore da Ciência, toda a humanidade passou a ser privada da perfeição divina. A esta história refere-se o termo “pecado original”, sendo Adão considerado o primeiro pecador pois, ainda que tenha sido Eva quem primeiramente comeu o fruto proibido, Adão teve a oportunidade e autoridade, enquanto homem, a impedir o ato de Eva e escolheu não o fazer.

É neste sentido em que a análise perspectivista se apropria de conceitos da TAR, pois os perfis são entendidos como actantes nas redes sociais. Malini (2016) aponta que os estudos tradicionais em redes sociais, ao visualizar as interações de perfis em grafos, trazem a ilusão de uma globalidade da rede. Por outro lado, há também o costume de um modelo individualizante nas análises de redes sociais por meio da metrificacão dos atores (seja em termos de popularidade, mediação, centralidade), propagando apenas o valor acumulado por um ou determinados nós, simulando a noção de que estes atores estão sozinhos ou em um ‘nível’ acima dos outros. Para Malini,

É então preciso ultrapassar o acento individual dos seus estudos, que apenas valorizam a autoridade dos perfis em função da popularidade e da difusão de mensagens, e valorizar um acento coletivo em que é a densidade de relações altamente conectadas entre os perfis que fazem emergir ricos pontos de vistas coletivos capazes de influir nos sentidos dos acontecimentos sociais (MALINI, 2016, p. 5)

3.1.2 O perspectivismo ameríndio

De importância capital para a análise perspectivista proposta por Malini está também o perspectivismo ameríndio, teoria indígena elaborada pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (1996, p. 115) “segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos”, manifestando então uma “qualidade perspectiva”.

Em um primeiro momento, pode parecer inusitado relacionar e extrair possibilidades conceituais do perspectivismo ameríndio com o campo da ciência de dados, mas, conforme Malini (2016, p. 5) explica, sua análise perspectivista se reapropria da ideia de transformação do ponto de vista à medida em que entende que “todo perfil se constitui como pessoa”, sendo a noção de pessoa baseada naquela de Viveiros de Castro, em para quem pessoa significa o ponto de vista do sujeito que está falando e, necessariamente, implica em redes, já que pessoas acedem a um ponto de vista para se individualar, e tais pontos de vista só se produzem em conexão.

Interessa à análise um aspecto particular do pensamento indígena: o conceito de humanidade como a condição original comum aos humanos e animais, ao contrário da animalidade (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Há, portanto, uma distinção entre a condição humana e a espécie humana em algumas culturas ameríndias, e é justamente isso que interessa a Viveiros.

A concepção de animais como pessoas não está dizendo algo apenas sobre os animais, mas sobre o que é ser humano e sobre o espírito indígena de socialidade.

Na cosmologia ameríndia, animais e espíritos são gente, pois nela o princípio interpretador de humanidade passa pela relação predador/presa e também pela perspectiva tida sobre si em relação ao outro e aos seus costumes. Nesse sentido, os animais se veem como pessoas porque a forma interna é sempre humana e a externa, manifestada pela espécie, é uma mera ‘roupa’ a escondê-la:

Tipicamente, os humanos, em condições normais, veem os humanos como humanos, os animais como animais e os espíritos (se os veem) como espíritos; já os animais (predadores) e os espíritos veem os humanos como animais (de presa), ao passo que os animais (de presa) veem os humanos como espíritos ou como animais (predadores). Em troca, os animais e espíritos se veem como humanos: apreendem-se como (ou se tornam) antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura (...) (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 117).⁶³

O modo que se vê entre homens e animais é o mesmo, mas muda o mundo que eles veem. A transformação do mundo e, conseqüentemente, das perspectivas está atrelada ao corpo entendido como um “um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*, um *ethos*, (...) um feixe de afetos que é a origem das perspectivas” (VIVEIROS DE CASTRO apud MALINI, 2016, p. 7).

A tarefa é compreender a filosofia indígena sobre as coisas de modo simétrico à maneira como se compreende a antropologia sobre a filosofia indígena sobre as coisas. O perspectivismo ameríndio, portanto, aproxima-se do conceito de social presente na TAR, na medida em que a relação dos indígenas com outras espécies é uma relação plana, de sujeito para sujeito.

Postas notas sobre o perspectivismo ameríndio, qual é então sua relação com o campo da ciência dos dados e a metodologia deste trabalho? Segundo Malini (2016, p. 8), interessa à análise perspectivista de redes emular o perspectivismo ameríndio como ferramenta filosófica para compreensão dos perfis em rede.

Há, segundo ele, duas justificativas claras: a primeira é ambas estarem dentro do problema teórico em analisar redes de maneira plana, ou seja, mapear as associações entre humanos e

⁶³ Vale ressaltar que Viveiros afirma que essa cosmologia não está presente em todas as etnografias sul-americanas, bem como se encontra também em outras culturas na América do Norte e Ásia. Ela também não engloba todos os animais ou seres, tendo como ênfase aqueles que representam papéis práticos ou simbólicos de destaque.

não humanos (neste caso, não apenas perfis que representem figuras não-humanas mas controlados por humanos, como perfis oficiais de instituições ou empresas, e sim *bots* e algoritmos de interação presente em diversas redes sociais); a segunda está na concepção do outrem como relação, conforme explica Viveiros:

Outrem não é um ponto de vista particular, relativo ao sujeito (o ‘ponto de vista do outro’ em relação ao meu ponto de vista ou vice-versa), mas a possibilidade de que haja ponto de vista – ou seja, é o conceito de ponto de vista. Ele é o ponto de vista que permite que o Eu e o Outro acedam a um ponto de vista” (VIVEIROS DE CASTRO apud MALINI, 2016, p. 9)

O outrem como ponto de vista relacional coaduna-se à noção de estruturas de rede na análise perspectivista, pois ambas possuem a relação como componente essencial. O outrem digital “são agências onde estão os sentidos sociais das associações online de perfis e objetos, mas que sua compreensão depende do entendimento que essas estruturas são múltiplas e nunca reduzida aos termos internos das relações” (MALINI, 2016, p. 9).

Como o Adão de Leibniz, as associações presentes na rede necessitam de compreensão não apenas daquilo que está à vista, mas sobre o mundo em que elas estão ocorreram, as relações externas a elas que fabricam o link entre esses termos. Um exemplo digital é pensar em um tweet com os termos #estupro, #castração, que podem indicar um sinal favorável à castração química para estupradores, desfavorável, um posicionamento cômico, etc.

Viveiros (2008) coloca que é o sujeito quem pertence a uma perspectiva e, desta forma, as perspectivas de rede seriam, para Malini (2016), pistas para compreender como os sujeitos (perfis) se pensam e se colocam como sujeitos:

Toda rede é uma sobreposição de camadas de redes que vão adensando relações e se dissociando entre si no tempo. Essas camadas revelam pontos de vistas particulares sobre o fenômeno, fornecendo ao pesquisador uma multiplicidade de grupos de opinião, de julgamento, de mobilização e de difusão que não se reduz a nenhum sentido totalizante e genérico do Uno. Um perfil existe porque está em relação com o Outro (seguidor, amigo, inscrito, etc.) (MALINI, 2016, p. 10)

A ação na rede de qualquer perfil está sempre associada a outro perfil, sendo que a própria estrutura de comunicação das redes digitais impõe essa constante associação com o outro. As curtidas, compartilhamentos, inscrições, solicitações de amizade, o *scrolling* da própria *timeline* ou mesmo as buscas em sites de pesquisa estão em relação com outro actante. Conectados em redes de natureza mutável, em que o ponto de vista faz atrair ou repelir os actantes, tê-lo é necessariamente assumir uma perspectiva sobre determinada realidade junto ao outro.

3.2 O Twitter como campo de estudos

Em 1990, o pesquisador e jornalista Roger Fidler cunhou o termo *mediamorphosis*⁶⁴ para significar as transformações ocorridas nas e das mídias comunicacionais. Ainda que o termo já tivesse uso em 1972⁶⁵, foi em um de seus artigos para a *Media Studies Journal* que o termo foi usado pela primeira vez para tratar as emergentes tecnologias de informação e seu potencial para a mídia.

O resultado da *mediamorphosis* foi uma mudança não apenas no resultado do produto midiático, mas na própria mídia. Segundo Manovich (2006, p. 5), da mesma maneira em que a mídia impressa e a fotografia tiveram seu impacto na formação da sociedade moderna, hoje vivemos em meio a uma *new media revolution*⁶⁶ - “uma virada de toda a cultura para formas de produção, distribuição e comunicação mediadas por computador”.

Inserido nesse contexto está o Twitter, rede social definida por Schmidt (2014) como uma tecnologia de comunicação online em formato de *microblogging* que permite aos usuários a disseminação de mensagens em até 280 caracteres⁶⁷, denominadas *tweets*, na World Wide Web ou através de aplicativos de celulares. As postagens, como em outros formatos de blogs, são em ordem cronológica inversa e, com o passar de suas atualizações, tornaram-se mais complexas, contando com vídeos, gifs, encurtamento de links, etc.

O diferencial do Twitter em relação a outras redes sociais é a maneira como sua estrutura de funcionamento permite o fluxo de comunicação e filtros de informação (SCHMIDT, 2014). Dessa maneira, é preciso ordenar que estrutura é essa, quais são suas funcionalidades e como elas permitem que esses fluxos e filtros possam ocorrer e, assim, tornar o Twitter como objeto de interesse para estudos sociais.

As relações sociais no Twitter funcionam de maneira diferente de outras redes como o Facebook, pois a relação entre seguidor/seguido é (ainda que possa ser) unilateral – o seguido não necessariamente segue seus seguidores. Além disso, todas as mensagens e muitos de seus

⁶⁴ Em tradução livre, algo como “mídiamorfose”.

⁶⁵ O termo “mediamorphosis” foi utilizado dentro do contexto político para descrever a influência da mídia na formação da imagem de candidatos ou pessoas públicas. O exemplo dado pelo autor foi “the mediamorphosis of George Bush”.

⁶⁶ Em tradução livre, “revolução das novas mídias”.

⁶⁷ Após atualização realizada no dia 07 de novembro de 2017, o Twitter liberou o uso de mensagens em até 280 caracteres. Em 2014, época em que o artigo utilizado como base foi lançado, o limite de caracteres para os tweets era de 140.

componentes (como hashtags e @) não são apenas visíveis como clicáveis e, conseqüentemente, navegáveis.

As funcionalidades básicas do Twitter são o tweet (Postagem), o retweet (repostagem), a *mention* (menção) e o *reply* (resposta). Os tweets são postagens em até 280 caracteres feitas pelos perfis em suas próprias páginas no Twitter e são automaticamente compartilhados com seus seguidores e visíveis, no caso do perfil público, para qualquer um que visite o perfil. Em inglês, o termo “tweet” significa “pio”, como o pio dos passarinhos, símbolo da rede social.

A *mention* é, como o nome sugere, a menção a outro perfil (@), criando um link para a página do perfil mencionado. Este é notificado da menção, mas não necessariamente engaja uma conversação entre os perfis. O *reply*, por sua vez, é o comentário de um usuário ao tweet de outro,

Uma característica marcante (e posteriormente adotada por outras redes sociais populares como Facebook e Instagram) é o uso das hashtags. Buscando ajudar os usuários a agruparem tópicos dentro do site, o perfil @chrismessina sugeriu em um tweet “O que vocês acham de usar # para grupos? Como em #barcamp [mensagem]?”. Em seu blog, Chris Messina explicou que a proposta tinha como objetivo um “aprimoramento da contextualização, no filtro de conteúdo e na exploração de serendipidade dentro do Twitter, criando um sistema de tags de canais”⁶⁸, primando então organizar as discussões e seus tópicos (MEDEIROS, 2016).

A palavra utilizada como hashtag torna-se clicável e, ao fazê-lo, o usuário é conduzido à página de busca do termo, na qual estão outros tweets públicos que a utilizam agrupados em uma timeline. Dessa forma, elas conectam tweets de usuários que não possuem uma relação de seguidor/seguido dentro de uma determinada discussão (SCHMIDT, 2014). A partir destas funcionalidades básicas, Bruns e Moe (2014) estruturaram um modelo conceitual que define os modos de comunicação no Twitter: as camadas micro, meso e macro.

A camada meso é o nível “default” do Twitter – a disseminação de tweets na rede seguidor/seguido, base das interações na rede social. Ainda que os tweets postados, em caso de perfil público, possam ser acessados por qualquer um, a audiência inicial são os seguidores. Estes formam o que Schmidt (2014, p. 7) chamou de “pessoal público” próprios do usuário – “na qual a informação é selecionada por um critério de relevância pessoal para um público conhecido e conectado em um modo conversacional”.

⁶⁸ Disponível em: <https://factoryjoe.com/2007/08/25/groups-for-twitter-or-a-proposal-for-twitter-tag-channels/>

Bem como a meso, a camada macro constitui boa parte das atividades diárias no Twitter, com a diferença de ser complementada por formatos de tweets que tenham como intuito a extensão ou estreitamento do raio de endereçados. Como é utilizada para marcar um tweet como relevante a um determinado tópico e facilitar o processo de busca dos usuários, a hashtag é a funcionalidade mais comum que compõe a camada macro, ou seja, as discussões com participação de um maior número de usuários.

Ainda que este não seja seu único propósito, “a inclusão da hashtag em um tweet significa que a mensagem tem potencial para atingir muito além do que existente número de followers do usuário” (BRUNS; MOE, 2014, p. 17). Os autores separam as hashtags em dois grupos: tópicas e não tópicas.

As hashtags não-tópicas são aquelas utilizadas principalmente como marcadores de emoção – #merda, #win, #pqp, #entediado, #gratidão, #muitoamor. Além delas, Schapp (apud MEDEIROS, 2016) aponta para o uso de hashtags como forma de comentário, para adicionar mais sentido e sem a intenção de conectar-se a outros indivíduos, ou como parte da sintaxe da mensagem – #Bomdia amigos!, #HojeÉDia de treinar muito. Desta maneira, as hashtags funcionam como apetrechos da camada meso.

Por sua vez, as hashtags tópicas formam a camada macro, sendo aquelas que ajudam a coordenar informações sobre um determinado assunto (tópico), seja ele uma pessoa, um evento, uma discussão, um programa de TV, etc. Por um lado, usuários podem buscar tal assunto de maneira direta ao clicar na hashtag mesmo que as mensagens tenham origem em contas até então desconhecidas; por outro, “a inclusão de hashtags sinaliza um desejo em participar de um processo comunicativo maior, potencialmente com qualquer pessoa interessada no mesmo tópico” (BRUNS; MOE, 2014, p. 18). Como essas discussões muitas vezes são momentâneas – acontecem no calor do momento do acontecimento – a camada macro possui uma característica de formação e dissolução rápida.

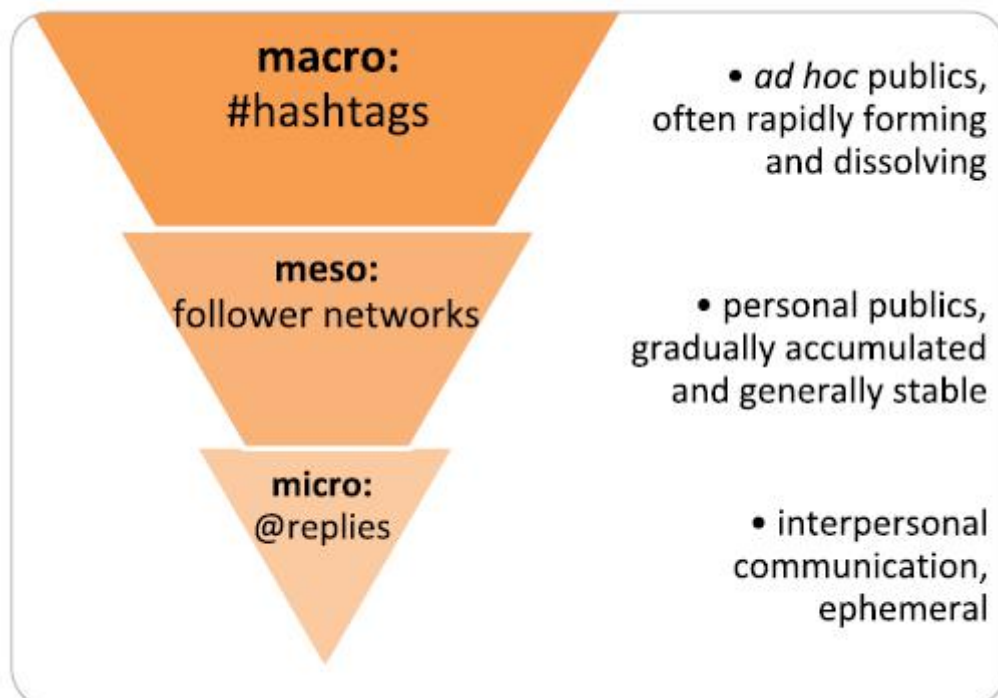
Entretanto, cabe frisar que não somente a hashtag compõe a camada macro. O mecanismo Trending Topics, onde são expostos os assuntos de maior popularidade no momento em uma localidade ou globalmente, também é uma ferramenta para aqueles que desejam se incluir em alguma discussão de alcance, além de sua rede de seguidores visto que podem tweetar sobre os termos ali presentes. Além disso, muitas vezes surgem palavras chave que desencadeiam

discussões na camada macro, sem a utilização de hashtags ou antes do assunto atingir os Trending Topics, como é o caso exposto neste trabalho.

A camada micro seria, então, as conversas diretas entre usuários a partir de replies e menções. A própria estrutura do Twitter favorece sua utilização para a conversação, visto que tweets que se iniciam com um nome de usuário são expostos apenas na aba ‘Tweets e respostas’ ao invés da timeline *default*. Mais uma vez, isso não significa que replies e, principalmente, menções sejam componentes exclusivos da camada micro. Muitos usuários burlam a estrutura do twitter ao adicionar um caractere (como ‘.’) antes do @ em um reply justamente para fazer com que a conversa entre ele e outro(s) perfil(s).

Além disso, as menções nem sempre significam um interesse de um usuário em engajar uma conversação com outro. Mais à frente veremos como as menções foram cruciais para compor, fora da camada micro, os ativismos relacionados ao caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro.

Figura 3: Ilustração da estrutura comunicacional do Twitter em camadas de acordo com Bruns e Moe (2014, p. 20).



Tradução: macro #hashtags – *ad hoc* pública, muitas vezes formada e dissolvida rapidamente; meso – pessoal público, gradualmente acumulado e geralmente estável; micro – comunicação interpessoal, efêmera.

As camadas micro, meso e macro formam as três chaves da estrutura de comunicação no Twitter. Porém, como mostra a ilustração, estas camadas não são independentes umas às

outras. Os usuários têm consciência que, ao enviar uma mensagem própria de uma determinada categoria, ela pode se manter em uma camada meso, visto que essa é a *default*, como pode também atingir outras camadas – em especial a partir do retweet, ferramenta própria para a navegação entre camadas já que o ato de retweetar pode tanto trazer uma discussão de micro para macro (conversa entre usuários com o uso de hashtags); micro para meso (conversa entre usuários na timeline *default*); meso para macro (retweetar diversas vezes um tweet sobre um determinado assunto o coloca em evidência no campo de pesquisas) ou macro para meso (fixando um tweet de outro usuário em sua timeline *default*).

Por conta de sua estrutura e possibilidades de uso, o Twitter (bem como outras redes sociais) se tornou um canal de informação e comunicação de suma importância no contexto do *new media*, à medida que os usuários expõem e/ou formam suas opiniões inclusive por meio dele, participando e/ou observando em discussões que o tange (MEDEIROS, 2016).

Muitos pesquisadores de análise de redes sociais e cibercultura entendem a Internet e as redes sociais como uma nova esfera pública, baseando-se no conceito amplamente difundido de Jürgen Habermas. O filósofo e sociólogo alemão definiu a esfera pública como “o domínio de nossa vida social em que algo próximo à opinião pública pode ser formado (...) uma porção da esfera pública surge em cada conversa em que indivíduos particulares se reúnem para formar um corpo público” (HABERMAS, 1964, p. 49). Inicialmente representada pelos debates entre homens livres em cafeterias durante a Revolução Industrial, com o passar do tempo a mídia (entendida até então como jornais, revistas, rádio e televisão) passaria a representar o papel de voz da esfera pública⁶⁹.

Baseando-se em Habermas, Papacharissi (apud WHITE et al., 2015) estende o conceito para incluir a Internet, argumentando que esta possui o potencial para representar a nova esfera pública – uma esfera pública virtual – por: 1. possuir um grande volume de armazenamento e recuperação de dados, que introduz ao debate informações que, em momentos anteriores, não estariam disponíveis ou teriam alta dificuldade em serem encontradas; e 2. por permitir a discussão de quaisquer pessoas, com quaisquer passados, em quaisquer lugares do planeta que a ela tenham acesso. Além disso, White et al. (2015) também ponderam que a Internet provê um novo espaço para deliberação de temas.

⁶⁹ Ainda que idealmente a mídia fosse a voz do espaço público, em pouco tempo ela caiu no controle dos grandes negócios, estando mais voltada para o lucro e manutenção de interesses corporativos e/ou políticos. Sobre a discussão quanto a esfera pública habermasiana, ver: Habermas (1964), Peters (1993), Fraser (1990), Correia (2010).

Não se assume aqui que a Internet seja uma esfera pública sem limitações⁷⁰, ou uma extensão natural e exata da esfera pública habermasiana⁷¹, mas sim, que as redes sociais estão cada vez mais assumindo papéis em mobilizações populares que não apenas instrumental. Para Milan (2015),

[as redes sociais] Contribuem para “redistribuição” muito além do domínio da prática tecnológica, promovendo um rearranjo auto regulatório de ambos os atores e participação dinâmica (...). Por estreitamente definirem as ações dos usuários e suas possibilidades, elas impõem restrições materiais na ação social (...). Além disso (...) eles geram um novo sentido de si mesmo que surge quando a ação social é reorganizada através de plataformas digitais de formas que possam melhorar ou interromper práticas estabelecidas e reformular nossa ideia de comunidade (...)
(MILAN, 2015, p. 3)

White et al. (2015, p. 5), ao desenvolverem uma pesquisa sobre o movimento Defend Our Coast⁷² no Twitter, identificaram entre os participantes duas motivações principais para o uso da rede social: o acesso às notícias vindas tanto da mídia tradicional como de veículos e produtores alternativos, podendo inclusive os usuários serem os provedores da informação ao compartilhar dados sobre os debates e reuniões; e a possibilidade de participar ativamente dos debates com suas opiniões e recebendo/repassando informações – um dos entrevistados afirma que o Twitter é “um palco global para o debate (...). Um discurso social honesto”.

Tais motivações são pano de fundo para o que Medeiros (2016) entende como uma das principais funções das redes sociais, em especial do Twitter devido ao seu mecanismo de participação: a colaboração em massa, em especial para cobertura de eventos. Analisando a campanha #ProtestoEmVitória⁷³, Malini e Antoun (2013, p. 245) identificam dois modos da cobertura colaborativa: a emergente e a programada. A emergente seria aquela sublinhada por

⁷⁰ Estes e outros autores também apontam para as limitações da Internet como esfera pública. White et al. (2015) resumem isto em quatro pontos principais: (a) as pessoas não necessariamente utilizam a Internet com o intuito de participar em debates públicos; (b) é uma tarefa ainda difícil calcular o impacto das mensagens em redes sociais em mudanças socioculturais fora do ciberespaço, podendo culminar no chamado “slackativism”, termo equivalente ao “ativismo de sofá” no português; (c) a esfera pública virtual também está se tornando cada vez mais comercializada e servindo aos interesses corporativos e/ou políticos dominantes; (d) o acesso à Internet não é universal e em muitos locais ainda restrito a grupos de elite.

⁷¹ Para Habermas, a esfera pública é um conceito que envolve a busca e a prática de uma racionalidade que engendra como resultado os consensos. No entanto, na Internet – e em especial nas redes sociais – a dimensão emocional, apagada no espaço público habermasiano, dá o tom a muitas das atividades dos usuários, quando não a maioria. Na rede, conversas, argumentações e lutas são mais comuns que o diálogo e o consenso esperados de uma esfera pública.

⁷² Defenda Nosso Litoral, em tradução livre. Protestos iniciados em outubro de 2012 no Canadá contra o desenvolvimento de areias petrolíficas (uma forma de depósito de petróleo) em Alberta e de um oleoduto de Alberta à British Columbia, atravessando, portanto, os dois estados. Segundo os pesquisadores, o movimento teve estratégias tanto online como off-line, mas tornando-se proeminentemente online.

⁷³ Hashtag popular durante a cobertura dos protestos realizados em maio de 2011 na cidade de Vitória/ES, que tinham como objetivo a redução da tarifa de ônibus e manifestar-se a favor do passe livre e culminaram em uma indignação contra a atuação da Polícia Militar durante a realização das manifestações nas ruas.

pautas independentes e anterior à cobertura do tema em questão pelo noticiário da imprensa. Sua organização é estabelecida sem um centro de controle e de baixo para cima, marcada pela autonomia dos usuários comprometidos com a disseminação do conteúdo e viralização da cobertura, apresentando “uma redundância informática sustentadora do assunto na agenda cotidiana, mantendo-o resistente às opiniões ‘trolladoras’ da cobertura”.

A cobertura programada é a que acontece após o assunto ter sido pautado por perfis de grande capital social na rede (influenciadores, políticos, mídia, etc.). Ela é marcada por um conteúdo de autopromoção e reforço das ideias e/ou atos dos perfis influentes. Como a causa já foi apresentada e está sendo ou já foi debatida, possui uma capacidade de irradiação alta.

A cobertura colaborativa, seja ela emergente ou programada, vai ao encontro das motivações identificadas por White et al. Ao redor do mundo, outros episódios de ativismo similares ao Defend Our Coast eclodiram em especial a partir de 2010, tendo como grande exemplo a Primavera Árabe⁷⁴. Para Tascón e Quintana (2012, p. 10), “se há algo de distinto nestas novas formas de mobilização e protestos sociais, é o fato de que, agora, todos somos potencialmente ativistas”.

Mesmo considerando a grande participação de ativistas efêmeros, Barberá et al. (2015) comprovam, a partir de métricas matemáticas, que os chamados “ativistas de sofá”, participantes com baixo nível de comprometimento, causam a expansão da audiência dos posts e/ou ideais de uma minoria mais envolvida com o movimento. Assim, segundo Medeiros (2016), a periferia das redes amplifica a voz de personagens centrais (como os usuários com grande número de seguidores ou aqueles comprometidos com a causa) e, como consequência, tem potencial para apresentar a causa às pessoas que antes estiveram à margem dela.

Breuer e Farroq (2012) afirmam que com a popularização de modos de comunicação como o do Twitter, a sociedade se ajusta a um novo modo de vivência em rede e também de novos padrões de compartilhamento e consumo de informação. Os debates em redes sociais e o ato de compartilhar opiniões quanto a temas sociais e políticos torna-se, portanto, uma nova forma de cidadania.

⁷⁴ Outros movimentos e campanhas com expressiva importância da cobertura colaborativa também podem ser usados como exemplo, como Occupy Wall Street, 15M e, no Brasil, a Primavera das Mulheres, como ficaram conhecidas as manifestações feministas online ocorridas em 2015. Ver: Castells, 2015; Tascón e Quintana, 2012; Gerbaudo, 2011; Toret (2015).

Dessa maneira, diversos estudos empíricos comprovam a importância do Twitter como espaço de compartilhamento e debate de informações, estabelecendo-se como o que Medeiros (2016, p. 116) chama de “espaço de viralidade política”. Sua estrutura de comunicação, como explicitado por Bruns e Moe (2014), facilita a viralização em tempo real de temas quaisquer e também o acesso de usuários a eles.

3.3 Operação metodológica

Nesta subseção será descrito o processo metodológico adotado neste trabalho. As primeiras etapas da operação (coleta e processamento de dados) foram realizadas a partir da ferramenta *labic-ford*, um *wrapper script*⁷⁵ na linguagem Python⁷⁶, desenvolvido por pesquisadores do Laboratório de Imagem e Cibercultura (Labic/Ufes). Segundo Passos (2017), de maneira geral a ferramenta se divide em duas partes que, apesar de distintas, são complementares: a mineração de dados e imagens de redes sociais e a análise destes ou de alguns outros tipos possíveis de dados. Para a terceira etapa (visualização de dados) foi utilizado o Gephi, *software* livre e colaborativo que permite a visualização e exploração de redes complexas. Por fim, realizou-se uma breve modelagem dos 15 tweets mais populares em cada perspectiva analisada.

3.3.1 Coleta de Dados

O primeiro passo da operação metodológica deste trabalho se dá pela coleta de dados, ou seja, a extração de informações relativas a um determinado tópico. Para tal, foi utilizada a funcionalidade de coleta *default* de tweets, uma dentre as possibilidades oferecidas, disponível na ferramenta *labic-ford*⁷⁷. O *script* acessa a API⁷⁸ do Twitter e retorna dados a partir dos termos selecionados por um período de até sete dias anterior à data da coleta.

⁷⁵ Segundo Passos, “um programa designado a executar e integrar diversas ferramentas sob uma única interface” (PASSOS, 2017, p. 26)

⁷⁶ Linguagem de programação. Versão utilizada: 3.4.

⁷⁷ Ver: Passos, 2017, p. 29.

⁷⁸ Application Programming Interface, ou interface de programação de aplicações.

Figura 4: Exemplo de uso da interface do *script labic-ford*. Na imagem, utiliza-se a ferramenta para o objetivo descrito acima.

```

Please enter the action to take:
1. Data mine
2. Parse datasets
3. Script options
> 1

Please enter the option to execute:
1. Twitter
2. Facebook
3. Images
> 1

Please enter the operation:
1. Collect (API)
2. Stream (API)
3. Scrap replies
4. Scrap tweets
5. Trending Topics (API)
> 1

Please enter the query type:
1. Tweets (default)
2. Tweet IDs list
3. User timelines
4. User information
5. Retweets to IDs
6. Users retweeting IDs
7. Friends network
8. Followers network
> 1

Please enter the query to collect ('?' for help):
>

```

A coleta ocorreu entre os dias 23 de maio de 2016 e 27 de maio de 2016, ou seja, data de divulgação do vídeo no Twitter, abarcando os dois dias anteriores e os dois dias seguintes, de modo a investigar a evolução do ocorrido. Os termos utilizados foram: “estupro”, “estuprada”, “estupro+coletivo”, “estupronuncamais”, “estupronãoéculpadavítima”, “mini puta”, “violência+contra+mulher”, “30 caras” e “ideologia+gênero”. Portanto, todos os tweets entre os dias 23 e 27 de maio que contivessem quaisquer destes termos foram incluídos no dataset.

3.3.2 Processamento

Feita a coleta, foram contabilizados 808.166 tweets de um total de 287.275 usuários, uma média de aproximadamente três tweets por usuário. Destes, 681.172 tweets são interações, ou seja, formados por retweets, menções ou replies.

Mais uma vez utilizamos o *script labic-ford*, dessa vez para *parsear*⁷⁹ o dataset coletado, ou seja, obter informações analíticas do conjunto. A partir disso, diversos novos dados são

⁷⁹ Do verbo inglês “to parse”: analisar gramatical ou sintaticamente.

angariados, todos dispostos em arquivos no formato .csv, como: os usuários ou tweets mais retweetados, arquivo de localizações, url's de maior presença no dataset, etc. Neste trabalho, utilizamos os seguintes dados: os top_retweets, a fim de identificar os 15 retweets mais frequentes em cada comunidade de perfis; timeline_words, as palavras mais frequentes dispostas ao longo das datas; top_users, para apontar os usuários mais retweetados e os que mais retweetaram; e top_dates, para detectar as atividades próprias de cada dia.

3.3.3 Visualizações

Um dos arquivos gerados pelo *parse* do dataset é o *network.gdf*, que permite realizar a cartografia dos dados a partir da construção de grafos. A construção visual das cartografias utiliza os mesmos parâmetros aplicados por Bounegru et al. (2017), que têm como base o modelo semiótico de análise de gráficos do cartógrafo francês Bertin (1983, apud Bounegru et al., 2017) e dos pesquisadores em SNA⁸⁰ Venturini, Jacomy e Pereira (2015).

Bertin (1983 apud Bounegru et al., 2017) entende que a leitura de um grafo consiste em construir correspondências a partir do invariante, uma noção caracterizada por variáveis visuais – tamanho, formato, cor, textura, etc – e a ocorrência em etapas. As correspondências são guiadas a partir de uma questão, seja ela consciente ou não, e a relação desta com o invariante. Venturini, Jacomy e Pereira (2015) utilizam o modelo de Bertin para propor um modelo de análise de grafos de redes em torno de uma questão e três variáveis (a posição do nó, sua coloração e seu tamanho).

Neste trabalho, utilizou-se o software Gephi para a construção dos grafos e, conforme modelo proposto por Venturini, Jacomy e Pereira (2014), as variáveis de posição, tamanho e coloração como principais para a análise. Para determinar a posição e explicitar a ligação dos nós, o layout escolhido foi o *ForceAtlas 2*, que organiza os nós a partir de um algoritmo de vizinhança: quanto mais ligações existirem entre os nós, mais próximos eles estarão na disposição do grafo. Quanto ao tamanho, este foi determinado a partir do filtro *weighted in-degree*, ou o grau de entrada. A métrica busca identificar a popularidade de um nó em uma rede a partir do cálculo da média de RTs/MTs recebidos pelos perfis. Assim, os nós com a maior média de RTs/MTs recebidos (e, portanto, mais populares) são aqueles de maior tamanho na rede.

⁸⁰ Social Network Analysis, ou Análise de Redes Sociais.

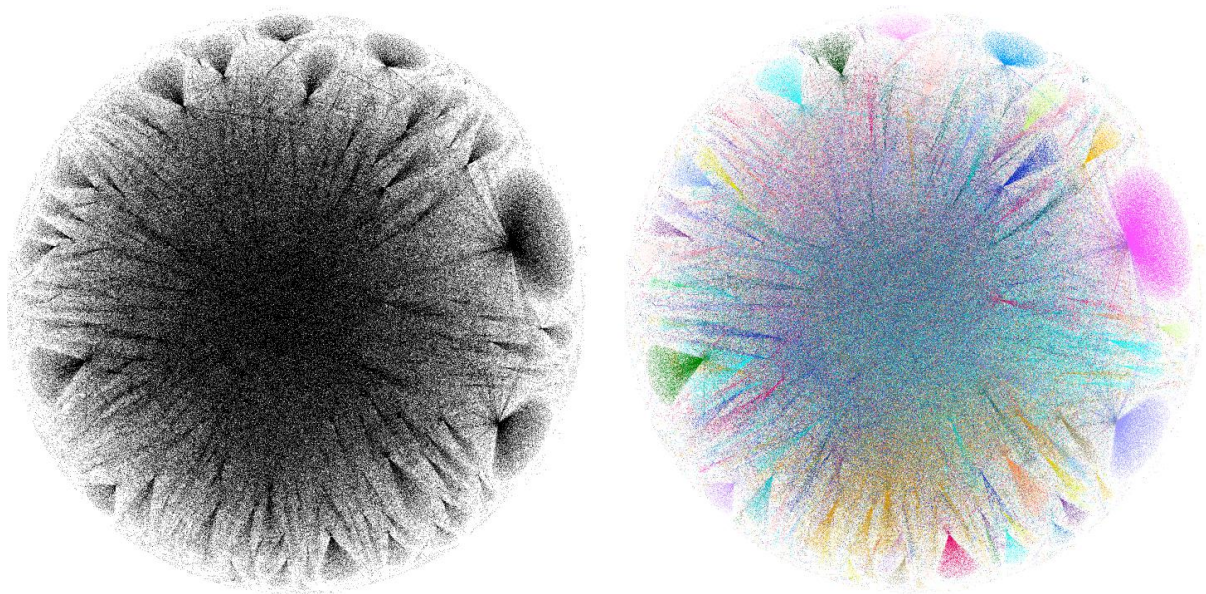
Por fim, a coloração é feita a partir do filtro de modularidade, que identifica as comunidades de perfis no dataset. O cálculo da modularidade é presente por padrão no Gephi e tem como base a estrutura matemática apresentada por Blondel et al. (2008) e conhecida como Método Louvain de Detecção de Comunidades. Como resumido por Passos (2017, p. 24), a execução do filtro é feita em dois momentos: inicialmente, o algoritmo aplica a modularidade de forma local ao buscar pequenas comunidades; em seguida, realiza novos cálculos a partir dos *clusters*⁸¹ encontrados até que se atinja um máximo de modularidade para cada grupo identificado, terminando então o primeiro momento de atuação do algoritmo.

No segundo momento, todos os nós da mesma comunidade são agrupados, formando uma nova rede em que os nós são as comunidades do primeiro momento. Agora, todas as conexões existentes entre nós de uma mesma comunidade são representadas por um *auto loop* em um novo nó da comunidade. Além disso, as conexões de vários nós em um mesmo cluster com um nó de um cluster diferente são representadas por bordas ponderadas entre as duas comunidades. Assim, cria-se uma nova rede como produto final da segunda fase, sendo a primeira reaplicada de modo a novamente atingir o máximo de modularidade para cada um dos grupos de perfis identificados.

Todo esse processo é feito automaticamente a partir da aplicação do filtro de modularidade presente no Gephi que, por fim, entrega ao usuário as comunidades de conexões (associações) entre perfis presentes dentro do dataset escolhido. A modularidade é uma peça chave para a análise perspectivista, pois é a partir dela que se formam as perspectivas de conexões, estas que, quando sobrepostas, formam uma globalidade de pontos de vista.

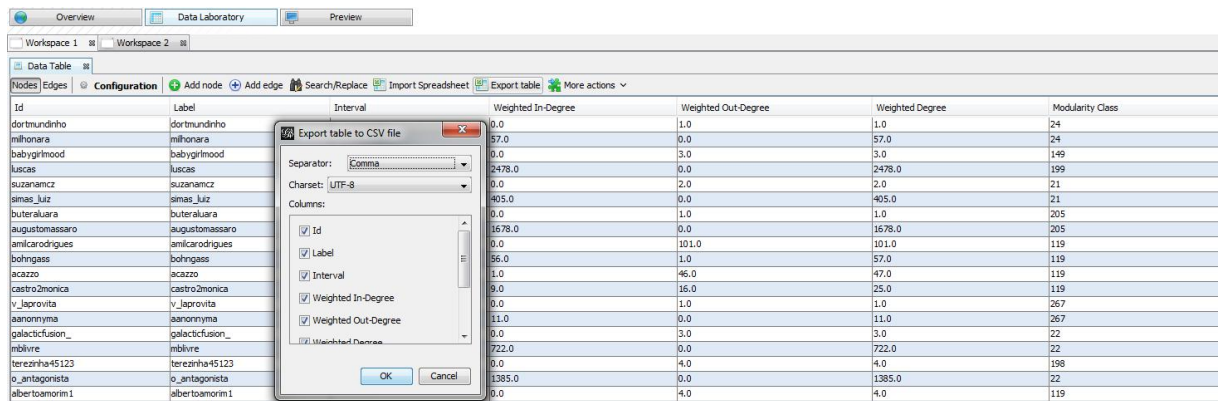
⁸¹ Do inglês, “aglomerado”. No campo computacional, um cluster consiste em computadores ligados entre si e trabalhando em conjunto, de modo que possam ser considerados todos um só, e o todo cada um. No grafo, cada cluster representa uma comunidade de nós e, conseqüentemente, uma perspectiva.

Figura 5: Exemplo de grafo antes e após a aplicação do filtro modularidade aplicado à coloração dos nós. As cores evidenciam as diferentes comunidades de nós dentro de um dataset.



Após a plotagem do grafo no Gephi, o software oferece a filtragem de nós por atributos específicos. Neste trabalho, como citado, aplicamos o filtro de *weighted-in degree* para definir o tamanho dos nós e, para a análise de comunidades específicas, o filtro de modularidade dos nós. A partir da comunidade selecionada é possível exportar uma tabela .csv com algumas propriedades: id (número do nó); label (nome do usuário); classe de modularidade (comunidade em que o nó está inserido).

Figura 6: Exemplificação de como exportar tabelas no Gephi.



A tabela do Gephi, porém, não possui as mensagens compartilhadas pelos usuários, somente sua identificação. Para saber quais foram as mensagens compartilhadas por cada nó, utilizamos o *script* Ford para fazer uma nova filtragem de dados. A coluna *label*, que contém as URLs (ou seja, nome do perfil) de cada usuário, é selecionada e transformada em um arquivo único .txt. Feito isso, utiliza-se a ferramenta *ford parse* para filtrar os dados presentes no arquivo .txt do arquivo tweets.csv geral. Este arquivo, porém, contém tanto tweets originais somente com texto, como retweets, tweets com menções e, dependendo da coleta, replies.

Figura 7: Exemplificação da filtragem dos dados por uma nova tabela de usuários.

```

labic@labic-pioneiro:/media/labic/Datasets/Bianca e Luisa/ESTUPRONEHCULPADAVITIMA/imprensa$ ford
Please enter the main action to take:
1. Data mine
2. Parse datasets
3. Configure
> 2

Please enter the option below:
1. Datasets
2. Images
3. Semantics
4. File tools
> 1

Please enter the operation to run:
1. Tweets dataset
2. Facebook dataset
3. Facebook (legacy)
4. Netvizz (legacy)
5. Comments (legacy)
6. Tweetgraph (legacy)
7. Convert JSON/pickle
> 1

Please enter the file name (eg. file.ext):
> tweets.csv

Filter dataset? [Y/n]
> y

Please enter the data to filter:
1. Text or words
2. Numeric range
3. Date interval
4. Column cut
> 1

Please enter the columns to filter( optional, "?" for list):
> id

Please enter the text to filter (eg. word1, word2 or list.txt):
> usuarioscluster1RT.txt

```

Para obter resultados analíticos específicos de cada comunidade, é preciso então fazer a filtragem do arquivo de URLs fornecida pelo Gephi do arquivo tweets.csv geral, coletado através do Ford. O arquivo filtrado pelos usuários que fizeram menções a outros perfis, portanto, tem chances quase totais de possuir um número expressivo de retweets ou tweets sem menções, já que é filtrada a atividade total do usuário e não a função específica de MTs. Deste modo são criados arquivos específicos para cada uma das comunidades, sendo possível o processamento dos dados (*ford parse*) de todas elas.

3.4. #EstuproNãoÉCulpaDaVítima: as narrativas construídas sobre o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro

3.4.1. O caso

A terça-feira (24) começou de uma maneira diferente para a adolescente. Após o telefonema de um amigo, a jovem foi informada que um vídeo íntimo seu estava circulando em grupos de WhatsApp. Em entrevista ao programa Conexão Repórter, do SBT, a adolescente diz ter

ficado confusa sobre o fato, pois não se lembrava de ter gravado qualquer vídeo íntimo⁸². Foi aí que ligou os pontos: a violência sofrida por ela havia sido gravada e divulgada na Internet.

No sábado anterior (21), a jovem havia frequentado um baile funk na Comunidade da Barão. Lá, encontrou o ex-namorado e então ‘ficante’, Lucas Perdomo, e juntos partiram para casa dele. A partir daí a jovem conta que só se lembra de ter acordado no domingo (22) em um outro imóvel. Sentindo-se dopada, ela afirma ter ficado dormindo a maior parte do tempo, mas nos momentos em que a consciência aflorava, conseguiu se ver observada por 33 homens armados com fuzis e pistolas.

No vídeo, homens exibiam seu órgão genital inchado, avermelhado e sangrando. “Olha aí, essa aqui é a famosa come rato da Barão”, é possível ouvir um deles enquanto tocavam seu corpo em meio a risos. “Olha como está sangrando, olha como o trem passou”, gabava-se o agressor. Em entrevista, a vítima conta se lembrar dos homens a chamando de “vagabunda, piranha”⁸³.

Na noite do dia 24 de maio, o vídeo é postado no Twitter pelo usuário @michelbrasil7. No dia seguinte (25), após uma onda de denúncias na rede social, a família da jovem é avisada sobre a gravação, e a adolescente é incentivada a realizar a denúncia formal dos agressores e a advogada e ativista carioca, Eloisa Samy Santiago, assume a defesa da jovem.

Na quinta-feira (26), a jovem presta o primeiro depoimento à polícia e é levada ao hospital para receber medicamentos de profilaxia, além de fazer exames no Instituto Médico Legal (IML). Na sexta-feira (27) a jovem presta novamente um depoimento à polícia, dessa vez na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), divisão da Polícia Civil. O delegado titular da DRCI e responsável pela investigação do caso de estupro e também do vazamento de imagens era Alessandro Thiers, mas sua atuação recebeu críticas e um pedido de afastamento pela advogada da vítima.

Thiers, após colher depoimentos da vítima e alguns suspeitos, disse não ser possível comprovar a existência do estupro. “A gente está investigando se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram. A política não pode ser leviana de

⁸² “Entrevista com a Jovem Estuprada”, reportagem do programa Conexão Repórter, do SBT, exibido em 29/05/2016 pelo SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=44eAaoOBKZw>

⁸³ “‘Tentaram me incriminar’, diz vítima de estupro coletivo sobre depoimento à polícia”, entrevista exibida no programa “Fantástico”, da Rede Globo, em 29/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5057096/>

comprar a ideia de estupro coletivo quando na verdade a gente não sabe ainda”, afirmou o delegado em entrevista coletiva realizada no sábado (28).

Além disso, no dia 30 de maio, um dia após seu afastamento do caso, o jornal EXTRA teve acesso a mensagens de WhatsApp enviadas pelo delegado. Nele, Thiers afirma que a polícia possui “fortes indícios de que não existiu estupro”, e sim uma relação consentida, já que a adolescente “frequentava a comunidade da Barão, inclusive com contato direto e íntimo com traficantes da área”.⁸⁴ O policial também afirmou que a reportagem exibida no programa dominical “Fantástico”, da Rede Globo, mostrava uma “outra pessoa”.

Em entrevista ao programa, exibido no dia 29 de maio⁸⁵, a jovem se diz assustada e vivendo em estado próximo a um cárcere privado. “Recebi mensagens de gente de Minas Gerais dizendo que iriam me matar”, afirmou. A repórter Renata Ceribelli questiona se ela já havia sofrido algum tipo de violência sexual anteriormente, ao qual a jovem expressamente diz “não”. Thiers, no entanto, alega nas conversas que o depoimento da jovem se referia a outra ocasião: “(sic) O relato de abuso que ela fala no Fantástico, ela relata q foi há tempos atrás (...). Único crime seria a divulgação do vídeo”.

A adolescente diz na entrevista que, ao chegar em casa, não comentou nada com a família e nem pretendia denunciar a violência sofrida por ter vergonha da reação que isso poderia causar e julgamentos que poderia receber. Ela afirma ser grata às mulheres que a apoiaram e ao movimento online, que resultou na denúncia de seus agressores. “Eu agradeço muito porque foi isso que não deixou ficar oculto”, diz.

No entanto, as reações negativas, concentradas principalmente no perfil pessoal da vítima no Facebook e em mensagens privadas recebidas pela mesma rede social, foram um motivo de revolta para a jovem. “Tem pessoas defendendo, falando que eu estou mentindo, que a minha versão da história é mentirosa sendo que tem um vídeo para provar. Eu estava desacordada no momento, eles mexeram em mim, tem fotos. No vídeo eles falando quantas pessoas tinham. Para mim só isso já basta”. Ela então relata que até mesmo o delegado havia tentado a incriminar e dá detalhes sobre sua versão do depoimento:

⁸⁴ Falas retiradas da reportagem do jornal EXTRA “Em conversa pelo WhatsApp, delegado desqualifica vítima de estupro coletivo”, de 30/05/2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/em-conversa-pelo-whatsapp-delegado-desqualifica-vitima-de-estupro-coletivo-19395615.html>

⁸⁵ “‘Tentaram me incriminar’, diz vítima de estupro coletivo sobre depoimento à polícia”, entrevista exibida no programa “Fantástico”, da Rede Globo, em 29/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5057096/>

O próprio delegado me culpou. Quando eu fui à delegacia, eu não me senti à vontade em nenhum momento. Eu acho que é por isso que muitas mulheres não fazem denúncia. [O que aconteceu na delegacia] Tentaram me incriminar, como se eu tivesse culpa de ser estuprada. Eu pedi para ele [o delegado] parar o depoimento. Tinham três homens – começando por aí. Tinham três homens dentro de uma sala. A sala era de vidro, todo mundo que passava [me] via. Ele botou na mesa as fotos e o vídeo, expôs e falou: ‘ah, me conta aí’. Só falou isso. Não perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava, como eu estava me sentindo. Só falou ‘me conta aí’. Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso. Eu falei ‘não vou mais responder a partir daqui’ (FANTÁSTICO, 2016)

Pelisoli et al. (2010) afirmam que os indicadores brasileiros demonstram uma elevação nos índices de denúncias à violência sexual no Brasil, mas o crime segue sendo subnotificado. Os motivos para a dificuldade em romper o silêncio das vítimas são muitos, mas passam principalmente por questões como o medo do(s) agressor(es); de problemas futuros devido à denúncia; de ser desacreditada; das atitudes do meio social e também pelo desconhecimento de que a situação era inadequada – principalmente quando as vítimas são mulheres em situações de uso de álcool e/ou drogas. Outras motivações são também o sentimento de culpa ou vergonha, o desconhecimento dos próprios direitos legais e também o descrédito na justiça.

Para Machado (2002, p. 9), “a interlocução entre agentes e usuárias é um evento crítico que define o nascimento ou a morte de um eventual processo de queixa-crime”. Investigando o funcionamento das Delegacias da Mulher, Machado aponta um dilema estrutural que pode ser aplicado a qualquer delegacia que atenda um caso de violência contra a mulher: o das lógicas de investigação e atendimento, contraditórias em seu funcionamento.

A lógica da investigação tem fundamento no método que busque distinguir o verdadeiro do falso. Uma das principais formas dessa lógica é a ideia de interesse, segundo a qual a escuta do depoimento é sempre feita sob constante alerta para qual o interesse da pessoa em acusar o outro. Para vítimas de uma experiência traumática como a violência sexual, perguntas que objetivam encontrar coerência a todo momento tendem a ser complicadas, especialmente quando a pessoa violentada possui algum tipo de laço com o agressor – seja pelo medo das reações futuras ou mesmo por uma questão de afeto.

A de atendimento à vítima, por sua vez, tem alicerce na metodologia de interlocução, de modo a fazer emergir informações antes escondidas pela ordem da vergonha, do medo e do segredo. É, portanto, uma lógica de confiança. De acordo com Machado (2002, p. 12), as lógicas produzem tipologias distintas: a do falso versus verdadeiro e a do empático versus indiferente. Observando o relato da jovem sobre sua experiência na delegacia, percebe-se que o depoimento partiu de uma lógica investigativa, que faz com que a vítima se sinta colocada

sob suspeita. Além disso, a própria estrutura do local é um elemento de inibição: uma sala de vidro e a participação de três homens.

O momento da denúncia e, conseqüentemente, de revelação pública da violência sofrida é crucial na vida das vítimas. Assis, Avanci, Pesce e Ximenes (2009 apud PELISOLI et al., 2010) demonstram que tanto a vitimização quanto o testemunho de crianças e adolescentes expostos a situação de violência estão associados a diversos problemas psicológicos posteriores, como dificuldade de concentração, problemas de sono, ansiedade e depressão.

Entendendo que esse tipo de postura faz com que a vítima sofra uma dupla violência⁸⁶, a advogada da jovem entrou com pedido de desmembramento do inquérito, acatado dia 29 de maio⁸⁷. As investigações sobre o crime passaram então a ser conduzidas pela Delegacia da Criança Vítima (DCAV), enquanto a DRCI ficou encarregada somente do vazamento de imagens. Santiago também entrou com pedido de investigação de Thiers por “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento”, delito previsto no art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁸⁸.

O posicionamento de Thiers é um exemplo de como a cultura do estupro funciona. Como visto anteriormente (ver: Capítulo 2, seção 2.1.2), diversos estudos nacionais e internacionais demonstram que fatores extralegais influenciam na atribuição de culpa por parte de autoridades legais às vítimas e costumam ser fatores decisivos para o julgamento de casos de violência sexual. As mensagens obtidas pelo jornal EXTRA mostram a visão do policial de que, por ela frequentar a Comunidade do Barão, ter contato com traficantes e supostamente apreciar a prática de sexo grupal, o ocorrido possui “fortes indícios” (sic) de não ter sido um estupro, e sim uma decisão consciente da vítima. Além disso, em entrevista concedida pelo delegado ao jornal Estado de São Paulo após seu afastamento⁸⁹, Thiers questiona:

Ela confirmou que são amigos dela, que já participou da endolação (preparo de drogas). A mãe dela me falou, perguntei e ela confirmou. Tem outro questionamento que até hoje ninguém fez: por que ela não está sendo investigada por associação ao

⁸⁶ Informações retiradas da reportagem do jornal BBC “Delegado diz ainda não saber se houve estupro e causa polêmica: O que diz a lei”, de 28/05/2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36406987>

⁸⁷ Informações retiradas da reportagem do jornal EXTRA “Delegado não mais encarregado por investigação do estupro coletivo, diz advogada”, de 29/05/2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/delegado-nao-mais-encarregado-por-investigacao-do-estupro-coletivo-diz-advogada-19391944.html>

⁸⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

⁸⁹ Informações retiradas da entrevista “Delegado afastado vê elo entre jovem violentada e tráfico”. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,delegado-afastado-ve-elo-entre-jovem-violentada-e-traffic,10000056110>

tráfico? Ela sofreu estupro? Pode ser que tenha sofrido. Mas o restante é esquecido? Não pode passar a mão na cabeça (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

Na mesma entrevista, Thiers demonstra em sua fala a persistência da visão do estupro como um ato estritamente sexual, e não de violência. Ao ser perguntado se acreditava que a vítima havia inventado o estupro, o policial responde:

Se você olhar melhor o vídeo, você acha que estava tendo conotação sexual? Como mulher, você acha que a pessoa ali teve algum tipo de satisfação sexual ou de achincalhar a garota? A intenção dele era de se autovangloriar, de ser o garanhão da favela (...) A imprensa colocou como se fosse verdade absoluta. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

A fala passa pelo mito do estupro, não como uma ferramenta de imposição do agressor às suas vítimas, mas sim como necessariamente um impulso sexual incontrolável. Se a intenção do homem não era satisfazer seu impulso sexual, então não poderia ser classificado como estupro. Assim, as imagens da vítima sendo tocada enquanto desacordada, a cena do órgão genital sangrando, a fala zozza da jovem ao pronunciar um “não” – ao que um dos agressores responde “não o que, pô?” e a mesma sendo capaz de apenas reproduzir um gemido em tom de “ai” – não são evidências suficientes quando comparadas ao histórico de vida real ou assumida da vítima. A cultura do estupro é evidenciada por momentos como esse, quando mesmo as imagens da violência não são tão fortes e convincentes quanto a reputação da mulher que foge do seu dito papel social.

3.4.2. Os envolvidos e resultados das investigações

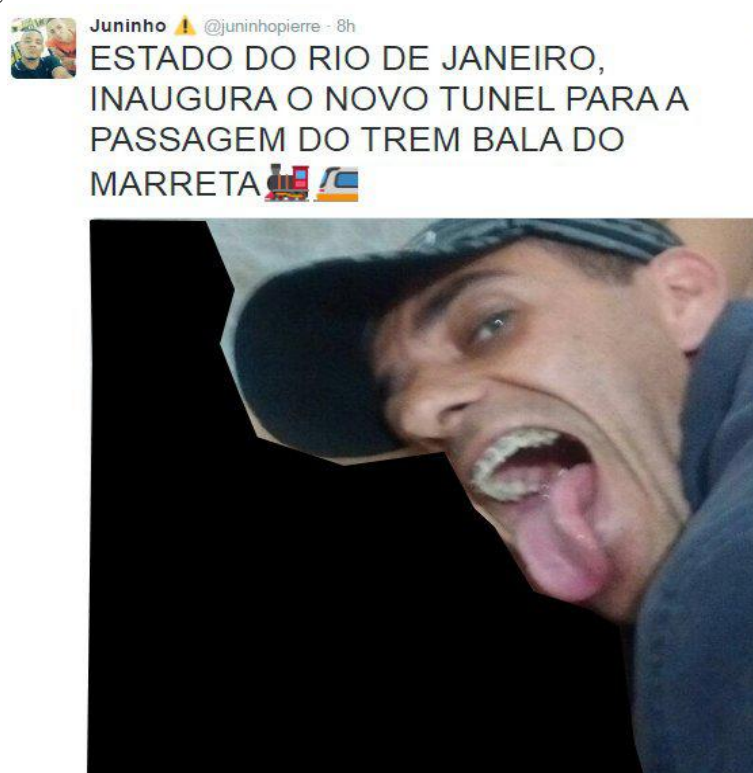
Após o afastamento de Thiers, a delegada titular da DCAV Cristiana Bento assume o caso no domingo (29) e, em entrevista coletiva na segunda (30), afirmou não haver dúvidas de um caso de estupro devido a existência do vídeo e também por conta do depoimento da vítima. Para a policial, o crime estava provado – faltava verificar a extensão e responsabilizar os culpados. No mesmo dia, dois dos seis suspeitos foram presos – Lucas Perdomo, 20 anos, ex-namorado da vítima e Raí de Souza, de quem foi apreendido o celular e, por meio deste, encontradas várias novas evidências sobre o crime.

Observando a rede dos perfis formada a partir do dataset utilizado neste trabalho, três nomes surgem em destaque: Michel Brasil, Juninho Pierre (Raphael Belo) e Riquinho CDD (Marcelo Corrêa). Brasil (@michelbrasil7), 18 anos, foi quem divulgou o vídeo de estupro em seu perfil

no Twitter. Na conclusão do inquérito, o jovem foi indiciado pela divulgação de imagens e teve sua prisão preventiva pedida pela polícia⁹⁰.

Raphael Assis Duarte Belo (@juninhopierre), cinegrafista de 41 anos, compartilhou o vídeo e uma selfie à frente do corpo da jovem desacordada. Belo também tweetou uma sequência de mensagens sobre o vídeo e a vítima: “acabaram com a mina viado, toda aberta”, “fizeram um túnel na mina mas de 30”, “o biguinho consegue entrar dentro dela tranquilo [emoji gargalhando]”, “coitada da [apelido da vítima] [emoji gargalhando]”.

Figura 8: Tweet do usuário @juninhopierre. A jovem está deitada de bruços e o rosto do agressor está ao lado de seu órgão genital sangrando.



O cinegrafista foi também indiciado ao final do inquérito e condenado em 21/02/2017 a 15 anos de prisão em regime fechado e pagamento de 306 dias-multa⁹¹. Em uma carta⁹², Belo relatou que se arrepende de ter participado da filmagem e nega ter praticado qualquer

⁹⁰ Informações retiradas da reportagem “‘Não sabia que era um estupro’, alega acusado de divulgar imagem na web”. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/nao-sabia-que-era-um-estupro-alega-acusado-de-divulgar-imagem-na-web-19383298.html>

⁹¹ Informação retirada da reportagem “Dois jovens são condenados por estupro coletivo na Zona Oeste do Rio”, em 21/02/2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/dois-jovens-sao-condenados-por-estupro-coletivo-na-zona-oeste-do-rio-20957873.html>

⁹² Informação retirada da reportagem: “Em carta à ex-cunhada, suspeito afirma que ajudou vítima de estupro”, em 01/06/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/em-carta-ex-cunhada-suspeito-afirma-que-ajudou-vitima-de-estupro.html>

violência contra a jovem. “Sei que não se deve zombar de uma pessoa naquele estado, errei, mais [sic] sou uma pessoa normal, passivo [sic] de erros”, afirmou.

Marcelo Miranda da Cruz Corrêa (@riquinho_cdd), 18 anos, compartilhou uma foto da adolescente desacordada. Estudante do ensino médio e morador da Cidade de Deus, afirmou após as acusações ter recebido a foto via grupo de whatsapp sem saber que se tratava de um estupro ou que a vítima era menor de idade. O jovem foi indiciado ao final do inquérito e teve sua prisão preventiva decretada⁹³.

Além deles, outros 5 homens foram alvo da investigação. Lucas Perdomo Duarte Santos, 20, ex-namorado da vítima, chegou a ser detido por uma semana e liberado por falta de provas⁹⁴. Ao fim das investigações, o jovem foi inocentado e hoje segue sua carreira como jogador de futebol, sendo um dos dois novos nomes do carioca Vasco da Gama⁹⁵.

Raí de Souza, que gravou e transmitiu o vídeo, foi condenado junto a Raphael Belo por estupro de vulnerável (art. 217- A, §1.º do Código Penal) e por produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente (art. 240 do ECA)⁹⁶.

Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário, e Sérgio Luiz da Silva, o D Russa, respectivamente traficante e chefe do tráfico da Comunidade do Barão, foram indiciados, mas continuam foragidos. O outro indiciado foi um adolescente conhecido como Perninha, seu processo foi desmembrado e encaminhado para a Vara da Infância e da Juventude⁹⁷. Apesar da vítima afirmar em depoimento que contou a participação de um total de 33 homens possivelmente ligados ao tráfico, a polícia não encontrou provas o suficiente para sustentar a alegação.

⁹³ Informação retirada da reportagem “‘Não sabia que era um estupro’, alega acusado de divulgar imagem na web”, em 27/05/2016. Ver: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/nao-sabia-que-era-um-estupro-alega-acusado-de-divulgar-imagem-na-web-19383298.html>

⁹⁴ Informações retiradas da reportagem “Jovem supera acusação e garante vitória do Boavista no Campeonato Carioca”, em 23/01/2018. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/campeonatos/estadual-do-rio/ultimas-noticias/2018/01/23/apos-prisao-e-suspeita-de-estupro-meia-faz-gol-e-garante-vitoria-no-rj.htm>

⁹⁵ Informações retiradas da reportagem “Vasco aproveita fim dos estaduais e anuncia dois destaques até dezembro”, em 28/03/2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/lance/vasco-aproveita-fim-dos-estaduais-e-anuncia-dois-destaques-ate-dezembro.htm>

⁹⁶ Informação retirada da reportagem “Dois jovens são condenados por estupro coletivo na Zona Oeste do Rio”, em 21/02/2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/dois-jovens-sao-condenados-por-estupro-coletivo-na-zona-oeste-do-rio-20957873.html>

⁹⁷ Informação retirada da reportagem “Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados”, em 17/06/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html>

A vítima hoje é maior de idade e possui uma nova vida: após entrar para o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte, teve de sair do Rio de Janeiro com a família e possui novo número de Registro Geral. A jovem recebeu verba do programa, uma parceria do governo federal com os estados, e também o auxílio de um tratamento psicológico, o qual abandonou com o tempo. Para continuar no programa, a jovem não poderia manter contato com pessoas que soubessem sua verdadeira identidade, voltar para o Rio de Janeiro, sendo proibido também seu acesso à internet. Após o primeiro ano, o corpo técnico do Ministério dos Direitos Humanos decidiu desligá-la do programa de proteção por conta de quebra das regras⁹⁸.

3.4.3 A repercussão no Twitter

“Amassaram a mina, entendeu ou não entendeu?”. A frase, em tom de deboche, veio acompanhada de um vídeo compartilhado no Twitter pelo usuário @michelbrasil7 numa quarta-feira, dia 25 de março. Nele, em meio a risos, homens mostram a garota de 16 anos desacordada e com o órgão genital sangrando. “Olha como está sangrando, olha como o trem passou”, gabava-se o agressor. Além dele, outros trinta e dois homens teriam participado do estupro coletivo, segundo depoimentos da vítima. Em um país que registra um caso de estupro a cada 13 minutos (FBSP, 2016), nos deparamos com um ocorrido bárbaro e de proporções assustadoras a partir de uma divulgação, não somente às claras como irônica, banalizando a chocante violência sofrida pela adolescente.

Em questão de horas, usuários da rede social se mostraram indignados com a publicação do crime e deram início a uma série de denúncias à Polícia Federal e à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro como forma de cobrar ações cabíveis e enviar dados sobre os agressores aos órgãos. Além disso, a rede se mobilizou a fim de encontrar novas informações e organizar escrachos a partir deles, como a divulgação do número de celular de Michel Brasil, quem upou o vídeo e de @juninhopierre e @riquinho_cdd, apontados como participantes do crime. Ao final da tarde, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu cerca de 800 denúncias formais e o Twitter retirou o vídeo do ar.

Observou-se, assim, a formação de uma ampla rede de indignação e denúncias, estando nela também quaisquer informações e atualizações sobre os agressores, o estado de saúde física e

⁹⁸ Informações retiradas da reportagem “Quase dois anos depois, a vida da vítima do estupro coletivo no Rio”, de 08/03/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2018/03/quase-dois-anos-depois-vida-da-vitima-do-estupro-coletivo-no-rio.html>

mental da vítima e o andamento do caso. Constituiu-se, dessa forma, uma rede de repulsa ao crime e apoio à vítima. O Twitter, como um espaço plural de mobilizações e discussões, tornou-se palco para a expoente ascensão de manifestações e campanhas que utilizaram hashtags como ferramenta de enfrentamento e conscientização.

Como detalhado na metodologia, a coleta dos tweets foi realizada dia 27 de maio de 2016 às 16:45, três dias após a divulgação do vídeo pelo usuário @michelbrasil7. O script Ford possibilita a coleta até 7 dias passados, mas como o tema viralizou no dia 24 de maio, optou-se pela coleta de 4 dias passados – de 23 de maio, um dia antes da exposição do vídeo, até o dia 27 de maio, momento da coleta.

Como a evolução do tema estava sendo acompanhada, a escolha dos termos de coleta teve como base a observação da discussão durante os três dias anteriores. As perguntas que norteavam a escolha dos termos foram: quais eram as palavras que melhor caracterizam a discussão; quais os termos mais recorrentes; e como buscar também as mensagens de ódio, que acabam por utilizar termos diferentes daqueles que caracterizam ou são mais recorrentes em um debate. Com isso, chegamos aos termos “estupro”, “estuprada”, “estupro+coletivo”, “#estupronuncamais”, “#estupronãoéculpadavítima”, “mini puta”, “violência+contra+mulher”, “30 caras” e “ideologia+gênero”.

Foram contabilizados 808.166 tweets de um total de 287.275 usuários, uma média de aproximadamente 3 tweets por usuário. Destes, 681.172 tweets são interações, ou seja, formados por retweets, menções ou replies, reafirmando o valor da interação entre usuários na rede social.

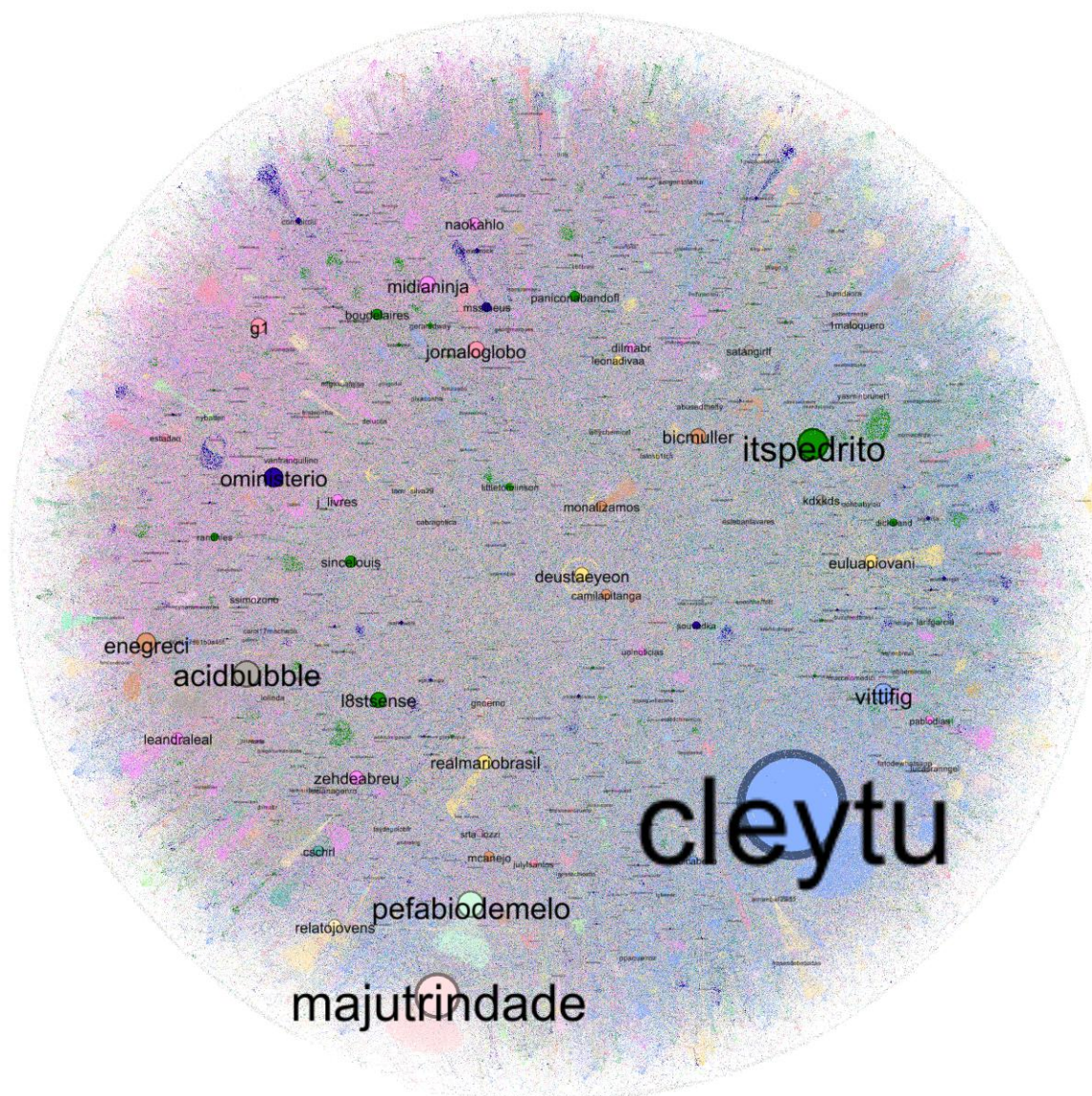
O instrumento de maior uso foram os RTs, contabilizando um total de 610.168 retweets feitos por 226.721 usuários (*senders*) a tweets publicados por 34.208 perfis (*receivers*). Em menor número, mas ainda expressivo, aparecem as 44.617 menções feitas por 25.501 usuários a 5.435 perfis e os replies de 16.633 *senders* para 14.950 *receivers*. Neste trabalho, utilizaremos apenas as redes de RTs (retweets) e MT (menções), já que estas foram as duas funcionalidades de maior uso durante o debate. Além disso, após o breve exame dos grafos e conteúdo das redes de MT e replies, ficou perceptível que a rede de MTs possuía dados mais relevantes para o andamento dessa pesquisa, como explicaremos adiante.

3.4.3.1. As narrativas construídas sobre o estupro coletivo no Twitter

Nesta análise, considerou-se o conceito de narrativa proposto por Motta (2017), que a entende como a tradução do conhecimento subjetivo e objetivo em relatos. É por meio dos enunciados narrativos que é possível relacionar uma determinada questão à outra “em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico” (MOTTA, 2017, p. 2). A narrativa é, portanto, um local de produção de conhecimento.

A partir da base de dados inicial, foram feitas duas visualizações: a do grafo de retweets (RTs) e a do grafo de menções (MTs). Como as ações online, em uma análise perspectivista da rede, são entendidas como relações entre atores que reproduzem pontos de vistas coletivos e que estes, quando sobrepostos, formam uma agência, a rede precisa ser vista e compreendida em suas partes, seja a posição da parte no tempo, seja pela parte do tempo como parte no todo. Por esse motivo, foram utilizadas na análise seis diferentes partes: três do grafo de RTs e três do grafo de MT. Cada parte é uma comunidade formada a partir do cálculo de modularidade, que as retorna a partir dos dados de ligações de conexões densas entre perfis, ou seja, uma medida de vizinhança entre os nós de uma determinada rede.

Figura 9: Grafo ilustrando a rede geral de retweets (RTs).



O grafo exposto na Figura 9 ilustra a rede geral de RTs (compartilhamentos), formada a partir da discussão quanto o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. O cálculo de modularidade devolve um número próximo a 3.026 comunidades, com a maioria não representando mais do que 0,5% das discussões presentes na rede. Somente 17 perspectivas ultrapassaram a representação de 0,5% e apenas três os 10% de presença. Por esse motivo, neste trabalho analisaremos as três perspectivas que representam a maior participação no debate em relação ao caso.

Considerando o número total de tweets e usuários, 3.026 comunidades é um número pequeno, ou seja, cada comunidade possui um alto número de usuários. Isso demonstra caminhos para o cálculo de um índice de viralidade no Twitter, podendo ser realizado em função da variação

de módulos que um determinado tema resultou. Quanto menor o número de comunidades total e quanto maior a porcentagem de participação de poucas comunidades, mais polarizado e dependente de uma cena de influenciadores é um debate. Isso explicaria a transitoriedade de alguns perfis, todos eles com alto número de seguidores, em mais de uma comunidade.

Figura 10: Grafo ilustrando a rede geral de menções (MTs).



Já a Figura 10 mostra o grafo que representa a rede geral de menções feitas pelos usuários envolvidos na discussão do tema, estando organizados em uma determinada comunidade formada a partir de menções em comum feitas por eles. Ela é formada por 28.561 nós e o cálculo de modularidade identificou 2.114 perspectivas.

Duas perspectivas distintas chamam a atenção por conter empresas de serviço online, @spotify e @youtube, como nó central e mais citado. A presença do YouTube é explicada pelas configurações de conexões entre redes sociais. O site de compartilhamento de vídeos habilita uma opção que integra o canal de seus usuários aos seus perfis no Twitter e Facebook. Dessa maneira, atividades realizadas no YouTube são automaticamente publicadas também nas outras redes sociais: no caso do Twitter, um exemplo claro é quando o usuário dá *like* em um vídeo; automaticamente em seguida será publicado um tweet “Eu gostei de um vídeo @Youtube [link do vídeo] [NOME DO VÍDEO]”.

Por conta disso, muitos datasets de menções são “contaminados” pelo YouTube e muitas pesquisas optam por excluir a representação do nó já que muitas vezes ela não tem relação ou não acrescenta ao tema em questão. Neste trabalho, entretanto, as menções ao site são de bastante valia pois, após a análise do dataset, ficou claro que elas demonstravam que o debate sobre a cultura do estupro (ou a não existência da mesma) não ficou restrita às mensagens dentro do Twitter – os vídeos que receberam like eram sobre o caso de específico de estupro ou a cultura de estupro, indicando uma *trend* também entre youtubers.

O destaque do Spotify, por sua vez, não aconteceu devido a integração entre o Twitter e o serviço de *streaming* musical, mas sim, graças à criação de uma playlist oficial do Spotify no dia 25 com uma mensagem “oculta” formada pelos nomes de músicas e o título #EstuproNãoÉCulpaDaVítima. Ao notarem, os usuários mencionaram o perfil do serviço de streaming a fim de parabenizar a equipe pela iniciativa.

Figura 11: Playlist montada pelo serviço de *streaming* Spotify no dia 25. Em ordem decrescente as músicas formam uma mensagem de repúdio ao estupro coletivo e de apoio às mulheres vítimas de abuso sexual.

#EstuproNãoÉCulpaDaVítima	
MÚSICA	ARTISTA
+ Hoje	Ludmilla
+ 33	Coheed and Cambria
+ Homens	Manu Chao
+ Fizeram o Que Fizeram e Nem Desculpa Eles Pediram	Goribeatzz, Antbéticos
+ Queremos Ver	Carlos Arzola
+ Justiça - Ao Vivo	Cristo Vivo
+ Queremos Saber	Cássia Eller
+ Até Quando?	Gabriel O Pensador
+ Isso	Titãs
+ Vai Acontecer	Pedro Váfora
+ No	Shakira, Gustavo Cerati
+ Brasil	Cazuza
+ Onze Minutos	Valentiano
+ E...	Vasco Rossi
+ Uma Mulher	Cesar Camargo Mariano
+ Abusada	DJ MP4, Mc Derick, Mc Britney
+ Quem São Os Animais?	Titãs
+ Chaga	Fábio Jr.
+ O Tempo Não Apaga	Victor & Leo
+ Toda Essa Dor	Fator C
+ Vamos Gritar	Caryna
+ Bem Alto	RUMO, Pedro Mourão, Nê Ozzetti
+ Vocês	Dani Black
+ Não Ficarão	Toque no Altar
+ Sozinhas	Gustavo Sazes

Outro destaque é a presença de menções aos perfis da imprensa tradicional, como @estadao, @folha, @jornalextra e @veja. No site de todos estes veículos existe uma opção para os leitores publicarem a notícia diretamente em seus *feeds* no Twitter, de modo que exista, ao final do tweet, uma menção ao perfil do veículo, por ex. “[notícia] via @estadao”.

Finalmente, o perfil @vitortcartoons pertence ao cartunista Vitor Teixeira, conhecido por suas ilustrações de cunho político. Seu número de menções foi alto devido ao perfil @j_livres (destaque na Perspectiva 2 do grafo de retweets) que compartilhou uma imagem referente ao caso de estupro coletivo e creditou mencionando o perfil de Teixeira.

Figura 12: Ilustração do cartunista Vitor Teixeira sobre o caso de estupro coletivo e utilizada em um tweet do coletivo Jornalistas Livres, que obteve 431 retweets.



Para auxiliar a análise das narrativas, contamos com o auxílio da modelagem de tópicos, ou seja, a identificação de temas específicos presentes nos 15 tweets mais retweetados de cada comunidade analisada. Para a modelagem deste trabalho, consideramos a categorização de temáticas presentes em cada tweet ao invés de encaixar o tweet em uma categoria específica, já que muitos discursos transitavam entre temas. Um mesmo tweet, por exemplo, poderia incentivar à denúncia e pedir pela solidariedade masculina ao crime, fazendo com que a escolha pela modelagem de somente uma ou outra categoria invisibilizasse temáticas. As categorias e subcategorias foram divididas de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4: Categorias e subcategorias presentes nos tweets de maior presença na rede.

Mitos de estupro	Repúdio	Solidariedade	Cultura do Estupro	Denúncia
Roupas	Estupro	Experiência compartilhada	Mecanismos	Polícia
Entorpecentes	Caso	Solidariedade Masculina	Dados	Disseminar
Culpabilização	Mídia	À vítima	Impunidade	Incentivo à denúncia
Horário/Local	Feminismo	Armamento	Crítica	
Atitude	Esquerda política			
Reputação				
Negativa				
positiva				
Idade				
Religião				

- Mitos de estupro: tweets chamando atenção para os mitos de estupro. As subcategorias mostram quais mitos apareceram no discurso dos usuários: aqueles envolvendo roupas; uso de entorpecentes (álcool/drogas); culpabilização não especificada (dizer que a culpa nunca é da vítima e não especificar uma situação); horário/local; atitude; reputação; negativa positiva (quando a mulher diz não ‘querendo dizer sim’); idade; e religião.
- Repúdio: tweets que demonstram desprezo a algum aspecto. As subcategorias demonstram que aspectos são esses: ao crime de estupro de uma maneira ampla; ao caso específico de estupro coletivo; à defesa ao crime de estupro; à mídia; ao feminismo; e à esquerda política.
- Solidariedade: tweets que se colocam em solidariedade a algo. A solidariedade é entendida neste trabalho como uma união de simpatias ou desejo de ajudar o próximo. As subcategorias se referem: à solidariedade devido a experiência feminina compartilhada, conceito retirado de Fredrickson e Roberts (ver: Cap. 2, seção 2.2.1.4) e utilizado aqui para significar o caso de estupro de uma mulher como criador de uma experiência social compartilhada de ameaça entre todas as mulheres; pedidos por solidariedade masculina às mulheres e às vítimas de estupro; à vítima do estupro coletivo; e ao armamento como política de auxílio às vítimas.
- Cultura do estupro: tweets que visam debater especificamente a temática ‘cultura do estupro’. As subcategorias demonstram aqueles que tratam sobre seus mecanismos; trazem dados que corroborem o conceito; os que criticam a impunidade circunscrita na cultura do estupro; e críticas à noção de cultura do estupro.
- Denúncia: tweets que tratam especificamente de denúncias. As subcategorias dividem-se entre denúncias às autoridades policiais; denúncia com fins de disseminação na rede; e incentivo à denúncia voltado para vítimas de violência sexual.

3.4.3.1.1 A denúncia

O primeiro momento da manifestação se deu pela denúncia do ocorrido, retratada pela terceira perspectiva de maior representação no grafo de retweets (*Perspectiva 3 RT*) e as duas

perspectivas de maior representação no grafo de menções (*Perspectiva 1 MT e Perspectiva 2 MT*).

Figura 13: Grafo da Perspectiva 3 (11,13%) da rede de RTs.

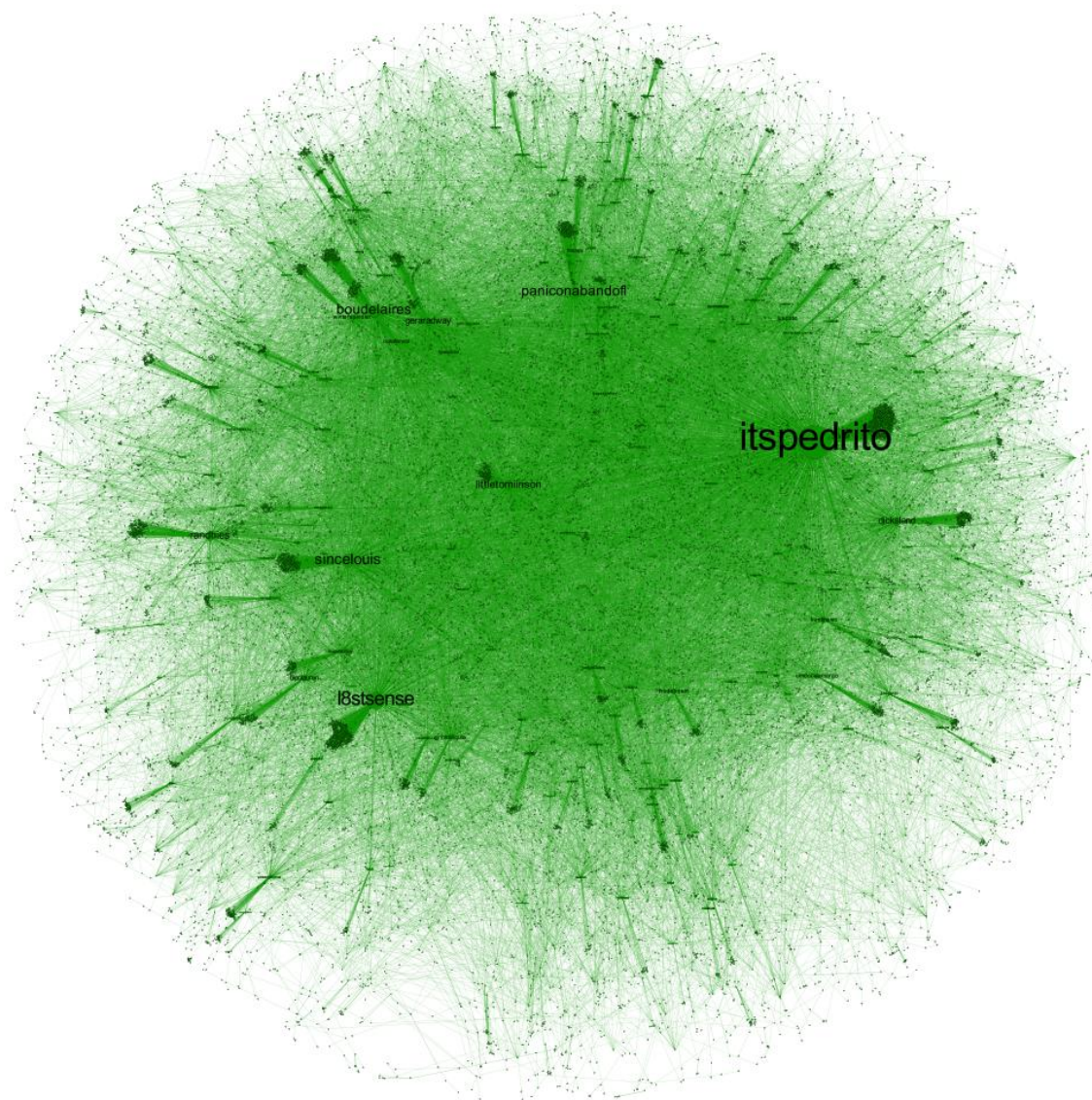
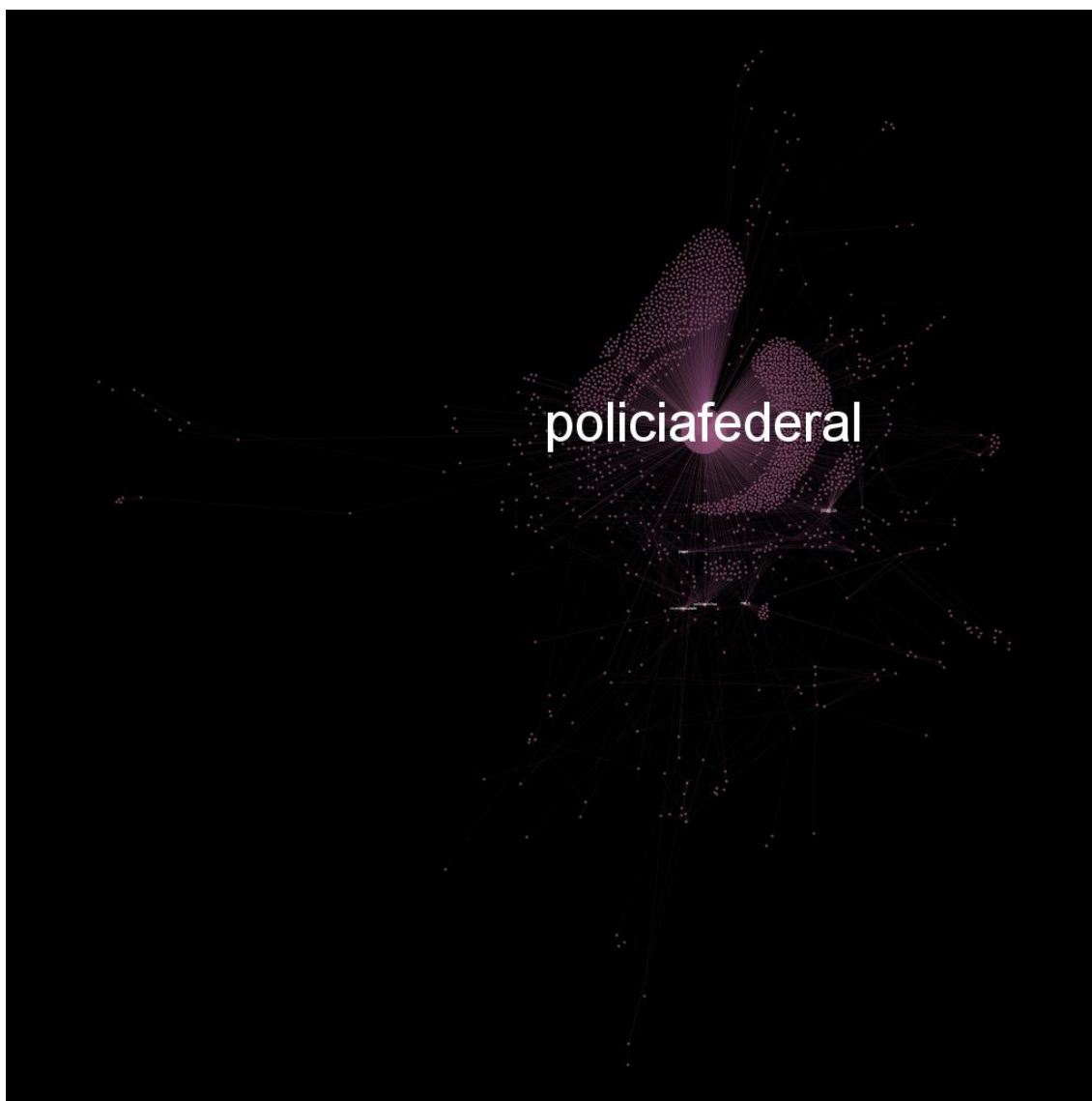


Figura 14: Grafo da perspectiva 1 (20,2%) da rede de MTs



Figura 15: Grafo da perspectiva 2 (7,04%) da rede de MTs.



As três perspectivas representam o primeiro momento do debate, ocorrido após a divulgação do vídeo pelo usuário @michelbrasil7 entre o final da noite do dia 24 e o início da madrugada do dia 25. Neles, destaca-se a atuação dos usuários ao longo do dia 25, quando assumem uma posição de cobertura emergente: aquela marcada por pautas independentes e que acontece antes da participação da imprensa. O comprometimento dos usuários, sem um centro de controle, é puramente com a disseminação do conteúdo em questão.

Isso é explicitado pelo alto número de replies e, especialmente, de menções em comparação às outras perspectivas. Como explicado na seção 3.2, replies e menções são, no geral, representativos da camada micro, formada pelas conversas diretas entre usuários. Entretanto, nestas perspectivas as menções tiveram uma função diferente: ao invés de utilizá-las de modo a tentar engajar uma conversa com o perfil mencionado, os usuários as empregaram para

chamar a atenção de determinados perfis a um fato - no caso, o vídeo postado por @michelbrasil7. Quando um perfil menciona outro, o mencionado recebe uma notificação. O ato de vários usuários mencionando um mesmo perfil, portanto, significa que a chance de chamar a atenção de quem o postou é maior. Além disso, indicar quem postou o vídeo, na lógica dos denunciadores, facilita o trabalho de identificação realizado pelas autoridades escolhidas para a denúncia: instituições legais/policiais e o próprio Twitter.

Tabela 5: Relação entre usuário/número de tweets/menções feitas a ele na Perspectiva 1 da rede de MTs e na Perspectiva 2 da rede de MTs.

usuários MT1	nº de menções	nº de usuários que mencionaram
michelbrasil7	6509	5309
pcerj	1031	1025
juninhopierre	817	781
riquinho_cdd	699	691
policiafederal	458	399
rodresgo	56	45
_abreugigi	54	41
riodefesacivil	32	28
amanda001senna	22	22
twitterbrasil	17	17
usuários MT2	nº de menções	nº de usuários que mencionaram
policiafederal	2105	1811
michelbrasil7	899	818
Polícia	129	126
policiacivilsp	61	56
vicenteboutade	59	55
mp_rj	48	48
juninhopierre	39	34
Pmerj	36	32
Pcerj	35	35
riquinho_cdd	27	26
Pmesp	22	21
datenaoficial	18	18
Bandtv	17	17

Os perfis mais mencionados, conforme a Tabela 5 são: @michelbrasil7, @juninhopierre, @riquinho_cdd, @pcerj (Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) e @policiafederal. Os três primeiros são perfis de homens envolvidos com a divulgação do vídeo ou com o ato de estupro, enquanto os dois últimos são perfis de instituições policiais. Além deles, também aparecem como mais mencionadas outras instituições policiais ou representativas, como

@policia⁹⁹, @pmesp, @policiacivilsp, @riodefesacivil e @pmerj. Assim, os usuários utilizaram as menções para denunciar a divulgação do vídeo para perfis policiais e informá-los os nomes dos envolvidos, de modo a auxiliar o processo de investigação.

Tabela 6: Os quinze tweets com maior número de retweets na Perspectiva 1 e Perspectiva 2 da rede de menções e da Perspectiva 3 da rede de RTs, respectivamente.

tweets perspectiva 1 MT	nº de tweets
RT @_1Maloquero: Peço q vocês denunciem o perfil (@michelbrasil7). Esse moleque metido a transão, deu bebida e filmou uma garota pós estu...	1439
RT @estebantavares: Alô @PCERJ: o @michelbrasil7 está publicando video de ESTUPRO na rede. Bora fazer algo, por favor???	1018
RT @SargentoFAHUR: Esse @michelbrasil7 q ta postando vídeos de uma mulher q aparentemente foi estuprada, q agente as consequências de prov...	789
RT @heyvianna: O perfil dos caras que divulgaram o estupro são esses @juninhopierre @Riquinho_cdd e @michelbrasil7. Entrem no site da PF e...	596
RT @JOAQUINTDASILVA: VAGABUNDO MACONHERO POSTANDO VÍDEO DE MULHER QUE FOI ESTUPRADA DENUNCIEM ESSE LIXO @michelbrasil7	432
RT @writonme: Gente, denunciem o @michelbrasil7, por favor. Ele dopou a garota e filmou ela pós estupro (o vídeo está no perfil dele). Espa...	421
RT @cabragotica: gente, não assistam ou compartilhem o vídeo da menina que foi estuprada denunciem @michelbrasil7 nesse link https://t.co/d...	252
RT @acidbubble: eu queria tanto que os homens se indignassem com estupro e machismo da mesma forma que eles se indignam ao serem generaliza...	252
RT @guxrrv: @michelbrasil7 tweet bem infeliz, contra a lei e dando moral ao estupro...	222
RT @matheuss_pe: O meu, papo sério! Denunciem o perfim @michelbrasil7. O cara compartilhou o vídeo de uma menina pós-estupro. Não é brincad...	201
RT @kdxkds: estupro é o maior crime que se pode cometer contra uma vida não é engraçado nao é algo pra se fetichizar não é algo pra falar...	170
RT @Itspedrito: ❀ ESTUPRO NAO É CULPA DA VITIMA REPASSE ❀	166
RT @enegreci: Resquícios da cultura do estupro é sentir medo de estar só na presença de vários homens, se você nunca sentiu isso, você é ho...	158
RT @satangirlf: estupro não é doença estupro não é doença estupro não é doença estupro não é doença estupro é crime	157
RT @boudelaires: vou ensinar vcs: dopar uma mulher e "ficar" com ela = estupro embebedar uma mulher pra pegar ela = estupro se ela tiver...	148
tweets perspectiva 2 MT	nº de tweets
RT @camissauro: sugiro que a @policiafederal investigue o perfil @michelbrasil7 indícios de estupro! O número do celular dele é 021 9 76...	457
RT @drogameu: sugiro que a @policiafederal investigue o perfil @michelbrasil7 indícios de estupro! O número do celular dele é 021 9 7639...	244
RT @marcosmolina: sugiro que a @policiafederal investigue o perfil @michelbrasil7 indícios de estupro! O número do celular dele é 021 9...	240
RT @LeonaDivaa: O número do celular do Canalha que estava fazendo Apologia ao Estupro é 021 9 7639 3713 REPASSEM ATÉ CHEGAR A @policiafed...	169
RT @luiztretando: Esse é um dos participantes do vídeo de estupro. @policiafederal https://t.co/nOfGTyR1Ea	145
RT @ThinkOlga: Queremos saber da @policiafederal se o caso do estupro coletivo de uma menina do Rio de Janeiro está sendo investigado.	134

⁹⁹ Um dos perfis mais mencionados pela Perspectiva 2 MTs é @policia, Policia Nacional Espanhola, mas tratada como se fosse um perfil da polícia brasileira.

RT @Itspedrito: ❀ ESTUPRO NAO É CULPA DA VITIMA REPASSE ❀	107
RT @LeonaDivaa: ALÔ @policiafederal @policia DENUNCIEM ESSE MERDA QUE ESTA FAZENDO APOLOGIA AO ESTUPRO..Denunciem o perfil https://t.co/i6...	101
RT @acidbubble: eu queria tanto que os homens se indignassem com estupro e machismo da mesma forma que eles se indignam ao serem generaliza...	98
RT @luiztretando: sugiro que a @policiafederal investigue o perfil @michelbrasil7 indícios de estupro! O número do celular dele é 021 9...	96
RT @kdxkds: estupro é o maior crime que se pode cometer contra uma vida não é engraçado nao é algo pra se fetichizar não é algo pra falar...	90
RT @enegreci: Resquícios da cultura do estupro é sentir medo de estar só na presença de vários homens, se você nunca sentiu isso, você é ho...	61
RT @_1Maloquero: Peço q vocês denunciem o perfil (@michelbrasil7). Esse moleque metido a transão, deu bebida e filmou uma garota pós estu...	56
RT @satangirlf: estupro não é doença estupro não é doença estupro não é doença estupro não é doença estupro é crime	55
RT @cleytu: A CULPA NUNCA É DA VÍTIMA #EstuproNuncaMais https://t.co/BIgWKBrIOH	55
tweets perspectiva 3 RT	nº de tweets
RT @Itspedrito: ❀ ESTUPRO NAO É CULPA DA VITIMA REPASSE ❀	2043
RT @Itspedrito: nao tem close mais errado que justificar estupro colocando a culpa na vitima	828
RT @l8stsense: uma aulinha rápida sobre cultura do estupro https://t.co/3ZQ7gJ7SxN	806
RT @Itspedrito: nao quero dividir o ar com pessoas que defendem ou dao risada de estupro	790
RT @boudelaires: vou ensinar vcs: dopar uma mulher e "ficar" com ela = estupro embebedar uma mulher pra pegar ela = estupro se ela tiver...	663
RT @Itspedrito: pessoas que defendem estupro nao me sigam nao as quero	659
RT @l8stsense: "SUPOSTO" estupro? SUPOSTO??????????? S U P O S T O ? ? ? 30 caras drogam uma mina e estupram ela e me vem uma manchete com...	653
RT @acidbubble: eu queria tanto que os homens se indignassem com estupro e machismo da mesma forma que eles se indignam ao serem generaliza...	636
RT @sincelouis: estupro não é engraçado estupro não é justificável estupro não é culpa da vítima estupro não é fetiche estupro é CRIME	579
RT @littletomInson: Estupro não é engraçado Não é fetiche Não é algo que alguém mereça Não é prazeroso É nojento É desumano É crime	514
RT @oministerio: estupro não é piada estupro não é culpa da vítima estupro não é fetiche sexual estupro é desumano, desprezível, nojento e...	506
RT @sincelouis: mulher nenhuma merece ser estuprada temos modos de se vestir diferente mas nunca culpe a gente #EstuproNuncaMais https://t...	503
RT @majutrindade: "foi estuprada porque usava roupa curta" "foi estuprada porque deu mole" não não não não não não não não não nãoããããooooo n...	482
RT @PanicoNaBandOFL: estupro n tem graça estupro n tem justificativa estupro n é culpa da vítima estupro é nojento estupro é crime	476
RT @cleytu: A CULPA NUNCA É DA VÍTIMA #EstuproNuncaMais https://t.co/JH0ufSxaYk	465

Como observado pela Tabela 6, a pauta central das redes de menção é claramente a denúncia do caso para as instituições policiais. O empenho dos usuários era fazer com que a informação se espalhasse e chegasse às autoridades policiais ou cabíveis, como Ministério Público do Rio de Janeiro (@mp_rj), de modo que os envolvidos fossem punidos por seus atos. Além deles,

também aparecem entre os mais citados para denúncia os perfis do jornalista e apresentador José Luiz Datena (@datenaoficial) e da emissora (@bandtv), que exibe o programa policialesco Brasil Urgente (ver: p. 124, Tabela 5).

Em geral, percebe-se que os usuários consideraram como autoridades de denúncia as instituições legais e policiais. Os usuários não buscaram a mídia tradicional para fazer com que o assunto reverberasse, e sim, assumiram uma tática *do it yourself* e buscaram eles mesmos modos de fazer com que a denúncia se espalhasse e algo pudesse ser feito para punir os agressores, sendo a cobertura da grande mídia influenciada por aquela feita pelas redes sociais, e não o contrário.

O vídeo foi divulgado pelo usuário @michelbrasil7 por volta do final da noite do dia 24 e início da madrugada do dia 25. Após possíveis críticas de seus seguidores¹⁰⁰, o usuário não se desculpou e disse às 01:21 que manteria o vídeo: “(sic) Vê coisa pior nessa porra e não reclama. Só porque poste o vídeo da mina que vim falar merda. Foda se. O vídeo vai ficar aí. Se ba n segue”. A primeira menção a Michel consta no dataset completo às 02:49 da manhã, feita por @guxrrv, perfil do paulistano Lucas Guerra. No tweet, Lucas menciona Michel e chama atenção para o problema:

Quadro 1: tweet do usuário @guxrrv.

RT @guxrrv: @michelbrasil7 tweet bem infeliz, contra a lei e dando moral ao estupro...

O primeiro tweet de Lucas recebeu um total de 222 RTs durante o período de coleta. Às 3:46 da manhã, Lucas iniciou uma conversa por meio de menção a outros dois usuários, @rodresgo e @_abreugigi. A conversa (disposta do mais antigo para o mais recente) recebeu, respectivamente, 19, 23 e 7 retweets, e explica a presença dos dois usuários no Quadro 2:

¹⁰⁰ O tweet indica que Michel recebeu críticas de seus seguidores ou mesmo de outros usuários. Entretanto, como não utilizamos o recurso de *replies* nesta análise, não é possível afirmar com certeza nem o conteúdo nem a quantidade de tais desaprovações. Além disso, é possível que aqueles que o responderam por meio do reply manual não tenham utilizado o termo ‘estupro’ para descrever o vídeo, excluindo-os então do escopo da coleta. Cabe frisar que também o tweet de Michel não foi incluído na coleta e a busca pelo texto e horário do tweet foi feita via reportagens policiais com *prints* da postagem.

Quadro 2: conversa entre os usuários @guxrrv, @rodresgo e @_abreugigi.

RT @guxrrv: @rodresgo @_abreugigi ele tuitou em seguida "ve coisa pior todo dia". Isso é estupro de vulneravel e sem necessidade de ser com
RT @guxrrv: @rodresgo @_abreugigi 30 caras e uma mina vulneravel. Ainda tem um babaca que acha legal e compartilha pra que????????????????
RT @MoniqueNonato: @guxrrv @tomateltt @rodresgo @_abreugigi espero que ela fique bem, e eles sejam punidos. Isso é estupro, ela está incons...

Foi a partir do tweet de @guxrrv que outros usuários iniciaram uma corrente de denúncias. Isso significou para a Perspectiva 1 MTs uma média de 5 tweets por usuário e metade da totalidade (48%) dos tweets contendo menções no dia 25 e, no mesmo dia, 4 tweets por usuário com 44% dos tweets contendo menções na Perspectiva 2 MTs, dados calculáveis a partir da Tabela 7.

Tabela 7: Frequências e dados de tweets por data nas Perspectivas 3 RT, Perspectiva 1 MT e Perspectiva 2 MT, que formam o momento de denúncia.

PERSPECTIVA 3 RT							
data	usuários	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	70	78	25	50	3	2	10
24 de maio	127	132	24	99	9	4	3
25 de maio	18888	51946	4827	45967	1152	4249	215
26 de maio	7866	15852	2557	12861	434	484	5214
27 de maio	11073	24640	3708	20242	690	538	12436
PERSPECTIVA 1 MT							
data	usuários	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	23	25	7	12	6	6	0
24 de maio	34	39	11	23	5	2	2
25 de maio	5372	19897	1803	17287	807	9591	147
26 de maio	1953	5396	811	4403	182	516	1501
27 de maio	2425	8283	1417	6519	347	330	3988
PERSPECTIVA 2 MT							
data	usuários	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	8	9	2	5	2	27	4
24 de maio	20	21	3	16	2	3	8
25 de maio	1830	8047	778	6997	272	3552	133
26 de maio	724	2425	332	2028	65	188	923
27 de maio	865	3420	554	2743	123	159	1900

A Perspectiva 3 RTs, por sua vez, possui uma estrutura diferente. Nas Tabelas 6 e 7, percebemos que os tweets denunciativos ou o uso de menções não estão entre as postagens de

maior repercussão na rede. Por que, então, definiu-se essa comunidade como uma das que integra o momento de denúncia do caso?

As redes de retweets e menções são filtradas de maneira diferentes e, portanto, têm estruturas diferentes. Enquanto a coleta de menções dá ênfase às menções (a rede é centrada na atuação das menções), a coleta de retweets tem como foco os retweets. Isso não significa dizer que uma rede de menções não terá retweets sem menções em destaque e nem que uma rede de retweets não terá tweets com menções destacados, mas sim que, devido ao filtro com base em menções presente nas redes de MT, eles possuem um destaque mais óbvio nelas que nas redes de RT.

Esta explicação, porém, engloba somente uma parte da questão que nos foi posta: o que levou então o entendimento dessa rede específica como parte propulsora do momento de denúncias se, aparentemente, ela não tem tweets denunciativos em evidência? Para chegar a essa resposta, observamos os dados presentes na Tabela 8, que compara o número de tweets totais, de replies e de menções das três perspectivas de retweets analisadas. Nela, vê-se que o número de menções feitas no dia 25 pela Perspectiva 3 RTs é praticamente 10 vezes maior em comparação àquelas feitas nos dias 26 e 27.

Tabela 8: Comparação entre os números de replies, menções e tweets totais das três Perspectivas de retweets nos dias 25, 26 e 27

PERSPECTIVA 3 RT			
data	tweets	replies	menções
25 de maio	51946	1152	4249
26 de maio	15852	434	484
27 de maio	24640	690	538
PERSPECTIVA 2 RT			
data	tweets	replies	menções
25 de maio	13696	594	1674
26 de maio	42874	1312	3212
27 de maio	40861	1375	3155
PERSPECTIVA 1 RT			
data	tweets	replies	menções
25 de maio	7136	188	589
26 de maio	23922	352	387
27 de maio	88628	939	992

Além disso, ao compararmos todas as perspectivas de retweets, o número de menções na mesma data (dia 25) é expressivamente maior na Perspectiva 3 RTs: quase quatro vezes em relação à Perspectiva 2 RTs e quase dez vezes em relação à Perspectiva 1 RTs. O mesmo ocorre com quantidade de replies: no dia 25, a Perspectiva 3 RTs, integrante do momento denunciativo, teve uma taxa de 1152 replies, o dobro da Perspectiva 2 RTs e nove vezes maior que a taxa da Perspectiva 1 RTs.

Percebendo que a maior atividade de menções e replies no dia 25, padrão que ocorre também nas perspectivas denunciativas, buscou-se então o *tweets.csv*¹⁰¹ específico da Perspectiva 3 RTs, a fim de verificar se havia de fato o teor denunciativo nos tweets dos usuários. Filtrados os dados de menções, percebeu-se o mesmo padrão encontrado nas duas perspectivas de menções de maior expressividade na rede: a denúncia dos mesmos perfis às autoridades policiais e/ou legais cabíveis, como demonstra o apurado presente no Quadro 3:

Quadro 3: tweets com teor denunciativo presentes na Perspectiva 3 RTs.

RT @velsoscebolinha: Galera mais um pedido, denunciem esse aqui Tbm @juninhopierre, pois tem foto de estupro Tbm, denuncie aqui https://t.c...
RT @msstheus: o wpp do cara que postou o vídeo do estupro> 21 976393713 REPASSEM twitter dele> @michelbrasil7 https://t.co/isBm8l3pI5
RT @debnamlife: Denunciem o @michelbrasil7 ele compartilhou um vídeo onde uma menina foi estuprada. https://t.co/5GrMONPQZG https://t.co/D...
RT @analuinunes: O perfil @/michelbrasil7 postou um vídeo de estupro. Ele é do RJ, denunciem por dreic@pcivil.rj.gov.br, é de uma delegacia...
RT @taurinoxs: denunciem o @michelbrasil7 no https://t.co/zSM7YxeO5l por ter vazado um video de estupro, ISSO É SÉRIO GENTE POR FAVOR DENUN... 105 RTs
RT @Renan202f: @juninhopierre Alô @policiafederal @P531BPM olha esse verme compartilhando fotos de estupro 3 RTs
RT @ufoana: O perfil dos caras que divulgaram o estupro são esses @juninhopierre @riquinho_cdd e @michelbrasil7. Entrem no site da PF e den... 39 RTs
RT @hcirdeirf: o @michelbrasil7 postou video de uma mina que foi dopada e estuprada e tá achando mó graça bora contar pra mãe dele? https://...
RT @estebantavares: Alô @PCERJ: o @michelbrasil7 está publicando video de ESTUPRO na rede. Bora fazer algo, por favor??? 1017 RTs

¹⁰¹ Tabela completa dos dados de tweets presentes em cada comunidade ou do dataset completo.

Voltando à Tabela 7, a participação total das três perspectivas que compõem o momento denunciativo, e não somente o uso de menções das mesmas, também é mais expressiva no dia 25. Composta por 23.923 nós, a Perspectiva 3 RTs teve 51.946 tweets apenas nesse dia – mais que a soma de 40.942 tweets dos dias 26 e 27 e mais que quase todos os outros dias das outras comunidades de retweets ou menções, com exceção ao dia 27 da Perspectiva 1 RTs, a viral (ver: Tabela 32). A Perspectiva 1 MTs e a Perspectiva 2 MTs, da mesma maneira, também tiveram participação maior no dia 25 em relação aos outros dias, sendo 19.897 tweets e 5372 usuários na Perspectiva 1 MTs e 8047 tweets de 1830 usuários na Perspectiva 2 MTs.

A atuação da Perspectiva 3 RTs, por sua vez, volta a subir no dia 27, juntamente com o número de hashtags. Isso, aliado ao teor dos tweets com maior número de retweets da comunidade (ver: Tabela 5), indica que a Perspectiva 3 RTs também tem uma participação relevante na discussão sobre a cultura do estupro e, portanto, na cobertura programada.

Tabela 9: Relação entre número de tweets publicados (originais e RTs) e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 3 da rede de RTs.

usuário	tweets publicados	nº de retweets
itspedrito	7	5057
l8stsense	4	1459
cleytu	0	1247
sincelouis	6	1116
paniconabandofl	7	1074
boudelaires	5	1056
dicksland	4	845
geraradway	24	819
littletomiinson	9	749
whychemical	4	692
usuário	tweets publicados	nº de retweets
opstifah	162	0
oniyukefools	133	0
obyzouthgpt	112	26
euliviamdo	110	1
hevvydirtypvriss	96	18
ladexys	93	0
sonserinapacto	88	2
posseithena	87	368
stydiangelic	85	30
sorrisobizber	85	0

Para aqueles com algum conhecimento em cultura pop, é facilmente perceptível, ao observar os usuários presentes na Tabela 9, que a perspectiva 3 da rede de RTs contou com uma

predominância de perfis próximos à realidade adolescente. Ao pesquisá-los, a suspeita se confirma. Muitos deles são ligados aos fandoms de bandas e obras que são sensação entre o público jovem: @sincelouis e @littletomiinson (Louis Thomlinson, integrante da boyband One Direction); @l8stsense (fandom relevante da série da Netflix “Sense8”); @geraradway (Gerard Way, vocalista da banda My Chemical Romance); @sonserinapacto (Harry Potter); @sorrisobizber (cantor Justin Bieber) e a youtuber Maju Trindade (@majutrindade), sucesso entre o público jovem.

Esta informação, aliada à pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010) que aponta a maioria das brasileiras que se identificam como feministas sendo jovens entre 15 e 17 anos (ver: p.53), abre caminho para uma análise futura quanto a importância da participação de adolescentes na disseminação de conteúdo feminista nas redes sociais e também sobre o papel das gerações Y e Z na renovação (ou não) dos movimentos sociais.

Tabela 10: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes nas Perspectivas 1 MTs, Perspectiva 2 MTs e Perspectiva 3 RTs, que compõem o momento de denúncia.

Perspectiva 1 de Menções		
<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Repetição</i>
Denúncia	Disseminar	4
	Polícia	4
Mitos	Culpabilização	1
	Entorpecentes	2
Cultura do estupro	Mecanismos	2
Repúdio	Estupro	1
Solidariedade	Experiência compartilhada	1
	Solidariedade masculina	1
-	Tweet inicial do usuário @guvrrx	-
Perspectiva 2 de Menções		
Denúncia	Polícia	8
	Disseminar	1
Repúdio	Estupro	2
Cultura do estupro	Mecanismos	2
Mitos	Culpabilização	1
	Reputação	1
	Roupas	2
	Entorpecentes	1
Solidariedade	Experiência compartilhada	1
	Solidariedade masculina	1
Perspectiva 3 de Retweets		
Mitos	Culpabilização	2
	Reputação	1
	Roupas	5
	Entorpecentes	4
	Atitude	1

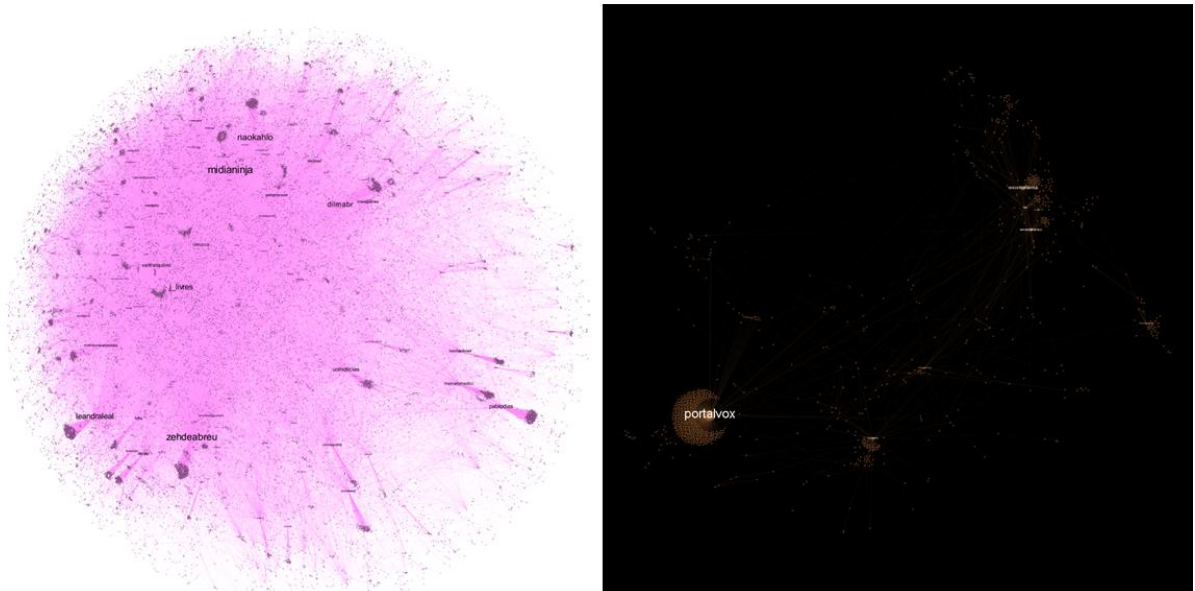
Repúdio	Defesa	2
	Estupro	4
	Mídia	1
Solidariedade	Experiência compartilhada	1
	Solidariedade masculina	2

A Tabela 10 explicita as categorias e subcategorias presentes nos tweets mais populares das perspectivas que compõem o momento de denúncia. Duas categorias sobressaem-se: Denúncia e Mitos. A categoria Denúncia está presente em maior número na Perspectiva 1 MTs e na Perspectiva 2 MTs, com destaque para a denúncia policial, enquanto a categoria Mitos, própria do movimento viral, é mais presente na Perspectiva 3 RTs, reforçando os dados apresentados.

Conclui-se que as comunidades de perfis assumem no dia 25 uma posição de cobertura emergente, aquela marcada por pautas independentes e que acontece antes da participação da imprensa. O comprometimento dos usuários, sem um centro de controle, é puramente com a disseminação do conteúdo em questão. O alto número de conversação e menções, em comparação às outras perspectivas, indica que o início do debate foi marcado por um momento de denúncias, explicado por duas frentes: usuários chamando a atenção de outros para a existência de um vídeo de estupro na rede; e, principalmente, as menções-denúncia aos perfis que compartilharam o vídeo e autoridades policiais como @policiafederal e @pcerj.

3.4.3.1.2 A mudança de narrativa

Figura 16: Perspectiva 2 do grafo de RTs e Perspectiva 3 do grafo de MTs, que compõem o momento de mudança de narrativa.



Se em um primeiro momento os usuários se organizaram em uma rede de denúncias ao vídeo e, conseqüentemente, indignação com a gravidade do crime, nos dias seguintes a narrativa passou por uma transformação. Não que o estupro coletivo ou a indignação quanto a ele foram esquecidos, pois não foram, mas foi iniciado um movimento que objetivava colocar o estupro sofrido pela jovem em um contexto social específico: o da cultura do estupro.

É importante retomar, antes de tudo, o conceito feminista de cultura do estupro, um conjunto multifacetado de crenças, ações e representações que constroem terreno tanto para o ato do estupro quanto para culpabilização da vítima. É dizer que estupradores não são pontos fora da curva e que a noção de estupro não se constrói sozinha dentro da mente de seres doentes, mas são também produzidos em algum grau por uma cultura que, constantemente, coloca a mulher em posição de objeto submisso a ser conquistado e o homem como a figura do sujeito dominador, violento e sexual.

A própria ideia de um estupro coletivo, em especial um com a magnitude deste ocorrido no Rio de Janeiro, é um argumento utilizado para sustentar que a cultura da masculinidade tóxica¹⁰² é um dos componentes centrais para o acontecimento de um estupro. A probabilidade de 5 homens (total de indiciados pela Polícia Civil carioca por participação direta no estupro) terem todos uma mente igualmente perturbada é, por si só, extremamente baixa. Quanto mais pessoas, menor a probabilidade. Não se sabe ao certo o número de homens envolvidos, mas especula-se que seja entre 20 e 33. As chances de todos eles serem pessoas com alguma psicopatia específica que incentive o estupro é mínima. O que, com certeza, todos estes homens têm em comum? A resposta oferecida pela teoria feminista é a construção da identidade em meio a uma cultura de estupro – ou, em outros termos, uma cultura que banaliza, por diversos mecanismos, a violência sexual contra as mulheres.

A Perspectiva 2 do grafo de RTs e a Perspectiva 3 do grafo de MTs representam dois opostos quando o assunto é cultura do estupro. Enquanto uma segue uma linha de interpretação feminista, a outra entende a cultura do estupro como uma mentira, já que o crime de estupro é hediondo e repudiado pela maioria da população.

¹⁰² Masculinidade tóxica é aquela que “envolve a necessidade de agressivamente competir e dominar os outros” (Kupers e Rochlen, 2013, p. 713). Para Dutra e Orellana (2017), essa noção de masculinidade é tóxica para quem a aplica para si pois tais tendências promovem resistência a tudo que possa ser percebido como sensível ou sensibilizado, inclusive o próprio eu, impondo barreiras emocionais sob a forma de estresse, agressividade e dificuldade em diagnosticar e tratar a saúde mental.

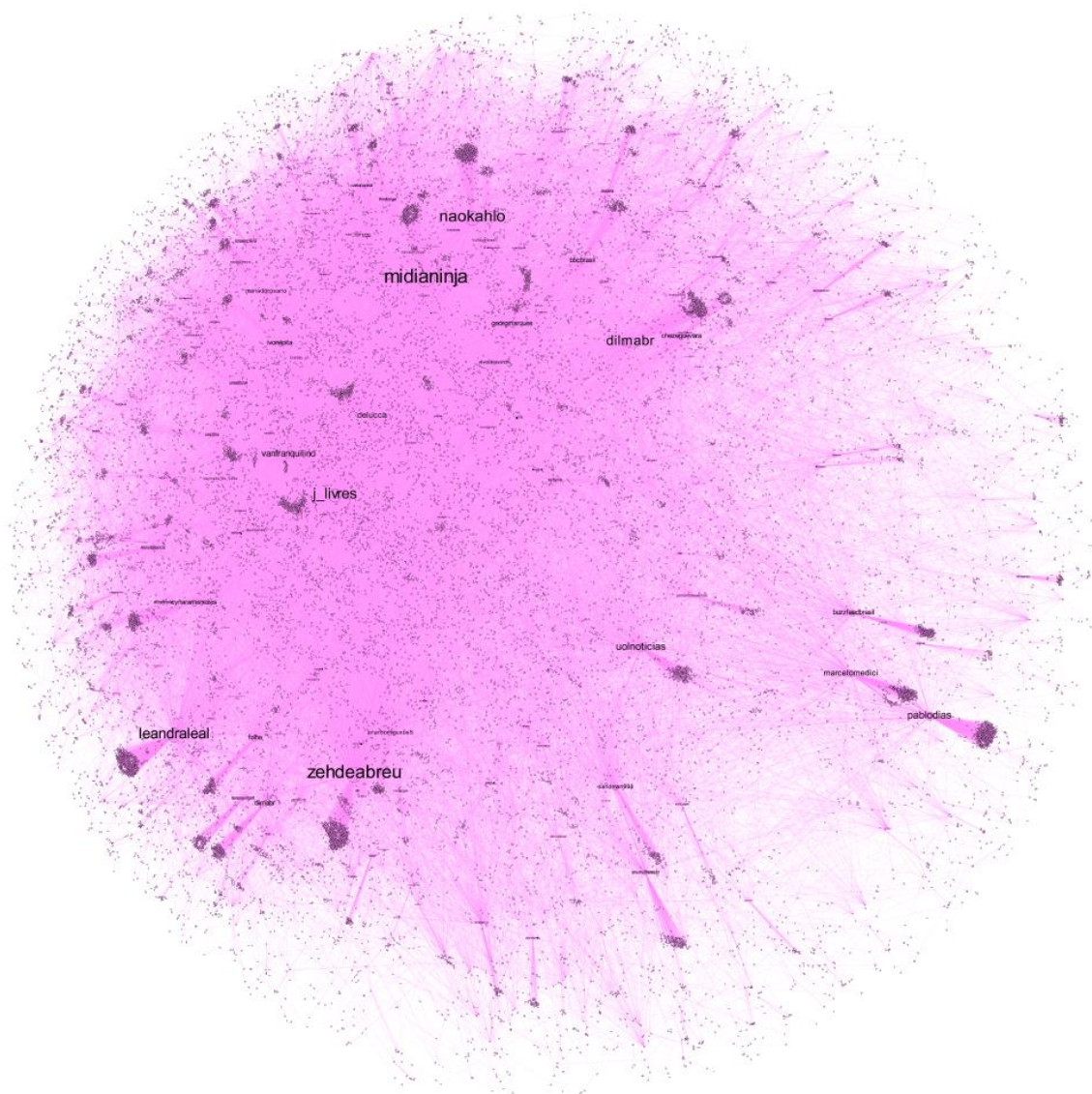
Pensando em maneira representativa, inicialmente pode parecer injusto utilizar um grafo de retweets contraposto a um grafo de menções, naturalmente menor em quantidades quando comparado àquele de RTs devido a própria natureza do Twitter. Entretanto, a escolha das comunidades analisadas foi feita a partir da representatividade das mesmas no grafo geral, e não por escolha pessoal, sendo selecionadas as três maiores nos grafos de RTs e de MTs. Além disso, ainda que os números auxiliem na análise, o foco é entender as diferentes narrativas de cada comunidade de perfis. Neste caso, trata-se de uma análise não só do comportamento das perspectivas, mas também de seus diferentes posicionamentos ideológicos.

Além disso, as perspectivas estão levemente separadas temporalmente, já que a Perspectiva 2 RTs tem maior força narrativa no dia 26, quando o debate sobre a cultura do estupro está tomando corpo de viralização, e a Perspectiva 3 MTs que ganha força expressiva a partir do dia 27, quando a temática está consolidada como viral. Entretanto, isso também não representa um empecilho para a análise, pois os dois debates ocorrem em momentos semelhantes (o de viralização) e possuem um posicionamento narrativo similar: o de discutir e fazer reverberar as nuances de polos ideológicos distintos em torno da cultura do estupro.

3.4.3.1.2.1. Diferentes perspectivas sobre a cultura do estupro

Perspectiva 2 do grafo de retweets

Figura 17: Grafo da perspectiva 2 (11,18%) da rede de RTs.



Se o momento de denúncia representou uma cobertura emergente do estupro coletivo, a segunda perspectiva da rede de RTs representa o momento quando entram em cena os atores de grande capital social, ou seja, atores com maior relevância na rede. Sendo a cobertura emergente aquela de pauta independente - anterior à cobertura pela imprensa - e a cobertura programada a que acontece após o assunto já ter sido pautado - marcada pelo teor de reforço

de ideias -, a narrativa da Perspectiva 2 RTs é o que acontece no meio termo, quando os perfis de imprensa e de grande influência estabelecem sua participação.

É importante entender aqui a visão quanto à velocidade de associações em uma rede, em especial o Twitter e mais ainda em contexto de viralização. A temporalidade, em uma rede de associações, não é linear – e por isso mesmo estamos destacando momentos narrativos que chamam a atenção em cada comunidade e constroem uma interpretação possível dos dados. Por isso, muitas vezes as informações aparecem quase que sobrepostas: um tweet de um perfil da comunidade referenciada como denunciativa, feito no dia 25, pode ser retweetado no dia 26 por um perfil da comunidade viral, ou da comunidade conservadora no dia 27 e assim sucessivamente. Com esse ato, as associações vão sendo criadas e recriadas, sem um ponto de partida. Este, no princípio monadológico, importa muito pouco, pois a partida de qualquer ponto nos dará seus atributos baseados em um ponto de vista específico (LATOIR et al., 2015).

Ao dizermos, então, que a perspectiva representa uma intermediação entre a cobertura emergente e a cobertura programada não estamos dizendo que este é formado inteiramente por essa intermediação e que ela a define, mas sim, que ele demonstra com clareza o momento em que os atores de grande capital social atuam com maior visibilidade – a mídia, os influenciadores políticos, etc. Em um contexto de viralização, tudo acontece muito rápido. Nos três dias mais ativos deste dataset, por exemplo, temos uma média de 187 tweets a cada minuto, ou seja, um grande volume de tweets e, conseqüentemente, de informações. Se em um minuto os perfis estão se organizando em uma rede de denúncias, em poucos os perfis de grande capital social estão entrando em cena, e no minuto seguinte já podem surgir aqueles que reforçam as ideias destes perfis influentes ou que buscam autopromoção.

Tal colocação, contudo, não desqualifica a análise por data já que, em uma visão geral, os momentos narrativos analisados se associaram em maior volume durante um determinado dia e também esse dado diz algo sobre a transformação do comportamento dos usuários à medida que passam os minutos. Podemos, portanto, ver a evolução do comportamento dos perfis de uma determinada perspectiva a cada 1440 minutos (24 horas) e qual a posição narrativa predominante neles.

Deste modo, a posição intermediária da perspectiva não é calculada somente pelos perfis que surgem em destaque no grafo (ver: Figura 17), mas também pelos números de participação

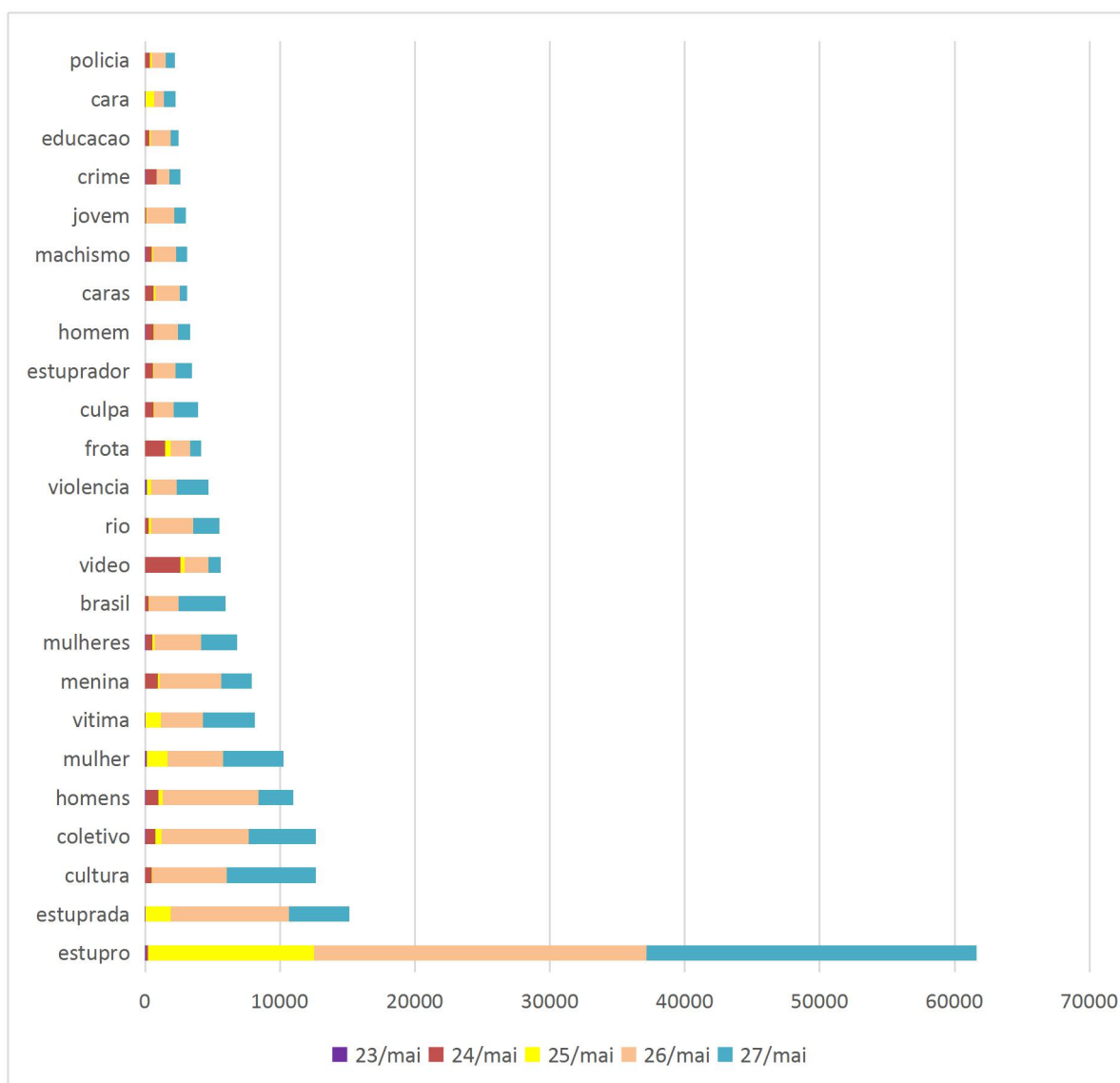
dentro dele. Ela é formada por 27.022 nós e teve seu auge de tweets no dia 26, um dia após a publicação do vídeo no Twitter, com um total de 42.874 postagens.

Tabela 11: Frequências e dados de tweets por data na Perspectiva 2 RTs.

data	usuários	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	157	176	37	130	9	107	16
24 de maio	190	225	62	142	21	24	46
25 de maio	6341	13696	1980	11122	594	1674	425
26 de maio	15689	42874	6402	35160	1312	3212	16768
27 de maio	15922	40861	6292	33194	1375	3155	17718

O número total de tweets da perspectiva no dia 26 aumentou 213% em comparação ao dia 25, data em que a narrativa da denúncia foi mais presente. Em relação ao dia 27, quando a viralização estava estabelecida, o número de tweets diminuiu pouco (4%), mas mesmo essa queda demonstra que não foi esta a perspectiva responsável pela concretização do status de viralização, já que para isso, o número deveria ter tido não somente um aumento como um aumento significativo – caso da Perspectiva 1 RTs, marcada pela atuação viral (ver Tabela 20). Além disso, o número de hashtags utilizadas nos tweets, um indicativo de viralidade, é estabilizado em torno de 17.000, mostrando mais uma vez que a perspectiva teve de fato participação ativa no debate viral, mas não foi o grande impulsionador do mesmo.

A predominância de termos próximos a ambos os momentos de denúncia e viralização também confirmam o posicionamento de transição. A linha do tempo de palavras aponta como mais populares tanto a presença de termos próprios do universo do caso (“vídeo”, “rio” e “coletivo”) como daqueles utilizados com maior ênfase no debate sobre a cultura de estupro (“cultura”, “vítima”, “machismo”), vide Gráfico 3.

Gráfico 3: Linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 2 RTs

O que a Perspectiva 2 RTs ilustra é a participação de figuras influenciadoras e conteúdo de debate político além da viralização. Nela, a narrativa predominante é a de cunho político, visível com clareza ao observarmos os 15 tweets com maior número de RTs da perspectiva na Tabela 12. Das mensagens mais frequentes, 5 têm relação direta com o mundo político e, além destas, duas mencionam Danilo Gentili e Alexandre Frota, personalidades públicas cujos posicionamentos políticos possuem alta repercussão midiática.

Tabela 12: Os quinze tweets de maior frequência na Perspectiva 2 RTs.

tweet	nº de tweets
RT @dilmabr: Presto minha total solidariedade à jovem, menor de idade, estuprada por vários homens no Rio de Janeiro.	1130
RT @zehdeabreu: Receptação, estupro, anti-drogas, injúria, são os processos que o Frota responde só em São Paulo. https://t.co/t4Hah6kbi1	893
RT @zehdeabreu: No dia que uma menina é estuprada por 30 homens, o Ministro da	878

Educação dos golpistas recebe um estuprador confesso. Eis o...	
RT @vanfranquilino: A vítima do estupro coletivo recebeu profilaxia de emergência no hospital antes do registro policial. Isso q a PL do Cu...	724
RT @acidbubble: eu queria tanto que os homens se indignassem com estupro e machismo da mesma forma que eles se indignam ao serem generaliza...	650
RT @marcelomedici: Quando uma mulher diz não, é não. Se ela estiver desacordada, também é não. #EstuproNuncaMais https://t.co/zPHfVyYyEQ	596
RT @cynaramenezes: quem é que incentiva a cultura do estupro no brasil? https://t.co/mCE9BNmbre	593
RT @NaoKahlo: "Ninguém é estuprada em casa lavando a louça" https://t.co/vCLo2oTgJb	512
RT @GeorgMarques: Bolsonaro, candidato a presidente do Brasil: "algumas mulheres merecem ser estupradas, outras não #EstuproNuncaMais https://t.co/3BcrEPtBR8	463
RT @andretrig: Vai muito além dos 30 covardes! A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. Em 2015 foram registrados 47.646 casos #...	452
RT @alvesalessandra: Estou disfarçando, mas não está fácil viver em um país em que uma moça é estuprada por 30 e um "ministro" recebe um ap...	443
RT @j_livres: NÃO ao machismo #EstuproNuncaMais Ilustra: @vitortcartoons https://t.co/MetRXEmH0n	431
RT @BuzzFeedBrasil: 12 notícias que deixam claro por que não adianta tentar justificar um estupro https://t.co/3BcrEPtBR8 https://t.co/gbOl...	428
RT @leandraleal: A ostentação de um estupro só acontece pela certeza da impunidade.	428
RT @delucca: As mulheres tão gritando sobre estupro porque a dor é delas. Os homens tão calando sobre estupro porque a culpa é deles.	394

Entre os 14 usuários que publicaram os 15 tweets, 11 possuem algum histórico relacionado à luta política: @dilmabr – Dilma Roussef, ex-Presidente da República, à época afastada após abertura do processo de impeachment; @zehdeabreu – José de Abreu, ator e ativista; @leandraleal – Leandra Leal, atriz e ativista; @cynaramenezes, fundadora do site Socialista Morena; @NaoKahlo, o coletivo feminista brasileiro com maior número de seguidores no Twitter; e @georgmarques, @andretrig, @alvesalessandra, @vanfranquilino, @delucca – jornalistas que frequentemente comentam em favor de causas sociais em seus perfis; e @acidbubble, perfil da ativista feminista Patrícia Galvão, figura recorrente nos debates sobre feminismo em 2015 no Twitter.

Tabela 13: Os dez usuários com maior número de retweets recebidos e os dez usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 2 RTs.

usuários	tweets publicados	nº de retweets
midianinja	25	2883
zehdeabreu	25	2580
vanfranquilino	38	1685
j_livres	7	1612
dilmabr	1	1130
sрта_iozzi	7	1082
uolnoticias	45	989
chezeguevara	276	984

ivonepita	47	804
acidbubble	0	708
usuários	tweets publicados	nº de retweets
porraisabelly	278	4
chezeguevara	276	1442
leleabreuv	237	0
ltpaivacosta	151	11
senhoritaelza	136	47
badgalmusashi	130	0
javyermendes	123	4
ginioiczank	118	1
rojaniomarcio	114	0
natransversal	113	6

Igualmente, os usuários mais ativos na perspectiva (ver Tabela 13) demonstram alguma relação com a política e os movimentos sociais ligados à esquerda. Tanto entre os perfis que receberam maior número de retweets quanto aqueles que tiveram os maiores números de publicações, foi possível verificar, em todos que ainda estão ativos, algum histórico de ativismo à esquerda ou aos ideais do movimento feminista.

Um grande diferencial desta perspectiva é a presença mais marcante da imprensa: @midianinja, @j_livres, @uolnoticias e @folha, cada qual com uma cobertura distinta. A rede de coletivos Jornalistas Livres e a Mídia Ninja seguiram sua linha editorial ao optarem por uma cobertura ativista, com alguma diferença entre elas. Enquanto os Ninjas focaram na cobertura dos protestos em rua e online, o Jornalistas Livres realizou uma cobertura mista, tanto dos protestos contra a cultura do estupro como informando sobre o caso em si. A UOL e a Folha de São Paulo, por sua vez, focaram em coberturas apuradas sobre o caso de estupro coletivo, buscando autoridades legais envolvidas no processo, informações sobre o estado de saúde da vítima e o destino dos acusados. Além deles, o @BuzzFeedBrasil também publicou uma de suas populares matérias-lista, em que elucidava sobre a cultura do estupro em uma perspectiva feminista, sendo o décimo terceiro tweet mais retweetado da rede.

Portanto, a mídia tradicional (representada por @uolnoticias e @folha) foi quem teve a maior cobertura sobre o caso e suas decorrências, em especial as jurídicas – a troca de delegados, andamento da procura por suspeitos, quem eram os suspeitos e afins. A mídia independente, por sua vez, teve maior foco no ativismo emergido após o acontecimento, tanto nas ruas quanto online.

A participação midiática está em consonância à noção da comunidade como representativa do momento intermediário entre a cobertura emergente e a cobertura programada, pois sendo uma o momento pré-mídia, da pauta independente, e a outra o pós-mídia, do reforço de ideias já pautadas, o destaque à mídia aparece como meio termo que consolida a pauta discutida. Além disso, a participação muito mais marcante da mídia na Perspectiva 2 RTs do que em qualquer outra comunidade reforça os interesses discursivos das outras perspectivas: o de denúncia proativa e o da discussão sobre a cultura do estupro, tanto no sentido viral em que tomou quanto no posicionamento contrário ao conceito.

Quanto ao posicionamento ideológico da comunidade, no Gráfico 3 as palavras “estuprador”, “polícia”, “educação”, “machismo” e “cultura”, que indicam tópicos de lutas sociais, aparecem com relevância nos dias anteriores ao início do debate apenas nesta perspectiva. Apesar da ocorrência relativamente baixa, ao cruzar este dado com o histórico de atuação on e off-line de alguns nós de destaque na perspectiva, entende-se que há uma discussão recorrente sobre a questão do machismo e outros temas politicamente relevantes, algo que não acontece com as outras perspectivas. Analisando o contexto dos termos, verifica-se também que o debate já vinha sendo inflamado por conta de outro tema polêmico e explicitado pelo termo “frota” – a visita do ator Alexandre Frota, conhecido por posicionamentos homofóbicos e conservadores, ao ministro da Educação para a discussão de propostas para a pasta.

Ademais, Frota possui uma história envolvendo estupro. Em maio de 2015, o programa “Agora É Tarde”, apresentado pelo humorista Rafinha Bastos¹⁰³ na TV Bandeirantes, exibiu uma reprise do episódio em que Alexandre Frota relata em tom de piada o estupro de uma mãe de santo cometido por ele¹⁰⁴. A declaração gerou repúdio entre ativistas e foi combustível para a criação de um evento fictício no Facebook “Mutirão para levar Alexandre Frota para o camburão. Estupro é crime!”, criado pela servidora pública e hoje vereadora (PSOL-SP) Sâmia Bonfim¹⁰⁵.

¹⁰³ Em 2011, o humorista foi oficiado ao Ministério Público Federal por meio do Ofício número 926/2011, levado pela Secretaria Especial de Políticas Mulheres, por apologia ao crime de estupro. A Secretaria divulgou uma nota de repúdio às declarações de Bastos, que afirmou durante um show de stand-up em São Paulo que mulheres feias deveriam se sentir gratas caso estupradas pois, para elas, isso seria uma ‘oportunidade’. “Homem que fez isso não merece cadeia, merece um abraço”, disse o humorista. A nota completa está disponível no site da Secretaria no link: <http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2011/05/nota-de-repudio-as-piadas-de-mau-gosto-do-201chumorista201d-rafinha-bastos>

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qgRI9GYP3Fs>>

¹⁰⁵ Após a criação do evento, Sâmia recebeu mensagens ofensivas do ator via Facebook Messenger. “Você não precisa se desgastar, ativista de merda (...) se precisar serei sim, fundamentalista, homofóbico, a porra que for”, afirmou. Após o diálogo, o ator registrou uma queixa-crime por calúnia e difamação contra Sâmia. Informações retiradas da reportagem “Após declaração sobre estupro e ameaça, Alexandre Frota denuncia à polícia ativista

Um ano após a reprise do programa em que relata o estupro e no mesmo dia em que o vídeo do estupro coletivo foi postado no Twitter, o recém Ministro da Educação, Mendonça Filho (PMDB) ¹⁰⁶, recebeu Frota em seu gabinete em Brasília para discutir as propostas do ator para a educação. A notícia do encontro foi divulgada na semana que o antecedeu, gerando repercussão nas redes sociais e repúdio entre ativistas ligados à esquerda e ao movimento feminista, fazendo com que estes trouxessem novamente à tona essa e outras falas misóginas e homofóbicas do ator, questionando os motivos que levaram Mendonça Filho a convidá-lo ao gabinete, considerando uma afronta a concorrência de eventos, como explicita o tweet do ator e ativista José de Abreu: “No dia que uma menina é estuprada por 30 homens, o Ministro da Educação dos golpistas recebe um estuprador confesso”.

A relação feita por José de Abreu demonstra os mecanismos em que opera a cultura do estupro. A mera exposição em rede nacional de um tipo de humor depreciativo para se referir ao crime de estupro (ver: Cap. 2, seção 2.1.1, Thomas E. Ford) sem qualquer restrição pelo apresentador do programa, plateia ou emissora já é, por si só, uma das maneiras em que a cultura do estupro opera. Mais ainda, o mesmo homem que fez a declaração e nunca emitiu qualquer nota de retratação é tido como referência política e convidado a apresentar propostas para o Ministro da Educação.

“Frota” é um termo recorrente, não somente pela coincidência do dia 25, como é possível ver no Gráfico 3. No dia 24, anterior ao ocorrido, era esperado que as menções aparecessem por conta do encontro programado com o ministro da Educação, mas as menções permanecem nos dias 26 e 27, mostrando que os usuários fizeram uma relação entre a relevância de personagens que relativizam ou fazem apologia ao estupro com a persistência de uma cultura de estupro na sociedade brasileira.

Essa relação difere daquela que o termo possui com o momento de denúncias. Presente na Perspectiva 3 RTs como um termo frequente, Frota também foi lembrado, mas em menor número. Para estes actantes, a relação com Frota está mais ligada à reunião do ator com o ministro da Educação em Brasília do que com a relação do ato para a confirmação e perpetuação da cultura do estupro, ainda que exista uma minoria de tweets que assumam esse

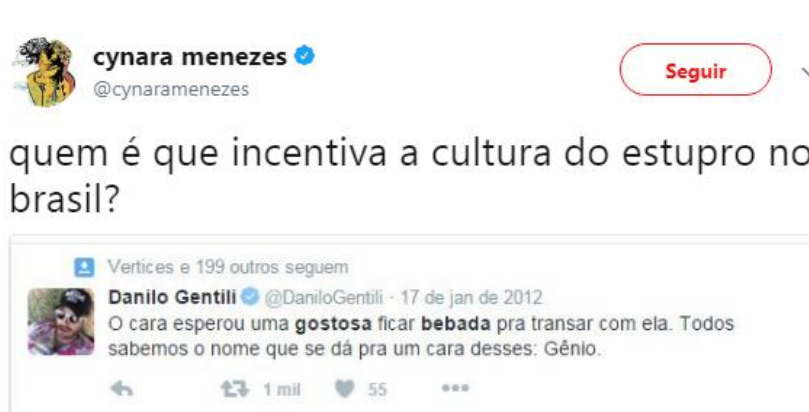
que o repudiou”, de 31/07/2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/apos-declaracao-sobre-estupro-ameaca-alexandre-frota-denuncia-policia-ativista-que-repudiou-17028976.html>

¹⁰⁶ Com o início do governo interino de Michel Temer no dia 12 de maio de 2016, o então deputado federal Mendonça Filho (DEM/PE) assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

posicionamento. Isso é evidenciado principalmente pela predominância de tweets com o termo “frota” nos dias 23 e 24 ao invés dos dias 25 a 27, caso da Perspectiva 2 de RTs.

Além das menções à Frota, o tweet da ativista @cynaramenezes (ver: Figura 18), conhecida como Socialista Morena, também é emblemático para ilustrar esse debate:

Figura 18: tweet de @cynaramenezes que anexava um tweet do humorista e apresentador do programa The Noite no SBT, Danilo Gentili. O humorista possui 16,1 milhões de seguidores no Twitter.



Assumir a existência de uma cultura do estupro é, por si só, uma atitude alinhada ao pensamento feminista, já que o termo nasceu sob esta perspectiva (ver: capítulo 2). Mais do que a adesão à campanha viral, o ponto de vista em destaque na Perspectiva 2 RTs contribuiu para a consolidação de uma visão em que a cultura de estupro tem relação direta com práticas realizadas no cotidiano político e midiático brasileiro, o que vai ao encontro dos dados encontrados em diversas pesquisas apresentadas nesta dissertação.

Outros pontos políticos também são tratados direta ou indiretamente: enquanto o atual presidente Michel Temer (PMDB), que também veio à público no Twitter lamentar o ocorrido, não aparece entre os perfis que compõem a perspectiva, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) tem o tweet com maior número de retweets. O projeto de lei 5069/2013 de Eduardo Cunha (PMDB), que dificulta o atendimento de vítimas de estupro e já havia sido alvo de críticas e protestos do movimento feminista¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Ver: Bortolon e Coelho (2016).

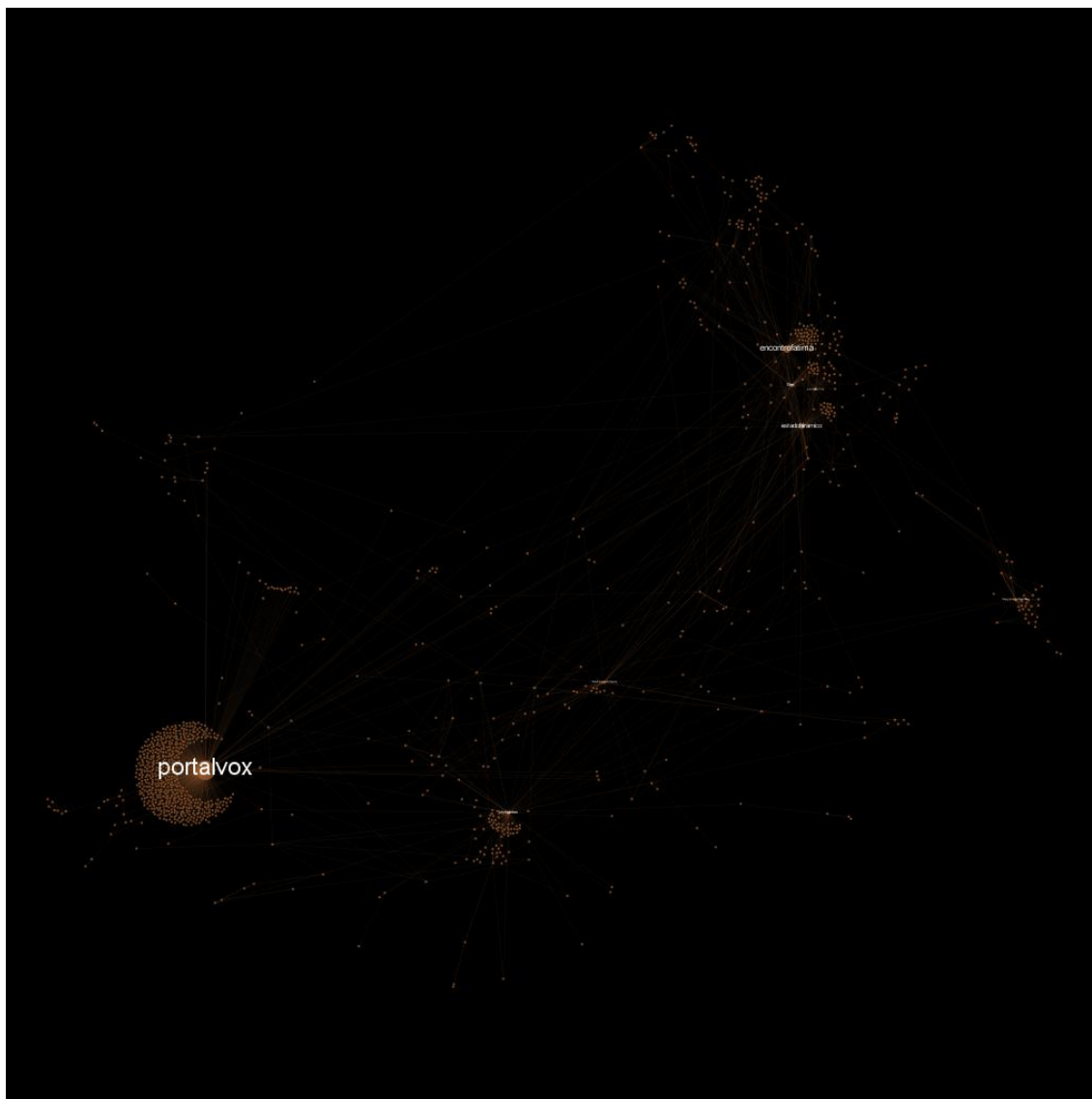
Tabela 14: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes na Perspectiva 2 RTs.

Perspectiva 2 Retweets		
<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Repetição</i>
Mitos	Negativa positiva	1
	Entorpecentes	1
	Atitude	2
	Culpabilização	1
Solidariedade	À vítima	1
	Experiência compartilhada	1
	Solidariedade masculina	2
Cultura do estupro	Mecanismos	6
	Dados	1
	Impunidade	1

A modelagem das temáticas (ver: Tabela 14), por fim, demonstra mais uma vez a forte presença de uma discussão mais específica à cultura do estupro e seus mecanismos. Ou seja, aquilo que a faz funcionar e se perpetuar, sendo as categoria e subcategoria mais presentes na análise dos tweets mais retweetados da perspectiva.

Perspectiva 3 do grafo de menções

Figura 19: Grafo da perspectiva 3 (3,95%) da rede de MTs.



Se na Perspectiva 2 RTs as críticas foram direcionadas às personalidades públicas que contribuem para a perpetuação da cultura do estupro, na Perspectiva 3 MTs as figuras se repetem, mas com um sentido oposto: o de influência.

Na terceira perspectiva de menções, composta por 1.128 nós, destaca-se o perfil @portalvox (hoje desativado e em continuidade no @radiportalvox). A Rádio Portal Vox pertence ao VoxNet, portal de notícias da cidade de Guaíra, Paraná. Com pouco mais de 4.000 seguidores, o site recebeu a atenção do apresentador e humorista Danilo Gentili, que o retweetou manualmente (fazendo, portanto, a menção):

Quadro 4: tweet com menção manual feito por Danilo Gentili.

RT @DaniloGentili: DENUNCIEM RT @portalvox: Polícia pede infos sobre jovem q sofreu estupro coletivo no Rio <https://t.co/AiLo62th5f> <https://...> | 531 RTs

Trata-se, portanto, de uma perspectiva formada por usuários que possuem conexão com Danilo Gentili. O apresentador é uma figura polarizadora no cenário brasileiro, tendo um histórico de comentários críticos ao movimento feminista, com repertório cheio de humor depreciativo voltado às minorias políticas como mulheres, negros e figuras LGBT. Além disso, Gentili se posiciona fortemente contra o que chama de “pensamento da esquerda”, o Partido dos Trabalhadores ou figuras representativas da esquerda brasileira, como Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ). Suas opiniões atraem simultaneamente muitos elogios de seus seguidores (são cerca de 11 milhões no Twitter) e duras críticas de seus opositores.

Um dos principais opositores de Danilo e alvo de suas críticas é justamente o movimento feminista. A gota d’água foi o posicionamento do apresentador em relação à redação do Exame Nacional do Ensino Médio em 2016, realizada no dia 25 de outubro de 2015 com o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Nas redes sociais, o exame como um todo recebeu tanto elogios pela abordagem como críticas ao que foi caracterizado como “feminismo demais” para uma prova.

Alguns dias após o exame, Gentili recebeu em seu programa ‘The Noite’ no SBT o humorista Léo Lins, que preparou o que seria sua redação caso tivesse feito a prova para o quadro “Rodada da Noite”. Em meio a risadas do apresentador e da plateia, Lins questiona:

Eu já li que a cada 12 segundos uma mulher sofre violência no Brasil, mas estou escrevendo a redação há 30 e não vi nenhuma apanhando. Portanto, é importante se questionar de tudo. A violência realmente persiste? A mulher brasileira sofre? Café no coador é mais forte? (...) Brigas de travesti entram em violência contra a mulher? Porque alguns travestis são mais femininos e gostosos que algumas mulheres – não que eu já tenha comido algum. Também é preciso ver quem fez a pesquisa. Como saber se um sangue é de violência ou ciclo menstrual? Afinal o sangue que sai de um corpo é o mesmo não importa o buraco (...).¹⁰⁸

Concluída a leitura, Gentili parabenizou o humorista: “Nota dez, nota dez”. Após exibição, o quadro foi postado na página oficial do apresentador no Facebook e recebeu críticas nos comentários, as quais Gentili respondeu com deboche (ver: Figura 20).

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/Danilo.Gentili.Oficial/videos/957304424346112/>

Figura 20: Gentili responde comentários ao vídeo postado em sua página oficial.



Esse não foi o primeiro episódio em que Gentili banalizou por meio de humor a violência contra a mulher. Em janeiro de 2012, período em que a polícia investigou uma denúncia de estupro¹⁰⁹ ocorrida no reality Big Brother Brasil - que culminou na expulsão do participante Daniel Echaniz -, o apresentador se posicionou no Twitter sobre o tema (ver: Figura 21).

Figura 21: Tweet de Gentili sobre a denúncia de estupro ocorrida no programa Big Brother Brasil 12.



No dataset de 2016, o apresentador impulsionou as denúncias ao perfil @michelbrasil7 no dia 25 e se mostrou indignado com o ocorrido. No entanto, alguns usuários ‘reviveram’ o tweet de Gentili através de *printscreens* – caso ilustrado por @cynaramenezes, autora de um dos tweets mais frequentes da segunda perspectiva de RTs. No dia 27 de maio, em meio ao intenso debate sobre a cultura do estupro, o jornalista esportivo José Trajano iniciou sua participação no programa Bate Bola, da ESPN, com um discurso em solidariedade às mulheres vítimas de estupro e à campanha #EstuproNãoÉCulpaDaVítima”. Em seguida,

¹⁰⁹ Informações retiradas das reportagens “Daniel é oficialmente eliminado do BBB12; Polícia está no Projac para investigar suposto estupro”, de 16/01/2012 e “A Fazenda 9: Monique Amin recorda suposto estupro sofrido no BBB”, de 17/09/2017. Disponíveis respectivamente em: <https://noticias.bol.uol.com.br/bbb12/2012/01/16/daniel-e-oficialmente-eliminado-do-bbb12-policia-esta-no-projac-para-investigar-suposto-estupro.jhtm>; <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/a-fazenda/2017/09/a-fazenda-9-monique-amin-recorda-suposto-estupro-sofrido-no-bbb>

Trajano criticou a própria emissora por convidar Danilo Gentili a participar em um de seus programas, afirmando que o apresentador faz “apologia do estupro em nome do humor”¹¹⁰.

Após a declaração, no dia 28, Gentili publicou uma nota oficial em que repudiava o ocorrido no Rio de Janeiro e afirmou que o tweet foi republicado como se fosse um posicionamento dele em relação ao crime específico, mas sem se retratar pelo conteúdo do mesmo¹¹¹. Gentili processou Trajano por crime contra a honra e a ação pedia uma indenização de R\$ 1 milhão, da qual o jornalista foi absolvido em outubro de 2017¹¹².

Tabela 15: Relação entre usuário/número de tweets/menções feitas a ele na Perspectiva 3 MTs.

usuário	nº de menções	nº de usuários que mencionaram
portalvox	591	590
julylsantos	122	95
encontrofatima	90	81
l0en_	74	63
michelbrasil7	74	68
estadohiramico	67	56
mayarapimentel	50	27
mafiasummers	46	28
corotinho	28	26
depbolsonaro	20	16

Tabela 16: Relação entre os 10 usuários com maior número de menções feitas e os números de usuários mencionados na Perspectiva 3 MTs.

usuários	nº de menções feitas	nº de usuários mencionados
kuronekomaru13	42	21
mafiasummers	28	15
mayarapimentel	28	12
dearsevenx	25	18
pdevechi	18	15
humbleman9	14	12
nicaneta	13	9
clbadbitches	13	6
pomponcaa	13	8
skullmann	12	8

¹¹⁰ Informação retirada do vídeo “José Trajano ESPN, cultura do estupro e Danilo Gentili”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KzIDU7owZIU>

¹¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Danilo.Gentili.Oficial/posts/1085025701573983>

¹¹² Informação retirada da reportagem “Trajano é absolvido de processo movido por Danilo Gentili”, de 30/06/2017. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/30/trajano-e-absolvido-de-processo-movido-por-danilo-gentili/>

Além dele, outro nome emblemático presente na perspectiva é o do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ), um dos 10 perfis¹¹³ mais mencionados de acordo com a Tabela 16. Ex-militar e abertamente favorável à ditadura estabelecida em 1964, Bolsonaro é conhecido por seus posicionamentos controversos em relação aos direitos LGBT, apoio ao desarmamento, críticas à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores, e apoio à tortura para fins militares.

Quadro 5: algumas das frases (sic) que geraram conflitos entre Bolsonaro e militantes de movimentos sociais.

<p>“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente de carro do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”.¹¹⁴</p>
<p>“Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza”.¹¹⁵</p>
<p>“Se o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele.. Então tá certo (...) Eu já ouvi de alguns aqui (...) ‘olha, ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem’”¹¹⁶</p>
<p>“A imensa maioria vem por comportamento. É amizade, é consumo de drogas. Apenas uma minoria nasce com defeito de fábrica” (em resposta à pergunta “Mas você acha que uma pessoa se transforma em homossexual?”)¹¹⁷</p>
<p>“Só porque alguém gosta de dar o rabo dele passa a ser um semideus e não pode levar porrada...?” (em discussão sobre o PLC122, projeto de lei que criminaliza a homofobia)¹¹⁸</p>
<p>“Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias, tu me chamou de esturador, no Salão Verde, e eu falei que não ia esturpar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir”¹¹⁹</p>
<p>“Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”¹²⁰</p>

¹¹³ Desde então Bolsonaro mudou o nome de seu perfil no Twitter para @jairbolsonaro.

¹¹⁴ Informação retirada da reportagem “Bolsonaro: ‘Prefiro filho morto em acidente a um homossexual’”, de 08/06/2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/bolsonaro-quotprefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexualquot,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Informação retirada do programa Participação Popular da TV Câmara, em 18/11/2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tq_QsIcx7SA (minuto 15:44 – 16:03).

¹¹⁷ Informação retirada da reportagem ““Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drogas””, em 14/02/2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/14/politica/1392402426_093148.html

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Informação retirada da reportagem “Justiça do DF mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a deputada”, em 17/12/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/justica-do-df-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-deputada.html>

¹²⁰ Informação retirada da reportagem “Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais”, em 18/09/2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>

Os usuários retuitaram a declaração de Bolsonaro sobre a discussão em torno do estupro coletivo, feita no dia 25 às 19:42. Nela, Bolsonaro assume o ponto de vista contrário à ideia da existência de uma cultura do estupro, adicionando a ele o tom *red scare*¹²¹ de muitas de suas outras declarações, visto no quarto tweet de maior frequência.

Tabela 17: Os quinze tweets de maior frequência na Perspectiva 3 MTs.

tweet	nº de tweets
RT @DaniloGentili: DENUNCIEM RT @portalvox: Polícia pede infos sobre jovem q sofreu estupro coletivo no Rio https://t.co/AiLo62th5f https://t.co/39DfnHz48v	585
RT @Corotinho: Rt @EncontroFatima um absurdo né essa cultura do estupro agora solta aí - MC JOÃO - BAILE DE FAVELA https://t.co/39DfnHz48v	63
RT @estadohiramico: mais um dia normal em Israel onde a taxa de estupro é quase 0% graças ao governo que arma e protege suas mulheres https://t.co/39DfnHz48v	42
RT @DepBolsonaro: Nem mesmo muitos dos piores bandidos admitem estupro/pedofilia e há comunistas que defendem alegando ser doença!	37
RT @simonpamela: @estadohiramico se eu to correndo risco de ser estuprada quem eu quero que me defenda: [x] um homem armado [] uma femini...	28
RT @EditoraHumanas: Estupro é caso de polícia. Caso de tratamento psicológico é essa sua carência de amor paterno que você tenta curar com...	26
RT @portalvox: Polícia pede informações sobre jovem que sofreu estupro coletivo no Rio https://t.co/rSJnLffBI6 https://t.co/4Fqyfl3qOt	25
RT @cleytu: A CULPA NUNCA É DA VÍTIMA #EstuproNuncaMais https://t.co/JH0ufSxaYk	25
RT @SargentoFAHUR: Esse @michelbrasil7 q ta postando vídeos de uma mulher q aparentemente foi estuprada, q aguarde as consequências de prov...	23
RT @EditoraHumanas: EM UM CASO DE ESTUPRO ONDE A MULHER VAI? MULHER NORMAL / FEMINISTA https://t.co/L6LJdT5aqs	22
RT @BolsonaroZuero: Pode reparar: quando é assalto, a culpa é da sociedade, quando é estupro a culpa é do machismo. NUNCA A CULPA DO ATO É...	20
RT @GreyWarden: "O Brasil tem uma cultura de estupro" Estuprador vira moça na cadeia é linchado na rua todo mundo denuncia quando encontr...	20
RT @l0en_: CULTURA DO ESTUPRO acontece no islã onde a culpa é da mulher não usar burca aqui é cultura da impunidade corta o pau dos cara	20
RT @pefabiodemelo: E há os que repudiam o estupro divulgando o vídeo com a frase: "vejam que absurdo!" Sim, um absurdo a indignação que rep...	19
RT @MichelTemer: Repudio com a mais absoluta veemência o estupro da adolescente no Rio de Janeiro.	19

O deputado é tido pelos usuários como o único político que propõe projetos factíveis para o fim dos crimes de estupro ou a punição dos agressores, em oposição aos representantes da esquerda, como Jean Wyllys que, segundo alguns argumentos, defendem os estupradores ao lutar em prol de direitos humanos. A saber, Bolsonaro é autor do PL5398/13, “que estabelece a castração química como condição para o condenado por estupro volta à vida em sociedade”

¹²¹ Ameaça vermelha. Expressão presente na história dos Estados Unidos para referir-se ao medo espalhado entre a sociedade e o Estado de um potencial avanço do comunismo.

(Câmara dos deputados, 2013)¹²², atitude criticada por feministas. O projeto de lei também prevê aumento de penas para crimes de estupro: a mínima sobe de 6 para 9 anos e a máxima de 10 para 15 anos.

Quadro 6: tweets mencionando o antigo perfil de Jair Bolsonaro.

@Jacken_River: Agora vocês conseguem perceber a diferença do @jeanwyllys_real e @DepBolsonaro? Só ver quem defende qual lado nesse caso...
RT @estadohiramico: ja tem doente mental se aproveitando de estupro pra tentar difamar o @DepBolsonaro. bando de canalhas https://t.co/ScDJ... 4 RTs
RT @seiIatipo: feministas assustadas com estupro MAS odeiam @DepBolsonaro que tem um projeto de lei que pune o estuprador com castração qui... 2 RTs
RT @nadiardgs: #EstuproNuncaMais é uma pauta que o @DepBolsonaro aprova, tanto é que o projeto para castração química de estuprador é dele 4 RTs
@estadohiramico @DepBolsonaro alguem avisa o bolsonaro que leis nao combatem o estupro, o que combate é TEXTÃO ! 1 RTs

Para o movimento feminista, a tática adotada por Bolsonaro é ultrapassada, primeiro por focar na via penal, que historicamente não foi de grande valia no Brasil – segundo o IPEA (2015), a Lei Maria da Penha, não somente endureceu as penas como regulamentou o crime de violência doméstica, cumpriu um papel relevante, mas sua eficácia não foi uniforme pois a lei não pode trabalhar sozinha. Para tal, é preciso a institucionalização de serviços protetivos, melhor atendimento às vítimas e fiscalização. Além disso, Bueno (2011) elenca diversos motivos que levam as mulheres a não buscarem a via penal, o que dificulta mais ainda a eficácia de um aumento puro e simples da pena.

Ademais, Heim e Hursch (1979) concluíram que a castração, como tratamento para *sex offenders* (grupo que inclui pedófilos, exibicionistas, incestuosos e estupradores), não possui evidências científicas nem embasamento ético. Para o movimento feminista, a castração não funcionaria como uma punição ou prevenção para os abusos, já que o estupro, na visão da teoria, não é tanto um ato de impulso sexual, mas também de controle de corpos vistos socialmente como frágeis (no geral, mulheres e crianças).

¹²² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/457424-PROJETO-AUMENTA-PENAS-E-CONDICIONA-LIBERDADE-DE-ESTUPRADOR-A-CASTRACAO-QUIMICA.html>

O mesmo movimento feminista que contesta as soluções oferecidas por Bolsonaro é outro alvo constante das críticas presentes na comunidade. Os argumentos giram em torno da ideia de que feministas resumem seu ativismo à culpabilização de homens e lhes dão o título de “caça-likes”, composto por ‘textões’ no Facebook em busca de aprovação pessoal e não na mudança social de fato. O pensamento é guiado por uma ideia de que o movimento feminista, junto aos movimentos de esquerda, tem a proteção de bandidos como agenda social e que somente a punição corporal dos agressores seria a solução possível para impedir estupros.

Quadro 7: tweets contendo críticas ao movimento feminista.

RT @mariei_: Lá no facebook já corre textão sobre o estupro daqui dizendo que homem não se importa e nunca faz nada. Claro, feministas. 4 RTs
RT @BolsonaroZuero: "e ainda tem gente q diz que nao precisa do feminismo" to procurando relação entre combater estupro e não depilar o suv...
RT @EditoraHumanas: "Ainda dizem que não precisamos do feminismo" VAI TOMA NO TEU CU, A MINA FOI ESTUPRADA PELOS MESMOS BANDIDOS QUE TU DE... 9 RTs
RT @kelvoss: UMA MINA FOI ESTUPRADA POR 30 CARAS DEIXA EU FAZER UM TEXTO SOBRE EU E O FEMINISMO PÕE OS HOLOFOTES EM MIM E NA MINHA GALER... 4 RTs
RT @BolsonaroZuero: Pesquisar sobre feminismo n vai mudar a afirmação de que ser contra o estupro não implica em feminismo, compreendes? ht... 2 RTs
RT @EditoraHumanas: O feminismo só atrapalha os casos de mulheres estupradas Ficam falando que psi u na rua é estupro, qdo é um estupro de v... 12 RTs

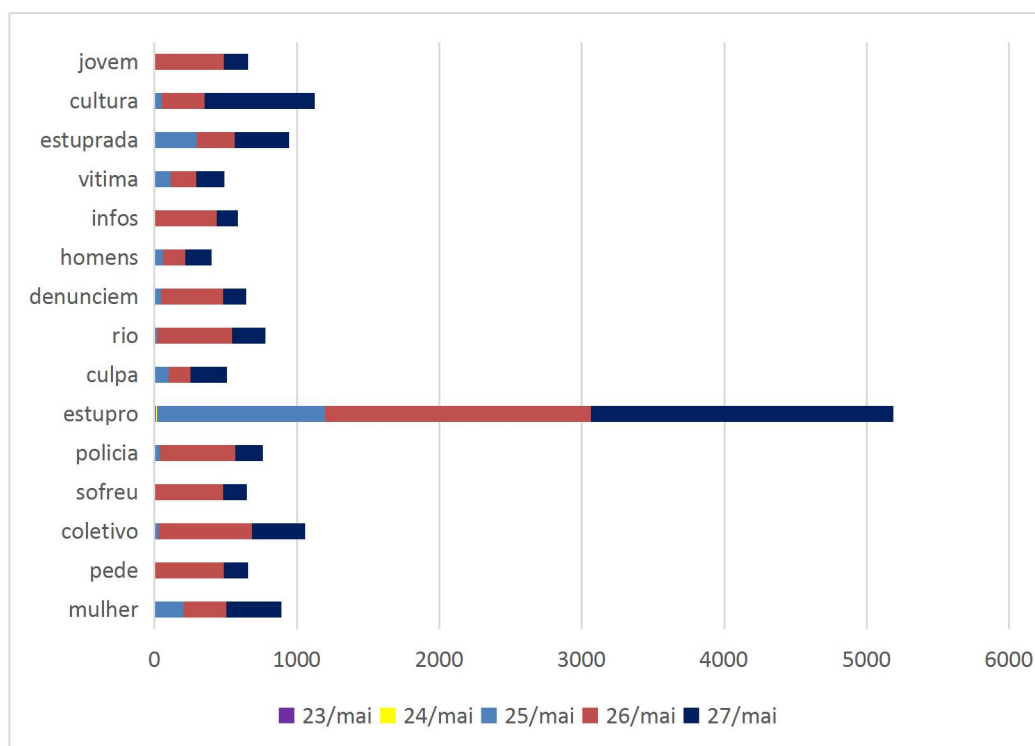
Tabela 18: Frequência de tweets e hashtags por data na Perspectiva 3 MTs.

data	usuários	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	9	11	3	5	3	3	1
24 de maio	13	14	2	10	2	1	5
25 de maio	351	1416	203	1022	191	371	12
26 de maio	774	2617	353	2076	188	745	718
27 de maio	684	3340	530	2472	338	727	1223

A partir da Tabela 18, percebe-se que a participação dos usuários aumenta no dia 25, da denúncia, mas se intensifica nos dias 26 e 27, quando o debate passou a abordar a cultura de

estupro no Brasil – dado compatível com os tweets apresentados até então, que aproveitam o momento de debate para destilar críticas aos movimentos feminista e de esquerda. Também a linha de palavras (ver: Gráfico 4) demonstra a predominância do dia 27 e a alta utilização do termo ‘cultura’ (em alusão à cultura do estupro). Essa é uma situação simétrica àquela da Perspectiva 2 RTs, que também tem o termo ‘cultura’ como um dos mais frequentes, reforçando a hipótese de que estas são as duas perspectivas em que o conceito de uma cultura do estupro é, como um todo, mais debatido.

Gráfico 4: Gráfico ilustrando a linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 3 MTs.



Desta maneira, a perspectiva se encontra no outro espectro de opinião, entendendo o estupro como um crime individual e discordando do termo “cultura de estupro”, tendo como argumento principal um tido repúdio geral da sociedade pelo crime e, contraditoriamente, o conhecimento comum da prática de estupro ou tortura/homicídio contra estupradores confessos no sistema prisional brasileiro.

Quadro 8: tweets opinativos quanto à cultura do estupro.

RT @brupaese: Não gosto do termo "cultura" do estupro, parece que há quem incentive isso. Nem bandido perdoa estupro e galera acha que há i... | 7 RTs

RT @ahole473: @mafiasummers cara isso me revolta, como pode ter cultura de estupro aqui se nem OUTROS BANDIDOS aceitam estupradores? Gente... | 4 RTs

RT @HumanasNao: Qdo ouço q existe uma "cultura do estupro" fico imaginando se existe homem q fala: Po, aquele estuprador é descolado. Quero... 1 RTs
RT @nadiardgs: 'cultura do estupro' os horríveis machistas @l0en_ @xenofonte e @JOAQUINTDASILVA denunciando o lazarento e vc fazendo textã... 7 RTs
RT @mafiasummers: É por esse pensamento mongolóide de comparar estupro com debate que tanta vitima fica desacreditada https://t.co/gWt2Epr5... 8 RTs
@kuronekomaru13 CULTURA DO ESTUPRO É A MINHA JIROMBA! ÚNICO LUGAR QUE SE VÊ ALUSÃO CASUAL E CORRIQUEIRA A ESTUPRO É EM BAILE FUNK, SUAS LEPROSAS!
@thiagorelav Q cultura de estupro? Se a população é totalmente contrária à essa barbaridade? Até nos presídios o acusado é morto! https://t.co/jTf6UIF19H
RT @GreyWarden: "O Brasil tem uma cultura de estupro" Estuprador vira moça na cadeia é linchado na rua todo mundo denuncia quando encontr... 20 RTs

Em relação ao vídeo e aos casos de estupro, o posicionamento da Perspectiva se aproxima daquele de outras comunidades. Não existe um número relevante de questionamentos quanto a veracidade do vídeo ou debates de alta visibilidade sobre o perfil da vítima e se isso poderia ou não relevar a agressão. O estupro aconteceu e a adolescente foi uma vítima, o que ocorreu foi um ato repudiável, e é preciso haver denúncia e punição aos agressores.

Quadro 9: tweets de usuários repercutindo especificamente o caso de estupro coletivo.

RT @realmariobrasil: Roupa, bebida, lugar e horário não é motivo pra estupro. Toda mulher tem direito de ir e vir. Tem direito a liberdade.... 5 RTs
@nmmabi Chegou o feministO!!!! Não é preciso ser feminista pra rejeitar o estupro, é preciso ter consciência https://t.co/zU4q6TcYSP
@adiospablo Depois desse caso do Estupro coletivo, eu me pergunto o que ser humano tem lá no fundo da cabeça, acho que no fundo somos doentes
RT @EuLuaPiovani: O estupro não é questão de machismo X feminismo, não é questão partidária, é questão de HUMANIDADE! Ninguém merece passar... 2 RTs
RT @yyorkke: mano MOSTRARAM NUM VIDEO e tão investigando SE houve estupro?????????// https://t.co/yCU4WIVZWv 1 RT
@TodoDia7X1 Se o cara estuprou: não sei Mas divulgou video dela estuprada e achou

graça. Pra mim é tão verme quanto
@maiiraviiegas gente só n quero divulga o video mas provavelmente apareceu na tl de vcs um de estupro o principal é DENUNCIAR n precisa td mundo compartilha
RT @freitaslks: nada justifica estupro, nem se a mina sair literalmente pelada na rua, isso eh coisa de psicopata

Simultaneamente, alguns usuários da Perspeciva aproveitaram a oportunidade para alertar às mulheres sobre “comportamentos de risco”, em uma posição que se assemelha àquela concluída pela pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – a de que 42% dos brasileiros concordam que uma mulher que se dá o respeito não é estuprada. A contradição, entretanto, é simples: ao mesmo tempo em que o estupro é um crime vil, a depender da vítima, ele era algo difícil de ser evitado pois a vítima cria situações que facilitariam um crime, mesmo este sendo tido como produto de psicopatia, doença ou falta de consciência sem qualquer relação com a situação social.

Quadro 10: tweets que alertam mulheres para ‘comportamentos de riscos’.

@julylsantos Nada que façam contra o estuprador irá diminuir a dor e as memórias do crime. ENTÃO EVITE SE MISTURAR COM VAGABUNDOS! #EstuproNuncaMais
@torvicksk8 @fialhothais_ sei que nada justifica o estupro mas ela já sabia da tamanha ocorrência, diferente de você sair da escola e ser estuprada
RT @Julylsantos: Quando Eduardo Bolsonaro assumir o ministério da defesa essa onda de estupro acaba, e vcs mulheres colaborem evitando sair... 12 RTs
RT @Julylsantos: Respeitar pai/mãe, Ñ se misturar com gente ruim,Ñ ficar bêbada e sair dando para todo mundo são medidas q evitam estupro...

O discurso segue uma linha comum dentro dos mitos de estupro: fazer uso de drogas, ter relações sexuais consensuais com múltiplos parceiros e frequentar determinados lugares são, no mínimo, facilitadores de um eventual estupro. Segundo dados do IPEA, 70% dos estupros em geral são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. Quando o agressor é conhecido, o local em que o estupro ocorre é primordialmente dentro de casa – dados aplicados ao estupro de crianças (79%), adultos (69%) e adolescentes (67%). Ou seja, a

maioria dos estupros acontece na própria casa da vítima e por familiares ou amigos próximos das mesmas. Os mitos citados somente reforçam o constante estado de vigilância e ameaça ao estupro em que as mulheres vivem (ver: Cap. 2), além de demonstrar a concepção de que a mulher precisa evitar determinadas situações que fogem de seu dito papel social pois isso é um convite/facilitador para a violência sexual.

Tabela 19: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes nos tweets mais retweetados na Perspectiva 3 MTs.

Perspectiva 3 de Menções		
<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Repetição</i>
Denúncia	Polícia	2
Cultura do estupro	Mecanismos	1
	Crítica	3
Solidariedade	Armamento	2
	Experiência compartilhada	1
	Solidariedade masculina	1
Repúdio	Esquerda política	1
	Estupro	2
	Caso	2
	Feminismo	3
Mitos	Entorpecentes	1
	Roupas	1

A modelagem dos tweets reflete os dados expostos até então: a crítica à cultura do estupro, ao feminismo e à esquerda é frequente na Perspectiva. Curiosamente, o segundo mais retweetado (ver: Tabela 17) aponta para o meio musical (e, portanto, midiático) como mecanismo da cultura do estupro. A música em questão, Baile de Favela, teve alta popularidade no Brasil em 2016 – no YouTube, são mais de 195 milhões de visualizações em dois anos. O refrão, no entanto, causou polêmica: ela veio quente / hoje eu to fervendo/ quer desafiar? / não tô entendendo / mexeu com o R7 / vai voltar com a xota ardendo.

Sob o argumento que “mexer com o R7” e “voltar com a xota ardendo” teriam uma conotação ou violenta ou que incentivasse a violência, muitos afirmaram que a letra era uma expressão da cultura do estupro, como fez a cantora Fernanda Abreu em entrevista ao jornal O Globo¹²³. Na mesma reportagem, porém, a professora e antropóloga Adriana Facina diz que nada na letra indica que o sexo não foi consentido. No tweet, o autor aponta, em sua visão, uma hipocrisia entre a luta pelo fim da cultura do estupro e o apoio à letra que funcionaria como um mecanismo da mesma. Reside aí, no entanto, a ironia no fato de que a opinião geral da

¹²³ Informação retirada da reportagem “‘Respeita as mina’: cultura do estupro nas artes”, de 30/06/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/respeita-as-mina-cultura-do-estupro-nas-artes-19393083>

perspectiva é a de que a cultura do estupro, ao mesmo tempo em que é uma invenção feminista, simultaneamente é real o suficiente para ser fomentada por alguns gêneros musicais ou músicas específicas.

Também importante para entender a narrativa da comunidade de perfis, a presença da subcategoria ‘armamento’ como solidariedade é única a esta perspectiva. Ela engloba os tweets que demonstram a visão dos usuários do armamento como a maneira mais eficaz de promoção da autoproteção feminina, recurso necessário frente à ameaça do estupro.

Quadro 11: tweets de usuários ilustrando o apoio ao armamento.

RT @fierymind: Que evitar o estupro? Então aprende de uma vez. // A Importância do Armamento das Mulheres https://t.co/RFjnNAdgIg via @YouT... 1 RTs
RT @InesBolsonaro: Você terá mais chance de ser estuprada desarmada ou armada? DESARMADA VOCÊ SEMPRE SERÁ A VÍTIMA https://t.co/ZGXBkTf8c8 1 RTs
RT @mafiasummers: Única defesa da mulher contra o estupro é uma arma. Única. 7 RTs
RT @BolsonaroZuero: Luto pelo direito de cada mulher ter uma .40 pra se proteger. É a cultura do estupro. Vc mata estupradores e faz cultur... 6 RTs

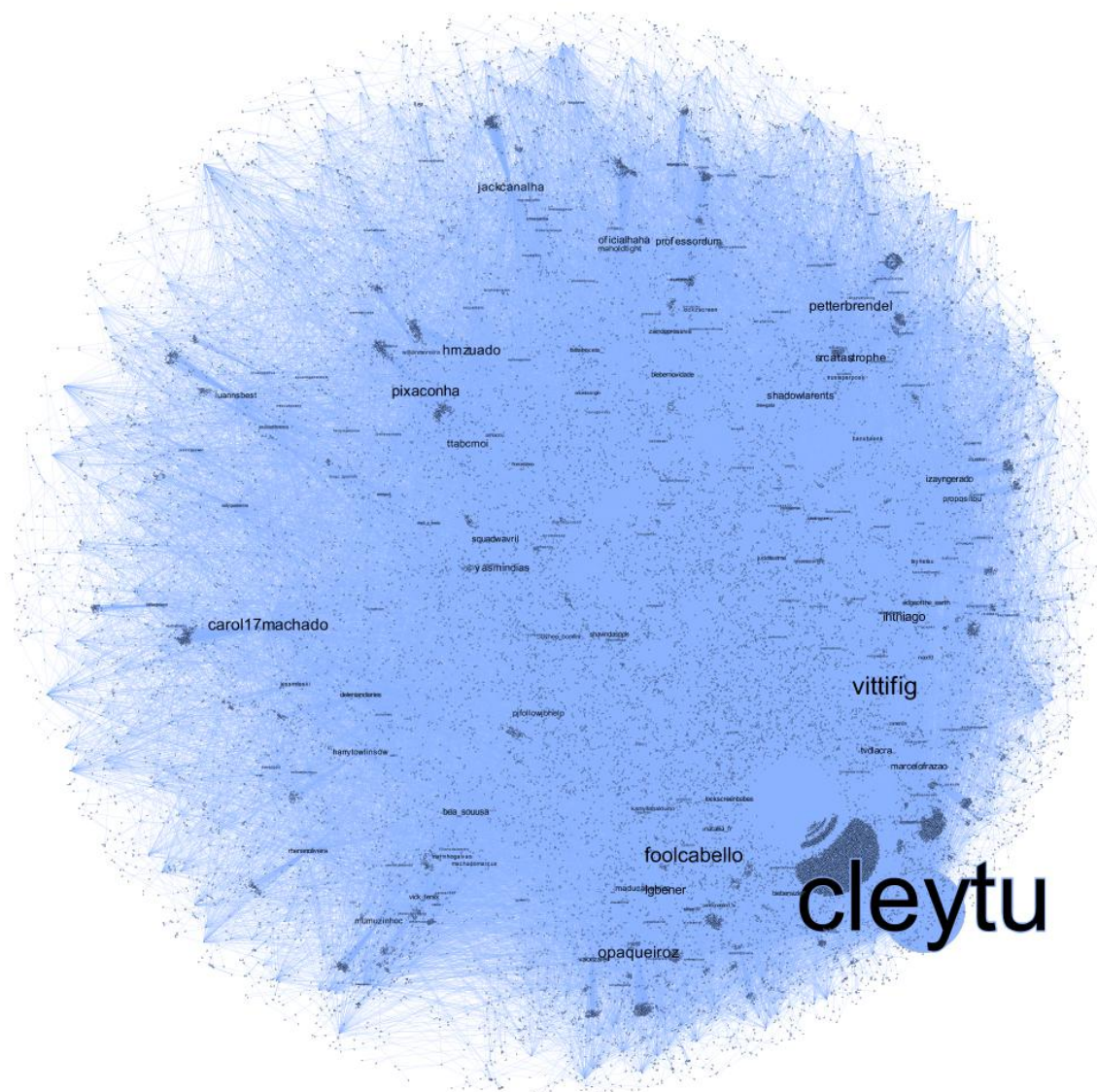
Em conclusão, o tweet do usuário @nadiardgs resume o posicionamento geral da perspectiva: críticos ao movimento feminista e à campanha de conscientização sobre a cultura de estupro e, simultaneamente, críticos àqueles que desvalorizavam o ocorrido e as vítimas de estupro, ou relativizavam o crime.

Quadro 12: tweet do usuário @nadiardgs que resume o comportamento da Perspectiva 3 MTs.

RT @nadiardgs: duas raças que estou com nojo: gente falando em 'estuprador em potencial' e gente falando 'ah mas como vc sabe q foi estupro...' 3 RTs

3.4.3.1.2.2. A viralização das campanhas #EstuproNãoÉCulpaDaVítima e #EstuproNuncaMais

Figura 22: Grafo da perspectiva 1 (13,56%) da rede de RTs.



A Perspectiva 1 do grafo de RTs representa a viralização da campanha #EstuproNãoÉCulpaDaVítima. Foram 119.756 tweets e, destes, 79% foram realizados no dia 27 de maio. Entretanto, o número total de tweets ser maior que o das outras perspectivas não dá por si só o fator viral. O verdadeiro atestado de viralidade da Perspectiva 1 RTs está no uso majoritário de hashtags em seus tweets, presentes em 89% dos tweets totais.

Tabela 20: Frequência de tweets e hashtags por data na Perspectiva 1 RTs.

data	usuário	tweets	originais	retweets	replies	menções	hashtags
23 de maio	26	27	12	14	1	1	1
24 de maio	41	43	10	27	6	5	2
25 de maio	2843	7136	828	6120	188	589	63
26 de maio	9261	23922	4026	19544	352	387	18406
27 de maio	27882	88628	10659	77030	939	992	78745

Do dia 26 para o dia 27 existe uma diferença de 64.706 tweets – número maior que em todos os outros dias de participação de todos as outras perspectivas. O aumento, entretanto, foi expressivo apenas entre tweets e principalmente retweets. Na Tabela 20, vê-se que os números de replies e menções, que em geral indicam conversações na camada micro (e, no caso desta campanha, denúncias específicas), se mantém baixos, representando pouco mais de 1,1% do total de tweets no dia de maior atividade (27) da comunidade.

Ainda que a temática do vídeo tenha sido comentada no dia 25 e que a participação no movimento de denúncias também tenha ocorrido, os números são discrepantes: enquanto no dia 25 o número de usuários e de tweets foram, respectivamente, 2.843 e 7.136, no dia 26 ambos os números mais do que dobram. No dia 27, a quantidade de usuários é aumentada em quase dez vezes e a de tweets em aproximadamente 12 vezes. Estes números, mais uma vez, confirmam o comportamento programado da perspectiva, já que os números de tweets e retweets aumentam no dia seguinte, o dia 27, à viralização da hashtag.

A atenção se volta para a explosão do uso de hashtags do dia 25 para o dia 26 e deste para o dia 27. Observando o número de hashtags em aumento percentual, do dia 25 para o dia 26 na Perspectiva 1 RTs houve um uma diferença de 29.115%. Para Bruns e Moe (2014), a inclusão de uma hashtag tópica em um tweet indica um desejo em atingir públicos além do número de followers dos usuários, e também uma vontade em participar de um processo comunicativo maior sobre o mesmo tema. Zappavigna (2011) segue na mesma linha ao afirmar que as hashtags no Twitter funcionam como um marcador linguístico para afiliação entre usuários e grupos de discussão em uma comunidade de perfis interessados em um mesmo tópico. O corpo do texto do tweet é caracterizado como avaliação do tema presente na hashtag tópica – ela é, portanto, o assunto central da mensagem.

Tabela 21: relação entre hashtags e seu aumento percentual nas três perspectivas de RTs.

PERSPECTIVA 1				
data	usuário	tweets	hashtags	aumento %
25 de maio	2843	7136	63	x
26 de maio	9261	23922	18406	29.115
27 de maio	27882	88628	78745	327
PERSPECTIVA 2				
data	usuário	tweets	hashtags	aumento %
25 de maio	6341	13696	425	x
26 de maio	15689	42874	16768	3845
27 de maio	15922	40861	17718	5,65
PERSPECTIVA 3				
data	usuário	tweets	hashtags	aumento %
25 de maio	18888	51946	215	x
26 de maio	7866	15852	5214	2325
27 de maio	11073	24640	12436	138

Muitas campanhas online, políticas ou não, funcionam justamente com base no uso de hashtags para unir pessoas em torno de um processo comunicativo. De maneira simples, podemos observar o exemplo de vários programas de televisão, como o *reality* culinário Masterchef Brasil. A partir do incentivo ao uso da hashtag #MasterchefBR, o programa reúne pessoas que o estejam assistindo em um ponto comum na rede e, assim, tanto melhora a experiência de quem assiste, já que estes poderão debater com diversos outros usuários, como potencializa a audiência do programa, já que a viralidade pode atingir outros públicos.

A estratégia das campanhas #EstuproNãoÉCulpaDaVítima e #EstuproNuncaMais é similar, remetendo também a outras que seguiram a mesma lógica (como as ocorridas durante a Primavera das Mulheres. Ver: Cap. 2, seção 2.3), na medida em que utiliza a hashtag para aglutinar a discussão sobre um determinado tema em uma mesma busca (já que as hashtags são também mecanismos de buscas) e fazer com que esse debate ultrapasse as barreiras *user-follower*, viralizando o conteúdo. O crescimento na porcentagem do uso de hashtags é o crescimento do engajamento na discussão proposta por ela, bem como a grande proporcionalidade deste crescimento, como aqui analisado (29.115%), é o indicador de que a viralização aconteceu.

Se a criação de uma hashtag específica para a campanha foi um dos caminhos para cimentar a viralização, que tipo de conteúdo foi este viralizado? Diferentemente das comunidades denunciativas, a Perspectiva 1 RTs forma um caso típico do que Malini e Antoun (2014)

Os 15 tweets de maior frequência demonstram com clareza como o conceito de cultura do estupro foi absorvido e repassado no Twitter por, em sua maioria, usuários que não possuem ligação direta com o movimento feminista. Todos eles utilizam alguma referência aos mitos de estupro em uma estrutura de negativa (culpa não é da vítima, não é da bebida, não é “porque deu mole”, não é por não ter um namorado fixo...) e a maioria possui alguma imagem anexada.

Tabela 23: Categorias e subcategorias com as temáticas presentes na Perspectiva 1 RTs.

Perspectiva 1 Retweets		
<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Repetição</i>
Mitos	Culpabilização	1
	Reputação	1
	Roupas	9
	Horário/ Local	6
	Entorpecentes	5
	Atitude	2
	Idade	1
	Religião	1
Repúdio	Caso	1
	Estupro	1
Denúncia	Incentivo à denúncia	1
Solidariedade	Solidariedade masculina	2
	Experiência compartilhada	4

A modelagem dos temas demonstra que o que viralizou não foi de fato uma discussão sobre a cultura do estupro, seu funcionamento e os mecanismos, mas sim, um alerta para os mitos mais comuns que circundam o tema de estupro e a falsidade de suas alegações. Seja unicamente afirmando que a culpa não é em nenhum momento da vítima, seja mostrando situações usuais que levantam a utilização dos mitos (roupas curtas, bebidas, reputação...), o discurso viral é, em suma, aquele que chama atenção para a culpabilização da vítima em casos de estupro como algo a ser mudado em nossa sociedade.

Em menor número, mas também viral, está o ideal de solidariedade e da experiência compartilhada entre mulheres. O usuário @vittifig se destaca por utilizar imagens de dois textos que, juntos, tiveram quase 2000 (1916) retweets (ver: Tabela 22 e Figura 23). Enquanto Fredrickson e Roberts (1996) argumentam que a objetificação sexual cria uma experiência compartilhada entre todas as mulheres, no dataset predomina a noção de que a experiência compartilhada é, na verdade, o estupro – a violência que acomete uma jovem de 16 anos em uma comunidade no Rio de Janeiro desmoraliza e viola não apenas aquela que a sofre, mas

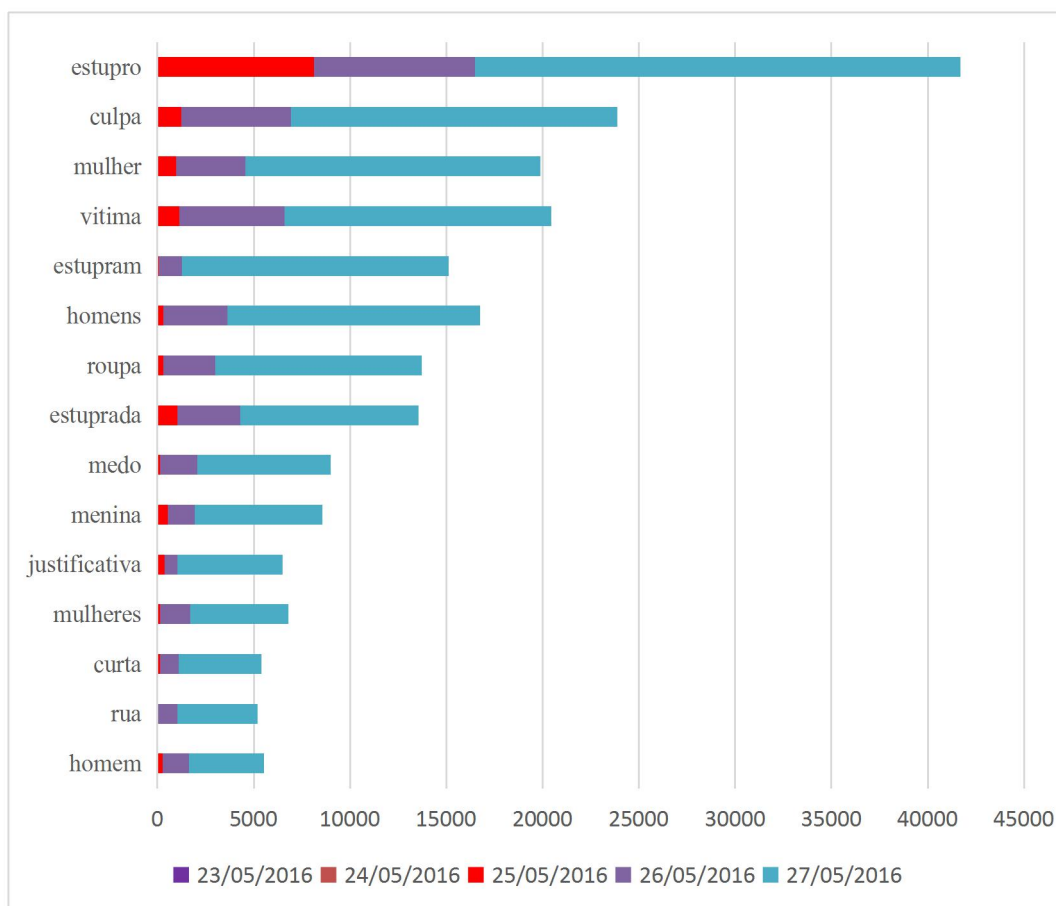
todas as mulheres, já que todas estas estão sujeitas a este tipo de violência e experimentam diferentes formas de violação em seu dia-a-dia.

Figura 23: Um dos textos compartilhados em forma de imagem pelo usuário @vittifig que demonstra o conceito da subcategoria ‘experiência compartilhada’.

“Eu fui estuprada hoje, quando uma mãe disse para o seu filho que “menino é assim”. Eu fui estuprada hoje, quando um pai ensinou o seu filho a assobiar e gritar “elogios” quando uma mulher passasse na rua. Eu fui estuprada ontem, quando ouvi um homem dizer que não tinha culpa porque a minha saia era muito curta. Eu fui estuprada ontem, quando um tio disse para o sobrinho que toda mulher que bebe demais “está pedindo”. Eu fui estuprada ontem, quando saiu na revista que mulher quando diz não está fazendo charme. Eu fui estuprada, eu perdi minha alma e o meu chão. Eu fui estuprada pelos pais que ensinam que “meninos são meninos” fui estuprada pela mídia que induz, pela gente que produz. Eu fui estuprada por um monte de gente. Não saiu sangue, embora tivesse doído. Não foi literal, mas poderia ter sido. Eu não fui estuprada hoje, mas outra mulher com certeza foi. E agora? A gente chora...”

Não foram eles contra uma, foram eles contra todas e contra a experiência em ser mulher inserida em uma cultura de estupro. O Gráfico 5 demonstra os termos mais frequentes por data, e nele observamos que, nos dias 26 e 27, as palavras se relacionam às negativas dos mitos de estupro: “culpa” e “vítima” (‘estupro não é culpa da vítima’, ‘a culpa do estupro é do estuprador’), “estupram” (atenção para o tempo verbal de terceira pessoa, como em ‘estupradores estupram’), “roupa” (não importa a roupa), “justificativa” (‘estupro não tem justificativa’), “curta” (associado à ‘roupa’).

Gráfico 5: Linha do tempo de palavras utilizadas na Perspectiva 1 RTs.



Além destes, os termos “medo” e “rua” se associam fortemente ao significado da cultura de estupro como experiência compartilhada. Ponto central para as primeiras construções de uma teoria do estupro como cultura (GRIFFIN, 1961), o constante medo do assédio é a base para a construção de um sistema de controle do comportamento feminino e dos mitos de estupro, sendo a “rua” um dos principais locais de possível abuso. Aqui, entretanto, ocorre um reforço da ideia de Griffin ao invés do combate dela. Contrariamente aos outros termos já apresentados – culpa, roupa, justificativa, curta, todos estes termos estão associados a uma negativa: não é preciso sentir culpa, não é preciso deixar de usar roupas curtas, não há justificativa para o estupro.

O medo, entretanto, é majoritariamente entendido como justificável. Sentir medo em andar na rua é um problema claro, mas a posição assumida é de reforçar o fato de que mulheres sentem medo, e não combater o medo que mulheres sentem. Isso é um resquício claro das obras que marcaram o início do estudo sobre a cultura de estupro, como Brownmiller (1975), que pesquisou a magnitude do estupro como arma em diferentes períodos históricos:

Desde os tempos pré-históricos até o presente, acredito, o estupro tem tido uma função crítica. Ele é nada mais nada menos que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo. (BROWNMILLER, 1975, p. 15)

O medo é assumido então como o ingrediente principal para a manutenção de uma cultura de estupro que é, em última instância, uma maneira de adequar os comportamentos de mulheres. A constante do medo e os mitos de estupro são conceitos centrais para os estudos de estupro atuais e são resquícios de um esforço de feministas em tratar o estupro como um problema social ao invés de individual. A viralização de bordões da luta feminista, como “estupro não é culpa da vítima”, legitima a popularidade crescente de um pensamento que realoca a culpa do estupro de uma mulher “errante” ou de um homem monstruoso para um homem que age sob influência de uma cultura que molda o terreno para o ato a partir do assujeitamento da mulher.

Tabela 24: Relação entre número de tweets publicados e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de RTs recebidos na Perspectiva 1 RTs.

usuário	tweets publicados	nº retweets
cleytu	6	17568
vittifig	39	2488
foolcabello	21	1020
yasminbrunet1	39	938
abusedthefly	18	784
opaqueiroz	10	755
hmzuado	5	725
petterbrendel	3	664
carol17machado	2	662
srcatastrophe	17	637

Tabela 25: Relação entre número de tweets publicados (originais e RTs) e número de retweets recebidos pelos 10 usuários com maior número de tweets publicados na Perspectiva 1 RTs.

usuário	tweets publicados	nº retweets
annatppaiva	252	24
fuckdr3am	221	4
weleed	206	11
ziambokete	169	14
sckmepaula	163	0
harryculto	161	0
japinharochaa	159	59
clifforter	153	0
niallputona_	150	0

Entretanto, ainda que reverbere uma discussão cara ao pensamento feminista, a perspectiva não tem como grandes influenciadores perfis com histórico de ativismo feminista ou que se autodeterminam feministas em suas bios¹²⁴. Os três perfis de maior popularidade, @cleytu, @vittifig e @foolcabello, não estão ligados ao movimento. Cleytu (@cleytu) é um popular perfil de humor na rede social, conhecido principalmente por acompanhar e difundir memes sobre programas de televisão como MasterChef e Big Brother Brasil. Aderindo à lógica de suas postagens com imagens meméticas de realities televisivos, o perfil fez uma série de postagens sobre a cultura do estupro por meio de imagens.

As imagens compartilhadas pelo usuário foram, em sua maioria, utilizadas inicialmente por ativistas, seja do movimento feminista ou de outras causas sociais, tendo outras pesquisas do Labic (SOUZA, 2016) demonstrado que este é um padrão recorrente nas publicações de @cleytu. A mais popular delas foi feita pelo cartunista e cientista político em formação Ribs, que se denomina como um “ilustrador da luta política”¹²⁵ e produz cartoons sobre temas relevantes no cenário das lutas sociais. Assim, o usuário @cleytu é um exemplo do que seria um perfil característico de uma cobertura programada: utilizou pontos de vista já populares na rede para ganhar/consolidar influência e capital social no Twitter.

Enquanto @cleytu fez apenas seis postagens, todas elas de cunho similar, os outros dois usuários mais retweetados, @vittifig e @foolcabello fizeram, respectivamente, 39 e 21 postagens sobre o tema. Entretanto, da mesma maneira, também são perfis que se aproveitaram de pontos de vista já populares na rede para ganhar capital social na rede, buscando contribuir para a viralização de determinados textos ou imagens. Os dois perfis, vale notar, possuem também características de usuários adolescentes ou jovens adultos, sendo ‘Cabello’ o sobrenome da cantora Camila Cabello, ex-integrante da popular *girlband* Fifth Harmony e ídolo *teen*.

Chama atenção também a participação ativa da atriz e modelo Yasmin Brunet (@yasminbrunet1). Em 2017, Brunet se manifestou brevemente a favor da campanha #ChegaDeAssédio¹²⁶, mas diferentemente de outras atrizes da Rede Globo como Leandra Leal ou Thais Araujo, não participou ativamente de quaisquer campanhas ocorridas durante a Primavera Feminista em 2015, sendo mais conhecida por seu ativismo vegano. Entretanto, durante o dia 27, a atriz postou uma série de tweets expondo sua visão sobre a cultura do

¹²⁴ Breve descrição presente no perfil dos usuários.

¹²⁵ Descrição disponível em sua página oficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/matheusribsoficial/>

¹²⁶ Ver: Bortolon, 2017.

estupro por meio de frases próprias do movimento feminista, sendo entre os perfis que mais receberam RTs aquela que mais twittou sobre – e um dos 210 usuários com maior número de tweets sobre o tópico. Atualmente, Brunet possui 70,4 mil seguidores no Twitter e 1,7 milhões de seguidores no Instagram, sendo boa parte deles jovens, reforçando a teoria de que este foi um dataset impulsionado por um ativismo adolescente.

A matéria do BuzzFeed Brasil, que repercutiu com maior força na Perspectiva 2 RTs mas também teve desdobramentos publicados via Mídia Ninja (15º tweet mais popular na comunidade viral), também é um exemplo de posicionamento ideológico mais marcado. A matéria ilustra a existência de uma cultura de estupro, elencando 12 mitos (como “ninguém é estuprada em casa lavando a louça” e “com essa roupa, estava pedindo) e, em contrapartida, notícias que demonstram diferentes situações em que esses mitos se mostraram falsos.

A alta repercussão deste tipo de matéria em um espaço viral e de reflexão simples, entretanto, abre espaço para a problematização: dizer que mulheres ‘promíscuas’, ‘errantes’ não são as únicas a passarem por situações de abuso pode vir a ser interpretado como uma maneira de minimizar o estupro sofrido por aquelas mulheres que de fato se encaixam nestes papéis? Afinal, o mito diz que somente as mulheres promíscuas são estupradas e o argumento é voltado apenas para desmistificá-lo, e não em dizer que “não importa quem seja”.

Não é a ambição desta pesquisa trazer tal resposta, mas é possível dizer que, em paralelo a tais afirmações, a rede social foi inundada de tweets, cujo tema central era a não culpabilidade da vítima. O bordão “a culpa não é da vítima” inspirou inclusive uma hashtag exclusiva (#EstuproNãoÉCulpaDaVítima) e também pela campanha paralela que acontecia no Facebook por meio dos badges para fotos de perfil “Eu Luto Pelo Fim da Cultura do Estupro”. Há, portanto, um esforço paralelo, porém não diretamente relacionado, em frisar que a vítima não possui culpa em casos de estupro.

Figura 24: Badges fornecidos pelo site Twittbon¹²⁷. Ao total foram 759,030 adesões entre usuários do Twitter e Facebook (último acesso: 12/12/2017).



¹²⁷ Disponível em: https://twibbon.com/support/fim-da-cultura-do-estupro?fb_ref=Default.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as narrativas construídas no Twitter após a divulgação de um vídeo de estupro, sofrido por uma adolescente na Comunidade do Barão, no Rio de Janeiro em 2016. Observando o grande volume de dados gerado pela discussão, os objetivos principais eram tanto compreender os modos como os usuários da rede social se posicionaram em relação ao caso e identificar quais foram as temáticas mais recorrentes; assim como verificar o papel do pensamento feminista na construção de tais discursos.

Para tal, primeiramente foi traçado um histórico do movimento feminista, desde seu princípio, de modo a esclarecer quais foram as principais pautas reivindicadas por mulheres desde que iniciaram a se organizar formalmente enquanto movimento social. Em seguida, delineou-se especificamente a história do estupro enquanto crime no Brasil e as mudanças no Direito Penal quanto aos temas de violência sexual e doméstica no país, estabelecendo a importância da compreensão do ciberespaço e das redes sociais, em especial o Twitter, como território de atividade humana e disputas de poder discursivo. Por fim, foi realizada a análise do conjunto de dados coletados do Twitter entre os dias 24 e 27 de maio, período em que foi divulgado o vídeo de estupro na rede social.

Após a análise do *dataset*, foram identificados três momentos narrativos complementares: de denúncia, com maior expressão no dia 25, quando o vídeo foi divulgado; de discussão sobre a cultura do estupro, mais popular no dia 26; e de viralização, consolidada no dia 27 de maio. O momento de denúncia foi marcado pelo uso de menções, tanto aos usuários envolvidos em algum grau com o vídeo quanto para chamar atenção das autoridades legais ao caso. A discussão sobre a cultura do estupro foi marcada por perspectivas distintas: a de um conjunto de perfis que entende a cultura do estupro como um fenômeno real, mais popular na rede, e a de um que vê a noção da cultura do estupro como surreal devido ao desprezo social dado ao ato. Ambas perspectivas têm maior influência de perfis de cunho político entre seus usuários e tweets de maior presença na rede, alinhados respectivamente à esquerda e à direita política, e ambas utilizam o momento para rechaçar o crime de estupro.

Por fim, o terceiro momento foi marcado pela popularização de um discurso contrário à cultura do estupro e ilustrações mostrando as diferentes formas como esta se manifesta no nosso cotidiano. Por este motivo, a principal questão teórica abordada por este trabalho foi a teoria feminista, que concebe a cultura do estupro como a principal causa para a persistência

da violência sexual contra a mulher. Entendida amplamente como um conjunto multifacetado de crenças, ações e representações que constroem terreno tanto para o ato do estupro quanto para culpabilização da vítima, diversos aspectos sobre a mesma foram tratados, porém com destaque a duas facetas complementares: os mitos de estupro e a objetificação sexual.

Os mitos de estupro e a objetificação sexual são temas que explicam um ao outro e são essenciais para a discussão da cultura do estupro, pois é o persistente ideal cultural da mulher enquanto objeto – seja ele especificamente sexual (sexualidade feminina a serviço masculino), decorativo (aparência feminina a serviço masculino), matrimonial (mulheres em um relacionamento amoroso a serviço do parceiro homem) ou somente como exemplo geral do assujeitamento sofrido por mulheres na sociedade ocidental – que fomenta os mitos de estupro. Ou seja, as crenças e justificativas para a violência sexual que minimizam ou mesmo retiram a culpa do agressor.

Após a análise da atuação das seis perspectivas de perfis (*clusters ou comunidades*) de maior representação nas redes de retweets e menções do dataset referente ao caso, concluiu-se que o pensamento feminista teve participação central na viralização do debate. A categorização das temáticas presentes nos tweets mais retweetados de cada perspectiva (ver: Tabela 26) mostra que tweets relacionados ao combate aos mitos de estupro e à cultura do estupro, dois conceitos da teoria feminista, somam juntos 70 das 131 temáticas dos discursos, um total de 53%. O estupro como experiência social compartilhada entre mulheres, dentro da categoria Solidariedade, tem relação direta com a teoria da objetificação de Fredricksen e Roberts (1996) e é uma das 6 subcategorias de maior frequência entre os tweets. Deste modo, ainda que os atores de maior destaque na rede não fossem coletivos organizados de mulheres ou mesmo declaradamente feministas, as narrativas construídas sobre o estupro de maior repercussão foram aquelas próximas às perspectivas e teorias feministas.

Tabela 26: categorias e subcategorias presentes nos 15 tweets com maior número de RTs de cada uma das seis comunidades de perfis analisadas.

Geral		
<i>Categoria</i>	<i>Subcategoria</i>	<i>Total subcategoria</i>
Mitos de estupro	Roupas	16
	Uso de entorpecentes	14
	Culpabilização não especificada	6
	Horário/ Local	6
	Atitude	5
	Reputação	3
	Negativa positiva	1
	Idade	1
	Religião	1
Total de aparições da categoria Mitos: 53		
Repúdio	Ao crime de estupro	10
	Ao caso específico	3
	Ao feminismo	3
	À defesa do crime de estupro	2
	À mídia	1
	À esquerda política	1
Total de aparições da categoria Repúdio: 20		
Solidariedade	Pedidos por solidariedade masculina	9
	Experiência social compartilhada	9
	Armamento	2
	À vítima	1
Total de aparições da categoria Solidariedade: 21		
Cultura do estupro	Mecanismos	13
	Crítica ao conceito	3
	Dados sobre a cultura do estupro	1
Total de aparições da categoria Cultura do Estupro: 17		
Denúncia	Polícia	14
	Disseminação do ocorrido	5
	Incentivo à denúncia	1
Total de aparições da categoria Denúncia: 20		

O movimento feminista, no entanto, não foi nem o maior propulsor do debate nem a fonte inicial das campanhas de denúncia ou viralização, uma consideração marcante em relação às outras campanhas feministas em redes sociais recentes. Mobilizações como #meuprimeiroassédio (Think Olga), #meuamigosecreto (Não Me Kahlo) e #chegadeassédio (coletivo de atrizes globais) foram todas nascidas e impulsionadas por coletivos diretamente ligados ao feminismo e seus ideais. No entanto, nenhuma dessas hashtags e nem mesmo a

hashtag internacional #8M, aglutinadora de conteúdo referente ao Dia da Mulher, teve uma expressividade tão forte no Brasil quanto a campanha contra a cultura do estupro, conforme mostram os picos de pesquisa no Google sobre o termo “feminismo” (Gráfico 1, p.54) e o número de tweets das campanhas citadas, sendo 148 mil tweets entre #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto, e 173 mil tweets do #chegadeassédio.

A repercussão do caso foi capaz de não somente mobilizar atores fora da bolha dos movimentos sociais, como também encorpada e impulsionada por estes mesmos atores. A campanha contra a cultura do estupro foi norteadada pelo pensamento feminista, mas não pelo movimento em si, e sim pelo mundo dos fandoms – campo predominantemente populado por jovens, adolescentes ou mesmo crianças.

Este dado abre caminho para uma hipótese quanto a viralização de campanhas político-sociais nas redes sociais: a popularização de uma discussão diante de uma grave injustiça é tanto mais forte quanto mais atores totalmente alheios ao campo político em que ele originalmente se instauraria e se manifestasse. No entanto, ao mesmo tempo é preciso atentar para a mecânica contraditória da busca por popularidade nas redes, utilizando temas sociais como trampolim.

Além disso, verificou-se o uso da rede de menções por parte dos usuários como uma forma de disque-denúncia, uma maneira de fazer com que o caso não passasse batido pelas autoridades cabíveis – autoridades estas que descobrimos serem de fato as instituições legais e policiais ao invés da mídia. Simultaneamente, nota-se a falta de canais ágeis por parte do Estado para receber ou mesmo perceber as denúncias feitas nas redes sociais.

Porém, durante a análise das comunidades, outras questões surgiram como interesse da pesquisa e levantam possibilidades para trabalhos futuros. A primeira delas é a formulação de um índice de viralidade, mecanismo para calcular a viralidade (ou não) de um determinado tema na rede. Este caso nos ofereceu duas variáveis: o alto número de usuários aliado a um baixo número de comunidades. Ou seja, algumas cenas sendo dependentes de atores específicos; e o aumento percentual explosivo (na pesquisa, mais de 29.000%).

Outra temática a ser explorada futuramente se refere à participação adolescente em ações coletivas, em especial as de cunho feminista - já que a maioria das brasileiras que se declara feminista são jovens entre 15 e 17 anos. Será que eles são, de fato, o maior motor das campanhas online? Em caso positivo, cabe procurar maneiras de verificar se tal participação é

apenas a necessidade adolescente em ser incluído (DINES, 2015) como processo de significação social, ou se isso faz parte de uma mudança no perfil dos agentes de ação coletiva.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABEL, G.G; BARLOW, D.H; BLANCHARD, E.B; GUILD, D. The Components of Rapists' Sexual Arousal. In: **Arch Gen Psychiatry**, 1977. p. 895–903

AKRICH, M.; CALLON M.; LATOUR, B. Sociologie de la traduction. In: **Textes fondateurs**. Paris: Presses de l'École des Mines, 2006. p. 303.

ALLYN, D. **Make Love, Not War**: the sexual revolution, an unfettered history. Oxford: Taylor and Francis Group, 2000.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. In: **Sociologia&Antropologia**, v. 02.03, 21-41, 2012.

American Psychological Association. Task Force on the Sexualization of Girls, 2007. Disponível em: <<http://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-full.pdf>>

AUBREY, J. S. The impact of sexually objectifying media exposure on negative body emotions and sexual self-perceptions: Investigating the mediating role of body self-consciousness. In: **Mass Communication and Society**, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2007

AUBREY, J.; HOOPER, M.; WANJIRU, G. Check That Body! The Effects of Sexually Objectifying Music Videos on College Men's Sexual Beliefs, In: **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 55, n. 3, p. 360-379, 2011

BARBERÁ, P.; WANG, N.; BONNEAU, R.; JOST, JT.; NAGLER, J.; TUCKER J.; GONZÁLES-BAILÓN, S. **The Critical Periphery in the Growth of Social Protests**, 2015

BARCINSKI, M.; CAPRA-RAMOS, C.; WEBER, J. L. A.; DARTORA, T. **O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas**: formas alternativas de exercício do poder feminino. Ex aequo[online]. 2013. n.28, pp.87-100. ISSN 0874-5560

BARROS, L. A.; ALBUQUERQUE, M. C. S.; VIEIRA, A.C. S.; MONTEIRO, F. S.; OLIVEIRA, J. M. **Consequências na sexualidade de mulheres em situação de violência sexual**. 17 seminário nacional de pesquisa em enfermagem. Junho, 2013

BARTKY, S. L. **Femininity and domination**: studies in the phenomenology of oppression. New York: Routledge, 1990

BAUMGARDNER, J.; RICHARDS, A. **Manifesta**: Young Women, Feminism, and the Future. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Paris, 1949

BEMILLER, M. L. SCHNEIDER, R. Z. **It's not just a joke**. Sociological Spectrum, 2010

BLONDEL, V.; GUILLAUME, J.; LAMBIOTTE, R.; LEFEBVRE, E. Fast unfolding of communities in large networks. In: **Journal of Statistical Mechanics**: Theory and Experiment, 2008

BOHN, S. R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. In: **Revista Debates**, 2010, 4 (2): 81-106.

BOHNER, G. Vergewaltigungsmythen. [**Rape myths**]. Landau, Germany: Verlag Empirische Pädagogik, 1998

BOHNER, G.; WEISBROD, C.; RAYMOND, P.; BARZVI, A.; SCHWARZ, N.; Saliency of rape affects self-esteem: the moderating role of gender and rape myth acceptance. In: **European journal of personality**, 1993. vol. 23, p. 561-579.

BORZEKOWSKI, D. L. G.; ROBINSON, T. N.; KILLEN, J. D. Does the camera add 10 pounds? Media use perceived importance of appearance, and weight concern among teenage girls. In: **Journal of Adolescent Health**, 2000. v. 26, p. 36-41

BOUNEGRU, L.; VENTURINI, T.; GRAY, J.; JACOMY, M. Rating Networks. In: **Digital Journalism**, 2017. v. 5:6, p. 699-730.

BORTOLON, B.; COELHO, A.P. Mulheres conta Cunha, feminismo e democracia: do privado ao público, entre as redes e as ruas: análise do Mulheres Contra Cunha no Twitter. 2016. Disponível em: <http://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/mulheres_contra_cunha_feminismo_e_democracia_do_privado_ao_publico_entre_as_redes_e_as_ruas_analise_do_mulheres_contra_cunha_no_twitter_ana_paula_pereira_coelho.pdf>

BORZEKOWSKI, D. L. G.; ROBINSON, T. N.; KILLEN, J. D. Does the camera add 10 pounds? Media use, perceived importance of appearance, and weight concerns among adolescent girls. **Journal of Adolescent Health**, vol 26, p. 36–41, 2000.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Presidência da República**, 2006.

BRASIL. Lei n. 12.015/2009, de 7 de agosto de 2009. **Presidência da República**, 2006.

BRASIL. Artigo 269, Código Penal. **Presidência da República**, 1890.

BREUER, A.; FARROQ, B. **Online Political Participation: Slacktivism or Efficiency Increased Activism?** - Evidence from the Brazilian Ficha Limpa Campaign. 2012 ICA Annual Conference San Francisco. 2012

BROWNMILLER, S. **Against our will: men, women and rape**. New York: Fawcett Columbine, 1975.

BRUNS, A.; MOE, H. Structural layers of communication on Twitter. In: WELLER, K.; BRUNS, A.; BURGESS, J.; MAHRT, M.; PUSCHMANN, C. (Org). **Twitter and Society**. New York: Peter Lange, 2014.

BUENO, M. G. R. C. **Feminismo e Direito Penal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

BUENO, W. L. A questão do feminino na Antiguidade. In: **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 23, p. 117-132, 2001

BURT, M. R. Cultural myths and supports for rape. In: **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 2, p. 217-230, 1980.

CALOGERO, R. M. A Test of Objectification Theory: The Effect of the Male Gaze on Appearance Concerns in College Women. **Psychology of Women Quarterly**, vol. 28(1), p. 16–21, 2004.

CARVALHO, L. De Francisca Senhorinha a Maria da Penha: quase 150 anos do movimento feminista brasileiro. In: **Revista UNIABEU Belford Roxo**, v. 5, n. 11, 2012.

CASSIDY, L.; HURRELL, R. M. The influence of victim's attire on adolescents' judgments of date rape. In: **Adolescence**, 30, 319–324, 1995.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

COBBE, F. P. Introduction. In: STANTON, T. (Org). **The woman question in Europe: a series of original essays**. New York: G.P. Putnam's Son, 1884.

COBBLE, D. S. **The Other Women's Movement: Workplace Justice and Social Rights in Modern America**. Princeton: Princeton University Press, 2004

COSTA LC, Silva DA, ALVARENGA, MS, de Vasconcelos FA. Association between body image dissatisfaction and obesity among schoolchildren aged 7-10 years. In: **Physiol Behav**, v. 160, p. 6-11, 2016.

COSTA, C. S.; MELLO, M. F. Indicadores comportamentais de propensão ao homicídio em agressores sexuais. In: **Jornal brasileiro de psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 33- 38, 2012,

COTT, N. **The Grounding of Modern Feminism**. New Haven: Yale University Press, 1987.

CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C (org). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DELEGADO afastado vê elo entre jovem violentada e tráfico. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2016. Seção Notícias. Disponível em: <www.brasil.estadao.com.br>

DINES, G. **Growing up in a pornified culture**. TedxNavesink. 28 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_YpHNIImNsx8>.

DION, K. L.; DION, K. K.; KEELAN, J. P. Appearance anxiety as a dimension of social-evaluative anxiety: Exploring the ugly duckling syndrome. In: **Contemporary Social Psychology**, vol. 14(4), p. 220-224, 1990

DOLWICK, J. S. 'The Social' and Beyond: introducing actor–network theory. In: **J Mari Arch**, v. 4, p. 21-29, 2009

DRIESCHNERA, K.; LANGEB, A. A review of cognitive factors in the etiology of rape: theories, empirical studies, and implications. In: **Clinical Psychology Review**. v.19, issue 1, p.57-77, 1999

EGGERMONT, S.; VERVLOESSEM, D.; VANDENBOSCH, L. "I Might Get Your Heart Racing in My Skin-Tight Jeans": Sexualization on Music Entertainment Television. In: **Communication Studies**, 64:2, 178-194, 2013.

EISENSTEIN, H. **Feminism Seduced: How Global Elites Use Women's Labor and Ideas to Exploit the World**. New York: Paradigm Publishers, 2009.

FBSP. **A Polícia precisa falar sobre estupro: percepção** sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas de estupro nas instituições policiais. 2016. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/a-policia-precisa-falar-sobre-estupro-percepcao-sobre-violencia-sexual-e-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-estupro-nas-instituicoes-policiais/>>

Felipe, S. T. Violência e representação (quando a arma é um pênis): um estudo de caso do filme “Acusados”. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 109-122, 1997.

FLETCHER, P. R. Dismantling Rape Culture around the World: a social justice imperative. In: **Forum on Public Policy**, v. 2010, n. 4. Disponível em: <<http://forumonpublicpolicy.com/vol2010.no4/archive.vol2010.no4/fletcher.pdf>>.

FLYNN, G. **Garota Exemplar**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

FORD, T. E.; BOXER, C. F.; ARMSTRONG, J.; EDEL, J. R. More than “just a joke”: the prejudice-releasing function of sexist humor. In: **PSPB**, v. 34 n. 2, p. 159-170, 2008.

FORD, T. E. Effects of Sexist Humor on Tolerance of Sexist Events. In: **Personality and Social Psychology Bulletin**, p. 1094–1107, 2000

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição IX. São Paulo, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais. São Paulo, set 2016.

FORTES, L.S et al. Autoestima, insatisfação corporal e internalização do ideal de magreza influenciam os comportamentos de risco para transtornos alimentares?. In: **Rev. Nutr. [online]**, v.28, n.3, p.253-264, 2005

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008

FRAISSE, G. **Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos**. Madrid: Catedra, 1991

FREDRICKSON, B. A.; ROBERTS, T. Objectification theory: Towards the understanding women’s lived experiences and mental risks. In: **Psychology of Women Quarterly**, p. 173-206, 1997.

FRIEDAN, B. **The Feminine Mystique**. New York: W.W Norton & Company, 1963.

FRIJDA, N. H. **The Emotions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Fundação Perseu Abramo. **Percepção de ser mulher, machismo e feminismo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/7249>>.

GARRACHÓN, R. S.; TEN, L. M. **Guía de formación para la participación social y política de las mujeres: manual de la alumna**. Barcelona: Ajuntament de Sant Boi de Llobregat y Disputació de Barcelona, 2008.

GERVAIS, S. J.; VESCIO, T. K.; ALLEN, J. When what you see is what you get: The consequences of the objectifying gaze for women and men. **Psychology of Women Quarterly**, 35, 5–17, 2011.

GIDYCH, C.A.; KOSS. M.P. Predictors of long-term sexual assault trauma among a national sample of victimized college women. In: **Violence & Victims**, v. 6, p. 175-190, 1991

GLICK, P.; FISKE, S. T. The ambivalent sexism inventory: differentiating hostile and benevolent sexism. In: **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 70, n. 3, 491-512, 1996

- GOMES, L. N. **Mujeres:** de lo privado a lo público. Madrid: Tecnos, 1999.
- GRANEL, H. A. Mujeres Libres: emancipación femenina y revolución social. In: **Germinal**, Logroño, n.2, p. 43 – 57, 2006.
- GRAUERHOLZ, E.; KING, A. Primetime sexual harassment. In: **Violence Against Women**, 3, 129-148, 1997
- GRIFFIN. S. Rape: The all-American crime. In: **Ramparts**, v. 10, p. 26–35, 1971
- HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article. 1964. In: Habermas, J. Lennox, S. Lennox, F. (Org) **New German Critique**. n. 3, p. 49-55, 1974
- _____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Boitempo, 1984.
- HARAWAY, D. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century. In: **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge p. 149,-181, 1991
- HARPER, B.; TIGGEMANN, M. The effect of thin ideal media images on women's self-objectification, mood, and body image. In: **Sex Roles: A Journal of Research**, 58(9-10), 649-657, 2008.
- HEIM, N.; HURSCH, C.J. Castration for sex offenders: treatment or punishment? A review and critique of recent European literature. In: *Archive, Sex Behaviour*, May, vol. 8(3), p. 281-304, 1979
- HEWITT, N. **No Permanent Waves:** Recasting histories of U.S Feminism. New Jersey: Rutgers University Press, 2010.
- HEYWOOD, L.; DRAKE, J. **Third Wave Agenda:** Being Feminist, Doing Feminism. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- HUNT, M. **The De-Eroticization of Women's Liberation:** Social Purity Movements and the Revolutionary Feminism of Sheila Jeffreys, 1990
- Instituto Patrícia Galvão. **Representação das mulheres nas propagandas na TV**. Relatório. São Paulo, 2013. Disponível em: < http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf.>
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica nº 11. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar). Brasília: Ipea, 2014.
- Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)
- IRIGARAY, L. A Questão do Outro. In: **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, Brasília: Montreal: Paris – jul-dez. 2002
- IVERSEN, J. S. The antipolygamy controversy in U.S. Women's Movements, 1880-1925: a debate on the American home. Routledge, New York, 2013.
- KANIN, E. J. Date rapists: differential sexual socialization and relative deprivation. In: **Arch Sex Behav**, v. 14, n. 3, p.219-31, jun 1985

KATZ, J. **The Mask You Live In**. Direção: Jennifer Siebel Newsom. Netflix, 2015, 1h37min.

KOZEE, H. B.; TYLKA, T. L.; AUGUSTUS-HORVATH, C. L.; DENCHIK, A. Development and psychometric evaluation of the interpersonal sexual objectification scale. In: **Psychology of Women Quarterly**, vol 31, p. 176-189, 2007.

KRAHÉ, B. Social psychological issues in the study of rape. In W. Stroebe & M. Hewstone (Org), **European review of social psychology**. New York: Wiley, p. 279-309, 1991

KUPPERS, T. A.; ROCHLEN, A. B. Toxic Masculinity as a barrier to mental health treatment. In: **Journal of Clinical Psychology**, v. 61, n. 6, p. 713 – 724, jun 2005

LABATON, V.; MARTIN, D. L. **The Fire This Time: Young activists and the new feminism**. New York: Anchor, 2004.n

LATOUR, B, JENSEN, P, VENTURINI, T, GRAUWIN, S, and BOULLIER, D. The Whole is always smaller than its parts. In: **British Journal of Sociology**. 2012.

LATOUR, B. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press. 2005.

LEAL, Tatiane. 'Chega de fiu fiu': mobilização feminista e direito à cidade na era da internet. In: **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1970-1.pdf>>

LEE, J. "Who Wants to Be “friend-rich”? Social Compensatory Friending on Facebook and the Moderating Role of Public Self-consciousness. **Science Direct**, May 2012. Web. 07 Nov. 2016

LEFLEY, H. P.; SCOTT, C. S.; LLABRE, M.; HICKS, D. Cultural beliefs about rape and victims' response in three ethnic groups. In: **American Journal Orthopsychiat**, v. 63, n. 4, 1993.

LEMOS, A. A comunicação das coisas. Internet das coisas e teoria ator-rede. In. Pessoa, F. (Org). **Cyber-Arte-Cultura: a trama das redes**. Vila Velha, Museu da Vale; Rio de Janeiro: Suzy Muniz Produções, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIRA, A.G; GANEN, A.P; LODI, A.S; ALVARENGA, M. S. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. In: **J. bras. psiquiatr. [online]**, v. 66, n.3, p.164-171, 2017

LONSWAY, K. A.; FITZGERALD, L. F. Rape myths: In review. In: **Psychology of Women Quarterly**, v. 18, p. 133–164, 1994

LOPES, M; GERMINIANI, H. Introdução. In: Interseccionalidade em gênero e raça, vol. 16, nº 1, jan-jun, 2016.

LOUREIRO, C. P. (2014). **Corpo, beleza e auto-objetificação feminina**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

- MACHADO, L. Z. Atender vítimas, criminalizar violências: dilemas das delegacias da mulher. IN: **Série Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <<http://dan.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia>>.
- MAIA, L. A. Estupro Marital. In: Direito Penal. DireitoNet, 2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6560/Estupro-marital>>
- MALINI, F. ANTOUN, H. **@ Internet e # Rua**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- MALINI, F. **Um método perspectivista de análise de redes sociais**: cartografando topologia e temporalidade em rede. Compós, 2016.
- MANFRÃO, C.C. **Estupro**: prática jurídica e relações de gênero. 2009. 48 páginas. Monografia (Monografia em Direito). Direito. Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- MANOVICH, L. What is new media? In: Hassan, R. Thomas, J. (Org) **The New Media Theory Reader**. Berkshire: Open University Press, 2006.
- MAROLLA, J.; SCULLY, D. Attitudes toward women, violence, and rape: a comparison of convicted rapists and other felons. In: **Deviant Behavior**, v. 7, n.4, p. 337-355, 1986
- MARQUES, T. C. Elas também desejam participar da vida pública: Várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. In: **Revista Gênero**, Niterói, v. 4., n. 2, p. 149–169, 2004
- MCGUIRE, H. **College-aged women on Instagram**: an analysis of gender and social media. Senior Capstone Projects, 2017.
- MCMILLEN, S. **Seneca Falls and the Origins of the Women’s Rights Movement**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MEDEIROS, J. M. R. (2016). **Um outro junho: O movimento #nãovaitercopa, o diálogo no Twitter e as controvérsias sobre a Copa do Mundo de 2014**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.
- MELO, H. P.; MARQUES, T. C. N. Partido Republicano Feminino: a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, v. 9, n. 9, p. 71-77, 2000.
- MIGUEL, L. F. Introdução. In: MIGUEL, L. F. BIROLI, F. (Org) **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MILAN, S. **When Algorithms Shape Collective Action**: Social Media and the Dynamics of Cloud Protesting, 2015.
- MIRANDA, C. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres do Brasil. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero**. UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf>
- MIRREES-BLACK, C.; ALLEN, J. **Concern About Crime**: Findings From the 1998 British Crime Survey. London: Great Britain Home Office Information and Publications Group, 1998.

- MORAES, T. **Estupradores têm deformação, mas poucos são doentes**. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/estupradores-t%C3%A7%C3%A3o-moral-mas-poucos-s%C3%A3o-doentes-1.1309236>, 2016
- MOTTA, L. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, p.143-167, 2007.
- NATRELLA, K.T. **Witchcraft and Women: a historiography of witchcraft as gender history**. Fall 2013/Spring 2014. Binghamton University. Binghamton Journal of History. New York
- NIMMO, R. Actor-network Theory and Methodology: social research in a more-than-human world. In: **Sage Journals**, 2011, v. 6, n. 3, pp. 108-119, 2011
- OLIVEIRA, N. R.; JANCZURA, G. A; CASTILHO, G. M. Normas de alerta e valência para 908 palavras da Língua Portuguesa. In: **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 185-200, Jun 2013
- PASSOS, N A. R. A. **Uma ferramenta para o jornalismo de dados, a análise de redes sociais e a cartografia do ciberespaço**. 2017. 51 f. Monografia (Monografia em Comunicação Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.
- PATEMAN, C. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.
- PELISOLI, C. et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. In: **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 85-97, 2010.
- PERDIGÃO, L. **#PrimeiroAssédio**: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede. Labic, 2016. Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analise-sobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>>.
- PEREIRA, Marcus Abílio G. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: **Teoria & Sociedade**, n. 18, 2, jul-dez., 2010, p. 10-33.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REIS, J. S. **Feminismo por hashtags**: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- REISS, A. J. Review of Patterns in Forcible Rape by Menachem Amir. In: **American Journal of Sociology** **80**, 1974, n. 3, p. 785-790, 1974
- ROQUE, Sebastião José. Declaração dos direitos do homem e do cidadão: o início de nosso direito. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 06 fev. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=29702_Sebastiao_Roque&ver=1158>
- ROSEN, R. **The World Split Open**: How the modern women's movement changed America. New York: Viking Penguin, 2000.
- RUTHERFORD, A. Sexual violence against women: putting rape research in context. In: **Psychology of Women Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 342-347, 2011

SAFA, H. Women's Social Movements in Latin America. In: **Gender and Society**, New York, v. 4, n. 3, Special Issue: Women and Development in the Third World, p. 354-369, set 1990.

SAGUY, T.; QUINN, D. M.; DOVIDIO, J. F.; PRATTO, F. Interacting Like a Body: Objectification Can Lead Women to Narrow Their Presence in Social Interactions. **Psychological Science**, vol. 21(2), p. 178-182, 2010

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 89, p. 153-170, junho 2010.

SANTOS, I. B. O crime de estupro e a sua evolução no sistema jurídico-penal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XVI, n. 108, jan 2013.

SARDENBERG, C.; COSTA, A. A. A. Contemporary feminisms in Brazil: achievements, challenges, and tensions. In: **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 2, maio-ago 2014.

SCHMIDT, J. Twitter and the rise of personal publics. In: WELLER, K.; BRUNS, A.; BURGESS, J. MAHRT, M. (Org). **Twitter and Society**. New York: Peter Lange, 2014.

SCHMITZ, G. A. P. D.; TRAMONTINA, R. A sociedade da informação e seus reflexos na objetificação da mulher. In: **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. Curitiba. v. 2, n. 2, p. 229-242, jul/dez 2016

SCHWARZ, N.; BRAND, J. F. Effects of salience of rape on sex role attitudes, trust and self-esteem in non-raped women. In: **European Journal of Social Psychology**, v.13, p. 71-76, 1983

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SCULLY, D.; MAROLLA, J. Convicted Rapists' Vocabulary of Motive: Excuses and Justifications. In: **Social Problems**, v. 31, p. 530-544, 1984

SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SIDLER, M. Living in Mcjobdom: Third Wave Feminism and Class Inequity. In: HEYWOOD, L.; DRAKE, J. (Org). **Third Wave Agenda: Being Feminist, Doing Feminism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

SOUSA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. In: **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, Apr. 2017.

SOUTO, B. F. **“Senhoras do seu destino”**: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873- 1894). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de PósGraduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

SOUZA, T. G. **Sociedade das imagens meméticas: estudo da primeira guerra memetal no Twitter**. 2016. 61 f.. Monografia (Monografia em Comunicação Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

SPC Brasil. **Os impactos do consume de beleza nas finanças**. Agosto de 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2016/08/Apresentacao_Beleza_Financa-s-1.pdf>.

STAPLEY, J.C; HAVILAND, J.M. Beyond depression: gender differences in normal adolescents's emotional experiences. In: **Sex Roles**, col. 20: 295, 1989.

STEINBERG, M. **Anime's Media Mix**: franchising toys and characters in Japan. University of Minnesota Press, Minneapolis, USA, 2012.

SULTANA, A. Patriarchy and Women's Subordination: a theoretical analysis. In: **Arts Faculty Journal**, Dhaka, jul 2010 – jun 2011.

SWIM, J.; HYERS, L.; COHEN, L.; FERGUSON, M. Everyday sexism: Evidence for its incidence, nature, and psychological impact from three daily diary studies. In: **Journal of Social Issues**, vol. 57, p. 31–53, 2001

TAJFELI, H. **Social identity and intergroup relations**. London: Cambridge University Press, 1981.

TASCÓN, M.; QUINTANA, Y. Ciberactivismo y multitudes conectadas: las nuevas revoluciones. Los Libros de la Catarata, Madrid, 2012.

TENTARAM me incriminar, diz vítima de estupro coletivo sobre depoimento à polícia. Fantástico. Rio de Janeiro: TV Globo, 29 de maio de 2016. Programa de TV. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5057096/>>

THOMPSON, T.; ZERBINOS, E. Cartoons: Do children notice it's a boy's world? In: **Sex Roles**, 37, 415-432, 1997

TJADEN, P.; THOENNES, N. (1998). **Stalking in America**: Findings from the National Violence Against Women Survey. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics, National Institute of Justice, 1998

TORRES, L R. **Racismo Gendrado e o Sistema Penal Brasileiro**. 2016. 84f. Monografia (Monografia em Direito) Direito. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2002.

TWITTER. **#meuamigosecreto**: a repercussão da hashtag no Twitter. Twitter Media Brasil, @TwitterMediaBR, 2015.

Bureau of Justice Statistics. **Female Victims of Sexual Violence, 1994-2010**, 2013.

VARGAS, J. D. **Crimes sexuais e sistema de justiça**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

VENTURINI, T.; JACOMY, M.; PEREIRA, D. **Visual Network Analysis**. Paris: Sciences Po médilab working papers, 2015

VIANNA, L. A. C; BOMFIM, G. F. T.; CHICONE, G. Auto- estima de mulheres que sofreram violência. In: **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, p. 695-701, 2006.

VIKI, G. T.; ABRAMS, D.; BOHNER, G.; MASSER, B. Perceptions of stranger and acquaintance rape: the role of benevolent and hostile sexism in victim blame and rape proclivity. In: **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 84, n. 1, p. 111-125, 2003

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Eduardo Viveiros de Castro - entrevistas**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008

_____. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, Oct. 1996

_____. **O nativo relativo**. Mana, Rio de Janeiro, v.8, n.1, Apr. 2002.

WAGNER, R. The Fractal Person. In: STRATHERN, M.; GODELIER, M. (org.). **Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WARR, M. Fear of Rape Among Urban Women. In: **Social Problems**, v. 32, p. 238–250, 1985

WHELEHAN, I. **Modern Feminist Thought: From the Second Wave to ‘Post-Feminism’**. New York: New York University Press, 1995.

WHITE, B.; Castleden, H., Gruzd, A. **Talking to Twitter users: Motivations behind Twitter use on the Alberta oil sands and the Northern Gateway Pipeline** - First Monday, v. 20, n. 1, 2015.

WILLIAMS, J.E., & HOLMES, K.A. **The second assault: Rape and public attitudes**. Westport, CT: Greenwood Press, 1981.

WOOLF, V. A Room of One’s Own. In: **The Selected Works of Virginia Woolf**. Wordsworth Editions, London, 2007.

WRIGHT, P. J.; TOKUNAGA, R. S. Men’s objectifying media consumption, Objectification of women, and attitudes supportive of violence against women. In: *Archive Sex Behaviour*, may, vol. 45(4):955-64, 2016

YUKSEL, S. **Psiquiatra explica como funciona a mente de um estupro**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/190217_gch_mente_estuprador_aa_cc>

ZAPPAVIGNA, M. Ambient affiliation: A linguistic perspective on Twitter. In: **New Media & Society**, vol. 13(5), p. 788–806, 2011